

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**NATÁLIA LEDUR ALLES**

**BOCA DE RUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE  
POPULAÇÃO DE RUA EM UM JORNAL COMUNITÁRIO**

Porto Alegre

2010

**NATÁLIA LEDUR ALLES**

**BOCA DE RUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE  
POPULAÇÃO DE RUA EM UM JORNAL COMUNITÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini

Porto Alegre

2010

NATÁLIA LEDUR ALLES

**BOCA DE RUA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE  
POPULAÇÃO DE RUA EM UM JORNAL COMUNITÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovado pela Banca Examinadora em ..... de .....de 2010.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini  
Orientadora

---

Profa. Dra. Rosane Neves da Silva  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFRGS

---

Profa. Dra. Denise Maria Cogo  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS

---

Profa. Dra. Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS

Em memória de Marko Kahn-Su Griá, a  
querida Chinesa, como homenagem a todos os  
integrantes do Boca de Rua que, com sua garra e  
sua doçura, desconstruíram meus preconceitos e  
me marcaram de forma indelével.

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam de Souza Rossini, por ter acreditado no meu projeto, pela acolhida, pela disposição e pelos valiosos conselhos.

Aos integrantes do jornal Boca de Rua, por aceitarem minha pesquisa e com ela terem colaborado. Em especial, agradeço aos meus informantes, José Nedir Malta Ramires, Tiago Deixheimer Boehl, Sidney da Rosa de Souza e Paulo Ricardo da Silva.

Aos colegas de trabalho no Boca de Rua, companheiros de luta e indignação. A Rosina Duarte, Clarinha Glock e Cristina Pozzobon, pelo exemplo de comunicadoras e de pessoas: pelos ensinamentos múltiplos, que não se restringem ao jornalismo.

Ao Luciano Piccoli, pela parceria e organização, pelos longos e-mails, pelas “caminhadas terapêuticas” e pela chatice. Ao Rafael Conter, pelo carinho, pela cumplicidade, pelo interesse e pela companhia, que muito animaram meus momentos tristes.

Ao Manoel Madeira, amigo estimado que, mesmo distante, se fez sempre presente nesta pesquisa e na minha trajetória dentro do projeto Boca de Rua. Pelas muitas conversas durante os últimos quatro anos que auxiliaram na compreensão do jornal e pelo companheirismo nos momentos difíceis.

Aos amigos e amigas que, com seu carinho, me alegraram e também escutaram minhas angústias. Em especial, meu agradecimento a Ester Scotti, Luísa Helena Faria, Fernanda Moncks. Ao Fábio Lazzaretti Brito, meu grande amigo e também meu valioso consultor para assuntos de ABNT.

Às colegas amigas, pelas constantes trocas e pelas muitas risadas. Por terem tornado mais fáceis e divertidos estes dois anos: Adriana Moraginski, Anna Paula Knewitz, Cristine Kauffman, Eloísa Loose, Lourdes Silva, Márcia Veiga e Stefanie Carlan da Silveira.

À Edna das Graças Martins Pereira, pela escuta atenta e carinhosa, bem como pelo pertinente e afetuoso olhar sobre o tema.

À Maria Elisabeta Mendel Ledur, pela preciosa correção gramatical efetuada nas análises.

Ao Moysés da Fontoura Pinto Neto, pelo conhecimento com que me presenteia regularmente, pelas discussões sobre alteridade e respeito ao Outro, pelos livros, pelo apoio, pela amizade e pela paciência.

À Maria Julia Ledur Alles, companheira fraterna da vida toda. Suas repreensões, seus conselhos, sua preocupação e sua companhia facilitaram diversos momentos. Agradeço

enormemente por ter, desde a infância, compartilhado comigo a indignação diante das injustiças do mundo.

Ao querido Gabriel Divan, fundamental para a existência deste trabalho. As críticas, as leituras, as correções e a empolgação foram de imensa ajuda. Sou muito grata pelo estímulo incansável e pela confiança na minha capacidade, bem como pela tranquilidade que me proporcionou. E agradeço, sobretudo, pelo amor.

Aos meus pais, Mário Alles e Jovita Izabel Ledur Alles, que desde sempre alimentaram em mim as inquietações que resultaram no trabalho com moradores de rua. Pelo olhar generoso e humano que dirigem aos outros sujeitos. Pelo apoio incondicional nas minhas escolhas de vida, pelo sustento, pela educação e por todos os esforços que sempre fizeram por suas filhas. Com carinho e gratidão, a eles dedico esta pesquisa.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que  
neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com  
eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”  
(PAULO FREIRE, 1983, p. 17)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as representações sociais sobre população de rua existentes no jornal Boca de Rua, veículo de comunicação comunitária produzido por moradores de rua da cidade de Porto Alegre desde o ano 2000. Para que fosse possível uma compreensão mais ampla das representações construídas pelos integrantes do projeto comunicacional, foram analisadas as matérias principais de oito edições do jornal, publicadas entre 2000 e 2009, bem como as representações sociais elaboradas nos discursos individuais de quatro integrantes entrevistados. Como referencial teórico, adotou-se a teoria das representações sociais, proposta pelo psicólogo social Serge Moscovici. A reflexão sobre a situação dos moradores de rua foi baseada principalmente nas ideias de *exclusão*, conforme pensada por Bader Sawaia, *dessemelhança*, proposta por Marcel Bursztyrn e Cristovam Buarque, *redundância*, de acordo com Zygmunt Bauman, e *estigma*, concebida por Erving Goffman. A análise dos jornais selecionados foi realizada a partir da análise de conteúdo seguida por Laurence Bardin, de modo que os trechos dos textos foram enquadrados em três grandes categorias previamente determinadas: pontos de vista e relacionamentos, vida nas ruas e meios de comunicação. Às representações percebidas nos textos foram somadas as idéias sobre população de rua identificadas nas entrevistas. Através deste estudo, pôde-se perceber que, ao encontrarem espaço para participação na produção de um veículo de comunicação, os moradores de rua buscam apresentar suas opiniões e reivindicações, tornando clara a noção de que a vida nas ruas consiste em dificuldades de sobrevivência física, devido à fome, ao frio e às doenças, e também em dificuldades de relacionamento com o restante da população. Ao mesmo tempo em que apontam seus problemas, procuram se afirmar como seres humanos e cidadãos com capacidade de organização e convivência com os outros grupos sociais. É notável, ainda, que os meios de comunicação em geral são pouco tematizados nas reflexões encontradas nas matérias e nas falas dos integrantes. Salienta-se, por fim, que as representações dos moradores de rua como pessoas sem oportunidade de trabalho e como usuários de drogas recebem significativo espaço na análise, estando presentes em mais de uma das categorias utilizadas.

**Palavras-chave:** Comunicação. Comunicação Comunitária. Representações Sociais. Pessoas em Situação de Rua.

## ABSTRACT

This work aims to identify the homeless population social representations at *Boca de Rua* newspaper, a communitarian communication vehicle written by homeless people from Porto Alegre since 2000. For allowing a wider understanding of the representations constructed by the communicational project participants, we analyzed eight newspaper editions main subjects, published between the years 2000 and 2009, as well as the social representations elaborated by four interviewed participants on their individual speeches. The social representation theory proposed by the social psychologist Serge Moscovici was adopted as theoretical referential. The reflection about homeless population situation was based mainly on the ideas of *exclusion*, as thought by Bader Sawaia, *unsimilarity*, proposed by Marcel Bursztyrn and Cristovam Buarque, *redundancy*, accordingly Zygmunt Bauman, and *stigma*, conceived by Erving Goffman. The selected newspapers analyses was accomplished based on the content analyses followed by Laurence Bardin, classifying the texts extracts in three large categories previously determined: viewpoints and relationships, life in the streets and communication media. The representations perceived in the texts were added to the homeless population ideas identified in the interviews. Throughout this study, it was possible to comprehend that the homeless population, when being able of participating of a communication vehicle production, attempt to present their opinions and solicitations. It clarifies the notion that life in the streets consists of physical survival difficulties, due to hunger, cold and diseases, and also due to relationship difficulties with the rest of the population. Simultaneously they point their problems, they aim to affirm themselves as human beings and citizens with skills of organization and acquaintance with other social groups. It is notable, moreover, that general communication media is infrequently mentioned in the reflections found in the analyzed newspapers subjects and participants speeches. Finally, it is pointed out that the homeless population representations as people without job opportunities and as drug users have a significant space in the analyses, being present in more than one of the utilized categories.

**Key-words:** Communication. Communitarian Communication. Social Representations. Homeless People.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA</b> .....	16
2.1 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL .....	17
<b>2.1.1 Características da comunicação comunitária</b> .....	21
2.2 VEÍCULOS COMUNITÁRIOS VOLTADOS PARA MORADORES DE RUA.....	26
<b>2.2.1 Publicações de rua pelo mundo</b> .....	26
<b>2.2.2 As iniciativas brasileiras</b> .....	28
2.3 O PROJETO BOCA DE RUA .....	30
<b>2.3.1 A organização</b> .....	30
<b>2.3.2 O início e os diferentes locais de reunião</b> .....	35
<b>2.3.3 O processo de produção</b> .....	38
<b>2.3.4 O perfil dos integrantes</b> .....	40
<b>2.3.5 O suplemento infanto-juvenil <i>Boquinha</i></b> .....	41
<b>2.3.6 Os objetivos do projeto</b> .....	42
<b>2.3.7 Problemas e dificuldades</b> .....	43
<b>3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE</b> .....	46
3.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	47
<b>3.1.1 A aproximação com a sociologia clássica</b> .....	48
<b>3.1.2 O fenômeno das representações sociais</b> .....	51
<b>3.1.3 Os processos de ancoragem e objetivação</b> .....	54
3.2 ESTIGMATIZADOS, <i>OUTSIDERS</i> , REDUNDANTES:	
A POPULAÇÃO DE RUA E OS PROCESSOS DE DESSEMELHANÇA .....	58
<b>3.2.1 Representações sociais e exclusão nos meios de comunicação</b> .....	67
<b>4 A PESQUISA PARTICIPANTE COMO BASE METODOLÓGICA</b> .....	69
4.1 OPÇÃO METODOLÓGICA: A PESQUISA PARTICIPANTE.....	70
4.2 CORPUS DA PESQUISA.....	73
4.3 TÉCNICAS DE PESQUISA .....	77
<b>4.3.1 Análise de conteúdo</b> .....	77

4.3.1.1 Organização da análise de conteúdo.....	78
4.3.1.2 Definição das categorias de análise .....	79
<b>4.3.2 A técnica de entrevista .....</b>	<b>82</b>
<b>5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS IDENTIFICADAS .....</b>	<b>86</b>
5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS PONTOS DE VISTA E OS RELACIONAMENTOS .....	86
<b>5.1.1 Como os moradores de rua são vistos pelos integrantes do jornal .....</b>	<b>88</b>
<b>5.1.2 Como os demais habitantes da cidade são enxergados pelos moradores de rua e como os moradores de rua são vistos pelo restante da população .....</b>	<b>94</b>
<b>5.1.3 O olhar dos entrevistados sobre os moradores de rua .....</b>	<b>100</b>
<b>5.1.4 A percepção enquanto integrante do Boca de Rua.....</b>	<b>102</b>
5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIDA NAS RUAS.....	104
<b>5.2.1 Os motivos que levaram à vida nas ruas .....</b>	<b>106</b>
<b>5.2.2 A sobrevivência .....</b>	<b>110</b>
<b>5.2.3 As oportunidades e o tratamento recebido nas instituições.....</b>	<b>118</b>
<b>5.2.4 As temáticas sobre violência .....</b>	<b>126</b>
5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO .....	129
<b>6 OUTROS ENQUADRAMENTOS .....</b>	<b>138</b>
6.1 ASPECTOS SOBRE O CONTEÚDO .....	138
<b>6.1.1 O morador de rua como viciado em drogas.....</b>	<b>139</b>
<b>6.1.2 O morador de rua e sua relação com o trabalho .....</b>	<b>143</b>
6.2 ASPECTOS DE FORMA.....	148
<b>6.2.1 As fotografias .....</b>	<b>148</b>
<b>6.2.2 A despersonalização dos moradores de rua .....</b>	<b>149</b>
<b>6.2.3 A influência dos coordenadores .....</b>	<b>151</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>165</b>
APÊNDICE A - Entrevistas .....	166

APÊNDICE B - Análise Edição 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003).....	198
APÊNDICE C - Resumo das tabelas de análise.....	204
<b>ANEXO</b> .....	211
ANEXO A - Capas das Edições Analisadas.....	212

## 1 INTRODUÇÃO

A comunicação comunitária e o trabalho com grupos estigmatizados compuseram meu principal interesse de pesquisa desde o início da faculdade de Comunicação Social. Dentre diversos grupos minoritários, a população de rua despertava minha atenção em especial. Vinda do interior do Estado, a mudança para Porto Alegre marcou-me pelo constante encontro com moradores de rua e outras pessoas em situação de pobreza, gerando grande curiosidade sobre como aqueles sujeitos sobreviviam em condições tão adversas.

Ao conhecer o jornal Boca de Rua, produzido por pessoas em situação de rua de Porto Alegre com o auxílio de uma equipe, meu interesse aumentou e busquei participar do processo de elaboração deste veículo. A partir de 2005, portanto, tornei-me integrante da Rede Boca, constituída pelos profissionais que colaboram com o projeto. Atualmente, sou coordenadora e editora do jornal, participando de encontros semanais para a produção do mesmo, organizando as reuniões, acompanhando nas saídas para entrevistas e ajudando na construção dos textos.

O convívio intenso com moradores de rua nos últimos cinco anos suscitou dúvidas variadas sobre a interação destas pessoas com o restante da sociedade. Assim, o jornal Boca de Rua foi tema da minha monografia de conclusão do curso de Jornalismo, em que abordei o papel mediador deste projeto em distintas instâncias das vidas dos integrantes. Naquele momento, pude perceber que os integrantes atribuíam grande importância ao projeto, sendo a contribuição mais relevante a existência de um canal de expressão para tal grupo social, freqüentemente apartado dos outros meios de comunicação (ALLES, 2007).

Após a monografia, novas questões se colocaram, de modo que decidi continuar com o mesmo objeto de estudo para a realização do mestrado. Através de diálogos e discussões travados durante as reuniões de produção do jornal, pude perceber que a concepção destas pessoas sobre elas mesmas e sobre seu grupo diferenciava-se da abordagem escolhida pelos meios de comunicação hegemônicos. Assim sendo, os integrantes do jornal parecem empreender um esforço para construir outra imagem de si mesmos, tentando modificar a visão generalizante e estereotipada que é reforçada pela mídia.

Embora exista um número significativo de indivíduos vivendo nas ruas de Porto Alegre - 1.203 pessoas, segundo pesquisa da Fundação de Assistência Social e Cidadania (SCHUCH; MAGNI; KUNDEL, 2008) -, os moradores de rua são, além de marginalizados na sociedade, excluídos dos meios de comunicação. Quando algum espaço é dedicado para este

grupo social na mídia, comumente são retratados sob um olhar que os estigmatiza, apresentando-os como indivíduos que, como coloca Erving Goffman (1988), não são ou não estão aptos para serem totalmente aceitos na sociedade: são seres considerados violentos, desonestos, sujos, entre outras características depreciativas utilizadas para definir quem vive na rua (MATTOS; FERREIRA, 2004). Os meios de comunicação de Porto Alegre, especialmente do grupo RBS, realizam com frequência matérias sobre os moradores de rua e os sujeitos que pedem dinheiro nas sinaleiras da cidade, mas raras vezes publicam declarações destas pessoas<sup>1</sup>. Não é possível dizer que esta questão social é ignorada pela mídia, mas os moradores de rua não são considerados como fontes, de modo que suas versões, justificativas e reivindicações não são escutadas (ALLES, 2009).

Sendo o jornal Boca de Rua um projeto de comunicação em que pessoas que vivem ou já viveram na rua podem relatar suas experiências, reivindicar seus direitos ou mostrar seu olhar sobre distintos acontecimentos do cotidiano da cidade, pode-se imaginar que as idéias sobre moradores de rua publicadas no jornal sejam distintas daquelas propagadas pelo senso comum ou na mídia. Assim, este trabalho originou-se da seguinte dúvida: como os moradores de rua, ao produzirem um veículo de comunicação comunitária, representam a si mesmos e ao seu grupo social?

O objetivo geral desta dissertação, portanto, é identificar as representações sociais construídas pelos integrantes do jornal Boca de Rua sobre moradores de rua. Mais especificamente, pretende-se analisar as representações sobre o tema presentes nas matérias publicadas pelo jornal e nas falas individuais dos integrantes, buscando compreender como os moradores de rua falam de sua vida e de seus relacionamentos e como percebem que são enxergados pelo restante da sociedade.

Julga-se que o Boca de Rua seja um veículo apropriado para identificar estas representações sociais sobre a população de rua, pois este projeto apresenta-se como significativo dentro do panorama atual dos jornais de rua. Dentre aqueles filiados à INSP - Internacional Network of Street Papers -, o Boca de Rua é o único cujas matérias são quase totalmente produzidas pelos moradores de rua, embora seja necessário considerar a intervenção dos coordenadores no processo de produção.

---

<sup>1</sup> No ano de 2008, o jornal Zero Hora publicou as seguintes matérias que tematizavam as pessoas em situação de rua: “Pedintes nas ruas: até quando vai esse problema” (02 de abril); “A nova tática da Brigada contra mendigos” (18 de abril); “A juventude nas ruas” (30 de maio); “Como se fossem os donos da rua” (16 de agosto); “O constrangimento à espera nas esquinas” (21 de setembro). Em todas as matérias, percebe-se que os moradores de rua são considerados um problema que exige resolução para que as demais pessoas não precisem conviver com a miséria personificada pela população de rua (ALLES, 2009).

O referencial teórico baseia-se na teoria das representações sociais, fundada pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici. Além de Moscovici, as autoras Denise Jodelet e Sandra Jovchelovitch, entre outros, são guias para a definição do que aqui se entende por representações sociais. A reflexão sobre as pessoas em situação de rua e seu posicionamento na sociedade foi norteadas pelas idéias de exclusão, estigma, dessemelhança e desnecessidade, tendo como principais referenciais Bader Sawaia, Erving Goffman, Marcel Bursztyn, Norbert Elias e Zygmunt Bauman. Devido ao meu posicionamento no projeto, o trabalho fundamentou-se em uma perspectiva metodológica de pesquisa participante - seguindo Marcela Gajardo e Carlos Rodrigues Brandão - em que a atuação do pesquisador no objeto de estudo é considerada durante todo o decorrer do trabalho. As técnicas de pesquisa consistiram na análise de conteúdo, conforme proposta de Laurence Bardin, e em entrevistas.

Pela necessidade de abordar todos os pontos acima citados, a presente pesquisa foi dividida em cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. Partindo da noção de que o jornal Boca de Rua é um veículo de comunicação comunitária, o segundo capítulo apresenta o objeto a ser estudado. São resgatadas as premissas da comunicação comunitária, baseando-se principalmente em Cicília Peruzzo, Regina Festa, Raquel Paiva e Denise Cogo. É traçado um panorama das publicações de rua existentes no mundo e no Brasil, apresentando a Rede Internacional de Publicações de Rua (INSP), que congrega a maioria dos jornais vendidos por moradores de rua. Após, o capítulo aprofunda-se no jornal Boca de Rua, discorrendo sobre sua fundação e história, sua organização atual, seus integrantes e seus problemas. Neste capítulo, portanto, pretende-se situar o jornal Boca de Rua nas discussões sobre comunicação comunitária e explicitar suas diferenças e semelhanças em relação a outros projetos voltados à mesma população excluída.

O terceiro capítulo consiste em desenvolver as bases teóricas desta pesquisa. Considerando que a realidade é construída socialmente, são estabelecidos os princípios da teoria central desta dissertação, a teoria das representações sociais, conforme a concepção de Moscovici, Jodelet, Jovchelovitch e outros autores advindos da Psicologia Social. Na segunda parte do capítulo, apresentam-se as idéias que norteiam o pensamento sobre os moradores de rua como sujeitos excluídos, estigmatizados, *outsiders*, dessemelhantes e desnecessários. Além de Sawaia, Goffman, Elias, Bursztyn e Bauman, são relevantes para a discussão as idéias de Cristovam Buarque, Elimar Pinheiro do Nascimento, Robert Castel, Lóic Wacquant e Patrick Champagne.

No capítulo seguinte desenvolve-se a guia metodológica da dissertação. A escolha da pesquisa participante como posicionamento, considerada mais adequada que a pesquisa-ação,

é explicada. O corpus de pesquisa é apresentado: serão analisadas oito matérias principais publicadas entre 2000 e 2009 e ainda quatro entrevistas com os integrantes José Nedir (Ceco), Paulo, Tiago e Sidney. São resumidas as oito matérias selecionadas para a análise e encontra-se uma breve apresentação dos quatro integrantes entrevistados. Neste item também são estabelecidos os passos tomados na realização da análise de conteúdo: estão expostas as três grandes categorias de análise e suas subcategorias e evidencia-se de que maneira as análises foram realizadas, tomando como unidade de análise os trechos das matérias e dividindo-os conforme as categorias e as classes gramaticais de cada palavra. O quarto capítulo traz ainda as perguntas que nortearam as entrevistas.

O quinto capítulo apresenta as representações sociais sobre moradores de rua que puderam ser identificadas no jornal Boca de Rua. As considerações foram divididas de acordo com as categorias estabelecidas para a análise de conteúdo, compreendendo os subcapítulos “pontos de vista e relacionamentos”, “vida nas ruas” e “meios de comunicação”.

O sexto capítulo, por fim, aprofunda-se nos elementos que merecem ser ressaltados, mas que não puderam ser enquadrados nas categorias pré-estabelecidas. Discorre-se sobre as duas temáticas mais elencadas nos jornais e que não se fixam em apenas uma categoria. São ainda apresentadas considerações em relação à forma e à estruturação do jornal.

Colocou-se em anexo as capas de todos os jornais analisados, bem como as quatro entrevistas com os integrantes. Foram utilizados os nomes reais dos entrevistados, pois estes mesmos nomes são divulgados nos jornais impressos. Assim, considerou-se desnecessário o emprego de nomes fictícios para se referir aos sujeitos entrevistados.

A pré-análise realizada na edição n° 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003) também consta nos apêndices, para que seja possível compreender de que modo foram feitas as divisões dos trechos de cada matéria e a contagem das palavras. Embora se considerasse interessante disponibilizar as pré-análises de todos os jornais, decidiu-se por apresentar apenas uma, como exemplo, pois somente as divisões das palavras ocuparam cerca de 50 páginas. Assim, para que a presente dissertação não fosse extensa em demasia, o número de anexos foi reduzido.

## 2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Historicamente, encontra-se no Brasil uma dificuldade entre os teóricos para definir o que é comunicação comunitária, pois existem distintas posturas sobre o significado deste conceito. Para o senso comum, a comunicação comunitária é produzida precariamente por grupos populares e tem circulação limitada. Alguns autores, como Regina Festa (1986), determinam como comunitário o tipo de veículo que expressa os interesses das classes subalternas, não importando a forma, mas sim o conteúdo. Baseados em pesquisadores latino-americanos, como Maria Cristina Mata, outros autores acreditam que o que torna um meio de comunicação comunitário é o processo de criação conjunto e dialógico. Cicília Peruzzo (1991) considera que a união destas perspectivas pode auxiliar na compreensão do que é a comunicação comunitária, embora não a defina completamente, visto que esta forma de comunicação possui diversas dimensões.

Devido a esta dificuldade de estabelecer uma única definição, o presente capítulo pretende apontar as distintas características que autores como Festa (1986), Peruzzo (1991; 1995, 1998a, 1998b), Raquel Paiva (2007) atribuem à comunicação comunitária, além de traçar um breve panorama histórico sobre a consolidação destas experiências no Brasil. Considerando que o objeto desta pesquisa é o jornal Boca de Rua, produzido por pessoas em situação de rua de Porto Alegre, este capítulo concentra-se em veículos que são produzidos ou vendidos por moradores de rua, tanto no Brasil quanto em outros países. Em todo o mundo, existem diversas iniciativas que vinculam a comunicação com a geração de renda para pessoas em situação de rua, com propostas e funcionamentos distintos. A segunda seção deste capítulo, portanto, busca contextualizar os projetos comunicacionais voltados a esta população na atualidade.

Para uma melhor compreensão do projeto Boca de Rua, a última seção destina-se a explicá-lo. O momento de fundação, as propostas, os objetivos, a organização e os problemas do jornal são explicitados para tornar clara a análise dos textos realizada neste trabalho.

Convém colocar que a comunicação comunitária também é comumente chamada de comunicação popular, dialógica, horizontal ou participativa. Peruzzo (1998), porém, pondera que a comunicação popular adquiriu força no contexto anterior à redemocratização brasileira, de modo que as mudanças ocasionadas pelo final da ditadura transformaram também as experiências de comunicação popular – especialmente a relação com os meios de comunicação de massa, não mais vistos como essencialmente antagônicos. Devido a estas

modificações, portanto, a autora prefere distinguir a comunicação praticada a partir da década de 1990, denominando-a “comunitária”. Compartilhando destas ideias, optou-se no presente trabalho pela utilização do termo comunicação comunitária para designar os projetos atualmente em curso, como o jornal Boca de Rua.

## 2.1 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL

As primeiras relações entre cultura popular e comunicação surgiram no Brasil no início do século XX com as imprensas operária e sindical. Entretanto, a temática popular passou a ocupar mais espaço nos meios de comunicação com a imprensa alternativa característica da década de 1970 (BERGER, 1995). É necessário, porém, distinguir a comunicação alternativa da comunicação comunitária, alvo de estudo do presente trabalho. Embora ambas as formas de comunicação destoem da produção das grandes corporações midiáticas, a imprensa alternativa abrange os veículos operários, sindicais e partidários e ainda aqueles que, produzidos por intelectuais, posicionam-se como oposição à mídia hegemônica. Dirigindo-se aos sujeitos multiplicadores de opinião, estes jornais caracterizavam-se pela opinião e pela inovação. A imprensa alternativa, também denominada “nanica”, por seu pequeno porte, configurava-se como uma opção de leitura crítica ao conteúdo midiático e uma resposta à censura ditatorial. Como exemplos de veículos alternativos, aponta-se os jornais O Pasquim, Coojornal, Movimento e Extra (PERUZZO, 1995). Conforme Kucinski (1991), estes surgiram com a articulação dos desejos das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais e da procura de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade, feita por jornalistas e intelectuais. Com a redemocratização brasileira, a maioria destas manifestações desapareceram.

A comunicação comunitária, por sua vez, fortaleceu-se no Brasil a partir da década de 1970, vinculada especialmente aos movimentos sociais e às iniciativas da Igreja Católica. Embora não seja um fenômeno recente, conforme Peruzzo (1998a), este tipo de produção comunicacional não era alvo de pesquisas acadêmicas até a década de 1980, quando foram realizados estudos consideráveis em tal área. Coincide com o aumento do interesse dos pesquisadores o surgimento de mais experiências práticas de comunicação comunitária, ocasionando uma transformação nas sociedades brasileira e latino-americana (PERUZZO, 1998a).

Festa (1986) aponta que, no início da década de 1960, surgiram diversos movimentos que enalteciam e trabalhavam a cultura popular, como o Movimento de Educação de Base. Também nesta época, o educador Paulo Freire elaborou uma proposta de comunicação que inspirou, na década de 1970, o pensamento crítico sobre a comunicação na América Latina (COGO, 1998). O modelo de comunicação por ele defendido baseava-se no diálogo e na participação, sendo um processo compartilhado pelos sujeitos em posição de igualdade. Através dos momentos de comunicação, os sujeitos poderiam construir o conhecimento conjuntamente. Para ele, portanto, a comunicação não era uma situação em que ocorria apenas a transmissão ou a imposição de conhecimento pelos emissores. Para Freire (1977, p. 67), a comunicação “implica numa reciprocidade que não pode ser rompida”. Ela é caracterizada pela relação dialógica, de modo que não existem sujeitos passivos.

Durante o período inicial da ditadura brasileira, os projetos inspirados pela proposta de Freire foram reprimidos, mas ressurgiram com distintas características nos anos 1970, propondo-se a conscientizar as classes trabalhadoras. Denise Cogo (1998) afirma que as ideias de Paulo Freire também modificaram a compreensão que a Igreja Católica apresentava sobre a comunicação. Assim, principalmente com o apoio da Igreja – através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e dos centros de educação popular, os movimentos sociais produziam variados materiais comunicativos, como folhetos, jornais, filmes, programas de rádio, entre outros. As CEBs proporcionavam às comunidades a produção de veículos comunicacionais que partiam das práticas populares. Eram, portanto, “espaços de expressão da palavra do oprimido – numa sociedade que impõe a palavra do opressor” (BETTO, 1986, p. 101) e pretendiam cultivar a consciência crítica entre os participantes para que eles percebessem as injustiças e contradições sociais da época.

A importância da Igreja Católica para a consolidação de projetos de comunicação comunitária é salientada por Cogo (1998). A autora coloca que, a partir da década de 1970, os evangelizadores perceberam a necessidade de educar a população para que produzissem seus próprios meios de comunicação, permitindo que suas vozes ressoassem. As CEBs, por estimularem a fala, a interação e a educação de seus participantes, tornaram-se espaços em que até mesmo a noção de comunicação era repensada, visto que não se fundamentavam na concepção de que a comunicação se estabelece com a emissão de uma mensagem destinada a um receptor.

Baseando-se em Festa (1986), portanto, pode-se afirmar que o período entre 1970 e 1978 é caracterizado pela emergência de distintos meios de comunicação popular, experiências que, em sua maioria, estavam relacionadas à educação e à cultura popular.

A partir de 1978, os intensos problemas sociais enfrentados pela população brasileira aumentaram os protestos, as greves e as tentativas de resistência das classes subalternas. Este cenário ocasionou a multiplicação das manifestações de comunicação popular, com a implementação de projetos que possibilitaram aos produtores rurais produzirem seus próprios veículos, reforçaram a utilização do audiovisual como ferramenta comprometida com a conscientização e com a educação popular, criaram agências populares para a difusão de informações e promoveram a leitura e a compreensão crítica dos meios de comunicação massivos (FESTA, 1986).

Peruzzo (1998b) salienta que a comunicação popular alcançou seu auge no final da década de 1970 e durante a década de 1980, ligada majoritariamente aos movimentos sociais. As experiências comunicacionais surgidas neste período estavam vinculadas ao povo e pretendiam-se uma alternativa, tanto no conteúdo quanto nos meios, à comunicação de massa, pois a mídia não refletia os acontecimentos da época. A comunicação popular defendia os interesses do povo e estimulava o protagonismo popular, era crítica, reivindicativa e democrática. De acordo com Peruzzo (1998b, p. 145),

ela foi concebida como oposta aos meios de comunicação de massa, tomada como dominadora e manipuladora das mentes e corações a fim de adequá-los a ideologia e a outros interesses das classes dominantes. A comunicação popular, por sua vez, era vista como ocupando-se essencialmente das coisas do povo, seus problemas, suas aspirações e procurava conscientizá-lo de seus direitos de cidadania, o que levaria à transformação da sociedade. De fato, na época, só os meios “alternativos” se aventuravam falar de assuntos proibitivos sob o regime militar. Portanto, o antagonismo entre comunicação popular e massiva foi uma construção teórica que refletia uma conjuntura específica.

A derrocada da ditadura militar alterou o panorama do país, propiciando aos cidadãos maior liberdade para se organizar e se expressar. Com o fim da censura, também os meios de comunicação de massa puderam ampliar a abrangência do que noticiavam. Passaram, então, a realizar denúncias sobre as más condições de vida do povo e sobre a corrupção nas instâncias governamentais. Temáticas e abordagens que antes se restringiam à comunicação produzida pelos movimentos populares foram incorporadas à programação da mídia, que se adequou ainda à linguagem popular (PERUZZO, 1998b). Alguns grupos conseguiram veicular seus programas e ideias nos meios de comunicação massivos, em espaços comprados ou cedidos pelas emissoras de rádio e televisão.

Na década de 1990, a implementação de rádios e canais de televisão comunitários permitiu que os grupos produtores não se restringissem apenas aos meios de comunicação de

menor porte e mais baratos, característicos das décadas anteriores. Entretanto, mesmo que a legislação brasileira determine que estas emissoras devam apresentar uma programação condizente com o interesse social e devam permitir o acesso dos cidadãos, Peruzzo (2007) coloca que diversos grupos e instituições, com interesses políticos, eleitorais, financeiros, religiosos, apropriam-se destes espaços e distorcem a proposta da comunicação comunitária. Além disso, Paiva (2007) afirma que as rádios comunitárias encontram dificuldade em conseguir a outorga que permite o seu funcionamento, sofrendo uma perseguição governamental que resulta em multas e no fechamento das emissoras, em uma postura que criminaliza as rádios e também os cidadãos que as fazem existir. Estas formas comunicacionais têm ainda problemas organizacionais e financeiros, visto que é deveras custoso produzir os programas destes veículos.

A comunicação comunitária, portanto, transformou-se ao longo dos anos, inserindo-se em novos espaços e adaptando-se às mudanças do restante da sociedade e dos meios de comunicação de massa. A Igreja Católica já não exerce o papel de instituição promotora do acesso à comunicação. Atualmente, esta função por vezes tem sido desempenhada pela universidade, através de seus intelectuais e alunos. Segundo Peruzzo (1998b), as principais temáticas abordadas não se referem mais à mudança da ordem estabelecida e à conscientização política com o objetivo de transformar a sociedade capitalista. Em geral, trata-se com mais frequência de questões concernentes à informação, à educação, à cultura e às artes. Conservou-se, porém, a proposta da comunicação popular de permitir que grupos até então sem acesso à produção comunicacional protagonizassem esse processo, não sendo apenas meros receptores.

Paiva (2007) aponta a universidade como espaço que, juntamente com os produtores dos veículos comunitários, propicia refletir e gerar novos projetos e práticas comunicacionais, resultando em distintas maneiras de compreender a comunicação. Segundo a autora, o interesse por estas formas de comunicação tem se multiplicado na Academia, de modo que novas perspectivas e novas temáticas possam se desenvolver nesta área de estudo.

A partir de um breve resgate sobre o período de fortalecimento da comunicação popular no Brasil, cabe apontar as diferentes características deste tipo de comunicação. Assim, pretende-se justificar a classificação do objeto desta pesquisa enquanto um projeto de comunicação comunitária.

### 2.1.1 Características da comunicação comunitária

Os meios de comunicação comunitária são importantes no exercício da cidadania de grupos que não são contemplados pelos meios de comunicação de massa, auxiliando a desenvolver local e socialmente as comunidades que participam do processo de produção destes veículos. Estes se caracterizam por atuar como canal que permite a liberdade de expressão dos atores sociais e das organizações comprometidas com os interesses coletivos. De acordo com Peruzzo (2007, p. 88), a comunicação comunitária

tem como finalidade a transformação dos mecanismos opressores e o desenvolvimento integral das pessoas. Desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, artísticas, de convívio social, aprimoramento para o exercício de atividades profissionais e para a melhoria das condições de existência.

A autora ainda afirma que a comunicação comunitária se organiza para difundir as lutas coletivas dos grupos, não sendo um meio de comunicação desvinculado da mobilização social. Esta visão é compartilhada por Festa (1986), que reforça que a comunicação comunitária abre espaços para a manifestação da opressão cotidiana e para a apresentação de propostas para mudanças sociais. Conforme Amarildo Carnicel (2005), o jornal comunitário transcende o caráter de veículo informacional, pois atua como instrumento de mobilização da comunidade em torno de seus interesses e lutas. No mesmo sentido, Márcia Nunes (2007) coloca que os meios legitimamente comunitários são o local em que ecoam problemas, frustrações e esperanças de um grupo.

Para Paiva (2007), o processo de surgimento dos meios de comunicação comunitária carrega a marca da contra-hegemonia discursiva, buscando a construção de uma nova ordem comunicacional, onde a diversidade e a heterogeneidade das manifestações culturais sejam contempladas. A abrangência da diversidade cultural também aparece na concepção de Cogo (1998), que entende que a compreensão dos processos de comunicação comunitária exige a inserção no universo das culturas populares. Um projeto de comunicação comunitária deve seguir critérios e valores relacionados ao grupo em que surge e a que é destinado. No mesmo sentido, deve atender aos anseios da comunidade, divulgando suas realizações e apontando possíveis soluções para os problemas enfrentados. Os interesses defendidos não podem ser particulares ou visar à obtenção de lucro, pois o veículo é elaborado para a comunidade com o intuito de adquirir força política, poder de barganha ou algum outro impacto social (CARNICEL, 2005).

Outra característica salientada por Paiva (2007) é a estrutura polifônica que os meios de comunicação comunitária apresentam. Pelo fato de frequentemente estarem ligados a projetos sociais específicos, estes veículos possibilitam que vozes não escutadas pelos meios de comunicação de massa possam se manifestar. Além da especificidade, o comprometimento com uma proposta comunitária resulta na abertura de espaço para a difusão de ideias de distintos atores e movimentos. Conforme a autora,

[...] pode-se conceber que, a partir da comunicação comunitária, a pluralidade das vozes possa ser uma realidade. Estima-se que seja possível a inserção de grupos até então à margem do espectro de visibilidade. E os registros vão para além da inserção de novos sujeitos. Pode-se perceber o incontestável interesse pelo novo, pelo que se encontra excluído dos discursos postos em circulação pela mídia hegemônica (PAIVA, 2007, p. 140).

A presença de muitas vozes contribui para democratizar o diálogo e para desconstruir noções preconceituosas sobre grupos e comportamentos. Ao publicar ideias diversificadas e mostrar outros fatos e opiniões, um meio de comunicação comunitária pode auxiliar na modificação de representações sociais hegemônicas vigentes em determinado meio social.

A democratização da comunicação proporcionada por estas iniciativas, aponta Peruzzo (2007), ocorre através do rompimento do fluxo unilateral de comunicação, onde alguns indivíduos são produtores de informações para uma maioria que é apenas consumidora. A comunicação comunitária transforma receptores em produtores, instituindo um processo dialógico de comunicação. A ampliação das instâncias democráticas da comunicação, porém, exigiria que existissem mecanismos que propiciassem a qualquer cidadão abandonar sua condição de apenas receptor, podendo produzir e divulgar informações. Para Paiva (2007), a participação viabilizada pelos projetos de comunicação comunitária os diferencia profundamente da grande mídia, onde o distanciamento entre produtores e receptores é imenso, cabendo aos receptores manifestações apenas em pesquisas de opinião ou de mercado – e utilizando ferramentas interativas que, contudo, não estabelecem uma troca. Maria Cristina Mata, por sua vez, afirma que a participação dos membros da comunidade ou grupo nos processos de produção, circulação e uso das mensagens é uma peculiaridade da comunicação comunitária (MATA, 1981 *apud* COGO, 1998).

Conforme Paiva (2007), dentre as especificidades da comunicação comunitária, o surgimento ou a divulgação de novas formas de expressão e de linguagem são especialmente significativos por acarretarem efetivas modificações nas posturas sociais. Baseando-se na ideia de redescritão do filósofo Richard Rorty, a autora afirma que os meios de comunicação

comunitária são espaços em que os indivíduos podem recontar vivências, percebendo-se como construtores da história coletiva e, conseqüentemente, membros da sociedade contemporânea. Já Peruzzo (2007) enfatiza que, além da sensação de pertencimento a uma coletividade, a participação nos veículos comunitários é responsável pelo empoderamento da comunidade, que conquista o direito à palavra.

Outro aspecto reforçado por distintos autores é a relação da comunicação comunitária com propostas educacionais. Para Paiva (2007, p. 144), “a perspectiva educacional e formativa é prerrogativa primeira de um veículo comunitário”, que não se limita à produção de notícias. Por vezes, tal atuação no campo da educação se deve à inexistência de políticas públicas nesta área no cotidiano do grupo. Carnicel (2005) defende a importância do jornal comunitário na educação não-formal, que, embora estruturada, difere da educação escolar por ser mais flexível em relação ao tempo de aprendizado e aos conteúdos. A educação informal, que abrange o conhecimento adquirido durante a vivência dos indivíduos, sem estruturação, também ocorre nessas experiências comunicativas. Segundo Peruzzo (2007), o processo de produzir um veículo comunitário é altamente educativo, proporcionando aos participantes o aprendizado de funções, técnicas e linguagens presentes nos meios de comunicação, o desenvolvimento da criatividade, o contato com distintas culturas, a construção de identidades. Os membros da comunidade aprendem a realizar trabalhos coletivos, tomam consciência de seus direitos e adquirem conhecimentos históricos que permitem a melhor compreensão do mundo em que vivem.

A comunicação comunitária, portanto, vincula-se fortemente à educomunicação, campo que, conforme Ismail Soares (2007), absorve ideias das áreas de Comunicação, da Educação e das Ciências Sociais. Para Peruzzo (2002), as experiências de educomunicação, desenvolvidas especialmente na América Latina, demonstram que a participação dos sujeitos em uma prática cotidiana centrada nas aspirações do próprio grupo a que pertencem resultam em um processo de educação informal que auxilia na construção ou na reelaboração das culturas populares, bem como na formação destas pessoas enquanto cidadãos.

Mario Kaplun (1996), um dos primeiros estudiosos da educomunicação, afirma que a comunicação comunitária sempre atinge, de alguma forma, um resultado educativo. Os meios de comunicação comunitários, gerados pelo povo ou com sua participação, são percebidos como instrumentos para a educação popular em um processo transformador a partir da reflexão, da discussão e da tomada de consciência da realidade em que vivem. Para que atuem neste sentido, o autor defende que a autêntica comunicação popular não deve apresentar afirmações aos grupos por ela atingidos, mas sim fornecer as condições para que sejam feitas

reflexões pessoais. A comunidade em questão precisa ser consultada, sendo o veículo comunicacional um espaço para que suas necessidades e seus desejos possam ser manifestados. Para o autor, a falta desses cuidados e a manutenção de uma postura em que os emissores mostram a verdade aos receptores, que são tidos como ignorantes, gera o risco de que o meio de comunicação seja uma continuação da comunicação autoritária, vertical e unidirecional produzida pela mídia de massa. Conforme Kaplun (1996), a comunicação popular democrática e eficaz, a serviço de um processo educativo, relaciona-se com a formação da comunidade para que adquira instrumentos que conduzam à modificação da realidade. Vinculada à organização do povo, a comunicação comunitária tem como metas o diálogo e a participação do grupo envolvido.

Participar da comunicação, segundo Peruzzo (2001), amplia a cidadania ao permitir que a pessoa se torne sujeito de atividades ligadas à ação na comunidade e nos meios de comunicação, resultando em um processo educativo realizado fora da escola. Ao inserir-se nestes projetos, o indivíduo pode modificar sua concepção sobre distintos assuntos, relacionando-se de outra maneira com o mundo e somando novos elementos à sua cultura. Os meios de comunicação comunitários têm um duplo potencial educativo e de construção da cidadania, tanto pelo processo de produção do veículo quanto pelo conteúdo das mensagens que são transmitidas. Nos movimentos sociais e nos meios de comunicação comunitária, a educação para a cidadania ocorre na construção de uma comunicação em que a pessoa é protagonista de seu processo de conhecimento e pode educar-se a partir do envolvimento em atividades concretas e em novos relacionamentos que o ambiente permite que se estabeleçam (PERUZZO, 2001).

Além do espírito crítico sobre as condições de existência da população, os veículos comunitários proporcionam maior compreensão sobre o funcionamento dos meios de comunicação de massa, sendo capazes de gerar um olhar questionador sobre o que é distribuído pela mídia. Esta criticidade, porém, não tem como objetivo reforçar um antagonismo entre os meios comunitários e os meios massivos. Cogo (1998) e Peruzzo (1995) mostram-se contrárias a esta dicotomia, considerando que os meios de comunicação de massa e os comunitários não são excludentes, mas complementares. A insistência no dualismo entre os produtos de massa e os veículos comunitários

têm conduzido frequentemente à prática de uma comunicação popular que pouco ou nada tem a ver com os valores culturais dos grupos e dos contextos em que está inserida, chegando mesmo a se constituir num tipo de comunicação pouco atraente e fundamentada mais na razão do que na emoção (COGO, 1998, p. 44).

Para a autora, os conteúdos, as linguagens e os referenciais apresentados pela mídia não precisam ser necessariamente negados, visto que fazem parte da vida dos produtores e receptores dos meios de comunicação comunitária. Ignorar os elementos da cultura de massa presentes no cotidiano dos grupos dificulta o verdadeiro conhecimento da realidade em que vivem os grupos populares e diminui a abrangência dos projetos de comunicação comunitária.

Faz-se necessário, portanto, que os projetos facilitem a aproximação da comunidade durante os processos de produção e gestão dos veículos. Em alguns casos, o convite à participação acaba transformando-se na administração de poucos sujeitos, cedendo lugar a uma postura autoritária (COGO, 1998).

Apesar da existência de possíveis desvios na proposta dos projetos de comunicação comunitária, aqueles veículos que se norteiam pelos princípios da participação ativa, do caráter público do veículo, da autonomia, da gestão coletiva e do vínculo com a cultura local (PERUZZO, 2007) realizam o que, para Nunes (2007), é a recuperação do sentido da comunicação: efetuar o intercâmbio de ideias e valores entre os membros da comunidade e da sociedade. Através dos meios de comunicação comunitária, torna-se efetivo o estabelecimento de laços mais amplos com o grupo e com a sociedade em geral. Do mesmo modo, são entravadas relações e intercambiados conhecimentos que de outras maneiras não seriam possíveis.

Baseando-se nas características da comunicação comunitária apresentadas até aqui, este trabalho considera os veículos comunicacionais elaborados pelos grupos estigmatizados, ou com a participação destes grupos, como espaço propício para a construção de representações sociais que se oponham às idéias dominantes que levam à discriminação de determinadas coletividades. Sendo locais de manifestação de vozes não ouvidas pela grande mídia, a comunicação comunitária coloca-se como potencial meio de afirmação de culturas marginalizadas e de modos de vida que são alvo de preconceito.

No caso das pessoas em situação de rua, a maioria dos projetos envolvendo esta população possui outra característica, além das acima mencionadas: a possibilidade de geração de renda para seus integrantes. A próxima seção, portanto, apresenta alguns desses projetos e seus objetivos. Aprofunda-se ainda no objeto de estudo desta pesquisa, o jornal Boca de Rua, concebido aqui como um projeto de comunicação comunitária que faz uso de algumas técnicas jornalísticas em seu processo de produção.

## 2.2 VEÍCULOS COMUNITÁRIOS VOLTADOS PARA MORADORES DE RUA

No mundo todo existem inúmeras iniciativas de comunicação comunitária voltadas à população de rua, com características distintas e com diferentes níveis de participação dos moradores de rua no processo de produção dos veículos. Em grande parte dos casos, as publicações impressas são produzidas por jornalistas ou profissionais de outras áreas e vendidas por pessoas que estão vivendo nas ruas, albergados ou em situação de risco social. Têm o objetivo, portanto, de propiciar ocupação e renda para os moradores de rua. Há algumas iniciativas, porém, que permitem a participação dos moradores de rua no processo de escrita de algumas colunas, ou mesmo de matérias inteiras. Esta seção contextualiza a produção de jornais de rua no Brasil e no mundo.

### 2.2.1 Publicações de rua pelo mundo

A maioria das publicações vendidas pela população de rua são filiadas à International Network of Street Papers (INSP), rede criada em 1994 para congregar os jornais de rua existentes nos variados países. Sediada em Glasgow, na Escócia, a rede organiza uma conferência anual entre seus membros para a apresentação e discussão dos projetos e para a avaliação de novas possibilidades de atuação.

Segundo os dados da INSP<sup>2</sup>, o primeiro jornal de rua do mundo surgiu em 1989, em Nova Iorque. Atualmente, fazem parte da rede 102 publicações produzidas em 37 países – principalmente na América do Norte e na Europa. O objetivo maior da instituição é a criação de trabalho para os moradores de rua, de modo que a INSP incentiva a fundação de novos veículos, aconselhando e enviando pessoas com experiência em publicações do gênero para que realizem treinamento com os coletivos interessados no próprio país. A rede financia projetos em todos os continentes, dedicando especial atenção à África. Como exemplo, cita-se o psicólogo Manoel Madeira: após trabalhar no jornal Boca de Rua e no jornal francês Macadam, tornou-se consultor da INSP e viajou ao Burundi para auxiliar na criação de uma publicação naquele país.

---

<sup>2</sup> INTERNATIONAL NETWORK OF STREET PAPERS (INSP). **About it.** Disponível em: <<http://www.street-papers.org>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

Desde 1994, a rede já atingiu mais de 250 mil pessoas em situação de miséria ou vulnerabilidade através dos seus afiliados, sobretudo nos países em desenvolvimento. Assim, a INSP acredita que sua existência atua como uma plataforma global para as vozes que não são ouvidas nos diferentes países, considerando ainda as publicações como espaço para a luta pelos direitos e necessidades das pessoas que vivem na pobreza. Mantém ainda uma agência de notícias, a *Street News Service*<sup>3</sup>, que congrega notícias elaboradas por diversas publicações vinculadas à rede e consolida-se como um fórum para a troca de material entre os distintos veículos.

Dentre os membros da INSP, a revista *Big Issue* destaca-se por estar presente em onze países: Escócia, País de Gales, Austrália, Japão, Etiópia, Quênia, Namíbia, Malawi, África do Sul e Zâmbia, além de ser produzida em dois locais na Inglaterra – em Londres e no norte do país. A primeira *Big Issue* foi criada em 1991, em Londres, como uma revista mensal, mas desde 1993 as edições produzidas no Reino Unido circulam semanalmente. Além de auxiliar as pessoas que vivem nas ruas a reconduzirem suas próprias vidas a partir do trabalho e do sustento, a publicação também pretende alterar a percepção pública sobre os moradores de rua.

Na América Latina, aponta-se a existência das publicações de rua Hecho em Buenos Aires, La Luciernaga e Al Margen, na Argentina, Factor S, no Uruguai, e La Calle, na Colômbia. Em 2009, o Hecho em Buenos Aires organizou um evento em que os participantes do projeto expuseram suas produções artísticas em variados pontos de Buenos Aires.

Convém ressaltar, porém, que a maioria das publicações de rua conhecidas pelo mundo diferenciam-se do jornal Boca de Rua devido a suas distintas propostas. Manoel Madeira (2009) aponta que os jornais de rua franceses - e provavelmente dos demais países da Europa – buscam uma saída financeira para a questão das pessoas em situação de rua, considerando os princípios da inserção social e da erradicação deste grupo social como meta a ser alcançada. A iniciativa porto-alegrense, por sua vez, insiste em apresentar uma voz dissonante na polifonia urbana, desejando a inserção social através da expressão dos sujeitos.

---

<sup>3</sup> Mais informações em <<http://www.streetnewsservice.org>>.

### 2.2.2 As iniciativas brasileiras

No Brasil, além do jornal Boca de Rua, destacam-se outros três projetos que relacionam a comunicação com as pessoas em situação de rua: a revista *Ocas*”, vendida em São Paulo e no Rio de Janeiro, o jornal *O Trecheiro*, produzido em São Paulo, e o jornal *Aurora da Rua*, de Salvador.

O jornal *O Trecheiro* foi criado em 1991, pela Associação Rede Rua, com a proposta de tornar pública a realidade das pessoas que vivem nas ruas, divulgando também suas histórias, suas lutas e sua esperança de transformação<sup>4</sup>. A visibilidade das árduas condições de vida dos moradores de rua de São Paulo é, portanto, a principal preocupação do veículo. Entretanto, também é destinado espaço para os movimentos sociais que combatem qualquer forma de exclusão.

As principais temáticas abordadas no periódico, publicado mensalmente, são o descaso e a violência institucionais, a ausência de políticas públicas para a população de rua e a falta de iniciativas da sociedade civil para o enfrentamento desta questão. Não há, porém, participação de moradores de rua na construção das matérias publicadas pelo jornal. Além do *Trecheiro*, a Rede Rua produz audiovisuais e fotografias que registram a organização dos movimentos populares e as manifestações da população de rua, mantendo ainda uma videoteca que concentra experiências de inclusão social.

A revista *Ocas*” é um projeto da Organização Civil de Ação Social (Ocas), ONG criada em 2001, que tem como público-alvo pessoas que vivem na rua e outros sujeitos em situação de risco social. Por não se destinar apenas àqueles que estão em situação de rua, estima-se que mais de 1.700 pessoas já tenham participado do projeto.

Através da venda da publicação, procura-se gerar renda e aproximar os vendedores da sociedade, rompendo as barreiras que os impediam de estabelecer relacionamentos com outras pessoas. O projeto quer também “possibilitar uma vida digna”<sup>5</sup> aos integrantes, promovendo o contato com os familiares, a retomada dos estudos e a busca por um emprego. Além do retorno financeiro proporcionado pela revista, defende-se que a atuação como vendedor estabelece contatos entre os moradores de rua e seus clientes, resultando na reinserção destas pessoas na sociedade.

---

<sup>4</sup> Informações disponíveis em: ASSOCIAÇÃO REDE RUA. Disponível em: <<http://www.rederua.org.br>>. Acesso em: 25 maio 2009.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: BLOG da Ocas. Disponível em: <<http://www.blogdaocas.blogspot.com>>. Acesso em: 25 maio 2009.

Publicada desde julho de 2002, a Ocas” já está no 65º número. Os vendedores adquirem os exemplares por R\$ 1,00 e os comercializam por R\$ 3,00. Assim, cada revista resulta em R\$ 2,00 para os integrantes do projeto. A tiragem da revista varia conforme o mês, mas em 2009 limita-se a 4.500 exemplares, embora já tenha chegado a 7.500 revistas impressas mensalmente.

A Ocas” é escrita por voluntários, mas há espaço para publicação do conteúdo produzido pelas pessoas em situação de risco social. Em 2004, o jornalista Marcio Seidenberg promoveu uma oficina de criação que tinha como objetivo permitir aos integrantes do projeto construir coletivamente textos e ideias, publicadas na coluna Cabeça Sem-teto. Realizada até 2007, a oficina contou com a participação de cerca de 80 pessoas, que produziram entrevistas, narrativas, fotografias e intervenções culturais. Em 2008, entretanto, as atividades foram interrompidas pelas dificuldades encontradas na profissionalização do trabalho dos oficinairos, e também devido ao pequeno interesse demonstrado pelos vendedores naquele momento. Embora não sejam mais realizados encontros com a finalidade de produção de conteúdo, a coluna continua existindo e veiculando o material criado por integrantes, ex-integrantes ou outros indivíduos em situação de risco social que pretendam contribuir.

O mais novo jornal de rua brasileiro filiado à INSP, o Aurora da Rua, foi criado em março de 2007, sendo o primeiro do Nordeste. Cerca de vinte pessoas que vivem ou já viveram nas ruas são os vendedores do periódico e também participam da elaboração de algumas matérias, construídas em oficinas de texto com o auxílio de voluntários e jornalistas. A matéria de capa sempre conta com a participação dos vendedores.

O projeto tem como objetivo gerar renda para os participantes, mas também auxiliar na reinserção social dos moradores de rua. Fazendo uso da ideia de inclusão social possibilitada pelo trabalho e pela difusão de conhecimento sobre a realidade dos que vivem na rua, os idealizadores do veículo esperam modificar o olhar dos leitores, de modo que concebem o jornal como um possível agente de transformação<sup>6</sup>. O jornal define-se como comprometido com o processo de construção de auto-estima de quem vive na rua, buscando a formação destes sujeitos.

Os vendedores não recebem o jornal gratuitamente para venda, precisando destinar 25% do dinheiro recebido para a manutenção do projeto. A tiragem do Aurora da Rua é de 10.000 exemplares, vendidos ao preço de R\$ 1,00. Para que pudessem participar, os vendedores freqüentaram um curso de preparação e capacitação, tendo elaborado um código

---

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: AURORA da Rua. Disponível em: <<http://www.auroradarua.org.br>>. Acesso em: 22 maio 2009.

de conduta em que garantem que: não utilizarão drogas durante os momentos de venda, respeitarão os demais e não empregarão o nome do jornal com outro intuito que não seja a venda do periódico.

Estas iniciativas, juntamente com o Boca de Rua, são os mais conhecidos e importantes projetos de comunicação voltados à temática da população de rua. Embora sob diferentes formas, todas contemplam a participação dos moradores de rua, como fontes, como escritores ou como vendedores. O veículo analisado nesta dissertação, contudo, possui peculiaridades que serão apontadas na parte final deste capítulo.

## 2.3 O PROJETO BOCA DE RUA

Esta seção destina-se a apresentar o jornal Boca de Rua. Para que o projeto possa ser conhecido em suas nuances, serão explicitados o momento de criação do jornal e as primeiras experiências, a atual forma de organização para a produção do veículo, seus objetivos e suas dificuldades. Expõe-se brevemente o suplemento infanto-juvenil Boquinha, para que o jornal Boca de Rua seja compreendido em todas as partes que o compõe.

A minha participação no projeto exige que sejam feitas algumas referências à minha atuação. Assim, neste momento, incluo-me no texto utilizando a primeira pessoa do singular nas referências à minha relação de trabalho e de pesquisa no jornal Boca de Rua.

### 2.3.1 A organização

O jornal Boca de Rua é um projeto da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice)<sup>7</sup>, uma organização não-governamental que coordena iniciativas de comunicação voltadas à área social desde 1999. Além do Boca de Rua, atualmente a Alice é responsável pelo folhetim “Mariposa – uma puta história”, produzido por prostitutas em Porto Alegre, pelo projeto Retalhos, jornal elaborado por mulheres idosas na cidade de Bagé, e por oficinas de comunicação com apenadas no Presídio Madre Pelletier, em Porto Alegre. O

---

<sup>7</sup> [www.alice.org.br](http://www.alice.org.br). Embora exista desde 1999, a Alice só foi registrada em 2004.

objetivo da Alice é produzir e discutir a comunicação de forma crítica e incentivar projetos sociais relacionados à comunicação (GLOCK; DUARTE, 2006).

O Boca de Rua é um veículo impresso trimestral, com tiragem de oito mil exemplares, produzido por pessoas da cidade de Porto Alegre que estão ou já estiveram em situação de rua. Podem fazer parte do grupo até 30 pessoas em situação de rua, necessariamente maiores de 16 anos, pois quem não atingiu tal idade não pode vender os jornais. Entretanto, em novembro de 2009, apenas 21 pessoas estavam inscritas como integrantes do veículo de comunicação<sup>8</sup>.

Os moradores de rua são responsáveis pela execução das pautas, pela escrita dos textos, pela escolha das perguntas e pela realização de entrevistas, pela decisão sobre os títulos das matérias e ainda pelas fotografias, contando com o auxílio dos coordenadores das reuniões. Como forma de pagamento pelo trabalho que executam, os participantes recebem uma cota semanal de jornais para serem vendidos nas ruas da cidade. A cota varia entre 25 e 40 jornais, conforme o período. O valor de cada exemplar é R\$ 1,00, somando entre R\$ 100 e R\$ 160 por mês, quantia integralmente revertida aos participantes, sem que exista a necessidade de qualquer devolução à organização do projeto. Pelo pequeno montante em dinheiro obtido, a venda dos jornais não tem como finalidade ser a principal fonte de sustento destes sujeitos. Ela é um complemento da renda gerada através de outras atividades e pretende ser um estímulo aos integrantes, pois é uma possibilidade de apresentar o trabalho por eles realizado para o restante da sociedade que os estigmatiza ao considerá-los, dentre outras características, sujeitos sem iniciativa para trabalhar.

O jornal é viabilizado por um grupo de pessoas com variadas formações profissionais, chamado de Rede Boca. Fazem parte desta rede os coordenadores das reuniões do grupos de adultos e de crianças e ainda outros indivíduos que já participaram da coordenação e se mantêm ligados ao projeto. Atualmente, os encontros são coordenados pela jornalista Rosina Duarte e por mim, pelo publicitário Rafael Conter e pelo estudante de psicologia da UFRGS Luciano Ferreira Piccoli. Os coordenadores trabalham, na maior parte do tempo, como voluntários. Exercem, portanto, outras atividades para se sustentar, que por vezes impedem a dedicação que seria necessária para avanços no projeto. Somente quando alguma fundação financiadora do projeto destina verba para pagamento dos voluntários é que existe

---

<sup>8</sup> Em 16 de novembro de 2009, o Boca de Rua era composto pelos seguintes integrantes: Adriano Cordeiro (MC Dom), Alexandre Português, Alexsandro Rocha da Silva (Bocão), Anderson Luís Corrêa, André Ranulpho, André Vieira da Silva, Cristiane Monteiro Fernandes, Everton Oliveira da Rosa, Fabiano Carvalho dos Santos, Fabiano Siqueira Messias, Gilmar dos Santos, José Nedir Ramires (Ceco), Lairton Cezaro de Abreu, Leandro Corrêa, Michelle Marques dos Santos, Paulo Ricardo da Silva, Reinaldo Luiz dos Santos, Sidney da Rosa de Souza, Susana Teresinha da Silva, Tiago Deixheimer Boehl, Wagner Pereira.

remuneração. Atualmente, as duas coordenadoras que estão há mais tempo na Rede Boca recebem uma remuneração mensal de R\$ 300,00, sem qualquer vínculo empregatício.

Cada edição do jornal possui oito páginas, sendo que três são destinadas ao Boquinha. Assim, descontada a capa, os integrantes adultos precisam produzir material suficiente para preencher quatro páginas a cada três meses. Geralmente, as matérias produzidas são muito extensas, exigindo a supressão de algumas partes. O espaço reduzido impede ainda a publicação integral das entrevistas realizadas – dificuldade encontrada pela maioria dos meios de comunicação impressos. Para que estes textos e entrevistas não sejam perdidos, os coordenadores criaram um blog<sup>9</sup> na Internet em que disponibilizam os trechos que não estão no jornal impresso. Este espaço virtual é utilizado também para anunciar eventos e para noticiar fatos que ocorrem entre cada edição: o falecimento de três integrantes no inverno de 2008 foi comunicado primeiramente no blog.

Durante os anos de existência do jornal, os integrantes tornaram-se mais autônomos e organizados, adquirindo conhecimento sobre algumas técnicas jornalísticas que permitem que, atualmente, construam os textos do veículo com uma menor interferência dos coordenadores. Esta autonomia também resulta em maior legitimidade no que é escrito e publicado.

Mesmo que sejam percebidos como pessoas que dificilmente se adaptam a normas e obrigações, durante os anos de existência do projeto, os próprios integrantes do jornal foram criando regras de trabalho que devem ser respeitadas por todos, sob o risco de sofrerem alguma punição. Estas regras podem ser discutidas, modificadas ou extintas, conforme a disposição dos participantes. Caso considerem que uma regra não é mais interessante ou necessária para o grupo, um momento da reunião é dedicado para a abordagem da questão, culminando com uma votação que determina se ela deve ser transformada, retirada, ou então deve permanecer. Em 2009, as regras existentes são:

- a) não roubar os pertences dos companheiros do grupo ou algo do local de reuniões;
- b) não desrespeitar qualquer integrante ou coordenador;
- c) não chegar sob efeito de drogas ou álcool à reunião;
- d) não agredir fisicamente os companheiros;
- e) não utilizar qualquer entorpecente durante a reunião;
- f) não comer durante a reunião;
- g) não dormir durante a reunião;
- h) não vender o jornal sob efeito de drogas;

---

<sup>9</sup> <http://www.bocaderuanainternet.blogspot.com>

- i) não repassar o jornal para pessoas que não fazem parte do grupo;
- j) não vender o jornal sem todas as partes que o compõe;
- k) não vender o jornal sem estar portando o crachá que identifica o projeto;
- l) não pedir dinheiro utilizando o jornal ou o crachá.

O descumprimento destas regras resulta em sanções que variam, conforme o caso, de uma semana de suspensão ao desligamento definitivo do grupo – que ocorre apenas quando há agressão física ou roubo de jornais do local de reunião. A regra mais polêmica refere-se ao sumiço de exemplares do jornal ou de pertences dos integrantes ou coordenadores; nestas situações, a reunião é suspensa e nenhum integrante recebe o jornal, a menos que reapareça o objeto sumido. Esta regra já foi rediscutida diversas vezes, pois a coordenadora Rosina Duarte a considera injusta, já que o grupo inteiro é responsabilizado pela atitude de um elemento. Os integrantes, entretanto, defendem que tal sanção é necessária para que não haja este tipo de conduta negativa no grupo. Apesar da constante polêmica em torno desta regra, ela foi posta em prática apenas uma vez, em 2008, quando os jornais da integrante Michelle foram roubados, não foram devolvidos e ninguém se apresentou como responsável pelo sumiço. Assim, a reunião seguinte foi suspensa e ninguém recebeu jornais naquela semana.

Os coordenadores cobram o respeito às regras em todas as reuniões. Com frequência, algum dos integrantes não recebe o jornal por descumprimento de alguma norma - a regra mais infringida é a que não permite dormir durante a reunião. Os três meses de suspensão são aplicados quando o integrante reincide em um curto período de tempo no mesmo problema, como repassar o jornal para que não-integrantes o vendam ou o utilizem para pedir dinheiro na sinaleira. Ao longo da história do Boca de Rua, seis indivíduos foram expulsos do grupo, por agressão a um companheiro ou por depredação do espaço de reuniões. Este desligamento é definitivo, sem que exista a possibilidade de retorno. Os casos mais recentes foram dos integrantes Belo, que durante uma reunião arrombou o armário onde eram guardados os jornais e foi embora com uma quantia, e do participante Rogers, que atirou uma cadeira em direção a seus companheiros de grupo.

Além destas normas, existem ainda outros limites impostos pelos coordenadores, referentes a horários e prazos. Para fazer parte do Boca de Rua, as pessoas devem se inscrever na lista de espera e frequentar três reuniões consecutivas sem receber o jornal. No quarto encontro, tornam-se membros do projeto e recebem os jornais e o crachá de participante. Quando ex-integrantes desejam retornar ao grupo, precisam comparecer a apenas duas reuniões para voltarem a participar. Da mesma forma, aqueles que faltam a três encontros seguidos são desligados do grupo e precisam passar pelo mesmo processo dos ex-integrantes,

caso desejem restabelecer o vínculo. Os coordenadores delimitam ainda uma tolerância de 15 minutos após o início da reunião – aqueles que chegarem após este horário não recebem jornais na semana. São abertas exceções para os que apresentarem comprovantes médicos ou de trabalho.

Embora a função de aplicação das regras e das sanções seja restrita aos coordenadores, os próprios membros do grupo exercem profunda vigilância sobre seus colegas, apontando e denunciando sempre que algum deles infringe qualquer das normas colocadas. Para as regras que não se referem às reuniões, porém, os organizadores não aceitam delações, como forma de evitar intrigas e denúncias forjadas por inimizades.

Os participantes do jornal que se ausentam do grupo por motivo de internação hospitalar, restrição de liberdade ou oportunidades de emprego têm sua vaga garantida. O integrante Paulo Ricardo da Silva, por exemplo, atualmente trabalha como servidor da Cootravipa, responsável pela limpeza das ruas de Porto Alegre. Caso ele mude seu horário de trabalho ou se desligue da Cooperativa, sua vaga no jornal está assegurada sem que ele precise passar pelo período em que o integrante não recebe jornais. Em outro caso, o integrante Luiz Carlos, que cumpre pena de prisão, mantém contato com os demais integrantes, garantindo que deseja retornar a grupo quando for libertado.

Como já colocado, o máximo de participantes admitidos são 30 pessoas. Ao atingir este número, a lista de espera é fechada e os interessados são aconselhados a esperar alguns meses pra procurar o grupo novamente. Este número foi delimitado considerando a quantia de jornais a ser distribuída e também a interação e a organização do grupo. Caso fossem permitidos mais participantes, cada um receberia uma pequena cota de jornais, diminuindo ainda mais a renda gerada por este trabalho. Um grupo mais populoso exigiria também mais coordenadores para que as matérias fossem produtivas. Como a rotatividade do grupo é alta – embora alguns integrantes estejam ligados ao jornal há muitos anos – dificilmente não há espaço para alguém que deseje participar.

O Boca de Rua, através da Alice, estabelece parcerias para aproximar os integrantes de instituições e organizações que possibilitem melhorias na qualidade de vida, especialmente em relação à saúde. O Gapa/RS e o Programa de Redução de Danos são recorrências constantes, pois a maior parte dos integrantes é portador do vírus HIV e usuário de drogas, especialmente de crack. O projeto ainda possui vínculos com outras instituições que fornecem um suporte para a concretização do veículo. O jornal é impresso com apoio da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), entidade vinculada ao grupo de comunicação RBS. A impressão é feita nas gráficas dos veículos do grupo, mais frequentemente na gráfica do jornal

O Pioneiro, de Caxias do Sul. A maior parcela dos jornais é financiada pela FMSS e o restante é pago pela Alice.

### 2.3.2 O início e os diferentes locais de reunião

O jornal Boca de Rua foi criado em Porto Alegre no ano 2000, por iniciativa das jornalistas Clarinha Glock e Rosina Duarte. Com o intuito de produzir um veículo impresso que permitisse a participação de pessoas em situação de rua, as jornalistas estabeleceram os contatos iniciais com jovens que viviam na Praça Dom Sebastião<sup>10</sup>, através do intermédio da educadora Deirdre Lima, que os havia alfabetizado naquele local.

Os encontros fundadores contaram com a presença de poucos interessados, pois, conforme relato de Clarinha Glock<sup>11</sup>, os moradores de rua encontravam dificuldade em compreender como o projeto de um jornal poderia obter êxito, visto que suas referências eram os periódicos Correio do Povo e Zero Hora e eles não imaginavam a si próprios como possíveis produtores destes veículos. Com cerca de cinco indivíduos por encontro e baseando-se na transcrição das histórias orais transmitidas pelos participantes, a primeira edição do jornal Boca de Rua foi publicada em dezembro de 2000, após vários meses de produção. O número 0, cuja chamada de capa era “Vozes de uma gente invisível”, tratou sobre a violência e o preconceito sofrido por aqueles que vivem nas ruas da cidade. Embora as jornalistas considerassem que esta edição precisasse de aperfeiçoamentos, resolveram publicá-la para que os participantes compreendessem melhor o projeto ao ver o seu produto concretizado.

Sem estabelecer um método de trabalho, as jornalistas preocuparam-se em repassar aos integrantes do jornal a noção de que uma notícia é uma história bem contada, já que os textos eram elaborados a partir dos relatos. Esforçaram-se para habituá-los ao uso do gravador e da câmera fotográfica, ensinando para eles algumas técnicas básicas para escrever um texto jornalístico e para entrevistar as fontes das matérias. No início, os moradores de rua se restringiam a contar suas histórias de vida, de modo que havia dificuldade em construir um texto coletivo. As jornalistas anotavam as falas de cada um, compondo elas os textos a partir

---

<sup>10</sup> Situada no bairro Independência. Conhecida também como Praça dos Cachorrinhos ou Praça do Rosário.

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 2007, utilizada em minha monografia de conclusão de curso (ALLES, Natália Ledur. **A voz dos integrantes do jornal Boca de Rua: uma prática de comunicação comunitária.** Porto Alegre: PUCRS, 2007. Monografia (Graduação em Jornalismo), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007).

da junção dos discursos. As matérias não eram, portanto, elaboradas pelos integrantes enquanto um grupo, mas sim pelas falas isoladas dos indivíduos.

O crescimento no número de interessados em compor o jornal resultou na mudança de local. As reuniões foram transferidas para o Parque Farroupilha, próximo ao Auditório Araújo Vianna, mas continuaram ocorrendo sem a proteção de uma estrutura, nos gramados do parque. Também nesta ocasião algumas crianças e adolescentes passaram a frequentar o grupo, demonstrando vontade de participar da composição do jornal. Assim, surgiu a demanda por um novo segmento, já que as crianças não poderiam ser tratadas da mesma maneira que os adultos. Em 2003, então, publicou-se o suplemento infanto-juvenil *Boquinha*, produzido em encontros distintos das reuniões do Boca de Rua. Em atividades lúdicas, passeios e filmes, os integrantes do *Boquinha* compõem histórias que são publicadas juntamente com as matérias produzidas pelos adultos.

No final de 2003, outras pessoas apresentaram interesse em participar da organização do projeto, criando a Rede Boca de Rua, inicialmente formada pelas psicólogas Janaína Bechler, Máira Brum Rieck, Ana Marta Meira e Rita Maciazeki Gomes, que auxiliavam as jornalistas fundadoras. Este grupo de voluntários firmou-se posteriormente como a rede que viabiliza a existência do projeto, sendo que dele fazem parte todos os coordenadores dos encontros.

Até 2004, as reuniões dos grupos *Boca* e *Boquinha* aconteceram no Parque Farroupilha. Entretanto, o intenso fluxo de pessoas transitando pelo local dispersava o grupo, havendo ainda o problema da presença de alguns traficantes em torno dos encontros, o que incomodava os coordenadores devido ao contato que estes sujeitos estabeleciam com as crianças. Estas adversidades resultaram na busca dos organizadores por um local em que as crianças tivessem a proteção de uma sala e as reuniões dos dois grupos passaram a se realizar em um espaço cedido pelo Bandeirão Popular Gaúcho<sup>12</sup>. A sala utilizada pelo Boca adulto, porém, foi destinada a guardar as arrecadações da Campanha do Agasalho, transferindo a produção dos adultos para um canteiro na Av. Erico Veríssimo, situado em frente ao Bandeirão. Em 2007, as atividades do refeitório voltado à população carente foram encerradas, obrigando o projeto Boca de Rua a migrar para o Restaurante Popular<sup>13</sup>, no centro da cidade. Somente neste momento, sete anos após o início das atividades, os adultos participantes do

---

<sup>12</sup> Até 2007, o Bandeirão Popular Gaúcho situava-se na Av. Erico Veríssimo, 1.450, no bairro Menino Deus.

<sup>13</sup> Localizado na Rua Conceição, 65, no Centro de Porto Alegre.

jornal puderam realizar seus encontros por um longo período em um espaço coberto, sem necessidade de interrupção do trabalho devido às alterações climáticas.

O ano de 2007 também foi significativo para o projeto devido ao desligamento dos coordenadores Clarinha Glock e Manoel Madeira. Clarinha, fundadora do jornal, deixou o grupo para dedicar-se a outros projetos, já que a organização do Boca de Rua ocupava grande parte de seu horário de trabalho. O psicólogo Manoel Madeira, que desenvolveu a atividade de coordenador de 2004 a 2007, afastou-se do jornal para viver na França, onde trabalhou no jornal *Macadam*, vendido por moradores de rua de Paris. Manoel, porém, ainda faz parte da Rede Boca de Rua e em 2008 estabeleceu o contato entre os moradores de rua dos dois países, através da escrita de cartas. A mudança na coordenação resultou em diversas transformações na organização das reuniões, visto que estes dois profissionais mantinham vínculos com o grupo há muitos anos, formando a equipe com a qual trabalhei desde 2005. A jornalista Rosina Duarte, que na época era responsável apenas pelas reuniões do Boquinha, precisou dedicar-se às reuniões dos adultos. A partir de 2007, portanto, a coordenação passou a ser exercida também por Rosina e pela jornalista Nanda Duarte – que deixou o grupo no início de 2009 –, de modo que me tornei a coordenadora há mais tempo com este grupo.

Por problemas com a administração do Restaurante Popular, o segmento adulto pôde utilizar o espaço apenas em 2008. A relação tornou-se conflituosa, pois os responsáveis pelo restaurante alegavam que a presença dos moradores de rua em frente ao estabelecimento afugentava os clientes, de modo que não era permitido aos integrantes parar próximo à porta. Também foi proibida a entrada dos animais de estimação dos participantes, que, não encontrando onde deixá-los, faltavam às reuniões. O conflito maior ocorreu quando integrantes foram acusados de roubar objetos do espaço sem que houvesse provas contra eles. A partir deste momento, o jornal não pôde mais ser produzido no salão a ele destinado e as reuniões foram transferidas para o hall de entrada do restaurante, sem qualquer mesa ou cadeira, sendo atrapalhadas pelos freqüentadores do local. Isto inviabilizou a continuidade da parceria e novamente exigiu uma mudança. Em parte do ano de 2008, o jornal foi elaborado na sede do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa-RS). Até a metade de 2009, foi produzido em uma sala do Mercado Público de Porto Alegre, usualmente cedida a reuniões de movimentos sociais. Desde junho, porém, os encontros voltaram a ocorrer na sede do Gapa-RS.

### 2.3.3 O processo de produção

Como anteriormente referido, o Boca de Rua é publicado trimestralmente. Sendo produzido em reuniões semanais, que acontecem às segundas-feiras, das 14h às 15h30min, conta-se em média com 12 encontros para que as matérias sejam elaboradas. Nem todas as reuniões, porém, destinam-se à produção de conteúdo para o periódico: em alguns momentos, é necessário discutir problemas de relacionamento entre o grupo, problemas de venda do jornal ou mesmo dificuldades pessoais encontradas pelos integrantes.

Desconsiderando os imprevistos que atrasam o planejamento usual do projeto, o processo de produção do Boca de Rua ocorre da seguinte forma: na reunião seguinte ao lançamento da nova edição, realiza-se uma reunião de pauta com os integrantes, onde eles sugerem assuntos que podem ser transformados em matérias. Com frequência são também indicados possíveis entrevistados para as temáticas apontadas. Algumas vezes os coordenadores também apresentam pontos que podem ser de interesse do grupo, mas a maioria dos tópicos são trazidos pelos integrantes. Após terem sido feitas todas as sugestões, o grupo vota nos temas considerados mais interessantes, de modo que os três pontos mais votados tornam-se as pautas para a próxima edição.

Na reunião seguinte, o grande grupo divide-se em três para a elaboração da matéria. Os participantes escolhem em qual matéria desejam estar inseridos. Esta decisão varia conforme a afinidade com o tema ou mesmo com o coordenador do grupo. Não há limite de participantes em cada matéria, pois os organizadores acreditam que esta escolha é fundamental para a posterior colaboração nos textos. Porém, se um dos integrantes apresenta algum problema de relacionamento com os colegas de grupo ou com o coordenador, é convidado a participar de outra matéria. Após a definição dos componentes de cada grupo, o coordenador e os integrantes decidem quem serão os entrevistados, qual o enfoque do texto, se haverá saídas para entrevistar ou para fotografar. O coordenador responsabiliza-se por marcar e organizar as entrevistas, bem como por transcrevê-las. As perguntas para os entrevistados, porém, são construídas coletivamente e também são feitas por todo o grupo no momento da entrevista. Cabe ainda ao coordenador carregar o gravador e a câmera fotográfica que serão utilizados pelos integrantes. As fotografias são sempre tiradas pelos participantes, utilizando câmeras digitais ou analógicas pertencentes ao projeto.

Após a realização das entrevistas, as demais reuniões do trimestre são dedicadas à escrita dos textos. As matérias são compostas por todo o grupo. Um dos integrantes anota as

ideias e frases compostas pelos demais. Geralmente são os mesmos participantes que escrevem, pois demonstram mais facilidade e se sentem mais cômodos nesta função. Quando ninguém se mostra disposto a anotar, os coordenadores assumem este papel. Embora exista um cuidado em colocar na matéria somente o que é ditado pelos participantes, por vezes os coordenadores precisam estimular o grupo, questionando-os sobre o assunto em pauta e sobre as falas dos entrevistados para que a matéria possa ser concluída sem que aspectos importantes sejam esquecidos.

Como os textos são escritos à mão, os coordenadores os digitam no computador, corrigindo os erros ortográficos. Quando a matéria está pronta, o grupo escolhe o título. Entretanto, nem sempre o título escolhido é conservado no momento de edição e diagramação. Os integrantes não participam das etapas de edição e diagramação do jornal. A edição é feita pelos coordenadores, principalmente pela jornalista Rosina Duarte, que participa também da diagramação juntamente com as jornalistas Cristina Pozzobon e Rosana Pozzobon, vinculadas à ONG. Algumas mudanças são feitas pelas diagramadoras, justificadas pelo padrão estético seguido pelo periódico. Além disso, os textos também podem sofrer modificações durante a edição: conforme o espaço existente para cada matéria, alguns parágrafos são suprimidos ou mudados de lugar.

O projeto tem a pretensão de, no futuro, permitir a participação dos integrantes em ambas as etapas, garantindo a presença deles em todo o processo de produção. Atualmente, porém, os integrantes encontram dificuldade em terminar os textos nos três meses destinados a cada número do jornal, de modo que não existe tempo para uma edição mais demorada, em que todos possam decidir sobre o que deve ser mantido, modificado ou suprimido nas matérias. O projeto não possui um espaço com computadores que poderiam ser usados pelos integrantes – e a maior parte deles não possui conhecimentos sobre informática. Contudo, mesmo não havendo participação dos moradores de rua nestas áreas, ressalta-se que a discussão sobre a necessidade de ampliar a influência dos integrantes existe dentro o grupo coordenador.

As imagens utilizadas no jornal também são escolhidas pelos integrantes. É comum que um dos participantes de cada grupo seja designado pelos demais ou pelos coordenadores para participar da seleção das fotografias, juntamente com o fotógrafo colaborador do projeto. A fotografia da capa também é escolhida desta maneira. Algumas vezes, a matéria de capa é escolhida devido à relevância do assunto. Em outras edições, opta-se por colocar a melhor fotografia na capa, independentemente de se referir à matéria principal da edição.

### 2.3.4 O perfil dos integrantes

Em dezembro de 2009, cerca de vinte pessoas participam das reuniões do Boca de Rua. No grupo atual, há apenas três mulheres: Cristiane, Michelle e Susana. Embora o número de mulheres já tenha sido maior, os homens sempre foram maioria. O integrante mais novo, Sidney, tem 17 anos, e a mais velha, Susana, tem 44 anos. Na maioria das vezes, não é permitido que menores de 16 anos se insiram no projeto *Boca*, pois esta participação compreende também a venda de jornais e existe uma preocupação em não fomentar o trabalho infantil. Em alguns momentos, porém, não é realizado um controle rigoroso e os adolescentes conseguem se filiar ao grupo sem que se saiba a idade deles.

Grande parte dos integrantes participam do grupo há, no mínimo, dois anos. Tiago, André da Silva, Everton, Lairton, Sidney, Fabiano Messias e Fabiano Carvalho dos Santos compõem o grupo pela primeira vez, sendo que Fabiano Messias é o integrante mais recente, tendo iniciado sua participação em novembro de 2009. Dentre os integrantes, o único que participou dos momentos de fundação do jornal é Aleksandro Rocha da Silva, o Bocão, que permanece ligado ao jornal nestes nove anos de existência do veículo.

Apenas um integrante é analfabeto, sendo que a maioria estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental. Alguns já foram estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, que objetiva aumentar o nível de escolaridade dos jovens urbanos proporcionando acesso à escola para a conclusão do ensino fundamental e oferecendo oportunidade de profissionalização e de obtenção de renda. Atualmente, porém, apenas o integrante José Nedir (Ceco) está ligado ao Projovem. Outro caso é do integrante Reinaldo Luiz dos Santos, que concluiu o Ensino Médio antes de viver nas ruas e é aluno de duas faculdades – cursa Arquivologia na UFRGS e Jornalismo na Unisinos.

É notório que os integrantes do jornal apresentam problemas constantes de saúde. Quase todos são portadores do vírus HIV, desenvolvendo doenças oportunistas como pneumonia e tuberculose. Além disso, o uso de entorpecentes é prática predominante, principalmente de crack, de loló<sup>14</sup> e de bebidas alcoólicas, debilitando ainda mais a saúde dos integrantes. Devido a tais problemas de saúde, já ocorreram diversos falecimentos de integrantes desde a fundação do projeto. No inverno de 2008, faleceram os integrantes

---

<sup>14</sup> O loló é uma versão caseira de lança-perfume.

Marcelo, Chineza e Barbie, levando o grupo a refletir sobre os motivos de tantas mortes e dos cuidados que são necessários para preservar a saúde de quem vive na rua.

### **2.3.5 O suplemento infanto-juvenil *Boquinha***

O *Boquinha* organiza-se de maneira diferente do grupo adulto. As reuniões também acontecem semanalmente, às quintas-feiras, no Restaurante Popular. Coordenam os encontros as jornalistas Rosina Duarte e Elaine Lerner e o estudante de psicologia Luciano Piccoli, com participação das arte-educadoras Ada Marafiga e Neca Lahn. São propostas brincadeiras, passeios, filmes e trabalhos manuais que resultam nas histórias e nas discussões publicadas no suplemento do jornal. As crianças que fazem parte do *Boquinha* não estão em situação de rua, mas, sim, em situação de vulnerabilidade social. Elas são provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo e muitas delas já viveram nas ruas durante algum período de suas vidas. Atualmente, para que possam participar, elas precisam morar com suas famílias ou então em abrigos e instituições que oferecem moradia a esta população carente, além de ser exigida a matrícula escolar. Como não podem comercializar os jornais, suas famílias ou as instituições por elas responsáveis recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 40 mensais para que elas continuem freqüentando o grupo. Esta bolsa é financiada pela Alice e por um grupo de cidadãos que simpatiza com o projeto e contribui financeiramente, a Turma do *Boquinha*. O apoio deste grupo, entretanto, não é suficiente para cobrir todas as bolsas, que totalizam R\$ 600 a cada mês, de modo que recai sobre a Alice a responsabilidade sobre estes pagamentos.

Quando alguma criança em situação de rua comparece às reuniões, as coordenadoras procuram estabelecer um contato com as famílias e encaminhá-las às instituições competentes, com o intuito de restabelecer vínculos para que os integrantes não permaneçam vivendo nas ruas. Existe um trabalho colaborativo com o Ação Rua, projeto social protagonizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em parceria com outras entidades que pretende oferecer alternativas à situação de rua enfrentada por estas crianças, assegurando seus direitos. Assim, percebe-se uma posição dos coordenadores do Boca de Rua que distingue os adultos e as crianças em situação de rua. No grupo adulto, o jornal não tem o objetivo de retirar as pessoas das ruas, por considerar que esta forma de vida possa ser uma opção pessoal. No caso das crianças, porém, avalia-se que a melhor opção é a saída das ruas, existindo até mesmo um esforço dos coordenadores para que isto aconteça.

Além desta diferenciação realizada pelos organizadores, há outros aspectos que resultam em uma grande separação entre os dois grupos. O fato de os encontros ocorrerem em dias distintos faz com que adultos e crianças não se encontrem – a não ser em datas festivas – e pouco convivam. Os adultos, por serem em sua maioria usuários de drogas, viverem na rua e possuírem poucos anos de estudo, não são vistos como exemplos para os integrantes do Boquinha. Considerando que o Boquinha não será alvo desta pesquisa, já que as crianças não estão em situação de rua e, portanto, não compõem o grupo de interesse deste trabalho, o suplemento infantil não será analisado.

### **2.3.6 Os objetivos do projeto**

O projeto Boca de Rua tem como objetivo fornecer um espaço para que pessoas em situação de rua, marginalizadas tanto na sociedade em geral quanto nos meios de comunicação hegemônicos, expressem suas opiniões, relatem suas vivências, denunciem o preconceito de que são alvo e apresentem suas perspectivas sobre inúmeros fatos que acontecem na cidade em que vivem. Conforme Clarinha Glock (ALLES, 2007), uma das fundadoras do jornal, o Boca de Rua deseja abrir um canal de comunicação entre os moradores de rua e a sociedade em geral. Através da comunicação, o projeto procura atuar como um incentivador da auto-estima destes sujeitos, gerando um sentimento de pertencimento a um grupo e propiciando discussões sobre direitos dos cidadãos, políticas públicas da cidade e comportamento dos habitantes em geral.

Os integrantes utilizam suas próprias palavras para manifestar suas aspirações, enumerar os problemas que enfrentam e apresentar-se sob uma perspectiva diferente daquela veiculada pela mídia, que os trata apenas como um enorme problema da cidade ou os coloca somente na página policial (ALLES, 2009). O jornal pretende, portanto, conceder a estes sujeitos a possibilidade de construir outra ideia sobre o que é ser morador de rua, levando os leitores a revisar suas concepções e modificar as noções preconceituosas, que resultam na discriminação deste grupo social. É um espaço para a elaboração de representações sociais diferenciadas sobre quem vive na rua, enfatizando aspectos desconhecidos pela população em geral e que podem contribuir para uma convivência mais harmoniosa com os demais habitantes da cidade. Conforme afirmam as fundadoras do Boca de Rua, “se o primeiro passo era dar a voz e uma fonte de renda, para substituir o assistencialismo pela autogestão, o

segundo foi fazer com que fossem lidos e que essa leitura fizesse a diferença” (GLOCK; DUARTE, 2006, p. 163).

Os integrantes do projeto atribuem uma grande importância ao jornal em seu cotidiano. Além da relevância dada ao fato de possuírem um meio de expressão, o Boca de Rua também é compreendido como uma oportunidade de trabalho a pessoas com baixa escolaridade, como um incentivo ao estudo e ao aprimoramento profissional, como um veículo que valoriza os moradores de rua e que proporciona interações que não existiriam sem o jornal (ALLES, 2007). No processo de produção e nos momentos de venda são entravados contatos que possibilitam aos demais cidadãos conhecerem novas perspectivas sobre a vida nas ruas, gerando várias atitudes de cordialidade em relação a esta população.

O projeto organiza ainda, periodicamente, oficinas de texto, fotografia e vídeo, que, nos últimos anos, resultaram no livro *Histórias de mim*<sup>15</sup>, organizado por Manoel Madeira (2007), em uma exposição de fotografias e em um DVD. Tanto o livro quanto o DVD foram comercializados pelos integrantes, gerando um acréscimo de renda às pessoas que participaram das oficinas. São ainda realizados encontros mensais, chamados de Debate Boca, no mesmo horário da reunião de produção do jornal, para discussão de assuntos pertinentes aos interesses dos moradores de rua e do projeto em si. Nos encontros, reflete-se sobre modos de organização, sobre os investimentos necessários para o aprimoramento da produção e das vendas e sobre como os integrantes podem contribuir para a melhoria do Boca de Rua.

### 2.3.7 Problemas e dificuldades

O principal problema encontrado pelo projeto é a falta de recursos financeiros que possibilitem uma maior autonomia nas decisões e que permitam uma ampliação dos objetivos e das oficinas oferecidas aos moradores de rua. A Alice, ONG responsável pelo Boca de Rua, financia o jornal através de doações recebidas de fundações e projetos. Em 2008 e 2009, recebeu dinheiro da Fundação Luterana de Diaconia<sup>16</sup> e da Fundação Calábria<sup>17</sup> para a realização da série de oficinas intituladas Debate Boca, acima citadas. Em 2008, durante estes

---

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre as oficinas de texto, ver MADEIRA, Manoel; RICKES, Simone. A terceira margem da rua. In: GUIMARÃES, Beatriz. **Interfaces em psicanálise e escrita**. Florianópolis: Casa do Psicólogo, 2008.

<sup>16</sup> Página na Internet: <http://www.fld.com.br/>

<sup>17</sup> Página na Internet: <http://www.calabria.com.br>

encontros, decidiu-se criar o Fundo Boca como uma forma de acumular alguma verba para a concretização de pequenos objetivos. Assim, o dinheiro que o projeto recebe em algumas premiações ou publicações em outros veículos comunicacionais, bem como o que é angariado com a venda de livros publicados pela Alice, é depositado neste Fundo. Na maioria das vezes, o montante repassado ao Fundo é uma quantia muito pequena para ser dividida entre 30 integrantes, como acontecia anteriormente.

A dificuldade em conseguir verbas ocasiona a itinerância do projeto. Ao longo dos nove anos de existência, o jornal já foi produzido em diversos locais, sem qualquer perspectiva de uma sede própria – como abordado no início desta seção. Por isto, o jornal depende de parcerias com outras entidades, mas também precisa se adequar às regras impostas - o que por vezes é empecilho para a continuidade em um mesmo espaço, já que o público-alvo do projeto apresenta dificuldade principalmente em relação ao cumprimento de obrigações. A falta de uma sede própria também ocasiona problemas logísticos, pois não é possível que o material do Boca de Rua fique guardado nos locais. É preciso, portanto, uma organização anterior para a realização de matérias, pois as jornalistas precisam transportar o gravador, a máquina fotográfica, as passagens de ônibus e os jornais a serem distribuídos.

A sede é ainda uma demanda dos próprios integrantes, que a consideram importante para a organização do grupo. Embora durante muitos anos as reuniões tenham acontecido em praças e parques da cidade, os coordenadores avaliam como extremamente benéfica a mudança para espaços fechados, apesar das desavenças com seguranças e gerentes dos locais, como no caso do Restaurante Popular, anteriormente explicado. Ao acontecer em uma sala, a produção tornou-se mais organizada e determinados tipos de posturas não foram mais percebidas. Os integrantes sentem-se mais valorizados ao trabalharem em um espaço com cadeiras e mesas, não mais sentados em gramados e canteiros da cidade.

Além da dependência financeira para a manutenção do projeto e da necessidade de parcerias para a cessão de locais de reuniões, o Boca de Rua é também dependente da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS) para a impressão dos jornais. Esta relação iniciou-se juntamente com o jornal, por contatos das jornalistas fundadoras, que haviam trabalhado no grupo RBS. É, entretanto, um vínculo muito discutido entre os membros da Rede Boca, que julgam incoerente a FMSS custear a impressão dos periódicos enquanto os veículos do grupo RBS produzem diversas matérias discriminatórias sobre os moradores de rua, definindo-os como “sujos”, “criminosos”, “constrangedores” e não lhes permitindo qualquer espaço enquanto fontes de tais matérias (ALLES, 2009). Houve ainda um episódio marcante na história do projeto que tornou as relações com a FMSS mais conflituosas: em

2007, devido a problemas na forma de venda dos jornais, que estavam sendo utilizados por indivíduos que não fazem parte do grupo para pedir dinheiro nas sinaleiras, um grande número de leitores assíduos do veículo manifestou-se com pesar ou indignação por este tipo de conduta. Ao tomar conhecimento destes fatos, a FMSS decidiu diminuir a cota de jornais que financia. Até 2007, eram impressos 10 mil periódicos a cada trimestre. Desde então, apenas oito mil jornais são produzidos pela gráfica no mesmo período. Como resultado, a quantidade distribuída a cada integrante como pagamento por sua participação no projeto decresceu em 5 ou 10 jornais, dependendo do número de participantes. Geralmente, os integrantes recebiam entre 30 e 35 jornais. Atualmente, são fornecidos entre 20 e 25 jornais por semana, com algumas exceções. Deve-se salientar, porém, que a FMSS não possui acesso ao conteúdo do jornal antes de sua impressão, de modo que não há qualquer controle sobre o que é publicado, mesmo que algumas matérias posicionem-se contrariamente ao grupo RBS. A única forma de controle se dá através da diminuição da cota impressa de jornais.

Outro problema refere-se à Rede Boca, rede de profissionais que viabiliza a existência do jornal e que coordena as reuniões dos grupos Boca de Rua e Boquinha. Por tratar-se de sujeitos que, na maior parte do tempo, trabalham como voluntários, as necessidades financeiras de cada um os leva a deixar o grupo ao encontrarem outras oportunidades de emprego. Embora a Rede Boca não tenha contado com grande quantidade de pessoas durante seus anos de existência, o que revela que os seus componentes permanecem, comumente, por muitos anos vinculados ao projeto, estas mudanças prejudicam o andamento do jornal, já que em alguns momentos há poucos profissionais dedicados à organização.

### 3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

O presente estudo baseia-se na noção de que a realidade é construída socialmente através do pensamento e das ações dos sujeitos. São as pessoas, em coletividade, que produzem o mundo da vida cotidiana, embora ele seja experienciado como algo diferente de um produto humano, algo exterior aos indivíduos. A teoria das representações sociais de Moscovici, norteadora deste trabalho, percebe as representações sociais como estruturantes da realidade, incluindo sua abordagem em uma perspectiva construtivista (SPINK, 2007) que também é adotada pelos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) ao defenderem a construção social da realidade. Com tal entendimento, faz-se relevante explicitar brevemente alguns pontos da teoria de Berger e Luckmann que contribuem para a compreensão das representações sociais, especialmente no que diz respeito à importância atribuída ao senso comum para o conhecimento da realidade, e ao papel fundamental da linguagem na elaboração da vida cotidiana. Consequentemente, considera-se a seguinte abordagem como ensejadora do entendimento dos processos que ocasionam e corroboram a desigualdade social.

Vinculados à sociologia do conhecimento, Berger e Luckmann (1985) enfatizam a importância do senso comum para a constituição dos significados que garantem a existência das sociedades. O conhecimento humano – e não apenas o conhecimento teórico – é desenvolvido, transmitido e mantido em situações sociais, solidificando-se como real para os sujeitos. Embora existam diversas realidades acessáveis pelos indivíduos, a vida cotidiana se constitui como a realidade por excelência, impondo-se às consciências de modo mais intenso e urgente.

A construção da realidade se dá através da comunicação e da interação entre os sujeitos, ou seja, por meio da linguagem e da elaboração de signos que encontrem correspondência entre os membros de uma sociedade. A linguagem é o meio que nos permite objetivar as experiências de nossas vidas, tipificando-as e dividindo-as em categorias que possibilitam a atribuição de sentido a essas vivências, tanto para nós quanto para os que conosco interagem. Ao dividir as experiências em categorias, a linguagem as torna anônimas, desvinculadas de um sujeito específico, e faz com que possam acontecer com qualquer pessoa, não estando unicamente relacionadas a um tempo e a um local únicos. Assim, a linguagem estabelece ligações entre diferentes zonas da realidade cotidiana e as integra, transcendendo as lacunas que separam essas zonas. Contudo, não é apenas na linguagem oral

ou quando ocorrem interações face a face que essas características se apresentam. A escrita, bem como outras formas de interação, também portam tais qualidades e são capazes de tornar os mesmos assuntos inteligíveis a grupos sociais variados (BERGER; LUCKMANN, 1985).

A teoria das representações sociais, embora não mencione relação direta com a obra dos sociólogos do conhecimento, compartilha a ideia de que a distribuição das experiências em categorias possibilita o conhecimento do senso comum e permite entender o mundo. As representações não são dadas *a priori* na sociedade, mas sim construídas pela linguagem e pela interação coletiva, refletindo na conduta dos sujeitos. Desta forma, possuem o potencial de manutenção ou de transformação de algumas estruturas sociais. As representações sociais, afirma Margot Madeira (2005), tornam-se um espaço de trocas entre os sujeitos, pois propiciam a delimitação de uma linguagem comum a um grupo social. Conforme Denise Jodelet (2005), as representações sociais, por serem teorias criadas em conjunto e que operam na sociedade, são importantes na construção da realidade cotidiana, pois fundamentam interações, comunicações e ações que se dão no mundo.

Partindo destas considerações, este capítulo apresenta a teoria das representações sociais. Através dessa teoria, pode-se compreender como as pessoas em situação de rua são vistas e como se vêem, tornando mais claras as ideias que posicionam tal grupo à margem da sociedade. Com o objetivo de aprofundar-se na questão da exclusão vivenciada por determinados grupos, este capítulo propõe, em sua segunda parte, um diálogo entre distintos conceitos que abordam o processo de diferenciação e diminuição de certas coletividades ou sujeitos. Assim, são expostas aqui concepções de Erving Goffman (1988), Zygmunt Bauman (2005), Norbert Elias (2000), Lóic Wacquant (2001; 2008), Baader Sawaia (2006), Marcel Bursztyn (2003) e Robert Castel (2005) que permitem um entendimento mais amplo sobre a questão da população de rua das grandes cidades.

### 3.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais foi desenvolvida pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici, que se baseou no conceito de representações coletivas de Émile Durkheim para estudar as representações construídas coletivamente. Considerando as representações como um fenômeno e uma forma de conhecimento, Moscovici (2007) interessou-se pela variação das ideias na sociedade. Ele utilizou o conceito de representação social em um

estudo sobre a penetração da psicanálise no pensamento popular na França. Publicado em 1961, tal estudo introduziu a teoria das representações sociais.

Conforme Farr (2007), esta teoria é uma forma sociológica de Psicologia Social, visto que na Europa a Psicologia Social formou-se como uma subdisciplina da Sociologia. Ao escolher Durkheim como seu ancestral e desenvolver uma teoria que dá continuidade ao conceito definido pelo sociólogo francês, Moscovici apresenta uma preocupação em não romper com o passado. Assim, seguindo Maria Cecília Minayo (2007), é possível aproximar o fenômeno descrito por Moscovici das concepções de outros pensadores.

### 3.1.1 A aproximação com a sociologia clássica

Partindo da definição de Durkheim como referência fundamental para o desenvolvimento da teoria das representações sociais de Moscovici, esta dissertação não pretende aprofundar-se nos conceitos de outros teóricos. Contudo, julga-se pertinente apresentar, brevemente, o trabalho de alguns pensadores que possuem pontos de convergência com certos aspectos abordados pelos estudiosos das representações. São eles: Karl Marx, Max Weber, Lucien Lévi-Bruhl, Antonio Gramsci e Émile Durkheim.

Para realizar esta aproximação, será utilizado o texto de Maria Cecília Minayo (2007), que traça analogias entre a teoria das representações sociais com proposições de Weber, Marx e Durkheim<sup>18</sup>. Na obra de Weber, as representações são aproximadas à concepção de “visão de mundo”: as ideias são os juízos de valor dos indivíduos e, juntamente com a base material, atribuem significação à vida cotidiana da sociedade e dos sujeitos. Assim, Weber ressalta a importância de compreender as ideias de determinada sociedade e de como elas agem na configuração social. As visões de mundo são abrangentes e unitárias, geralmente construídas pelos grupos dominantes. Como exemplo destas ideias, cita a forma de encarar o tempo, a relação com o trabalho e sua divisão, os papéis sociais, entre outras que abrangem todos os grupos presentes na vida social.

---

<sup>18</sup> Os textos dos autores utilizados por Maria Cecília Minayo são: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984; WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências e na política social**. Lisboa: Lisboa, 1974; WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985; GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Na dialética marxista, as representações e as ideias são conteúdos da consciência, determinadas pela base material, pelo intercâmbio material existente entre os homens. Para Marx, as ideias estão comprometidas com as condições de classe, de modo que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes na sociedade (MINAYO, 2007).

Além de Marx, a teoria das representações sociais também encontra similitudes com os pontos da obra de Gramsci que se concentram no senso comum. Para Gramsci, o senso comum tem um potencial de transformação, mesmo sendo fragmentado ou contraditório, porque ele evidencia as reais condições de vida da população. Desta forma, ele considera o senso comum importante no processo de construção da contra-hegemonia. Minayo (2007) aponta três contribuições relevantes deste autor à teoria das representações sociais: ele posiciona-se contra o preconceito que relaciona o senso comum somente às massas, afirmando que cada grupo social tem suas ilusões e seu conformismo; revela ainda que, juntamente com o conservadorismo, o senso comum possui aspectos capazes de gerar transformações; por último, defende que as concepções de mundo – ou seja, as representações sociais – de uma época são abrangentes, sendo compostas pelos conhecimentos de filósofos, intelectuais e da população.

Embora estes autores tenham desenvolvido conceitos pertinentes à teoria das representações sociais, foi a partir das representações coletivas enfocadas por Durkheim que Moscovici elaborou seus preceitos. Durkheim conceitua as representações coletivas como sendo categorias de pensamento empregadas pelas distintas sociedades para expressarem sua realidade. Tais categorias não são universais ou dadas *a priori*, mas se originam dos relacionamentos entre os indivíduos e entre os grupos sociais (DURKHEIM, 1984). Elas surgem ligadas aos fatos sociais, outro conceito apresentado por Durkheim (1972) que diz respeito às maneiras de agir e pensar que são exteriores ao indivíduo e que possuem um poder de coerção, de modo que são impostas aos sujeitos. Durkheim vai dizer que as representações coletivas surgem dos fatos sociais e ao mesmo tempo se transformam em fatos sociais. Assim, assumem as características da exterioridade e da coercitividade. Para o autor, portanto, as representações coletivas não são obrigatoriamente conscientes a cada indivíduo, visto que é a sociedade que pensa. Durkheim (1984, p. 41) explica a exterioridade das representações ao afirmar que

se é permitido dizer, de certo modo, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, é porque elas não provêm dos indivíduos tomados isoladamente, mas em seu conjunto [...]. Na elaboração do resultado cada um contribui com sua parte; mas isso não quer dizer, por exemplo, que os sentimentos privados dos indivíduos adquiram categoria social [...].

As crenças e práticas religiosas, as regras da moral, os preceitos do direito e ainda outras manifestações da vida social colocam-se como uma obrigatoriedade aos sujeitos, o que, conforme o autor, prova que tais formas de pensamento e ação não são oriundas dos indivíduos, mas de uma força moral superior a eles. Durkheim coloca que ao efetuar certa pressão sobre os sujeitos, as representações coletivas auxiliam na integração das sociedades. Conforme Gerard Duveen (2007), é por causa do poder de obrigar e conservar a sociedade que as representações coletivas assumem importância sociológica para Durkheim, já que seus estudos se orientam para as forças e estruturas que conseguem manter as sociedades preservadas e coesas. As representações coletivas são consideradas como formas estáveis para compreender o coletivo, “como artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior” (MOSCOVICI, 2007, p. 45).

Mesmo sendo basilar para a teoria, o conceito do sociólogo francês é alvo de diversas críticas por parte de Moscovici (2007), principalmente devido à estaticidade que Durkheim atribuía às representações coletivas. Para o psicólogo social romeno, as representações sociais são móveis, circulantes. Possuem plasticidade e são estruturas dinâmicas que atuam em um conjunto de relações e comportamentos - que podem surgir e desaparecer com a transformação das representações. Sobre tal dinamismo, Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch (2007, p. 19) colocam que

Moscovici pensou com Durkheim e contra ele, dando-se conta que na sociologia durkheimiana havia o perigo implícito de esquecer que o que é coletivo [...] encontra a sua mobilidade na força do social, que é consensual, é reificado, mas abre-se permanentemente para os esforços de sujeitos sociais, que o desafiam e se necessário o transformam.

Outro ponto de discórdia diz respeito à abrangência da representação coletiva: para Durkheim, todas as ideias, emoções ou crenças de uma comunidade podiam ser estudadas como representações coletivas, incluindo a ciência, as religiões, os mitos, o tempo, o espaço e a personalidade. Moscovici, por sua vez, considera impossível aprofundar-se em categorias tão amplas. Robert Farr (2007) aponta ainda que Moscovici julgou mais apropriado estudar representações sociais no contexto moderno, composto por sociedades plurais. Como tais sociedades vivenciam rápidas mudanças políticas, econômicas e culturais, as representações raramente conseguem se sedimentar a ponto de adquirirem o caráter de tradição imutável. O termo representações coletivas seria mais adequado às sociedades menos complexas que eram objeto de estudo de Durkheim. O próprio Moscovici (2007) coloca que a utilização do termo “social” em vez de “coletivo” tem o objetivo de demarcar a distinção entre o olhar da

sociologia clássica, que pensava as representações como instrumentos explanatórios, e sua concepção das representações como fenômenos que necessitam de explicação, pois se relacionam com a maneira de compreender e comunicar dos sujeitos.

Ainda segundo Moscovici (2007), a noção de representação coletiva de Durkheim era muito intelectual e abstrata, de modo que foi o filósofo e sociólogo Lucien Lévy-Bruhl quem mais apropriadamente conseguiu transformar a ideia em um conceito e diferenciar as representações coletivas das representações individuais. Para ele, as representações são formadas ao longo do tempo e unem as ideias e as ações de um grupo; são construções intelectuais, mas devem ser relacionadas aos sentimentos que as acompanham; e todas possuem a mesma coerência e o mesmo valor, sendo que nenhuma está em posição privilegiada em relação à outra, ou seja, não pode ser usada como critério para definir o que é a verdade.

A partir do breve resgate acima desenvolvido, buscou-se nesta seção identificar as principais referências de Moscovici para a elaboração da teoria das representações sociais. Sendo que tal teoria tem origens sociológicas, procurou-se ainda compreender que pontos podem ser encontrados, sob outros nomes e formas, em autores relevantes da sociologia clássica. A sucinta apresentação destes elementos tem o objetivo de facilitar o entendimento do fenômeno das representações sociais e explicitar as bases para sua delimitação.

### **3.1.2 O fenômeno das representações sociais**

Para Moscovici, as representações sociais são sistemas de valores, ideias e práticas que definem uma ordem para que os indivíduos se orientem. Elas também tornam possível a comunicação entre os sujeitos de uma sociedade, fornecendo um código para que consigam nomear e classificar os objetos e aspectos da realidade (DUVEEN, 2007).

A teoria das representações sociais considera o estudo do senso comum como relevante para o conhecimento da sociedade. O senso comum é constantemente recriado em nossas sociedades e seu conteúdo estabelece a linguagem e o comportamento usual entre os sujeitos. No processo de transformação e realimentação do senso comum, as representações sociais armazenadas são modificadas, extintas ou ainda são elaboradas novas representações. Conforme Moscovici (2007), as representações adquirem autoridade, pois através de sua mediação os indivíduos recebem mais e mais informações que permitem

compreender distintos fenômenos do cotidiano. As representações sociais que emergem a partir de teorias científicas acabam renovando o senso comum, de modo que ele não circula das camadas populares até os representantes da ciência, mas faz o caminho contrário. O campo do senso comum permite perceber as representações sociais no momento em que elas estão circulando e compreender como elas são geradas e transmitidas – e também como são colocadas em ação:

O senso comum, o conhecimento popular [...] oferece-nos acesso *direto* a representações sociais. São, até certo ponto, as representações sociais que combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vêm à nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém. Elas são tão naturais e exigem tão pouco esforço que é quase impossível suprimi-las (MOSCOVICI, 2007, p. 201).

Distintos autores filiados à psicologia social apresentam as representações sociais como uma forma de conhecimento da sociedade e de objetos particulares: de acordo com Mary Jane Spink (2007), nesta corrente o senso comum é forma legítima de conhecimento e ainda possível transformador da sociedade. Para Wolfgang Wagner (2007), as representações sociais são as diferentes teorias populares e saberes cotidianos. Conforme Celso Pereira de Sá (1998), são uma modalidade de saber gerada pela comunicação cotidiana das pessoas e que possui a finalidade de orientar os comportamentos, ou, segundo Moscovici (2007), permitir aos indivíduos controlar o mundo em que vivem. Para ele, portanto, a elaboração de representações tem o propósito de familiarizar os indivíduos com o desconhecido.

Tomando como objetivo tornar familiar o não-familiar, as representações sociais possuem duas funções. Primeiramente, convencionalizam os objetos ou as pessoas, atribuindo-lhes uma determinada forma e localizando-os em categorias específicas que são compartilhadas por grupos sociais. Assim, ao deparar com novos objetos, os sujeitos os posicionam em categorias conhecidas que possuam alguma semelhança com o novo elemento, mesmo que não sejam perfeitamente adequados a tal categoria. Há um esforço dos sujeitos para que as novidades se enquadrem e se assemelhem ao que já é conhecido, para que possam ser compreendidas. O ato de categorizar os objetos e os grupos sociais permite perceber que as experiências dos sujeitos ocorrem em uma realidade anteriormente determinada por convenções. As mentes dos indivíduos são alvos dos condicionamentos impostos por representações, pela linguagem e pela cultura, de modo que só é visto e percebido o que as convenções permitem. Moscovici (2007) ainda coloca que existe a possibilidade dos sujeitos perceberem a influência das convenções na realidade, escapando de algumas imposições

sobre os pensamentos. Entretanto, não é possível libertar-se de todas as convenções e os preconceitos que fazem parte do cotidiano das pessoas.

A outra função das representações é a prescrição sobre os sujeitos. Embora sejam compartilhadas por muitos e influenciem cada um, elas não são pensadas individualmente, mas sim “impostas sobre nós, transmitidas e são produto de uma seqüência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2007, p. 37). As representações sociais, afirma o autor, são entidades sociais que possuem vida própria, comunicam-se e opõem-se, sendo modificadas com o cotidiano e por vezes deixando de existir para ressurgirem com outras formas. Em sociedades muito mutáveis, elas circulam por várias esferas e coexistem com diversas representações, sendo que uma terá preferência, conforme a resposta buscada. Quando ocorre uma mudança que ameace uma imagem-ideia, as interações entre sujeitos e suas atitudes também precisam ser transformadas. Tal ponto é exemplificado a partir da seguinte afirmação:

Uma palavra e a definição de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra [...]. Uma vez difundido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores. Se a palavra “neurose” desaparecesse e fosse substituída pela palavra “desordem”, tal acontecimento teria conseqüências muito além de seu significado em uma sentença, ou na psiquiatria (MOSCOVICI, 2007, p. 39).

Através das funções que possuem, portanto, de autonomia e de prescrição, as representações sociais tornam-se concretas, aparecendo como realidades inquestionáveis, quase objetos materiais criados pelas ações e comunicações dos indivíduos.

A finalidade maior das representações sociais é, como anteriormente explicitado, construir ligações entre o estranho e o conhecido. A incógnita atrai e intriga o indivíduo, ao mesmo tempo em que o amedronta. Quando ele encontra algo distinto do esperado, apresenta uma sensação de incompletude e não consegue reagir como o faria em uma situação planejada. Assim, aponta Moscovici (2007), o contato com a alteridade cria um sentimento de rejeição, pois pressupõe a interação com pessoas que se assemelham aos componentes do nosso grupo social, mas não fazem parte deste grupo. O contato com o não-familiar, portanto, constitui-se em uma ameaça de perder os marcos referenciais que permitem aos sujeitos compreenderem mutuamente a sociedade em que vivem. A construção de uma representação

é, então, uma tentativa de transferir o que perturba para um universo mais próximo, colocando o incomum em um contexto que o torna comum e o incluindo em uma categoria conhecida. Através das representações, o problema da não-familiaridade é superado e o que era abstrato torna-se concreto, restabelecendo o sentido de continuidade no grupo que foi interpelado pelo desconhecido. Percebe-se que esta procura pelo familiar tende para o conservadorismo, de modo que Moscovici (2007) conclui que todas as representações são sociocêntricas.

As representações também são formadas com o intuito de diminuir as dificuldades de comunicação, as ideias ambíguas, a incompreensão das imagens, o que impossibilita a vida em comum. Por serem construídas através de um certo consenso em determinado grupo social, as representações permitem uma melhor comunicação entre os membros. Necessitando de tal consenso, Moscovici (2007) afirma que elas não podem ser criadas por uma deliberação: elas se formam por influências recíprocas, por negociações nas conversações em que modelos simbólicos e valores passam a ser compartilhados, gerando uma gama comum de interpretações e explicações para as experiências da vida social.

### **3.1.3 Os processos de ancoragem e objetivação**

Para melhor compreendermos o fenômeno das representações sociais, é preciso abordar os dois mecanismos de um processo de pensamento que são definidos por Moscovici (2007) como responsáveis pela construção das representações: a ancoragem e a objetivação. Pela ancoragem, os objetos e as ideias não-familiares são comparados a paradigmas de categorias existentes e conhecidas pelos sujeitos, sendo também ajustados para que consigam se enquadrar em tal categoria. A ancoragem é o processo de classificação e nomeação daquilo que não se conhece, para que deixe de ser algo estranho ou então uma ameaça. Este enquadramento é necessário porque a incapacidade de avaliar ou descrever algo cria uma resistência dentre os sujeitos, de modo que a primeira etapa para vencer este distanciamento é o ato de nomear. Conforme Moscovici (2007, p. 62),

no momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e então comunicá-lo [...], então nós podemos representar o não-usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.

Ao estabelecer um nome ou uma categoria para algo, há sempre um processo de valoração e hierarquização, onde os valores de certo grupo são revelados. A segunda etapa da ancoragem é a classificação, em que os objetos, sujeitos ou ideias são submetidos a regras e sanções. Frequentemente, as classificações são realizadas através da generalização ou da particularização, utilizando uma característica qualquer como identificadora de todo um grupo – no caso dos moradores de rua, poderia se pensar na representação de todos como sujeitos, criminosos ou drogados. Na particularização, coloca-se um objeto em distanciamento ao perceber que ele não consegue ser adequado a um protótipo, procurando definir o que lhe torna divergente. Nestas formas de classificação, realiza-se um juízo que define as características como negativas ou positivas. Assim, o autor coloca que tanto a generalização quanto a particularização não são escolhas estritamente intelectuais, refletindo o desejo de definir objetos, sujeitos e ações como normais ou anormais. A classificação do não-familiar é, portanto, o processo de defini-lo como algo condizente ou não com as normas estabelecidas na sociedade e está sempre relacionada a um protótipo, a um modelo ideal utilizado para comparação.

A partir da ancoragem, as pessoas e coisas podem ser descritas, adquirindo certas características peculiares, de modo que se diferenciam de outras coisas e objetos e podem ser enquadradas em uma convenção partilhada por um grupo. Conforme Moscovici (2007), através da nomeação se atribui uma identidade social ao que não estava identificado e sana-se a necessidade dos sujeitos de relacionar objetos e pessoas a uma representação social dominante. O processo de ancoragem, então, baseia-se na classificação e na nomeação. Estes sistemas, porém, não se limitam a rotular objetos ou pessoas: têm como objetivo primeiro auxiliar na interpretação de características e na compreensão de intenções das ações dos sujeitos – ou seja, pretendem formar opiniões. Como exemplo de ancoragem, Moscovici (2007) relata que certos estados de tensão e desajustamento que eram avaliados como meio caminho entre a loucura e a sanidade mental paravam de incomodar após receberem o diagnóstico de “neurose” ou “complexo”. A nomeação dos estados incômodos, portanto, atribuía consistência e realidade a tais sensações.

O outro processo formador de representações sociais, segundo estabeleceu o pesquisador romeno, é a objetivação. Objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem, encontrar representantes não-verbais para as ideias. Com o tempo, as diferenças entre a imagem e o conceito são esquecidas, de modo que o conceito perde o caráter abstrato e torna-se quase físico, possuindo a autoridade de um fenômeno natural para os sujeitos. Em um momento posterior, a imagem é completamente assimilada e substitui a concepção pela

percepção. As imagens se tornam elementos da realidade, e não elementos do pensamento – passam a existir enquanto objetos. Do mesmo modo, os nomes criados para dar forma abstrata a substâncias e fenômenos tornam-se a substância ou o fenômeno. Para Moscovici, a tendência em objetivar está expressa nos atos de transformar palavras em coisas, ideias em poderes naturais.

Para tornar o não-familiar em algo familiar, as representações fazem uso da memória. Através das memórias e das experiências os sujeitos ativam as imagens e a linguagem necessárias para conhecer o desconhecido. A ancoragem e a objetivação são formas de lidar com a memória. Pela ancoragem, os objetos são classificados e nomeados, sendo interiorizados. Na objetivação, a memória busca no interior conceitos e imagens para identificar as coisas externas através do conhecimento prévio do sujeito (MOSCOVICI, 2007).

A ancoragem e a objetivação são formas específicas de mediação social das representações sociais. Elas transformam o conteúdo simbólico produzido por um grupo em algo concreto. Segundo Jovchelovitch (2000, p. 82), “objetivar é condensar significados diferentes, que podem ser ameaçadores ou indizíveis, para fazê-los familiares, domesticados. Ao assim fazer, sujeitos sociais ancoram o desconhecido em uma realidade já institucionalizada [...]”. Para a autora, tais processos mantêm, desafiam, reproduzem e também auxiliam na formação da vida social de uma comunidade.

Hélène Joffe (2007), ao pesquisar as representações sociais sobre a Aids, exemplifica os processos de ancoragem e objetivação. A autora percebeu que as representações sobre esta doença concentram-se em apontá-la como sendo responsabilidade de um grupo estranho. A culpa é atribuída ao outro como uma forma de defesa e de distanciamento do indivíduo e de seu grupo da situação perigosa. As representações sociais são formadas ao ancorar a Aids a ideologias que já circulam na sociedade, como o individualismo, o colonialismo, o heterossexismo. Baseando-se nessas idéias, a Aids é objetivada como sendo ligada a determinadas práticas sexuais, grupos sociais – africanos, homossexuais – e lugares.

Percebe-se, então, que as novas representações sociais são construídas quando surge algo ou algum grupo estranho que, por causar ansiedade e conflito, necessita ser compreendido. Quando os sujeitos vêem algo que não se enquadra nas representações que possuem, são estimulados a encontrar uma explicação para este fato. Conforme Duveen (2007), a heterogeneidade das sociedades modernas, onde há também uma desigualdade de poder, gera a construção de variadas representações. Devido a tal heterogeneidade, surgem

constantemente zonas de conflito em que se manifesta o não-familiar e onde novas representações são construídas para retomar a estabilidade:

Mais frequentemente, as representações emergem a partir de pontos duradouros de conflito, dentro das estruturas representacionais da própria cultura, por exemplo, na tensão entre o reconhecimento formal da universalidade dos direitos do homem, e sua negação a grupos específicos dentro da sociedade. As lutas que tais fatos acarretaram foram também lutas para novas formas de representação (DUVEEN, 2007, p. 16).

Considerando tais disputas pela representação social hegemônica e pela elaboração de novas formas de representar um objeto ou um grupo, revela-se a influência das representações sociais nas ações dos sujeitos. Denise Jodelet (2005) aponta a eficácia das representações na elaboração das condutas sociais e também na orientação das comunicações interpessoais. Na obra *Loucuras e Representações sociais*, a autora questionou-se sobre como as representações sociais da loucura explicam a relação com os portadores de sofrimento psíquico. Para ela, as produções mentais estão diretamente relacionadas às dimensões materiais da vida das comunidades. Faz-se necessário tornar claro o lugar das representações nas práticas sociais, visto que elas podem transformar a organização estrutural das sociedades. De acordo com Sá (1998), Jodelet enfatiza em seu trabalho os suportes que veiculam as representações sociais na vida cotidiana: além dos discursos dos grupos que mantêm as representações, as representações se manifestam em comportamentos e atitudes. Jodelet (2005, p. 40) ressalta que

[...] as representações sociais, enquanto “teorias” socialmente criadas e operantes, se relacionam com a construção da realidade cotidiana, com as condutas e comunicações que ali se desenvolvem, e também com a vida e a expressão dos grupos no seio dos quais elas são elaboradas.

Em sua pesquisa, a autora concebe as representações como produção, expressão e instrumento de um grupo social no seu relacionamento com a alteridade. Estudando o modo como uma pequena comunidade francesa tratava os doentes mentais que nela viviam livremente e eram hospedados pelos aldeões, a psicóloga social percebeu como a idéia de que a doença mental podia ser contagiosa afetava as ações dos hospedeiros: a preocupação com a higiene era uma característica marcante, as roupas e pertences dos doentes eram lavados separadamente e eram evitados certos contatos físicos, devido ao medo de, pelo contato, tornar-se também doentes, impuros. No mesmo estudo de Joffe (2007) citado acima, a autora afirma que as representações da Aids que projetam a responsabilidade no estrangeiro e o

constroem como sendo uma aberração têm conseqüências práticas, pois permitem que o outro seja maltratado e discriminado.

Baseando-se, portanto, nas premissas elaboradas principalmente por Moscovici e Jodelet, este trabalho toma as representações sociais existentes sobre um determinado grupo como basilares para seu posicionamento na vida cotidiana. Compreender as representações sociais sobre o grupo das pessoas em situação de rua – seja no objeto deste trabalho, seja em outros veículos comunicacionais ou em outros processos de interação – apresenta-se como uma maneira de melhor entender a condição marginal e estigmatizante que lhes é atribuída.

A construção de representações sociais generalizantes e estigmatizantes sobre determinado grupo, portanto, é responsabilizada por ações discriminatórias em relação a tal grupo. A existência de uma representação hegemônica sobre as pessoas em situação de rua que diminui estes indivíduos ou mesmo desconsidera sua humanidade acarreta diversas dificuldades para que estes sujeitos tenham acesso aos direitos mais fundamentais assegurados à população. A próxima seção dedica-se a compreender os processos de exclusão social e de preconceito que tornam quem vive nas ruas seres estigmatizados, outsiders, desnecessários.

### 3.2 ESTIGMATIZADOS, *OUTSIDERS*, REDUNDANTES: A POPULAÇÃO DE RUA E OS PROCESSOS DE DESSEMELHANÇA

O estudo de pessoas em situação de rua permite uma série de elucubrações sobre o posicionamento dos componentes deste grupo na sociedade atual e, conseqüentemente, sobre o relacionamento de tais sujeitos com o restante da população. É evidente, porém, a condição de pobreza em que vivem e o tratamento discriminatório que recebem por parte do poder público e da maioria dos habitantes da cidade.

Considerando que o presente estudo se concentra em um veículo de comunicação produzido por moradores de rua de Porto Alegre, buscou-se compreender de que forma estes sujeitos são tratados e como se relacionam com o restante dos habitantes da cidade. Foram encontrados poucos estudos que abordem a temática da população de rua em Porto Alegre. A pesquisa de Schuh, Magni e Kundel (2007), de caráter quantitativo, permite que se conheça algumas características dos sujeitos que vivem nas ruas da cidade. De acordo com esta pesquisa, em 2007 existiam 1203 pessoas em situação de rua, sendo que mais de 80% eram do sexo masculino. Destaca-se ainda que o índice de escolaridade dos moradores de rua

assemelhava-se aos índices do restante da população: cerca de 78% sabiam ler e escrever e 6% haviam concluído o Ensino Médio. A maior parte dos sujeitos entrevistados afirmou não possuir outro familiar em situação de rua e 60% afirmaram não fazer uso dos equipamentos públicos de abrigagem devido às regras impostas por estas instituições, ao tratamento hostil recebido nestes locais e à existência de outros lugares para dormir.

A pesquisa aponta ainda que o principal motivo para que estas pessoas vivam nas ruas são as rupturas com os familiares, seguido pela extrema pobreza. Pode-se comparar esta informação com o enfoque dado ao tema pelo jornal Zero Hora, importante veículo impresso gaúcho. Conforme Alles (2009), as matérias publicadas no periódico durante o ano de 2008 não consideram os moradores de rua como fontes de seus textos, de modo que suas opiniões e suas vivências não são retratadas. Percebe-se uma generalização do morador de rua como sendo viciado em drogas, inclusive sendo este o motivo apontado para que vivam nas ruas. Pela pesquisa acima apontada (SCHUH, MAGNI, KUNDEL, 2007), é notável que o uso de drogas não é identificado pelos sujeitos em situação de rua como sendo a causa do abandono dos lares. Nas matérias de Zero Hora, quem vive na rua não é considerado parte da população da cidade. Os textos enfatizam o desconforto e o constrangimento que a população de rua ocasiona nos demais cidadãos, mas não se detém nos sentimentos dos moradores de rua.

Ponderando que o jornal Zero Hora possui relevância no cotidiano dos porto-alegrenses, pode-se avaliar que o enfoque de suas matérias influencie ou retrate o modo como os moradores de rua são tratados pela população da cidade. Percebe-se um olhar estigmatizante e excludente sobre estes indivíduos, que retira sua condição de seres humanos e os posiciona como sendo um incômodo.

A partir disto, refletir sobre a condição dos moradores de rua como sujeitos excluídos aparece como um ângulo coerente para a discussão aqui proposta. Entretanto, a relutância encontrada em alguns autores – como Bader Sawaia (2006a) – que consideram o termo exclusão como deveras vago, ou então alegam que é um conceito estático, que não contempla certas transformações sociais – como Robert Castel (2005) –, resultou na adoção, na presente dissertação, de outras concepções que proporcionem o entendimento das representações existentes sobre quem vive na rua. Contudo, optou-se por não abandonar os termos exclusão e excluídos, mas por defini-los conforme o olhar de alguns teóricos e, a partir de tal delimitação, contemplá-lo como uma forma de pensar a situação de quem vive nas ruas. Assim sendo, esta pesquisa refere-se à exclusão de acordo com Sawaia (2006a), que, apesar das críticas que realiza, propõe a utilização do termo para designar processos de descompromisso político com o sofrimento do outro:

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2006a, p. 9).

Ao perceber a exclusão como sofrimento, a autora (2006b) busca recuperar o indivíduo, mas sem perder o coletivo, já que as análises sobre as desigualdades por vezes se focam apenas nos aspectos econômicos e políticos. Ao falar sobre o sofrimento, supera-se a concepção de que a única preocupação do pobre é a sobrevivência, não havendo sentido em discutir sobre seus sentimentos enquanto assola a fome. Desta forma, objetiva-se colocar no centro das pesquisas o sujeito, suas relações e sua humanidade.

É preciso deixar claro que, embora estejam articuladas, pobreza e exclusão não são sinônimos. Ao refletir sobre a situação de quem vive nas ruas, este trabalho não se refere apenas à sua situação de miserabilidade. Segundo Sposatti (1996 *apud* WANDERLEY, 2006), a exclusão não é um processo individual, mas de uma lógica presente em várias formas das relações econômicas, políticas, sociais e culturais no Brasil. É uma situação de privação coletiva, que, além da pobreza, refere-se à discriminação, não-equidade, não representação pública, subalternidade.

Esta dissertação utiliza conceitos de diversos autores, aproximando-os através da ideia de não-semelhança e desumanização, acarretadas por diferentes processos de diferenciação dos sujeitos sociais. Reflete-se sobre as pessoas em situação de rua a partir de noções de Zygmunt Bauman (2005), Erving Goffman (1988), Norbert Elias (2000), Lóic Wacquant (2001; 2008), Marcel Bursztyn (2003) e Cristovam Buarque (2003), e ainda sob o olhar de outros pensadores que se dedicaram ao estudo dos grupos e indivíduos inferiorizados na sociedade. Embora não utilizem o mesmo conceito, os teóricos fazem referências a situações em que determinadas pessoas são discriminadas e têm suas vidas prejudicadas por serem tomadas como menos valiosas ou menos humanas. Certas pessoas não conseguem enxergar este outro excluído como sendo um ser humano semelhante a elas. Assim, pode-se encontrar olhares e atitudes sobre o próximo que resultam em processos de dessemelhança ou de desumanização: é partir destas duas ideias que o presente trabalho aborda a questão dos moradores de rua, perpassando por várias concepções que corroboram tal posição.

Busca-se em Bursztyn (2003) e Buarque (2003) uma melhor compreensão do que aqui é entendido como dessemelhança. Para os autores, essa situação se dá quando, por algum motivo, indivíduos parecem ser desnecessários à sociedade e são rompidos os laços de

solidariedade dos outros em relação a eles, bem como os laços de pertencimento a uma mesma espécie. São estes os laços responsáveis pela identificação entre os seres humanos. Quando eles são inexistentes, não há um reconhecimento de que o outro seja semelhante. Para Buarque (2003), é o sentimento de diferença que permite a um grupo não sentir responsabilidade ou culpa diante da desigualdade. A diferenciação entre os seres humanos leva à percepção da pobreza como algo desagradável e que deve ser evitado. A situação de exclusão e marginalização precisa ser eliminada para dar fim ao incômodo sentido pelos não-excluídos, e não para acabar com o sentimento de degradação social causado aos pobres. No Brasil, forma-se uma ética e uma cultura que toleram a exclusão, a miséria, a separação de classes e a consolidação de privilégios. Assim, as elites constroem uma representação de que, por suas roupas, pela linguagem, pela cultura e educação, são mais semelhantes a um europeu do que a um brasileiro pobre – e os excluídos transformam-se em ameaças (BUARQUE, 2003). É o caso dos moradores de rua, uma nova categoria social que é considerada inútil e perigosa e que, por isto, é passível até mesmo de eliminação física (BURSZTYN, 2003).

Pode-se pensar que a dessemelhança leva a população de rua a ser também publicamente invisível. Como coloca Fernando Braga da Costa (2004), a invisibilidade pública faz com que um sujeito desapareça subjetivamente no meio dos outros e seja socialmente humilhado, pois não lhe é possível dialogar com as pessoas pertencentes a outros grupos sociais. Esta invisibilidade, segundo o autor, o exclui politicamente da participação na sociedade e modifica seus relacionamentos e sua percepção de si mesmo.

No mesmo sentido, ao definir o que chama de novos excluídos, Elimar Pinheiro do Nascimento (2003, p. 60-61) afirma que

O conceito sociológico [de exclusão social] refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios, como se representando e representado não fossem semelhantes.

Conforme o autor, os grupos sociais que compõem a categoria de novos excluídos – moradores de rua e indígenas entre eles – não enfrentam apenas uma negação de certos direitos, sendo-lhes recusado até mesmo o direito de ter direitos. Ao não serem reconhecidos como semelhantes, transformam-se em objeto de extermínio (NASCIMENTO, 2003): como exemplos, cita-se a chacina da Candelária, ocorrida em 1993, em que oito crianças e adolescentes que viviam nas ruas do Rio de Janeiro foram assassinados por policiais. Em 2004, sete moradores de rua foram mortos a pauladas em São Paulo, na Praça da Sé, também

com participação da polícia<sup>19</sup>. Em maio de 2008, três moradores de rua foram assassinados em Vitória, no Espírito Santo – tal fato foi considerado pela polícia e pela imprensa como uma tentativa de “limpeza urbana”, mas a autoria das mortes não foi apurada<sup>20</sup>.

Os novos excluídos são aqueles que não têm trabalho ou capacidade de gerar renda e que também não apresentam as características exigidas para o ingresso no mercado formal de trabalho. Estes grupos sociais se tornam, primeiramente, economicamente desnecessários, pois não possuem função produtiva ou ocupam lugares marginais no processo de produção - ao mesmo tempo em que são privados da posição de consumidores, visto que não têm condições financeiras para tal. Assim, são vistos como onerosos para os governos e para os demais cidadãos. Para Nascimento (2003), a exclusão destes grupos do mercado de trabalho resulta na modificação das representações sociais existentes sobre eles. Conquanto já fossem alvos de discriminação social, passam a ser considerados também amedrontantes: são potencialmente bandidos, provavelmente perigosos.

O autor coloca que a exclusão social também tem sido pensada como privação da cidadania<sup>21</sup>: seria a inserção no mundo do trabalho formal que permitiria ao sujeito participar do espaço cidadão. Nesse viés, os moradores de rua e todos aqueles que não estão adequados às regras do mercado de trabalho não fariam parte do conjunto de cidadãos. Os novos excluídos, portanto, seriam aqueles grupos economicamente desnecessários, politicamente incômodos e socialmente ameaçadores.

A desnecessidade de alguns sujeitos devido ao seu desemprego é abordada também por Bauman (2005), que aponta que algumas pessoas são “redundantes”, ou seja, extranumerárias, sem uso. Os redundantes são dispensados na sociedade, pois os outros não precisam deles - não há, portanto, qualquer motivo para sua existência. São refugos humanos, seres excedentes porque não servem como produtores e sua mão-de-obra não é vista como útil; e porque são consumidores falhos, com renda insuficiente para consumir. São tratados como parasitas, intrusos, indolentes, criminosos e são acusados de explorar o Estado por necessitarem de auxílio para sobreviver. Não há, conforme o sociólogo, lugar na sociedade para todo o refugo humano. Assim, ocorre uma reclassificação e aqueles que não conseguem participar do mercado de trabalho deixam de ser vistos como um problema social para se tornarem uma questão de lei e ordem, tendo sua situação criminalizada. A existência de

---

<sup>19</sup> O MASSACRE dos sem-nada. **Revista Isto É**, n. 1821, 1 set. 2004.

<sup>20</sup> CECONI, Érika. Moradores de rua são Mortos em Vitória. **Rede Rua**, 7 maio 2008. Disponível em: <[http://www.rederua.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=103&Itemid=1](http://www.rederua.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=103&Itemid=1)>. Acesso em: 16 nov. 2009.

<sup>21</sup> Nascimento (2003, p. 73) considera cidadania “o reconhecimento de que o indivíduo é um semelhante e, portanto, alguém revestido de direitos e, sobretudo, do direito de ampliar seus direitos”.

peças redundantes não é concebida como um problema sistêmico, mas de competência individual.

Percebe-se, portanto, que para vários autores as situações de exclusão e de dessemelhança estão relacionadas à questão do trabalho, sendo este pensado não como uma relação técnica de produção, mas como um suporte de inscrição na estrutura social, como defende Robert Castel (2005). A falta de um emprego que garanta uma estabilidade financeira e estimule o consumo, resultando em um diferente estilo de vida, é um dos principais motivos que levam os moradores de rua a serem vistos como seres distintos, menos valiosos, menos humanos.

A partir das afirmações de Castel (2005), percebe-se que os que vivem na rua são enxergados como seres supranumerários – termo semelhante ao usado por Bauman –, inúteis e que sequer podem ser explorados, pois não possuem qualquer característica a ser convertida em valor social. Desvalorizados, não são considerados atores sociais por não fazerem nada de útil: não podem, portanto, existir socialmente, quando se concebe a existência como a ocupação de um lugar designado nas esferas sociais. Baseando-se no autor, concebe-se que as pessoas em situação de rua são consideradas um problema justamente por não “existirem” socialmente, ao mesmo tempo em que estão presentes demais no cotidiano dos outros habitantes da cidade. A conjuntura atual de precarização dos vínculos empregatícios e de aumento do desemprego demonstra que não há mais lugares ocupáveis na estrutura social que estejam atrelados a uma utilidade social e a um reconhecimento público. Aqueles que não encontram posição no processo produtivo tornam-se não-integrados e também não-integráveis. A inutilidade social contribui para a desqualificação dos moradores de rua também nos planos cívico e político, já que eles não conseguem influenciar mudanças ou mesmo mobilizar-se enquanto grupo. Eles são, portanto, desfiliaados, termo empregado por Castel (2005) para designar os sujeitos que romperam o sentimento de pertencimento à sociedade, bem como os laços que os uniam a uma coletividade.

Os moradores de rua também são, conforme o conceito de Goffman (1988), estigmatizados, pois possuem atributos distintivos que dificultam a interação com os outros indivíduos. Para o sociólogo canadense, a sociedade estabelece formas de categorizar as pessoas e define as características consideradas comuns para os membros de cada categoria. Quando um indivíduo apresenta peculiaridades que o afastam do que era esperado dele, não podendo ser enquadrado, deixa de ser um sujeito comum e total e torna-se alguém diminuído perante os outros. Ao apresentar alguma característica física ou determinado comportamento, a pessoa é estereotipada e suas relações ficam prejudicadas, pois os interlocutores não

conseguem se fixar em outro atributo que não aquele que ocasionou a estigmatização. Assim, a atribuição de um estigma também resulta em um processo de dessemelhança:

Acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças [...] (GOFFMAN, 1988, p. 15).

Por não considerarem certos indivíduos completamente humanos, as pessoas que o autor chama de *normais* – que não possuem uma característica que os inferiorize – não aceitam os estigmatizados e não demonstram qualquer disponibilidade em se relacionar com eles como semelhantes. Aliando as dificuldades de relacionamento à tendência em incorporar os padrões sociais estabelecidos, os estigmatizados tornam-se mais sensíveis ao olhar do outro e podem, por vezes, pensar que não correspondem às expectativas alheias e que realmente são inferiores ao que deveriam ser. Alguns se envergonham de sua condição e inclusive concebem seu atributo distintivo como algo impuro.

Goffman (1988) aponta que alguns grupos não são apenas estigmatizados, mas, como no caso dos moradores de rua, também são desviantes sociais: seres que não aderem às normas impostas pela sociedade. Alguns indivíduos voluntariamente recusam-se a aceitar determinados papéis e agem irregularmente em relação a algumas instituições como a família, a divisão de papéis conforme o gênero, o emprego estável e integral. Para o autor, são considerados os maiores desviantes aqueles que parecem engajados em uma negação coletiva da ordem social, incapazes de aproveitar as oportunidades que possibilitariam o progresso nos moldes aceitos moralmente. Ele elenca como desviantes sociais, além dos moradores de rua, as profissionais do sexo, os viciados em drogas, os homossexuais, os boêmios, os ciganos, os músicos de jazz, os criminosos, os delinquentes, os vagabundos, os parasitas, os gigolôs, os jogadores, os artistas de shows e os malandros das praias. Embora nem todos os desviantes sejam estigmatizados, a população de rua é contemplada pelas duas categorias.

Seguindo a ideia de Norbert Elias (2000), os sujeitos que vivem na rua também podem ser taxados como *outsiders*, pessoas que estão fora da “boa sociedade”, que não pertencem aos grupos poderosos e não conseguem se organizar como um grupo coeso, sendo concebidas como possuidoras de um menor valor humano. Eles existem sempre em uma relação de interdependência com os estabelecidos, grupo que se autopercebe e que é percebido como mais poderoso e melhor por sua tradição, sua influência e sua autoridade, fundamentada na

concepção de que são um modelo moral a ser seguido. Os grupos mais poderosos se enxergam como pessoas melhores, dotadas de um maior carisma grupal e possuidoras de mais virtudes – inexistentes nos *outsiders*. Ao se considerarem superiores, em certos momentos podem levar os indivíduos menos poderosos a se sentirem como desprovidos de virtudes, ou seja, a se compreenderem como humanamente inferiores.

Os grupos sociais não são compostos por pessoas idênticas, de modo que em cada grupo é possível encontrar algum integrante que apresente comportamentos moralmente condenados pela sociedade. Entretanto, Elias (2000) afirma que as características condenadas em alguns dos sujeitos *outsiders* são generalizadas como sendo a postura de todo o grupo. No caso dos estabelecidos, ocorre o contrário, visto que sua imagem é moldada a partir dos seus membros mais “exemplares”. Por considerarem-se superiores, os estabelecidos excluem os *outsiders* de seu convívio e os estigmatizam como forma de conservar sua superioridade social, pois o estigma imposto costuma penetrar na auto-imagem do grupo excluído, tornando-o mais fraco. Isto só é possível devido ao monopólio das fontes de poder, pois, para o autor, uma coletividade só consegue estigmatizar outra com eficácia ao estar em posição de poder que não é acessível aos excluídos.

Para Elias (2000), a estigmatização não pode ser discutida a nível individual. O caso dos moradores de rua pode ser empregado como exemplo para perceber que, na maioria das vezes, a questão não se resume a uma pessoa não apreciar a outra enquanto indivíduo isolado. As pessoas em situação de rua são estigmatizadas por pertencerem a um grupo considerado inferior, diferente, desorganizado, preguiçoso e também criminoso. As diferenças de poder, coloca o autor, não podem ser explicadas apenas em função da posse de objetos: é preciso considerar que algumas desigualdades de poder se dão em decorrência do grau de organização dos sujeitos. Ao estudar os moradores de rua, pode-se perceber que os estigmas que lhes são atribuídos não se referem à sua situação de miséria, mas sim às suas peculiaridades organizacionais – ou, para alguns, à sua falta de organização – no cotidiano: a sujeira dos corpos, o uso de drogas, os horários não-convencionais, os hábitos distintos daqueles apresentados por quem vive em uma casa.

A população de rua, portanto, não segue as normas concebidas pelos estabelecidos como necessárias para a manutenção da ordem na sociedade. Para pertencer ao grupo superior, os indivíduos precisam sacrificar alguns prazeres e se submeter às regras impostas pelo grupo. Os *outsiders* - os moradores de rua - são vistos como não-observantes de tais restrições e são considerados anômicos. O simples contato dos estabelecidos com os sujeitos

que não aceitam as normas ocasiona o risco de poluição<sup>22</sup>, levando alguns membros do grupo estabelecido a serem julgados como suspeitos de infringirem o sistema. Elias (2000, p. 26) afirma que

Como os outsiders são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anômica”: esses membros podem ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider. Assim, o contato com outsiders ameaça o “inserido” de ter seu status rebaixado dentro do grupo estabelecido. Ele pode perder a consideração dos membros deste - talvez não pareça mais compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuem a si mesmos.

Na situação aqui estudada, a dessemelhança entre os moradores de rua e outras coletividades refere-se especialmente às normas que são cumpridas pelos estabelecidos. Para os sujeitos mais poderosos, a observância das regras sociais vincula-se ao seu amor-próprio e à crença de que seu grupo se distingue em função de seu carisma. Considerando que as pessoas em situação de rua por vezes desconhecem as normas, ou então não se preocupam em respeitá-las, os estabelecidos encontram-se ameaçados. Além disto, precisam conviver com seu próprio desejo de romper as prescrições, sendo a existência dos *outsiders* vista como potencial enfraquecedora destas defesas. Percebendo a desorganização e o desregramento como um ataque à sua posição, os estabelecidos estigmatizam alguns grupos, definindo que, dotados de menos humanidade, merecem ser inferiorizados e humilhados na vivência cotidiana.

Assim como os demais autores, Wacquant (2001a) reflete sobre a existência de um grupo social desprivilegiado que é considerado uma *underclass*, ou seja, uma classe inferior, que habita locais segregados e é responsabilizada por seu destino e culpabilizada pelo declínio da cidade. Sob o olhar dele, os moradores de rua – e os pobres em geral – são vítimas de uma violência estrutural, fruto das transformações econômicas e políticas da sociedade. Estas mudanças ocasionaram uma polarização de classes que, ao unir-se com a segregação étnica, resulta em uma dualização das metrópoles. Os pobres não são apenas marginalizados, mas também considerados redundantes social e economicamente. Além dos problemas gerados pelo desemprego, explicitados pelos autores recém citados, Wacquant (2001a) ressalta o isolamento territorial a que são submetidos os pobres, pois não lhes é permitido viver nas

---

<sup>22</sup> A antropóloga inglesa Mary Douglas, na obra **Pureza e Perigo** (1991), aborda a questão da poluição social. No mesmo sentido de Norbert Elias, a autora afirma que atravessar uma barreira social significa tornar-se impuro e acarreta sanções concretas. Ao transpor a linha de demarcação que separa um grupo do outro, o indivíduo é objeto de reprovação geral por parte de seu grupo, pois não respeitou as regras e tornou-se perigoso para os demais, visto que pode contaminá-los por seu contato com a poluição.

áreas mais nobres das cidades, destinadas à população economicamente favorecida. Tal divisão é evidenciada com as decisões de remoção de favelas para locais mais afastados ou com as tentativas de retirada dos moradores de rua de praças e parques nas zonas centrais.

À separação territorial adiciona-se a crescente estigmatização dos pobres no cotidiano e no discurso público, levando a uma penalização da miséria e dos migrantes que lutam pelos direitos sociais de desempregados e sem-teto (WACQUANT, 2008). Em outra obra (2001b), o autor afirma que os países que adotaram o posicionamento neoliberal de livre mercado utilizam cada vez mais a polícia e as instituições penais para acabar com a desordem que foi produzida pelo desemprego crescente, a diminuição da proteção social e a necessidade do trabalho precário. A vigilância policial e o encarceramento ampliam os problemas enfrentados pelos grupos discriminados e causam um empobrecimento ainda maior. Os moradores de rua, juntamente com os portadores de sofrimento psíquico e os toxicômanos, constituem um grupo de rejeitados, sem valor no mercado de trabalho, que tem como destino as prisões<sup>23</sup>. Para Wacquant (2008) portanto, os sem-teto são criminalizados por fazerem parte da escória da sociedade voltada às regras mercadológicas.

### **3.2.1 Representações sociais e exclusão nos meios de comunicação**

A partir das considerações sobre as desigualdades, a não-semelhança e a exclusão social de alguns grupos, parte-se para a reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na distribuição de representações sociais sobre as pessoas que vivem na rua. Jodelet (2006) afirma que a exclusão é instaurada e mantida devido à construção de alteridade feita a partir das representações sociais. Os meios de comunicação, sustenta a psicóloga social, difundem amplamente tais representações de deslegitimação que afastam moralmente um coletivo do campo de valores aceitáveis, desumanizando-os. Assim, são justificados o desprezo e o medo que os demais sentem deles e, conseqüentemente, autorizadas a violência e as sanções que lhes são infligidas.

Os problemas sociais, defende Patrick Champagne (1997), só têm uma existência visível ao serem abordados pela mídia, embora os mal-estares da sociedade não possam ser

---

<sup>23</sup> O autor aborda principalmente a situação dos Estados Unidos e de países da Europa que “para implementar a revolução neoliberal, [...] abandonaram a regulamentação do bem-estar social para priorizar a administração penal dos rejeitados humanos da sociedade de mercado, que tende a incorporar o subproletariado urbano a uma sulfurosa marginalização” (WACQUANT, 2008, p. 9).

reduzidos aos que são construídos pelos meios de comunicação nem à imagem dos problemas que é midiaticamente veiculada. O autor salienta que quando as populações marginalizadas tornam-se notícia, a fabricação do acontecimento frequentemente foge do poder destes coletivos, pois os jornalistas possuem uma capacidade maior de constituição das narrativas. Os excluídos são menos aptos a controlar sua própria representação, pois são considerados indivíduos sem cultura e incapazes de se expressar na linguagem exigida pela grande mídia. Além disso, sua vida cotidiana não é interessante para os jornalistas e meios de comunicação de massa. As coberturas jornalísticas que tematizam os grupos estigmatizados costumam se concentrar nos aspectos excepcionais, especialmente nos fatos relacionados à violência. A mídia representa os problemas sociais enfatizando o extraordinário: ações violentas, confrontos com a polícia, vandalismo.

Os *outsiders* raramente são ouvidos e, quando o são, tendem a tomar emprestada a representação dominante, repetindo o discurso hegemônico que, provavelmente, apreenderam dos meios de comunicação. A cobertura jornalística pode reforçar os estereótipos sobre os grupos e locais, contribuindo para a estigmatização dos sujeitos (CHAMPAGNE, 1997). A estigmatização marca os indivíduos para muito além dos acontecimentos que estão sendo noticiados, acompanhando-os em variadas situações de suas vidas.

A mídia é constituinte da realidade e contribui para a criação do que ela descreve como real. Assim, Champagne (1997) sustenta que os problemas sociais, sobretudo as referências a desgraças e a reivindicações, precisam aparecer na mídia para que possam existir publicamente e, conseqüentemente, passem a ser examinados pelo poder político, visto que é muito difícil agir politicamente fora dos meios de comunicação.

O jornal Boca de Rua apresenta-se, portanto, como uma forma de ação e expressão de um grupo *outsider*, estigmatizado, excluído, dessemelhante, que busca desconstruir certas representações hegemônicas que os tornam alvo de maior discriminação. Partindo das noções aqui explicitadas, é possível realizar a análise que permite perceber quais são as representações elaboradas por este grupo a respeito deles próprios.

No próximo capítulo, serão apresentados os guias metodológicos utilizados na presente dissertação, para que se tornem claras as etapas realizadas na análise. Após, então, passa-se à interpretação dos textos e das entrevistas.

#### 4 A PESQUISA PARTICIPANTE COMO BASE METODOLÓGICA

Ao considerar o envolvimento da pesquisadora com o objeto de estudo, percebe-se que esta relação, ao mesmo tempo em que pode beneficiar o trabalho em determinados aspectos, gera dificuldades em outras questões. Embora a participação constante nos últimos cinco anos permita o conhecimento de nuances que um pesquisador de fora demoraria a perceber e resulte ainda em uma maior aproximação com os entrevistados, a atividade de coordenação do grupo impede um olhar distanciado que, em alguns momentos, seria importante para a compreensão do projeto e da relação de seus integrantes com o jornal.

Por fazer parte do grupo estudado e, de certa forma, ter influência no conteúdo publicado, toma-se como sendo de grande importância a explicitação do modelo metodológico a ser seguido na concretização da pesquisa. O presente capítulo, portanto, pretende apresentar os posicionamentos e os procedimentos metodológicos que norteiam as etapas traçadas para que sejam atingidos os objetivos inicialmente propostos.

A elaboração de um modelo metodológico supõe a conformidade com o que é exigido pela teoria escolhida, devendo também adequar-se ao objeto de conhecimento. O modelo é, de acordo com Maria Immacolata Lopes (2005, p. 14), consequência da teoria de pesquisa, “construído conscientemente com fins de descrição, explicação ou previsão [...]”. Assim, ao ser definida a teoria das Representações Sociais como a linha a ser seguida neste trabalho, é possível estabelecer as diretrizes metodológicas e técnicas que guiarão a pesquisa.

Conforme Farr (2007), as representações estão presentes tanto no mundo, na realidade da vida cotidiana, quanto na mente dos sujeitos. Assim, elas devem ser investigadas em todos os contextos possíveis. Justamente por ser plurimetodológica, a teoria das Representações Sociais permite a abordagem das representações em distintos âmbitos da realidade. Lopes (2005) aponta que as pesquisas em Comunicação devem iniciar como um trabalho interdisciplinar, não se restringindo às técnicas de pesquisa que predominam em uma única disciplina – no caso da teoria a ser utilizada, a Psicologia Social. Sem dispor de um método privilegiado, a Comunicação deve empregar a multiplicidade de procedimentos metodológicos disponíveis, enriquecendo a investigação em curso.

Partindo da teoria das Representações Sociais como base para estudo, avalia-se como pertinente a utilização da pesquisa participante como posição metodológica que abrange o relacionamento entre a pesquisadora e o projeto pesquisado. Como procedimentos, optou-se pelo emprego de duas técnicas distintas para uma compreensão das representações sociais

sobre população de rua existentes tanto nos jornais impressos quanto nos discursos dos integrantes. Definiu-se, portanto, o uso da análise de conteúdo, seguindo Laurence Bardin (2008), e a realização de entrevistas com os integrantes a partir das ideias de Rosário Sanchez-Vilela (2006), Luís Jesús Galindo Cáceres (1997) e Uwe Flick (2004).

#### 4.1 OPÇÃO METODOLÓGICA: A PESQUISA PARTICIPANTE

A atuação da pesquisadora como colaboradora do jornal, referida anteriormente, interfere diretamente na escolha da metodologia a ser utilizada no processo de pesquisa. Torna-se claro que o presente trabalho baseia-se em uma perspectiva de pesquisa participante ou de investigação participativa que, conforme Peruzzo (2009), possui como estratégia a inserção do pesquisador no ambiente pesquisado, compartilhando a situação vivenciada pelo grupo com a finalidade de investigar. Entretanto, a autora aponta que a pesquisa participante desdobra-se em três modalidades: a observação participante, a pesquisa participante e a pesquisa-ação.

Segundo Teresa Haguette (1990), a pesquisa participante critica a metodologia tradicional das ciências sociais e recusa-se a aceitar a necessidade de distanciamento entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Além da inserção do pesquisador, defende-se a participação do grupo estudado no processo de construção do conhecimento, considerando que a ciência deve ser socializada e não apropriada por grupos dominantes. Para Michel Thiollent (2008), a relação entre a pesquisa e a ação estabelece um compromisso com variadas dimensões: comunicativa, social, cultural, ética, política e, por vezes, estética. O compromisso firmado resulta no retorno das informações para os interessados, o que pode render uma capacitação do coletivo com o objetivo de transformação da realidade e de resolução de problemas sociais. Nesta perspectiva, são resgatados ideias e conhecimentos populares através do diálogo e da aproximação crítica do pesquisador.

Na área da comunicação, as distintas modalidades de pesquisa participante buscam, conforme Denise Cogo (2007, p. 157),

definir um processo científico de construção do conhecimento baseado nas interações entre os sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados e na interlocução ou diálogo entre saberes popular e científico no processo de investigação. Perspectiva capaz de convergir para análises que formulem referencial crítico e questionador orientado à ação e à intervenção social acerca das assimetrias, desigualdades e relações de poder que envolvem interações comunicacionais [...].

Em qualquer uma das formas de pesquisa participante, faz-se necessária a presença constante do investigador no ambiente de pesquisa, para que seja possível um olhar mais aprofundado sobre a questão observada. Além disso, é deveras importante a participação do pesquisador nas atividades desenvolvidas pelo grupo estudado. Através deste envolvimento, ele pode “co-vivenciar” os fatos e os interesses (PERUZZO, 2009, p. 126).

Inicialmente, acreditou-se que uma adaptação da pesquisa-ação seria a forma mais coerente de englobar a participação e o estudo no projeto do jornal Boca de Rua. A utilização da pesquisa-ação nos estudos da área da comunicação demonstra um empenho dos pesquisadores “na construção de objetos de pesquisa comprometidos com a realidade social e os processos de cidadania das sociedades latino-americanas” (COGO, 2007, p. 150). Conforme a autora, a opção pela pesquisa-ação inclui no debate as tensões entre a ciência e a militância, atribuindo maior rigor metodológico às investigações em comunicação comunitária, já que os pesquisadores também estão, com frequência, envolvidos na viabilização dos projetos. Neste tipo de pesquisa, a interação entre os pesquisadores e as pessoas relacionadas à situação investigada revela a prioridade dos problemas a serem pesquisados, buscando soluções que sejam encaminhadas sob a forma de ações concretas. A pesquisa-ação na área da comunicação pode se concretizar na concepção de meios de comunicação alternativos, como jornais, filmes, etc. (THIOLLENT, 2008).

A pesquisa-ação diferencia-se da pesquisa participante, segundo Peruzzo (2009), pois a primeira pressupõe a participação do grupo estudado na elaboração dos problemas e dos objetivos de pesquisa, na coleta de dados e na discussão dos resultados. Além disso, Thiollent (2008) afirma que a pesquisa-ação tem como objetivo uma ação transformadora da realidade. No presente trabalho, os problemas de pesquisa não foram construídos com o envolvimento dos integrantes do jornal Boca de Rua, tendo sido elaborados a partir de um olhar particular da pesquisadora. Do mesmo modo, a presente investigação não tem como objetivo resultar em uma ação concreta, tanto por parte do pesquisador quanto dos participantes – embora se conceba que a ação transformadora já foi realizada com o surgimento do jornal Boca de Rua. Considera-se, portanto, que o posicionamento metodológico deste trabalho aproxima-se mais dos pressupostos da pesquisa participante do que da pesquisa-ação.

Na pesquisa participante, o pesquisador também atinge alto grau de interação com o grupo alvo do estudo, agindo como membro, acompanhando a situação concreta em que se encontra o projeto analisado e assumindo algum papel no grupo. Este tipo de trabalho surge pela relação pessoal de convivência do pesquisador com o outro estudado, de modo que o

primeiro acaba participando da vida e da cultura do segundo. O compromisso político assumido obriga o pesquisador a fazer parte da história do grupo pesquisado, compartilhando momentos que reduzem as distâncias entre o pesquisador e o investigado e os tornam companheiros na trajetória de luta política e popular (BRANDÃO, 1985). No caso do presente trabalho, é nítido que o papel da pesquisadora ocasiona a convivência e o compromisso com o grupo dos moradores de rua que elaboram o jornal.

Na América Latina, os pioneiros da pesquisa participante foram Orlando Fals Borda e Paulo Freire, defensores da contribuição da ciência na procura de conhecimentos que tornem o ser humano mais sábio e instruído, mais justo, livre, participativo, solidário (BRANDÃO, 2006). Para Marcela Gajardo (1986), em uma pesquisa participante o trabalho científico é compreendido como sendo uma contribuição à democratização e à transformação social. Fals Borda (2006), por sua vez, afirma que a pesquisa participante deve se guiar pelos seguintes princípios metodológicos: os intelectuais não precisam se confundir com os sujeitos que estudam, mas é necessário que mantenham um compromisso com a causa popular, contribuindo através das especificidades de sua própria disciplina. Além disso, o autor defende que ideias preestabelecidas ou ideológicas não devem ser transpostas para o campo e o conhecimento apreendido pelo pesquisador precisa ser devolvido aos grupos estudados de modo sistemático e organizado.

Para Peruzzo (2009), tal opção metodológica exige do pesquisador uma capacidade de distanciamento para que não sejam criados vieses de interpretação. O pesquisador pode já ser membro do grupo antes do início da investigação, ou então se inserir nele apenas para efetuar seu estudo. A pesquisa participante, comparada à pesquisa-ação, permite ao pesquisador uma maior autonomia no que se refere à definição dos problemas e objetivos de pesquisa e ao momento de coleta de dados.

O envolvimento cooperativo existente entre a pesquisadora e o projeto pesquisado conduz à definição das premissas da pesquisa participante como norteadoras das diretrizes metodológicas deste trabalho. O estabelecimento das técnicas de pesquisa a ser utilizadas baseou-se no levantamento feito por Gajardo (1986), que demonstra que as experiências neste tipo de pesquisa recorrem ao instrumental característico das ciências sociais – entrevistas, observação-participante, diários de campo e até mesmo questionários, sendo mais difundidas as técnicas que privilegiam as dimensões qualitativas dos processos sociais. Contemplando a utilização de distintos procedimentos de investigação, a presente pesquisa analisa as representações sociais sobre população de rua nos textos publicados nos jornais impressos e também nas falas dos integrantes. As próximas seções dedicam-se, portanto, a delimitar o

corpus da pesquisa, bem como a apresentar as categorias empregadas na análise de conteúdo e as questões disparadoras das entrevistas com os participantes do projeto.

#### 4.2 CORPUS DA PESQUISA

Com o intuito de selecionar quais edições do jornal seriam submetidas à análise de conteúdo, foram definidos dois critérios: primeiramente, foram analisadas todas as 33 edições publicadas de dezembro de 2000, data de fundação do Boca de Rua, até julho de 2009. Foram separadas todas as edições cuja matéria principal contivesse no mínimo uma entrevista com perguntas e respostas publicadas, restando 18 edições. Nos anos de 2000 e 2003 não foram encontradas entrevistas nas matérias principais, portanto não foram incorporados à mostra jornais publicados nestes anos. A existência de entrevistas foi julgada importante para a análise, pois permite identificar a visão de outras pessoas sobre o grupo dos moradores de rua ou sobre os problemas que eles abordam no veículo. O interesse em compreender a representação feita por outros sujeitos sobre a realidade da vida nas ruas levou ainda à criação de uma categoria de análise a ser aplicada somente na fala de sujeitos que não moram nas ruas da cidade.

Considerando que um corpus de 18 edições era ainda elevado, devido ao tempo de análise que demandaria, fez-se necessário um novo corte e decidiu-se analisar uma edição de cada ano de existência do veículo. Como no primeiro recorte não foram contemplados jornais dos anos de 2000 e 2003, o critério foi respeitado e não se selecionou edições destes anos. Para a definição dos demais componentes da amostra, foram escolhidas as últimas edições publicadas em cada ano que contivessem uma entrevista. A escolha pela última edição se deu a partir da experiência da pesquisadora, pois os jornais publicados a partir de julho costumam ser mais elaborados e consistentes, visto que aqueles veiculados no primeiro semestre do ano são produzidos no período de Natal ou de férias, diminuindo o tempo dedicado à construção dos textos e das fotografias. As únicas exceções foram os anos de 2004 e 2005, que possuíam entrevistas apenas nos números publicados no primeiro semestre. Selecionou-se, portanto, em 2004, o jornal veiculado em junho, e em 2005, o jornal que iniciou sua circulação em março – o único daquele ano cuja matéria principal apresentou uma entrevista.

O material para a análise de conteúdo restringe-se às matérias principais de cada edição. Para a inferência da matéria principal, observou-se a localização das matérias e o

espaço dedicado a cada texto: na maioria das vezes, a matéria mais importante aparece na capa do jornal e nas páginas 2 e 3. Nas edições escolhidas, todas as matérias principais localizam-se nas páginas 2 e 3; a edição 33 é a única que não apresenta a temática principal do jornal na capa. A matéria mais importante do periódico não é apresentada na capa quando existe outra fotografia mais adequada e atraente. É o caso do número 33, cuja capa traz a chamada “O que a sociedade não vê”, referindo-se a uma matéria sobre a violência, e também do número 34, cuja capa tematiza a Copa do Mundo em Porto Alegre, embora o conteúdo em destaque seja o crack e a campanha realizada pela mídia sobre o assunto.

Serão analisadas, então, as seguintes matérias principais de oito edições:

- a) edição de número 03 (publicada em outubro de 2001): *A história de um Boca de Rua - capítulo final*. Esta matéria ocupa três páginas e detém-se em relatar o falecimento do integrante Luciano Felipe da Luz, o Mercedes. Os integrantes vão até o cemitério em que ele foi enterrado, relembram fatos que viveram com Mercedes e entrevistam a gerente do abrigo em que ele estava morando e o médico responsável por uma de suas internações;
- b) edição de número 07 (novembro de 2002): *Você não sabe o que é fome*. Nesta matéria, traça-se uma comparação entre duas dificuldades enfrentadas por quem vive na rua, a fome de comida e o vício em drogas. É apresentado um roteiro dos locais de distribuição de comida existentes na zona central de Porto Alegre. O entrevistado da edição é um menino de rua, identificado como M.A.;
- c) edição de número 13 (junho de 2004): *Apesar de tudo, a vida*. Nesta edição, a matéria principal tematiza a gravidez de mulheres que vivem nas ruas e também a paternidade em situação de rua. Aborda ainda a relação com o Conselho Tutelar, entrevistando o conselheiro Gilberto Siqueira, coordenador da microrregião 8 (centro de Porto Alegre);
- d) edição de número 16 (março de 2005): *O malabarismo da sobrevivência*. Esta matéria dedica-se a discutir a situação das crianças e adolescentes que moram e trabalham nas ruas, especialmente nas sinaleiras. Os integrantes criticam uma matéria publicada pelo jornal Correio do Povo, que chama de show o malabarismo feito pelos adolescentes nos semáforos. Devido ao incômodo causado pela abordagem do periódico, foi entrevistado o secretário de redação do Correio do Povo, Eugênio Bortolon. Entrevistou-se, ainda, o presidente da Fasc, Nilo Santos;
- e) edição de número 22 (novembro de 2006): *Para onde ir?*. Esta edição apresenta a situação dos abrigos e albergues de Porto Alegre e as reivindicações dos

moradores de rua para estes equipamentos públicos de abrigagem. É apontado que a população de rua não é escutada. O entrevistado é o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores, Carlos Todeschini;

- f) edição de número 24 (junho de 2007): *Luta e mobilização são esperança de moradia*. A visita ao prédio ocupado pelos integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) é o ponto central desta edição. Os integrantes realizam uma comparação com a sua situação e com a mobilização necessária para que se consiga um local para morar. A entrevistada é Erci Atanásia dos Santos, uma das líderes do MNLN em Porto Alegre;
- g) edição de número 30 (outubro de 2008): *A saúde anda mal*. Após a morte da integrante Chinezinha, a edição aponta as dificuldades que os moradores de rua encontram para cuidar de sua saúde e também as deficiências do sistema público de saúde em relação a este público. A tuberculose recebe destaque na matéria. Foram entrevistadas Ana Sales, enfermeira sanitária do Sanatório Partenon, Patrícia Werlang, presidente do GAPA-RS, e Maria Liége Oliveira, gerente da SAMU;
- h) edição de número 33 (julho de 2009): *A falta que o Boca fez*. Esta matéria concentra-se na decepção dos integrantes por não terem participado do II Encontro Nacional sobre População de Rua, realizado em Brasília. Mesmo tendo sido convidados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, os representantes do grupo não receberam as passagens a tempo de participar do evento. Os textos, portanto, relatam os sentimentos de discriminação e desrespeito que abateram o grupo. Os entrevistados são os integrantes Tiago Boehl e André Ranulpho, escolhidos pelos demais para ir ao Encontro.

Fazem ainda parte do material desta pesquisa as entrevistas realizadas com quatro integrantes do projeto. A definição do número de entrevistados baseou-se no reduzido número de integrantes – cerca de 15 pessoas, em setembro de 2009 –, de modo que 25% do total de participantes serão entrevistados. Para a escolha dos entrevistados, foram selecionados dois integrantes que participam do grupo há mais de quatro anos, os *integrantes antigos* José Nedir Malta Ramires e Paulo Ricardo da Silva, e dois que freqüentam as reuniões há menos de dois anos, os *integrantes novos* Tiago Deixheimer Boehl e Sidney da Rosa de Souza.

José Nedir Malta Ramires, o Ceco, tem 28 anos e vive nas ruas desde os 10 anos, pois o padrasto agredia sua mãe e ele preferiu sair de casa. Durante a adolescência, passava seus dias na estação rodoviária de Porto Alegre. Atualmente, vive nas ruas do bairro Cidade Baixa,

mas quando fica muito fraco ou doente, passa temporadas na casa de sua mãe. Participa do jornal Boca de Rua há oito anos. Por causa de seu trabalho no grupo, interessou-se em aprender a ler e escrever, tendo cursado até a 6ª série do Ensino Fundamental. Espera uma vaga no Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, oferecido pelo Governo Federal – para concluir o Ensino Fundamental. A entrevista com Ceco foi realizada no dia 14 de outubro de 2009, na sede do Gapa-RS.

Paulo Ricardo da Silva tem 43 anos e foi para as ruas aos 10 anos, por desentendimentos com sua família adotiva. Ficou preso entre 1989 e 2004, quando voltou a viver na rua, logo ingressando no projeto Boca de Rua. Atualmente, Paulo trabalha na Cootravipa – Cooperativa dos Trabalhadores de Vilas de Porto Alegre – e realiza a limpeza urbana. Com auxílio de órgãos da prefeitura municipal, vive em um hotel no centro da cidade. Além da renda obtida pelo trabalho na cooperativa e pela venda dos jornais Boca de Rua, Paulo é cadastrado no programa Bolsa-Família do governo federal. Com estes rendimentos, espera alugar uma peça nos próximos meses. A entrevista com Paulo foi realizada no dia 09 de novembro de 2009, na sede do Gapa-RS.

Tiago Deixheimer Boehl tem 32 anos e viveu nas ruas durante um ano e meio. Usuário de crack, foi para as ruas por não poder consumir a droga na casa em que morava com sua avó. Desde agosto de 2009, trabalha como caseiro em um sítio na cidade de Viamão. Após um ano participando ativamente do jornal, o novo emprego permite apenas aparições esporádicas no grupo. A entrevista com Tiago ocorreu no dia 05 de outubro de 2009, na sede do Gapa-RS.

Sidney da Rosa de Souza tem 17 anos e foi morar na rua aos 15, pois se desentendeu com os traficantes que comandavam o local em que sua família vivia. Já foi encaminhado aos abrigos para adolescentes, mas sempre foge. Entre 2008 e 2009, passou seis meses como interno da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE). Estudou até a terceira série do Ensino Fundamental e já trabalhou em uma padaria. Participa das reuniões do Boca de Rua desde agosto de 2009. A entrevista com Sidney foi realizada em 21 de outubro de 2009, na rua Becker, localizada no bairro Menino Deus, em frente ao Sopão dos Pobres.

A divisão entre *novos* e *antigos* busca abranger entrevistados que sejam diferentemente influenciados pela convivência com o grupo que compõe o projeto. A escolha destes integrantes específicos se deu por sua facilidade de expressão e comunicação e também por sua disponibilidade em participar da pesquisa. É necessário ressaltar, porém, que tais participantes possuem posições diferenciadas dentro do grupo e também diferentes relações com o restante da sociedade, não sendo todos percebidos como lideranças ou como destaques dentro do projeto. Todos os entrevistados são homens, pois, em setembro de

2009, apenas três mulheres participavam das reuniões e, em alguns encontros, nenhuma mulher estava presente.

### 4.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

Considerando que a opção pela pesquisa participante define o posicionamento metodológico deste trabalho e esclarece a relação existente entre a pesquisadora e o grupo pesquisado, bem como o papel da pesquisadora no projeto em questão, julga-se importante explicitar os demais procedimentos que serão adotados para atingir os objetivos propostos. Assim, a seguir estão delineadas as guias teóricas das duas técnicas utilizadas, a análise de conteúdo e a entrevista. A presente subseção apresenta ainda as categorias empregadas na análise de conteúdo e nas entrevistas, bem como os pontos norteadores das conversas com os informantes.

#### 4.3.1 Análise de conteúdo

As representações presentes nos textos publicados e nos discursos das entrevistas serão avaliadas pelo emprego da análise de conteúdo, conjunto de instrumentos metodológicos que buscam um esforço interpretativo para compreensão de “opiniões, estereótipos, representações, mecanismos de influência, evoluções individuais e sociais” (BARDIN, 2008, p. 7) através de textos, palavras e imagens. No estudo dos meios e processos de comunicação, são utilizados procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens comunicacionais.

Heloísa Herscovitz (2007) aponta que a análise de conteúdo dos meios de comunicação surgiu com Harold Lasswell, em 1927, com um enfoque apenas quantitativo - influência do positivismo. Atualmente, a análise de conteúdo pode ser considerada híbrida, pois mistura elementos qualitativos e quantitativos. A autora afirma que alguns pesquisadores qualitativos criticam estes instrumentos metodológicos, avaliando que eles desconsideram o contexto do objeto analisado, deixam de lado o conteúdo latente dos textos e incorrem em simplificações quantitativas. Por outro lado, a análise de conteúdo é também criticada por

pesquisadores quantitativos, que a julgam como sendo pouco rigorosa cientificamente. Elucidando que os textos são polissêmicos, passíveis de diversas interpretações por pessoas distintas, a análise de conteúdo precisa integrar os campos qualitativos e quantitativos, privilegiando o contexto de produção dos textos. Conforme Herscovitz (2007, p. 126),

a tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões, de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não apenas o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.

No mesmo sentido, Bardin (2008) afirma que a análise qualitativa não rejeita totalmente a quantificação, podendo ser utilizados testes quantitativos nas análises. Assim, embora este trabalho encontre-se vinculado a uma perspectiva qualitativa de pesquisa, justificada com a adoção da metodologia da pesquisa participante e com a realização das entrevistas como o outro procedimento metodológico, a utilização da análise de conteúdo prevê incursões quantitativas na pesquisa, principalmente através da organização de tabelas após a categorização dos textos.

#### 4.3.1.1 Organização da análise de conteúdo

Este trabalho orienta-se pelas fases de organização da análise propostas por Bardin (2008): a) a pré-análise; b) a exploração do material; e c) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase de pré-análise consiste na escolha dos documentos que serão analisados e na determinação dos objetivos a serem alcançados pela análise. Definiu-se, pelos motivos acima explicados, que o material de análise serão as matérias principais de 8 edições do jornal Boca de Rua publicadas até setembro de 2009. Além dos jornais, serão alvo da análise as entrevistas realizadas.

A exploração do material busca os objetivos propostos, através do que Bardin (2008) chama de operação de codificação. A codificação é o tratamento dos dados do texto que permite atingir uma representação do conteúdo. Na codificação são definidas as unidades de registro da análise que serão utilizadas no estabelecimento das categorias. A presente pesquisa

definiu o “tema” como unidade básica de registro. Segundo Bardin (2008, p. 131), “o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes de valores, de crenças, de tendências, etc.”. Herscovitz (2007) afirma que a codificação por tema é a mais comum na análise de conteúdo, obtendo geralmente resultados satisfatórios.

A codificação relaciona-se com a categorização, etapa da análise de conteúdo que organiza grande parte dos trabalhos que fazem uso desse instrumento. As categorias são as classes que agrupam os temas presentes nos textos considerando as suas características comuns (BARDIN, 2008). As categorias estabelecidas são, portanto, semânticas, agrupadas em temas. Após a categorização, parte-se para a inferência, que Fonseca Júnior (2009) avalia como o momento mais fértil do procedimento, quando são identificados os aspectos implícitos das mensagens. As inferências podem ser específicas, quando se concentram na situação específica do problema de pesquisa, ou gerais, quando necessitam conhecer outros dados históricos e de contexto para que possam ser estabelecidas generalizações.

A análise de conteúdo dos meios de comunicação, porém, tem como desvantagem deter-se no que já foi registrado pelos veículos, não podendo analisar o que não foi publicado (HERSCOVITZ, 2007). A associação da análise de conteúdo a outras técnicas procura conhecer o que está ausente dos meios de comunicação e é relevante para que o processo de investigação não se desprenda do contexto em que os fatos acontecem. Nesta pesquisa, portanto, as entrevistas são o complemento qualitativo da análise de conteúdo, com o intuito de revelar as representações sociais ou os aspectos que não são evidenciados nas matérias do jornal Boca de Rua, mas sim nos discursos dos integrantes que ajudam a produzir os discursos escritos.

#### 4.3.1.2 Definição das categorias de análise

Para o estabelecimento das categorias utilizadas na análise de conteúdo do corpus de pesquisa, foi efetuado um mapeamento inicial nas três primeiras edições do jornal Boca de Rua, publicadas em dezembro de 2000, abril de 2001 e julho de 2001. Através desta primeira apreciação, foi possível identificar algumas temáticas recorrentes que basearam o estabelecimento de três grandes categorias e suas respectivas subcategorias. A pré-análise permitiu perceber que as experiências da vida nas ruas receberam grande destaque nas edições

iniciais do veículo comunicacional, sendo a sobrevivência nas ruas a principal abordagem. Foram encontradas referências ao olhar dos integrantes do jornal sobre o grupo das pessoas em situação de rua e ao modo como estes sujeitos são tratados pelas instituições ou órgãos governamentais que acessam.

As categorias contemplam ainda aspectos que não estão presentes nas edições iniciais, mas que interessam para a análise das representações neste trabalho. No primeiro mapeamento, por exemplo, foram encontradas poucas referências aos meios de comunicação. Interessava a esta pesquisa, no entanto, verificar se com o decorrer dos anos a mídia e o próprio Boca de Rua passaram a ocupar mais espaço nas páginas do jornal. Assim, julgou-se importante que tal temática fosse contemplada em uma categoria, para que fosse possível identificar qual o olhar sobre os meios de comunicação expresso nas matérias e quais as representações elaboradas relacionando os moradores de rua e a mídia.

Considerando estes pontos, as categorias estabelecidas para a análise de conteúdo foram as seguintes:

- a) **pontos de vista e relacionamentos** - esta categoria compreende os trechos de matéria que se referem a:
  - como o grupo dos moradores de rua é percebido pelos integrantes do jornal;
  - como os moradores de rua vêem os demais habitantes da cidade e como são vistos pelas demais pessoas;
  - como são percebidos pelos entrevistados do jornal;
  - como se vêem enquanto participantes do Boca de Rua;
- b) **vida nas ruas** - esta categoria enquadra menções sobre:
  - os motivos que levam os sujeitos a viver nas ruas;
  - a sobrevivência nas ruas (no aspecto monetário e nas questões ligadas à saúde);
  - as oportunidades existentes para quem está em situação de rua e qual o tratamento recebido pelas instituições que acessam;
  - as temáticas sobre violência;
- c) **meios de comunicação** - esta categoria abrange:
  - o modo como reagem às representações sobre moradores de rua elaboradas pelos meios de comunicação de massa;
  - as referências ao jornal Boca de Rua;
  - as referências aos meios de comunicação em geral.

Estas categorias, portanto, serão empregadas como norteadoras do processo de análise dos jornais. Embora outras representações possam estar postas nas matérias do veículo

comunicacional, concebe-se que estas categorias abrangem parte significativa da vivência e das relações do grupo das pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Para a realização da análise dos textos, segue-se a divisão por temas, como anteriormente referido e conforme as indicações de Herscovitz (2007) e Bardin (2008). Na prática, a análise temática consiste em verificar a presença de um ou mais temas em uma unidade de codificação definida. No caso deste trabalho, portanto, as unidades de codificação são os parágrafos, pois estes revelam mais o contexto em que está inserida a matéria do que se fossem analisadas simples frases. Assim, a análise de conteúdo nos textos acontecerá da seguinte forma: em cada parágrafo, procura-se identificar se o trecho corresponde a uma ou mais dentre as categorias existentes. Do mesmo modo serão analisados títulos e legendas.

Acredita-se que a quantificação das “palavras plenas” – definidas por Bardin (2008) como adjetivos, substantivos e verbos – existentes em cada trecho conduz a uma percepção de quais os termos mais utilizados em cada matéria e quais as palavras mais empregadas em todos os textos da amostra. Conseqüentemente, avaliando quais as maiores recorrências, elabora-se uma noção da ênfase que é utilizada por este grupo para relatar suas vivências e seus sentimentos. Entende-se que tal quantificação também é relevante para uma compreensão mais ampla da representação ali elaborada.

Entretanto, ressalta-se que as categorias estabelecidas destinam-se a reconhecer as construções sobre moradores de rua, seus modos de vida e seu relacionamento com os meios de comunicação. Em frases sem referência a esses aspectos, não haverá enquadramento em categorias.

É também preciso reconhecer que nem todas as referências às pessoas em situação de rua poderão ser adequadas às categorias - acredita-se que este seja o caso das imagens presentes nas matérias. A análise de conteúdo a ser empreendida, portanto, contempla a possibilidade de que sejam encontrados alguns aspectos não-classificáveis, que, por sua relevância na construção das representações sobre população de rua no jornal, serão considerados.

Baseando-se no enquadramento dos trechos nas categorias, podem ser feitas algumas primeiras inferências sobre as representações presentes nos textos. Após esta análise inicial considerando apenas a categorização, passa-se à quantificação e a elaboração de tabelas, com o objetivo de evidenciar outros pontos relacionados à representação social sobre os moradores de rua. Na primeira tabela, são apontados quantos trechos referem-se a cada categoria e a cada subcategoria. Na segunda, as palavras mais importantes de cada trecho – as palavras plenas – serão classificadas e separadas como verbo, adjetivo, locução adjetiva, substantivo ou

advérbio. Através desta divisão, pretende-se perceber quais as classes gramaticais mais empregadas nos textos e qual o estilo de escrita do jornal. Selecionando as palavras mais importantes, pode-se identificar quais são os termos que se repetem em cada matéria – e, posteriormente, verificar quais aparecem em mais matérias analisadas. A partir destas etapas, será feita uma análise inicial, ou seja, baseando-se na categorização, nas tabelas e na identificação dos termos repetidos, serão delineadas as primeiras idéias sobre como os moradores de rua se representam ou são representados na matéria em questão. Como último passo, as análises iniciais serão aprofundadas na fase de interpretação, juntamente com as análises das entrevistas.

#### **4.3.2 A técnica de entrevista**

A entrevista possibilita ao investigador perceber a concepção e o retrato que o informante possui sobre seu mundo (HAGUETTE, 1990). Assim, as entrevistas com os integrantes do jornal Boca de Rua buscam, ao aprofundar-se nas falas individuais, conhecer como cada um enxerga a si próprio, ao grupo social a que pertence – o das pessoas em situação de rua –, e ainda identificar quais as percepções destes sujeitos sobre seu relacionamento com o restante dos habitantes de Porto Alegre. Ao destinar uma parte do trabalho a esta investigação, objetiva-se compreender se as representações emitidas individualmente são as mesmas elaboradas coletivamente nas matérias do veículo impresso. Para contemplar o olhar particular dos integrantes, optou-se por entrevistas com quatro participantes, já apresentados.

Francisco Sierra (1998) afirma que a entrevista qualitativa é uma conversação com uma finalidade, de modo que é a intenção do pesquisador que aponta o rumo da interação entre o entrevistador e o entrevistado. É uma forma de comunicação entre sujeitos que busca obter informações sobre um objetivo previamente definido. Para o autor, por existir um acordo mútuo em que o interlocutor dispõe-se a responder às questões levantadas pelo investigador, a entrevista é a técnica de pesquisa que mais consegue se aproximar da intimidade da conduta social dos sujeitos.

A entrevista tem o intuito de se aproximar do outro, seja para conhecê-lo melhor, seja para obter alguma informação que ele possui. Buscando compreender os fatos considerando o ponto de vista dos investigados, ela “supõe captar a experiência do entrevistado em seus

próprios termos, aceder às significações que para ele têm os acontecimentos a que se refere na entrevista, reduzindo ao mínimo possível a intervenção do pesquisador” (SÁNCHEZ VILELA, 2006, p. 48). O investigador, sendo também um ator social e possuindo marcos de referências particulares, precisa resguardar suas concepções a fim de não violentar o entrevistado e a situação de entrevista, visto que o informante possui referências, valores e uma história de vida que o distingue do entrevistador. Conforme Cáceres (1997, p. 177),

o objeto da entrevista é o ponto de vista, o lugar social e a história do entrevistado. Nesse sentido, se põem em contato os dois marcos de referência, embora com distintas intenções. O do investigador põe-se em jogo para colaborar com o marco do entrevistado, o do entrevistado vai conformando-se com o objeto de análise<sup>24</sup>.

No caso deste trabalho, a convivência anterior da pesquisadora com os entrevistados permite um conhecimento prévio, embora superficial, de alguns aspectos da vida dos sujeitos e de seus pontos de referência, bem como da linguagem por eles utilizada. A participação da pesquisadora no projeto permite, portanto, uma maior aproximação e uma melhor compreensão de seus modos de fala. As entrevistas procuram perceber como os moradores de rua que produzem o jornal Boca de Rua enxergam as pessoas que vivem nas ruas e também as que não moram nas ruas. Com estes contatos individuais, pretende-se compreender se o grupo estudado constrói representações sociais sobre população de rua que não estão presentes nos textos do jornal ou nas reuniões de grupo. Entretanto, apesar das vantagens acima apresentadas, é necessário reconhecer as possíveis limitações da técnica de entrevista, especialmente devido à relação entrevistador-entrevistado e à existência de questões sobre a influência dos coordenadores na construção das matérias do periódico.

A fim de comparar os discursos dos integrantes com a análise realizada nos jornais, decidiu-se que as entrevistas seriam baseadas nas categorias empregadas para avaliar as matérias. Assim, elaborou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada, compartilhando a visão de Uwe Flick (2004), que defende que provavelmente os pontos de vista dos interlocutores são mais claramente expressos em situações com um planejamento mais aberto do que em entrevistas completamente estruturadas ou em questionários. O guia de entrevista elaborado pode ser enquadrado no que o autor denomina “entrevista centralizada no problema”, em que questões e estímulos narrativos possibilitam a coleta de dados biográficos

---

<sup>24</sup> Tradução nossa do seguinte trecho: “El objeto de la entrevista es el punto de vista, el lugar social, la historia del entrevistado. Em ese sentido se ponen en contacto los dos marcos de referencia, pero con distinta intención. El del investigador se pone en juego para colaborar con el trabajo del marco del entrevistado, el del entrevistado se va conformando con el objeto de análisis” (CÁCERES, 1997, p. 177).

relacionados ao problema de pesquisa. A partir das categorias, portanto, foram definidas as seguintes perguntas, que poderiam ser expandidas ou modificadas no decorrer da entrevista:

- a) Como você vê o morador de rua? Como você se vê como morador de rua?
- b) Como você acha que as outras pessoas vêem quem mora na rua?
- c) Como você vê as outras pessoas (que moram em casas)?
- d) Como quem mora na rua é tratado pelas instituições que precisa acessar?
- e) Quais os motivos que levaram você a viver nas ruas? Você acha que todos que moram nas ruas têm os mesmos motivos?
- f) Como é a sua vida nas ruas? Como sobrevive, se sustenta, cuida da saúde? Quais as principais dificuldades? Quais as partes boas de viver na rua?
- g) Como, em sua opinião, os meios de comunicação retratam os moradores de rua?
- h) Como, em sua opinião, o Boca de Rua retrata os moradores de rua? Você concorda com todas as visões que são expostas nas matérias?
- i) Por que você participa do Boca de Rua? Qual é a melhor parte de participar do jornal? O que você mais gosta de fazer na produção do jornal?
- j) Qual é a função dos coordenadores no projeto? Você acha que eles influenciam na construção das matérias?
- k) O que você acha que os leitores pensam do jornal? Quais as respostas que você recebe dos seus compradores em relação ao conteúdo do jornal?
- l) A participação no Boca de Rua mudou algo na sua vida? E na sua forma de pensar?

Três entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2009, na sede do Gapa RS, mesmo local dos encontros do jornal. A quarta entrevista ocorreu na rua, em local escolhido pelo integrante. As conversas aconteceram em dias diferentes, conforme a disponibilidade dos entrevistados.

De acordo com o roteiro exposto, a pesquisa foi dividida em diferentes etapas de compreensão das representações sociais construídas pelos integrantes do Boca de Rua. Através da metodologia da pesquisa participante, da análise de conteúdo dos textos e das entrevistas semi-estruturadas com os integrantes, busca-se um entendimento mais amplo sobre a imagem que estas pessoas possuem sobre a própria “camada” social a que pertencem. Acredita-se que o emprego de técnicas plurais resulta em uma complementaridade, revelando aspectos que auxiliem na interpretação e elucidação dos resultados obtidos na utilização da outra técnica.

O próximo capítulo dedica-se a apresentar os resultados das análises e das entrevistas, revelando as representações sociais sobre moradores de rua que foram identificadas baseando-se nas três grandes categorias de análise: *pontos de vista e relacionamentos, vida nas ruas e meios de comunicação*.

## 5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS IDENTIFICADAS

Após a definição do roteiro técnico-metodológico a ser seguido nessa dissertação, passou-se a efetivação da análise de conteúdo nos jornais selecionados. O presente capítulo, portanto, dedica-se a apresentar a interpretação das informações encontradas nas matérias e nas entrevistas com os integrantes.

Para a compreensão das representações sociais sobre população de rua presentes nos jornais, realizou-se uma pré-análise individual de cada componente do corpus de pesquisa. A pré-análise consistiu nas seguintes etapas: primeiramente, os trechos dos textos foram divididos conforme as categorias. O passo seguinte foi a contagem de quantas referências sobre cada subcategoria foram encontradas: então dividiu-se cada trecho em substantivos, advérbios, locuções adjetivas, adjetivos e verbos (ver exemplo nas tabelas em apêndices), o que possibilitou a elaboração de tabelas que demonstraram as palavras que mais se repetiram em cada matéria. Por último, foram traçadas as considerações possíveis acerca das tabelas elaboradas.

Após as análises iniciais de cada edição, as pré-análises foram comparadas com o objetivo de perceber as temáticas e palavras que se repetiam nos distintos jornais. A comparação das análises permite também perceber constâncias e mudanças durante os nove anos de existência do projeto.

As representações sociais sobre moradores de rua que puderam ser identificadas serão apresentadas a partir das categorias estabelecidas para a análise de conteúdo. Entretanto, a reflexão sobre a pré-análise demonstrou que alguns assuntos estavam presentes em mais de uma categoria, de modo que se compreende que certas temáticas não podem ser fixadas em apenas um dos critérios definidos. Foram identificados dois temas amplos que parecem perpassar diversas instâncias da vida dos sujeitos que moram nas ruas: o relacionamento com as drogas e a questão do trabalho. As idéias sobre estes pontos possibilitam a construção de variadas representações e serão desenvolvidas no capítulo 6.

### 5.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS PONTOS DE VISTA E OS RELACIONAMENTOS

Nesta primeira categoria, procurou-se compreender como os integrantes do jornal percebem o morador de rua, qual sua visão sobre as pessoas que não vivem na rua e o que

pensam sobre si mesmos enquanto participantes do Boca de Rua. Buscou-se, ainda, identificar qual a percepção destes sujeitos sobre o olhar do restante da sociedade em relação a eles, bem como traçar o posicionamento dos entrevistados do jornal sobre a população de rua.

Em todas as matérias analisadas, foram encontrados 120 trechos que se referem aos temas contemplados nesta categoria. Conforme se vê na tabela abaixo, a quantificação revela que o ponto mais abordado nesta categoria expõe o olhar dos integrantes do jornal sobre o grupo dos moradores de rua - sobre este assunto, foram enquadrados 50 trechos. O segundo ponto mais enfocado, com 43 referências, diz respeito ao relacionamento da população de rua com os demais habitantes da cidade, mostrando como eles enxergam tais pessoas e como imaginam que os moradores de rua são pensados por elas. As outras subcategorias possuem menos referências: as fontes consultadas raramente expressam sua visão sobre a população de rua, de modo que foram enquadrados apenas 19 trechos neste item, embora todas as matérias contenham entrevistas. A subcategoria que abrange o modo como os integrantes do jornal se percebem enquanto participantes do Boca de Rua teve apenas 8 referências, demonstrando que pouco espaço do jornal é destinado a falar do próprio projeto.

Tabela 1 - Categoria Pontos de Vista e Relacionamentos

<i>SUBCATEGORIA</i>	<i>NÚMERO DE REFERÊNCIAS</i>
1) Como os moradores de rua são vistos pelos integrantes do jornal	50
2) Como os moradores de rua enxergam e são enxergados pelos demais habitantes da cidade	43
3) Como são enxergados pelos entrevistados do jornal	19
4) Como os participantes se enxergam enquanto componentes do Boca de Rua	8
<b>TOTAL DE REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>

O gráfico a seguir proporciona uma melhor visualização do espaço atribuído a cada temática nos textos do jornal. Nesta categoria, o olhar dos participantes do projeto Boca de Rua sobre os moradores de rua representa 41% das referências. A visão destes participantes sobre eles próprios - enquanto integrantes do jornal - é pouco apresentada: há apenas oito trechos em que se contempla tal assunto, representando apenas 7% das referências desta categoria.

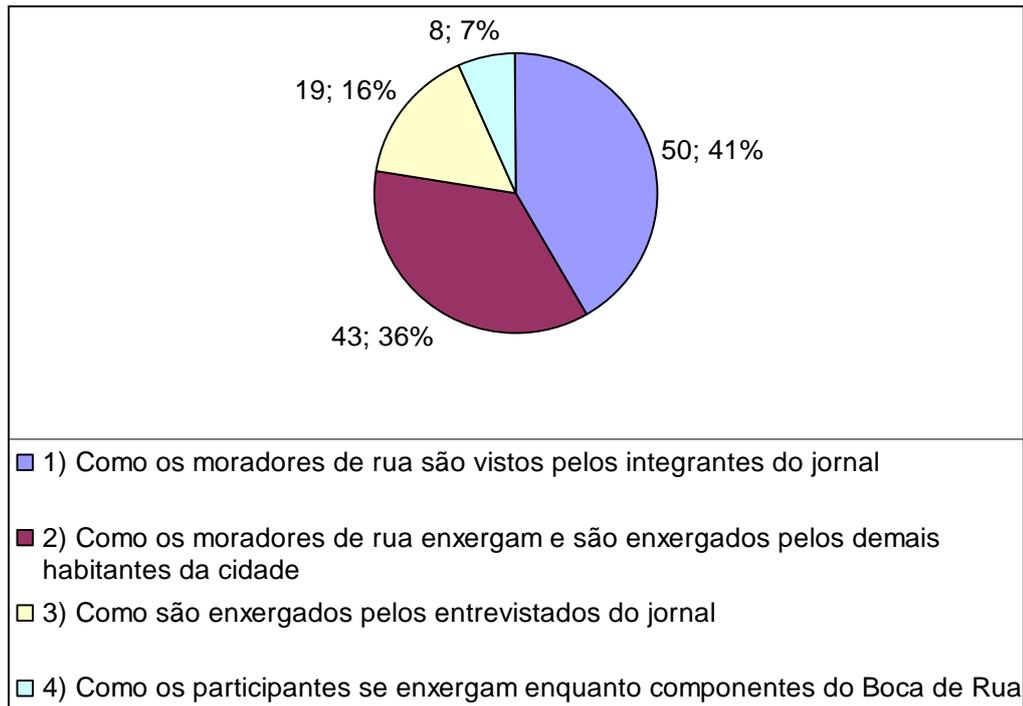


Figura 1 - Categoria Pontos de Vista e Relacionamentos

A separação das palavras permitiu perceber quais os termos que se repetiam em cada matéria, em cada categoria. Comparando todas as análises iniciais, pode-se constatar que, nesta categoria, as seguintes palavras se repetem em mais de um texto: os substantivos *Boca de Rua*<sup>25</sup>, *trabalho*, *casa*, *governo*, *crianças*, *pai*, *adolescentes*, *drogas*, *discriminação*, *dificuldade*, *rua*, *pessoas*, *respeito*; e os verbos *viver*, *morrer*.

Estas repetições são concebidas como indícios da maneira que o jornal Boca de Rua enfoca o relacionamento intergrupual dos moradores de rua e também sua interação com os indivíduos alheios a seu grupo social. O uso dos termos *respeito* e *discriminação*, por exemplo, refere-se ao tratamento recebido por estes sujeitos, seja por parte dos *pais*, do *governo* ou das demais *pessoas*. A partir destes dados, e considerando os textos integrais das matérias, passou-se a interpretação das referências encontradas sobre cada ponto analisado.

### 5.1.1 Como os moradores de rua são vistos pelos integrantes do jornal

Considerando que as matérias analisadas concentram-se na vida dos moradores de rua, os textos contêm variadas concepções sobre os moradores de rua. Em cada edição analisada é

<sup>25</sup> As palavras destacadas na análise serão escritas em itálico.

construída uma representação principal que demonstra o olhar dos integrantes sobre os moradores de rua. Na edição nº 16 (março, abril, maio e junho de 2005), a existência de crianças nas ruas é explicada pela necessidade de auxiliar no sustento da família, ao mesmo tempo em que tais crianças são enxergadas como sujeitos que amadurecem rápido por sua experiência na rua. Na edição de nº 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003), o morador de rua é representado como sendo uma pessoa que passa fome. No nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009), constrói-se a imagem de um indivíduo capaz de mobilização e de participação em movimentos sociais, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida.

Dentre outras imagens difundidas sobre esta população, pode-se identificar uma representação mais ampla que mostra tais pessoas de rua como sujeitos para quem são disponibilizadas poucas oportunidades na vida em sociedade. Não há chances de trabalho ou de sustento fora das ruas, gerando diversas dificuldades de sobrevivência e de alimentação. Por isso, o morador de rua é descrito como alguém que tem a necessidade de mendigar para suprir suas carências básicas. A inexistência de oportunidades, porém, não se restringe ao âmbito monetário, pois o jornal coloca que os moradores de rua são desacreditados e não encontram locais em que possam se expressar ou demonstrar suas capacidades: “Também gostaríamos de mostrar nosso trabalho e a capacidade que um morador de rua tem. Basta dar chance” (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

A falta de crédito a eles dedicada e a necessidade de apoio são assuntos também na fala do entrevistado Paulo: *“Algumas pessoas estão na rua porque não tem oportunidade, não tem chance, não tem uma pessoa pra incentivar ela sair da rua, então ela prefere ficar na rua, atirada, não tem horário pra comer, não tem horário pra dormir, não tem horário pra arrumar dinheiro”*.

Ao reivindicarem oportunidades de demonstrar suas habilidades, percebe-se uma representação sobre o morador de rua como sendo um sujeito capaz de atuar em diversas áreas. Na edição de nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009), a repetição da palavra *capacidade* reforça a visão de que as pessoas em situação de rua são aptas a compreender, elaborar e defender propostas, marcando inclusive posicionamentos políticos e afirmando uma organização deste grupo social para que suas opiniões sejam resguardadas. A participação dos moradores de rua em fóruns e outros espaços de discussões promovidos por órgãos governamentais demonstra seu papel de cidadãos e sujeitos possuidores de direitos. Além disso, o texto enfatiza a importância dada pelos integrantes à participação dos moradores de rua nestes debates, pois considera que a opinião de quem vive na rua é fundamental para a construção dos discursos que pleiteiam melhores condições de vida a esta população:

Queremos e merecemos uma resposta porque temos capacidade de compreensão.  
[...]

Sabemos que nossos companheiros saberão defender nossas propostas dentro da Política Nacional que será lançada nesse II Encontro [Nacional sobre População de Rua] (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

O envolvimento com atividades da cidade e a busca pelo respeito a seus direitos relaciona-se com uma percepção do morador de rua como ser humano merecedor de consideração e de tratamento igualitário por parte das instituições e dos demais habitantes de Porto Alegre, como se percebe no seguinte trecho de uma entrevista: *“Eu acho que todo mundo é igual, não é só porque a gente não tem endereço fixo que a gente não é ser humano. A gente é ser humano, a gente come, a gente bebe, a gente faz tudo que eles fazem”* (CECO).

A vitimização das pessoas em situação de rua é percebida ao reforçarem a ideia de que não são respeitadas pelos demais. Observa-se uma representação do morador de rua como sujeito discriminado na sociedade, especialmente na edição de nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009), em que são enfatizados os termos *desprezo, discriminação, desorganização e desrespeito*. Pode-se, portanto, traçar uma ligação entre as noções de que o morador de rua não é reconhecido como igual e de que estas pessoas apresentam problemas de afirmação e aceitação pessoal. Neste contexto, retoma-se Goffman (1988), que coloca que o estigma pode ser aceito pelo indivíduo, que passa a concordar que realmente ficou abaixo do que poderia ser se não possuísse a característica que o torna impuro. A discriminação, juntamente com as dificuldades de sobrevivência, resultam em um desânimo do morador de rua perante a sua condição e geram até mesmo a indiferença quanto à vida e à morte:

A baixa auto-estima é comum entre pessoal em situação de risco social, especialmente quem mora na rua. Muitos acreditam que viver e morrer é questão de sorte ou depende “da vontade de Deus”. Por isso, é bem normal procurarem assistência médica só quando já estão morrendo (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

“Estamos revoltados, angustiados, sentimos hoje mais ainda o que é ser excluído, discriminado [...]. Esta política é muito importante para recuperarmos a esperança de uma vida digna com respeito e sem preconceitos” (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

As entrevistas também mostram o desânimo que acomete quem vive nas ruas: “[...] muita gente que mora na rua, a maioria do dia, da noite, eles passam drogados, porque ficam deprimidos, né” (SIDNEY). *“Então parece que as pessoas vão desgostando da vida, sabe? E aí é o momento da gente procurar um apoio [...]”* (PAULO).

Aponta-se ainda a representação das pessoas em situação de rua como sendo vulneráveis, sujeitas a diversos problemas em seu cotidiano. O fato de dormir na rua os expõe

à violência, ao medo e ainda às mudanças climáticas, que prejudicam sua saúde. Encontra-se a noção de que é um grupo frágil, seja por suas doenças, seja pela dificuldade que enfrentam para denunciar os abusos que são cometidos. Como exemplo do pouco alcance que acreditam que suas vozes tenham, cita-se o título de um texto: “Falta ouvir a população em situação de vulnerabilidade” (PARA ONDE..., 2006-2007, p. 2-3). Nesta mesma matéria, percebe-se a fragilidade destas pessoas nas denúncias de que são expulsos com truculência dos locais em que estão dormindo, sem que exista reação: “Uma praça não é lugar para morar e dormir, mas se não ficarem ali os moradores de rua vão pra debaixo da ponte. Aí tiram da ponte, e eles voltam, porque não têm para onde ir. Também não dá pra pegar a pessoa dormindo e expulsar à paulada” (PARA ONDE..., 2006-2007, p. 2-3).

Essa ideia reforça-se pelo olhar do entrevistado Tiago: “*A pessoa que mora na rua está exposta a várias discriminações, vários tipos de coisa, ser espancado pelos brigadianos, sujeito a pegar doenças, sujeito a muitas coisas ruins para a pessoa*”.

A rua também é descrita como um local de amadurecimento, principalmente para as crianças e adolescentes que nela vivem ou trabalham. Especialmente na edição n° 16 (março, abril, maio e junho de 2005), os textos apresentam um olhar peculiar sobre as crianças que estão na rua. Identifica-se a ideia de que as crianças necessitam estar na rua para garantir o sustento de sua família: pelas diversas menções à *família* e aos parentes, percebe-se que estas crianças e adolescentes possuem família e uma casa, mas que estes pais não conseguem propiciar condições básicas de vida. Crianças e jovens, então, passam a viver nas ruas e a pedir dinheiro para sobreviver. O ato de pedir dinheiro nas sinaleiras é considerado uma alternativa que evita que cometam furtos ou outras infrações, como é perceptível nestas citações: “Muitas crianças e adolescentes que chegam às ruas vêm de um lar onde, mal ou bem, tinham uma rotina, moravam com seus entes queridos, a maioria freqüentava a escola regularmente, tinha comodidade e estabilidade familiar” (VOCÊ..., 2006-2007, p. 2-4).

Nem todas as crianças que estão nas sinaleiras moram na rua. A maioria tem casa  
[...]

A gente sabe que muitas crianças estão nas sinaleiras para ajudar suas famílias  
[...]

Eles não estão fazendo show [com os malabares], isso é uma tentativa de se manter digno e não roubar (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Em outra abordagem sobre crianças, na matéria da edição n° 13 (junho, julho e agosto de 2004) encontra-se a representação de que os moradores de rua não conseguem criar seus filhos. Não possuindo condições financeiras para sustentá-los, não assumem a paternidade e

comumente os entregam para adoção ou para que sejam cuidados por familiares. O ato de não criar os filhos tem, no texto, duas interpretações: para alguns, engravidar sem ter a possibilidade de garantir o sustento do filho é uma irresponsabilidade; para outros, porém, o encaminhamento do bebê para a adoção demonstra o afeto que os pais têm, pois abrem mão da convivência em prol do bem-estar da criança. Os trechos abaixo exemplificam estes posicionamentos:

Devido às condições financeiras precárias, ao descuido, o morador de rua se sente na obrigação de, quando nasce o filho, entregar a parentes próximos. O mais comum é para o pai ou para a mãe, ou para ambos, visando o bem-estar do filho.

[...]

Apesar de tudo, prevalece o sentimento paterno. Mesmo que se separem do filho, vão continuar amando à distância.

[...]

Princesa, 15 anos, já viu várias pessoas ganharem bebê e botar fora, perder, ou dar os filhos. Ela acha uma coisa errada. Por que então não usam camisinha? Na hora de fazer é bom, na hora de assumir, ninguém quer (APESAR..., 2004, p. 2-4).

As referências ao aborto e à atitude de “botar fora” o bebê sugerem que a interrupção da gravidez é prática comum e que, em casos extremos, as mães e os pais abandonam as crianças sem que exista algum responsável por elas. Estas afirmações corroboram a ideia da irresponsabilidade e apontam uma falta de cuidado com o outro, mesmo ele sendo um ser frágil como uma criança.

O morador de rua é também descrito como um sujeito que precisa conviver com a sensação de fome. Na edição nº 7 (novembro e dezembro de 2002 e janeiro de 2003), explicita-se que a fome sentida nas ruas não se refere apenas aos alimentos, mas também à exigência de suprir a abstinência dos dependentes químicos. O morador de rua, portanto, é apresentado como tendo duas fomes, precisando de comida e de drogas para se saciar. Esta comparação é feita associando os malefícios causados pela falta de alimentos e pelo uso de drogas. No texto, identifica-se que os moradores de rua sofrem mais com a abstinência dos entorpecentes: “A fome da droga é mais cruel. Sempre vence a fome da comida [...]. Os danos da fome e da droga são parecidos” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Ainda em relação à fome, são identificadas duas posturas dos moradores de rua na busca por alimentar-se. O texto revela que o lixo é alternativa para não sucumbir à fome, embora algumas pessoas em situação de rua não procurem comida no lixo por vergonha. Define-se que geralmente são os que chegam às ruas na adolescência ou ainda mais tarde que evitam comer o que está no lixo. Outro grupo, taxado como livre da timidez, come qualquer coisa que encontrar nas lixeiras:

Entre os que passam fome existem dois grupos. Existem os desinibidos, que não se importam de revirar as lixeira. Comem até comida azeda. “A gente chama os restos de xis latão”, lembra Tales. E tem os envergonhados, que não comem comida do lixo, não se sabe se por vergonha ou por medo que faça mal. Quase sempre quem chega na rua mais tarde, com 14 anos ou mais, tem mais vergonha (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Na frase acima também é perceptível que, para os integrantes, a maioria das pessoas passa a viver nas ruas quando criança: aqueles que se tornam moradores de rua por volta dos 14 anos entraram nesta situação “mais tarde”. Para eles, então, os primeiros laços com a rua são criados na infância ou no início da adolescência. É preciso ressaltar que esta afirmação está presente em uma matéria publicada em 2003. Atualmente a realidade pode ser distinta, mas não existem nos textos indícios que resultem em uma oposição à percepção daquela época.

Apesar de a maioria das idéias até aqui apresentadas colocarem o morador de rua em uma situação de vítima da pobreza e da desigualdade social, na edição de n° 24 (junho, julho e agosto de 2007) está expressa a ideia de que a desorganização e a desunião do grupo são responsáveis pela dificuldade em garantir que seus direitos sejam assegurados. O texto afirma que algumas pessoas em situação de rua não têm interesse em trabalhar e aproveitam-se do esforço dos outros. A falta de empenho no trabalho é enxergada como um motivo para que não alcancem o objetivo de ter sua própria casa:

Tem muita gente num albergue que não quer trabalhar [...]. Como todo mundo gostaria de ter sua casa, tem que trabalhar.

[...]

Isso sem falar nas pessoas que gostam de ficar escoradas nos outros, achacando (pedindo), explorando. Só querem o pronto e não fazem nada. Quando o bagulho fica pronto, aí vem um monte causar incomodação.

[...]

Para Sheila, os moradores de rua só não têm organização como o MNLM<sup>26</sup> porque falta união, respeito, solidariedade e paz entre eles (LUTA..., 2007, p. 2-3).

Existem, portanto, idéias contraditórias sobre os moradores de rua: ao mesmo tempo em que reforçam sua participação enquanto cidadãos, alguns integrantes reclamam da dificuldade em unir-se e do pouco empenho nas tarefas coletivas. Esta é a representação que tem o caráter mais negativo nesta categoria, passando a ideia de alguns moradores de rua como preguiçosos e exploradores de seus companheiros. Entretanto, os dois olhares permitem que se reflita sobre a diversidade de idéias expostas no jornal, evitando o estereótipo. A

<sup>26</sup> Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

afirmação destas características tidas como negativas também demonstra um afastamento da representação do morador de rua como vítima em todos os momentos.

Enfim, compreende-se que as matérias constroem uma representação sobre as pessoas em situação de rua como sendo sujeitos que vivenciam várias dificuldades: são desrespeitados, sofrem com a baixa auto-estima e a depressão, passam fome, precisam pedir dinheiro para sobreviver - são vistas, portanto, como pessoas vitimizadas e vulneráveis. A ênfase na capacidade do morador de rua, por outro lado, contrapõe essa noção, mostrando-os com possibilidades de assumir o papel de protagonistas em suas lutas e reivindicações.

Há, ainda, um olhar que culpa as pessoas em situação de rua por sua situação e estabelece uma imagem negativa do grupo, formado por pessoas consideradas irresponsáveis e sem condições de se unirem em prol de suas próprias causas. Nesse sentido, retoma-se um aspecto dos *outsiders* apontado por Elias (2000): estas pessoas seriam incapazes de formar um grupo coeso e, em alguns momentos, passariam inclusive a se auto-perceber como detentoras de menos virtudes e menor valor humano. Em alguns momentos, portanto, as visões hegemônicas sobre os excluídos são endossadas pelas matérias e pelas falas dos integrantes do jornal.

### **5.1.2 Como os demais habitantes da cidade são enxergados pelos moradores de rua e como os moradores de rua são vistos pelo restante da população**

Nesta subcategoria foram encontradas 43 referências. Percebe-se que não há uma generalização dos comportamentos de todos os habitantes da cidade em relação aos moradores de rua: os textos e as entrevistas evidenciam que a população de rua é alvo tanto de olhares positivos quanto de olhares negativos, e é desta mesma maneira que enxergam as demais pessoas. Em algumas matérias, destaca-se uma imagem da população como solidária e disposta a auxiliar quem está na rua. O olhar humano que dedicam aos moradores de rua resulta em uma convivência pacífica e agradecida por parte daqueles que são beneficiados. A ajuda mais constante refere-se à alimentação, como se percebe nos seguintes trechos:

Os “macaquinhos” são sacos com comida colocados por pessoas de apartamentos e casas nas grades, nas cercas e nas árvores. Geralmente são pessoas com mais idade ou bem novas que têm solidariedade. Uma vez André ia passando e uma vovó disse: “Tem comida quente ali”. Nas sacolas, às vezes tem bolo, pão, quindim, café, bala, arroz, massa, feijão, carne, churrasco, bolachas recheadas - tudo separado em pacotes.

[...]

“A gente se sente grato pela pessoa que lembrou de deixar aquela comida limpa e deseja que pensamentos bons iluminem essa pessoa”, diz Alca.

[...]

Em Porto Alegre tem muita gente que ajuda.

[...]

[...] há pessoas boas que não negam um prato de comida (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

“[...] constantemente recebia a ajuda de transeuntes ou de um amigo, que sempre lhe trazia um lanche” (APESAR..., 2004, p. 2-4).

“Tem gente que dá dinheiro para ajudar, de coração” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Nas frases anteriormente citadas, a repetição da palavra *ajuda* desperta a atenção. No mesmo sentido, o uso da palavra *solidariedade* e da palavra *apoio*, que aparece na edição nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009) demonstra que os integrantes esperam ser ajudados pelos outros. Em todas as referências que relatam as interações com um caráter positivo, afirmam um posicionamento solidário do outros sujeitos em relação a eles. Esta percepção também é identificada na entrevista com Paulo: “*Nem todas as pessoas são iguais, tem pessoas boas de coração e tem pessoas ruins também. Então tem pessoas que ajudam, se tu tá sempre dormindo em um lugar, de madrugada, te dão comida, dão cobertor [...]*”.

A partir disto, é possível refletir sobre o sucesso das interações entre os moradores de rua e as pessoas que não vivenciam esta realidade. Pelas colocações aqui levantadas, as relações vistas como positivas são aquelas que resultam em um auxílio nas questões de sobrevivência – relacionadas especialmente à alimentação, como indica a repetição da palavra *comida*.

A maior parte das referências apontam que os moradores de rua são tratados com hostilidade e desconfiança pelos demais e também dedicam ao restante da população um tratamento indelicado. Os textos relatam a postura preconceituosa de alguns indivíduos e consideram que algumas pessoas são egoístas, não conseguindo olhar para o outro como semelhante. A dessemelhança resulta em uma incapacidade de se colocar no lugar do morador de rua, de modo que se percebe uma representação das demais pessoas como injustas em seus julgamentos sobre quem vive nas ruas: “Uma sociedade que age egoisticamente, visando apenas ao seu bem-estar. Se M.A. e tantos milhões de crianças e adolescentes chegam às ruas para poder sobreviver, a sociedade é, sim, culpada por este flagelo social” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Ao ouvi-la, Flávio propôs: “vamos fazer uma coisa, inverter as posições. Esqueça sua farda, sua posição social e se ponha no lugar de uma mãe de um preso rebelado ou de um morador de rua. A senhora disse que rua não é lugar para ficar. Eu vou sair daqui e vou pra debaixo da ponte com meus parceiros. E a senhora? Tem algum lugar para levar nós tudo?” (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

Ceco, integrante que vive nas ruas há 18 anos, afirma a exclusão do grupo dos moradores de rua da sociedade. Para ele, a sociedade é composta pelas pessoas que não moram na rua e é vista como excludente e discriminatória. A desigualdade existente entre os moradores de rua e as pessoas com melhores condições de vida é apresentada pelo entrevistado: “*Eu vejo eles com uma vida totalmente diferente da nossa, porque até então eles têm uma vida saudável, uma vida sadia, e não usam drogas*”.

A separação entre os moradores de rua e o restante das pessoas também se faz presente nas matérias. A diferenciação exposta no texto não se resume à qualidade de vida, mas ocorre inclusive na hora da morte:

Pobre tem caixão de tábuas. Caixão de rico é de madeira brilhante, forrado e com travesseiro. Pobre é enterrado em buraco, sem planta e sem nome. Túmulo de rico é cheio de planta, tem placa e até anjo. Tinha que ser tudo igual, porque todo mundo é igual depois que morre. Mas é diferente (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

“As pessoas costumam dizer ‘to com fome’, mas elas não sabem o que é fome” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

A última frase demonstra que os moradores de rua consideram que as pessoas que não vivem nas ruas não conhecem as privações que eles enfrentam. Por não possuírem contato com a realidade da rua e não estabelecerem um convívio com os moradores de rua, discriminam a população de rua. Dentre os substantivos e adjetivos que se referem ao relacionamento com o restante da população, predominam aqueles com caráter negativo: *discriminação*, *constrangimento*, *problema* e *desrespeito* são algumas das palavras utilizadas nas seguintes citações: “Muita gente tem medo de quem tem fome” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4); “As pessoas acham que todos são bandidos. Mas está cheio de gente boa na rua esperando uma oportunidade para mudar” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3); “[Há] uma visão em que a solução é esconder o problema. Que privilegia a força, mas não dá conta de responder às demandas de uma natureza humanista de respeitar o ser humano” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3); “A discriminação mesmo não vem em palavras, vem no olhar” (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

Além da menção à discriminação em diferentes matérias do corpus de análise, as entrevistas propiciaram distintas citações sobre este aspecto do relacionamento com o restante da população da cidade:

*Eu tento mostrar pra sociedade que se nós, moradores de rua, somos lixo, nós podemos ser reciclados, assim como todo o lixo ele é reciclado. Nós somos lixo porque a sociedade nos tornou um lixo.*

[...]

*Quem mora na rua, a bem dizer, é o que a sociedade fala: quem mora na rua é um estorvo para a cidade (CECO).*

*Tem sempre uma discriminação, porque as pessoas já fizeram uma má impressão das pessoas que moram na rua. Nem todos são ladrões, nem todos são drogados, mas sim tem uma má impressão da sociedade com as pessoas que moram na rua.*

[...]

*Tipo, o cara vai num supermercado comprar alguma coisa e tem sempre um segurança atrás de ti, porque tem sempre um que já queimou o filme antes, né, aí isso influencia as outras pessoas (TIAGO).*

*“As pessoas que moram em apartamento, em casa, estão sempre com um pé atrás com o morador de rua, estão sempre pensando que o morador de rua vai fazer uma maldade pra uma pessoa na rua, até pra família dele” (PAULO).*

*[...] quando o cara chega na sinaleira, vai vender o jornal, eles até fecham o vidro. Parece que ficam com medo do cara, mas não é medo. Eles não gostam de falar com o cara porque eles acham que quando o cara ta na sinaleira ele ta sujo, ta fedendo, então eles fecham o vidro (SIDNEY).*

A referência ao morador de rua como sendo lixo, presente na fala de Ceco, remete ao pensamento de Bauman (2005) sobre os seres supérfluos, que não tem utilidade e, portanto, podem ser descartados, empurrados para a margem, relegados às tarefas não-executáveis pelo restante da população – como a reciclagem do lixo. À discriminação atrela-se, além do medo, a ideia de que estas pessoas são parasitas e aproveitam-se do restante do corpo social.

Por estas passagens, identifica-se que, para o morador de rua, as outras pessoas o percebem como sujo, criminoso, incômodo. Sua situação de miséria é criminalizada quando são considerados ladrões pelo fato de morarem na rua. O ato de pedir nos sinais é visto como crime, ao mesmo tempo em que a retirada das crianças e adolescentes das ruas é percebida apenas como uma forma de acabar com o constrangimento que eles causam aos habitantes de Porto Alegre:

*Falam muito em tirar as crianças da rua. Na verdade, eles querem é que as pessoas não sejam constrangidas.*

*Mas pedir é crime? Esta no Código Penal? É crime segundo a sociedade. Quem ta na sinaleira, cuidando carro, não é reconhecido legalmente, porque estaria cobrando pedágio e só quem pode cobrar pedágio é o governo (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).*

Em outro trecho também é evidente que os integrantes do jornal acreditam que resolver a situação das crianças e adolescentes em situação de rua não seja a intenção das

demais pessoas. O intuito delas, ao recriminar estes jovens que vivem nas ruas, é não precisar enxergá-los nem conviver com a miséria que eles personificam. Taxando os moradores de rua de possíveis criminosos, encontra-se um modo de resolver seus problemas, condenando-os a viver em instituições de ressocialização, no caso dos jovens, ou nos presídios, quando se trata dos adultos. Conforme Wacquant (2008), o processo de penalização da pobreza foi elaborado para administrar os efeitos da política neoliberal que produz constantemente novos excluídos. Pelo encarceramento dos que são “diferentes”, as categorias sociais consideradas indesejáveis são segregadas e retiradas do convívio do restante da população.

Sob o viés de Bauman (2009), os moradores de rua seriam vistos como amedrontantes por fazer parte de uma nova classe perigosa. Baseando-se em Castel (2005 *apud* BAUMAN, 2009), o autor afirma que estes sujeitos seriam considerados incapacitados para a reintegração e não se tornariam úteis nem mesmo após uma reabilitação. Excluídos permanentemente, seriam perigosos justamente por não existir chance de saírem de sua condição de excluídos. A associação dos excluídos aos criminosos ocorreria também porque os tidos como criminosos encontram-se na mesma condição de inaptos para uma reinserção social. A relação com estes indivíduos deveria ser restrita a mantê-los longe e impedi-los de criar problemas.

Entretanto, mesmo que reforcem a dessemelhança com que são vistos por uma parcela da população e apontem a desigualdade e a não-identificação com certos grupos sociais, existe nas matérias uma aproximação com as pessoas das classes sociais mais humildes. Os moradores de rua identificam-se com estes grupos que, assim como eles, enfrentam dificuldades para sobreviver e para garantir que seus direitos como cidadãos sejam respeitados. Esta perspectiva pode ser constatada na matéria que relata a visita feita à casa ocupada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Embora a grande maioria das pessoas vivendo na ocupação nunca tivesse morado nas ruas, o texto compara a organização dos dois grupos, visto que eles têm interesses semelhantes e convivem com diversos obstáculos:

Quando o Boca visitou o local pela primeira vez, os moradores da ocupação estavam alojados em péssimas condições, sem telhado em boa parte do local, sem portas e as condições de alimentação eram precárias: só tinha aipim e banana da terra.

[...]

Entre tudo isso que acontece lá, eles não usam drogas dentro da casa. Cada um faz suas coisas fora da casa para não prejudicar os outros. Tem regras como nos abrigos e albergues (LUTA..., 2007, p. 2-3).

Ressaltar a situação de pobreza em que vivem os integrantes deste movimento social parece ser importante para que os integrantes do jornal possam utilizá-los como exemplo.

Mesmo que consigam percebê-los como seus semelhantes, os integrantes notam as diferenças que os separam. Salientam a união que existe entre os participantes e o senso de colaboração que é necessário para que a convivência se faça possível. A comparação com um grupo que é considerado menos diferente parece remeter à viabilidade de que um dia os moradores de rua possam estar em uma situação parecida, com um nível de organização análogo.

A comparação não é feita somente com o MNLM. Ao abordarem o tema da gravidez, estabelecem uma relação entre as mães da rua e outras gestantes em situação de pobreza, afirmando que, além de enfrentarem dificuldades parecidas, alimentam os mesmos desejos para vida a seus filhos:

As mães pobres têm quase as mesmas dificuldades das moradoras de rua. Daniela, 18 anos, oito meses de gravidez e Juciane, 20 anos, barriga de quatro meses, precisaram ficar na fila para conseguir consulta.

[...]

Rosimeri, 38 anos, oito filhos, é vendedora de consórcios. Ela deixa as crianças com uma senhora quando está trabalhando. Apesar de estarem vestidas diferentes, todas esperam para os filhos a mesma coisa: uma vida melhor, casa, direitos e saúde (APESAR..., 2004, p. 2-4).

A partir das idéias que puderam ser identificadas nas matérias, compreende-se que os integrantes constroem representações dicotômicas sobre as pessoas que não moram nas ruas. A população da cidade é dividida entre a que trata bem e ajuda os moradores de rua e a que desrespeita e discrimina este grupo social. Realiza-se também uma separação entre aqueles considerados ricos, que não se assemelhariam à população de rua, e os pobres, com os quais eles conseguem se identificar. Pela análise, conclui-se que as pessoas que não vivem na rua são divididas entre boas e más e entre aquelas que são diferentes - que estão muito distantes da realidade das ruas - e as que são parecidas, ou seja, que compartilham experiências e dificuldades com os sujeitos em situação de rua.

Embora não seja uma postura hegemônica no grupo, a percepção do olhar discriminatório e estigmatizante pode ser considerada como um importante motivo para o desânimo e a baixa auto-estima, apontados em outras subcategorias, que assolam os que vivem nas ruas. Por entenderem que são enxergados sob esta perspectiva, têm suas tentativas de interação com os demais prejudicadas, visto que não conseguem esconder as características que os estigmatizam.

### 5.1.3 O olhar dos entrevistados sobre os moradores de rua

Embora todas as matérias selecionadas contenham entrevistas, não foi possível identificar em todas as falas o olhar dos entrevistados sobre os moradores de rua. Em alguns jornais, as entrevistas restringem-se a pontos específicos que não tocam na realidade da população de rua.

Na edição nº 16 (março, abril, maio e junho de 2005), a entrevista com o então presidente da FASC, Nilo Santos, permite compreender a visão da Fundação sobre as crianças e adolescentes em situação de rua. Ele afirma que as crianças não podem decidir se querem ficar nas ruas. Estes jovens estariam na rua para conseguir dinheiro, sendo muitas vezes usados por seus familiares para pedir nas sinaleiras. O dinheiro recebido, coloca Nilo Santos, seria um estímulo para que utilizem mais drogas. Para o presidente da Fundação, o ideal seria que elas encontrassem empregos e pudessem traçar planos de vida para se transformarem em “profissionais bem-sucedidos”, e não em traficantes.

A ideia de que conviver com estas crianças e adolescentes seria constrangedor está expressa em duas falas do entrevistado do periódico:

Sei que constrange as pessoas ver uma criança mexendo numa lixeira, ou sendo usada na sinaleira para faturar em cima, enquanto ela podia estar brincando.

[...]

Muitas pessoas terminam, devido aos malabaristas, dando dinheiro por constrangimento. A ideia é que nenhuma criança, ou adolescente, fique na sinaleira pedindo (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

O entrevistado aparenta estar preocupado com o desconforto causado pelas crianças às demais pessoas, e não ao constrangimento que as crianças e adolescentes possam sentir por não ter condições de se alimentar ou de sanar suas necessidades básicas para a sobrevivência. As crianças nas ruas são percebidas pelo presidente da Fasc como “uma desgraça” e como potenciais criminosos, pois “a criança que está na rua está a um passo de cometer um ato infracional” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3). Contudo, o entrevistado defende que os direitos destas pessoas sejam respeitados e seja-lhes oferecido educação e acesso à saúde para que tenham uma nova perspectiva de vida.

Na mesma matéria, a presença das crianças e adolescentes nas sinaleiras da cidade é considerada um show pelo jornalista Eugênio Bortolon. Na fala dele, encontra-se uma repreensão a este modo de vida, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de

políticas públicas para auxiliar esta população: “Eu, pessoalmente, não concordo com isso. Deveria haver uma política social mais abrangente. Sei que é uma situação desesperadora destes meninos, porque eles não têm outra alternativa, não têm amparo, às vezes são mandados para estes lugares” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Na edição n° 22 (novembro e dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007), o vereador Carlos Todeschini, na época presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, reforça a ideia de que as pessoas não deveriam viver na rua - e refere-se aos adultos, não às crianças. Ele considera a situação destes sujeitos um problema que precisa ter visibilidade para ser resolvido: “[As pessoas em situação de rua] deveriam estar ou num abrigo, ou numa casa, ou no albergue, em uma situação de mais decência e humanidade. É isso que tem que ser buscado” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

Para o vereador, os motivos para que as pessoas estejam nas ruas são problemas familiares, sofrimento psíquico e envolvimento com drogas. Não é cogitada a possibilidade de a miséria e o desemprego levarem os indivíduos a se tornarem moradores de rua, ou mesmo a opção por este tipo de vida. Contudo, o entrevistado defende que tais sujeitos deveriam receber tratamento mais respeitoso e identifica no restante da sociedade uma postura de desumanização dos moradores de rua, como indicado nestes trechos:

Porque há uma visão higienista que não considera que lá estão pessoas portadoras de direitos e cidadania.

[...]

Precisam ter um tratamento de natureza social e humanística, não apenas como números e metas (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

Ainda na mesma edição, o entrevistado Jânio dos Santos Silva, professor da Casa de Convivência I, defende que os moradores de rua precisam ser escutados pelas instituições que com eles trabalham, para que seus desejos e necessidades sejam contemplados pelos órgãos responsáveis.

Na edição n° 30 (outubro, novembro e dezembro de 2008), identifica-se na fala de Patrícia Werlang, presidente do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA/RS), a ideia de que a população de rua se encontra em uma situação de vulnerabilidade, estando mais exposta ao contágio por doenças. Os locais escolhidos por eles para passar as noites colaborariam para este quadro, pois costumam ser escondidos, escuros e com pouca ventilação.

Nas falas dos entrevistados, portanto, são identificados vários posicionamentos e distintas representações sobre as pessoas em situação de rua. As fontes oriundas de locais freqüentados constantemente por moradores de rua, como as Casas de Convivência e o

GAPA/RS, demonstram um olhar mais compreensivo e humano sobre a população de rua. Por sua vez, os entrevistados provenientes de outras instituições tornam pública uma representação da rua como local impróprio para se viver, mas não parecem considerar que a pobreza é uma das causas para que estes sujeitos habitem as praças e parques da cidade. Pode-se refletir sobre a existência de uma visão de dessemelhança entre os entrevistados e os moradores de rua. Baseando-se no que coloca Nascimento (2003), compreende-se que, ao não enxergá-los como pertencentes ao seu grupo social, algumas das fontes consultadas não conseguem pensar nos moradores de rua como seres humanos. Assim, sua pobreza é percebida como um incômodo, conforme apontou Buarque (2003), e sua retirada das ruas apresenta-se como necessária para o restabelecimento da ordem na cidade, como afirma Wacquant (2001a).

#### **5.1.4 A percepção enquanto integrante do Boca de Rua**

As referências a como se enxergam enquanto participantes do Boca de Rua estão presentes apenas nas edições de números 3 (outubro de 2001) e 33 (julho, agosto e setembro de 2009). Nas demais edições, às menções ao jornal, por tocarem em outros pontos, foram enquadradas na categoria meios de comunicação. Na presente subcategoria, procurou-se compreender como os integrantes percebem sua atuação dentro do projeto Boca de Rua.

Na edição de nº 3 (outubro de 2001), os integrantes utilizam os substantivos “jornalista”, “jornaleiro” e “autor” para descrever o companheiro Mercedes, falecido antes daquela edição. Por estas palavras, percebe-se uma identificação daquele indivíduo com atividades consideradas produtivas e meritórias por seus companheiros. O participante do jornal não é “apenas” um morador de rua, mas possui outro papel na sociedade. Distancia-se, portanto, de ser somente um sujeito estigmatizado, pois é valorizado em alguns aspectos e por certos grupos que lêem a publicação. O pertencimento a esta coletividade parece distingui-los dos moradores de rua em geral, pois permite que eles transitem por locais e estabeleçam relações que as demais pessoas em situação de rua não conseguem acessar por não terem o respaldo do projeto Boca de Rua. A partir disto, convém refletir sobre uma possível mudança no posicionamento destes sujeitos na estrutura social: por firmarem o vínculo com o jornal, podem ser vistos como menos excluídos do que os moradores de rua que não estão ligados a um projeto ou instituição que tenha visibilidade. Ser “jornalista” e “jornaleiro” confere a eles uma posição menos marginalizada na hierarquia social.

No mesmo sentido, a edição nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009) deixa claro que os integrantes se sentem importantes pela participação no jornal. Por não conseguirem estar presentes no II Encontro Nacional sobre População de Rua, realizado em Brasília, enfatizam o prejuízo ao evento ocasionado pela ausência do Boca de Rua. A escolha de dois participantes para representar o grupo gerou um sentimento de responsabilidade perante os demais companheiros de trabalho e atribuiu a eles o caráter de protagonistas em um evento de relevância para a defesa dos interesses da população de rua: “A gente estava bem contente e se sentiu homenageado em representar o Boca diante do país inteiro num encontro de moradores de rua para mudar as leis” (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

Percebe-se que eles, enquanto moradores de rua que participam de um jornal, sentem-se aptos a levantar as problemáticas do grupo e a propor discussões sobre as possibilidades a serem oferecidas às pessoas que vivem na rua. Ao mesmo tempo, o pertencimento a este grupo concede a eles um estímulo para que permaneçam na busca por seus direitos – o que pode ser identificado quando afirmam que não vão desistir e continuarão exigindo e cobrando respeito.

A mudança de representação proporcionada pela participação no jornal é percebida de maneira mais explícita nas entrevistas. Conforme Ceco, ser integrante do Boca de Rua modificou a forma com que ele é visto pelo restante da sociedade:

*Mudou a minha visão, porque antes eu não era visto pela sociedade, eu era excluído, depois que eu comecei a fazer parte do Boca a sociedade passou a me ver com olhos diferentes, até a polícia, a polícia passa e o cara tá com o crachá, com o material, eles até param para conversar com o cara, não conversam arrogantemente, conversam com o cara mais suave, tratam o cara normal.*

[...]

*[As pessoas] param o cara na esquina, conversam com o cara. Antigamente não tinha isso, antes de eu fazer parte do jornal, passava por eles de cabeça baixa e eles nem bola, hoje eu tento passar de cabeça baixa e eles tão me chamando, “E aí Ceco, como tá o jornal? Sobre o que vocês tão falando?” (CECO).*

*“O cara aprende mais [no Boca de Rua], o cara fala com bastante pessoas. Teve um tia que parou de carro pra falar comigo, pra falar sobre o jornal e pá. Parou com o carro ali na rua pra falar sobre o jornal, ela comprou o jornal de mim” (SIDNEY).*

*Às vezes eu estou na sinaleira, vendo nas mesas da Lima e Silva e converso muito com as pessoas, gosto muito de conversar, e as pessoas até incentivam, dizem “que bom que vocês estão aí, fazendo esse jornal, não tão fazendo coisa errada” [...]. As pessoas na rua gostam muito do jornal. Tem pessoas que a gente tá passando, nem tá vendendo o jornal, chamam o cara pra comprar o jornal, conversar, dizer que é muito bom as matérias do jornal (PAULO).*

Pode-se concluir, portanto, que os moradores de rua que participam do Boca de Rua percebem-se como pertencentes a um grupo que tem visibilidade e valor na sociedade. Assim, fazer parte desta coletividade os coloca em um lugar superior ao restante da população de rua, que encontra dificuldades para expressar seus pontos de vista e para dialogar com as demais pessoas. A importância atribuída por certos órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que convidou o grupo a participar de um evento, reforça a noção de importância do jornal e dos participantes como sendo representantes da população de rua. Ao mesmo tempo, os integrantes se diferenciam da população de rua em geral, por não serem apenas moradores de rua, mas também “jornalistas” e “jornaleiros”.

## 5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIDA NAS RUAS

A presente categoria procurou identificar as temáticas que tratam sobre o cotidiano destes sujeitos nas ruas da cidade. Primeiramente, julgou-se fundamental deter-se nos motivos que conduziram os indivíduos para as ruas. Buscou-se compreender como os moradores de rua sobrevivem – como se alimentam, como cuidam de sua saúde, como conseguem dinheiro para comprar produtos básicos para sua existência e também como se relacionam com as drogas. Ainda sobre a sobrevivência, porém em outra subcategoria, foram enquadrados os trechos que apontam os fatos violentos por eles enfrentados. As oportunidades existentes e as reivindicações encontradas constam também nesta categoria.

A tabela a seguir indica o número de referências a cada subcategoria encontradas nos textos analisados. As 164 referências encontradas sobre as oportunidades e reivindicações dos moradores de rua e sobre o tratamento que este grupo recebe ao buscar alguma instituição indicam que esta é a temática mais abordada dentre todas as categorias propostas. Os assuntos ligados à sobrevivência nas ruas também merecem destaque, visto que há 134 trechos que foram enquadrados nesta subcategoria. Isso se deve ao fato de que as subcategorias abrangem distintos assuntos, o que não ocorre em outras subcategorias mais específicas – como, por exemplo, a que abarca os motivos que levam o sujeito a viver nas ruas. Demonstra também que o jornal reserva importante espaço para os relatos da vida cotidiana dos moradores de rua.

Foram encontrados apenas 12 pontos que relatam alguns motivos do abandono do lar. Parece, portanto, que este assunto não é facilmente abordado pelos integrantes do jornal, ou que não lhes parece de grande interesse publicar estas histórias no periódico. Embora existam

poucos trechos, as recorrentes citações das palavras *pais*, *dinheiro (miséria)* e *drogas* permitem construir uma percepção sobre o porquê da vida nas ruas.

As apenas 22 referências às temáticas de violência são surpreendentes. Pela experiência da pesquisadora junto a esta população, acreditava-se que a violência seria um dos principais pontos abordados nos jornais, visto que os relatos pessoais dos integrantes são repletos de denúncias sobre a violência policial e também de histórias em que são agredidos por outros moradores de rua – quando não são os agressores de outras pessoas. Como será visto mais adiante, as matérias pouco tocam nestas questões. Há que se conceber, porém, que se o corpus de pesquisa abrangesse outras edições, talvez as representações sobre os moradores de rua e a violência seriam distintas.

Tabela 2 - Categoria Vida nas Ruas

<i>SUBCATEGORIAS</i>	<i>NÚMERO DE REFERÊNCIAS</i>
1) Motivos que levam à vida nas ruas	12
2) Sobrevivência	134
3) Oportunidades para quem está em situação de rua e o tratamento recebido nas instituições que acessam	164
4) Temáticas sobre violência	22
<b>TOTAL DE REFERÊNCIAS</b>	<b>332</b>

O gráfico permite uma comparação entre o espaço dedicado a cada assunto nos jornais analisados. Os motivos da vida nas ruas representam apenas 4% das 332 referências encontradas, enquanto a violência é responsável por 7% dos trechos. As duas subcategorias restantes, portanto, representam 89% dos pontos enquadrados nesta categoria.

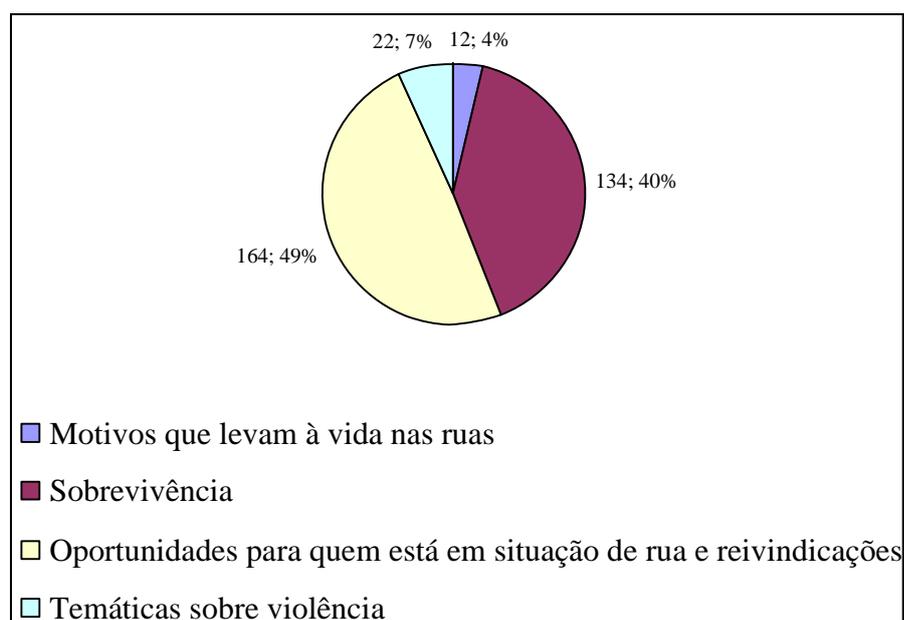


Figura 2 - Categoria Vida nas Ruas

Ao realizar a separação das palavras, os seguintes termos repetiram-se em mais de um texto: *pessoa, drogas, necessidade, atender, irmão, fome, oficinas, comer, roubar, pedir, criança, mãe, dinheiro, adolescentes, trabalhar, praça, hospital, loló, filhos, Casa de Convivência, rua, morar*. Ressalta-se a citação de vários membros da família nesta categoria, ligados a diferentes aspectos da vida nas ruas. Além disso, novamente estão presentes referências às *drogas* e ao *trabalho*. Nos próximos itens realiza-se a interpretação qualitativa dos dados até aqui levantados.

### 5.2.1 Os motivos que levaram à vida nas ruas

Em todas as matérias analisadas, foram encontrados apenas doze trechos que revelam os motivos que ocasionaram a ida para as ruas. É possível, porém, perceber que a família é a maior causa para que as pessoas, especialmente as crianças e os adolescentes, abandonem seus lares e passem a viver nas ruas. Dentre os trechos selecionados, seis apontam os problemas familiares como responsáveis por esta opção ou necessidade. Nestas frases, há oito repetições de termos ligados aos pais: *pai, mãe, padrasto*.

Os desentendimentos, as atitudes violentas e a hostilidade dos pais ou padrastos são indicados como as principais dificuldades para a permanência no lar, como se identifica nos seguintes trechos:

Também Bocão passou fome quando saiu de casa, depois de uma briga com o padrasto.

[...]

Saiu de casa porque se sentia desprezado, era agredido e humilhado pelo pai.

[...]

Cláudia fala sobre a sua experiência de moradora de rua: “Vim de Pelotas com 11 anos. Fui violentada pelo meu pai, saí de casa e passei a dormir ou na Praça da Matriz ou na Alberto Bins” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

“Ela foi corrida de casa pelo pai com apenas cinco anos” (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Faz sete meses que A. está na rua. A mãe dele deu uma facada no pai, e A. foi para a rua.

[...]

Nem todas as crianças que estão nas sinaleiras moram na rua [...]. Os que vão para a rua é porque os pais batem ou abusam [...](MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Nestas frases, é notória a atribuição da responsabilidade pela vida nas ruas à figura familiar masculina. As palavras *pai* e *padrasto* aparecem sete vezes ao relatarem os motivos que os levaram às ruas. Apenas um dos trechos aponta a *mãe* como a protagonista da atitude violenta. É perceptível também que o abandono do lar se dá quando ainda são crianças, ou quando estão no início da adolescência – ou seja, quando ainda não têm condições de se defenderem das agressões ou da violência moral imposta por estes familiares.

As entrevistas com os integrantes corroboram a ideia de que as crianças vão para as ruas devido aos relacionamentos familiares, pois dois entrevistados revelam que se tornaram moradores de rua por este motivo, como se percebe nas seguintes falas: “*Com 10 anos eu saí de casa por causa, minha mãe era casada com meu padrasto, ele era um negão e ele não ia muito com a minha cara, então ele bebia e batia muito na minha mãe. Aí a primeira vez eu fugi de casa por causa disso [...]*” (CECO).

*Ah, meu motivo de ir pra rua foi a minha família. Eu sou natural de Santa Maria, e a minha mãe quando deu à luz, ela morreu no hospital. Então fui trazido para Porto Alegre por outra família. Fui adotado, na moral, e com o tempo fui crescendo com essa família, tinha mais três filhos, dois homens e uma mulher, e fui vendo que eles me tratavam muito mal, e com 9, 10 anos eu saí de casa, pensei “não quero mais ficar nessa família, não é minha família de sangue” (PAULO).*

A história do integrante Sidney difere um pouco das demais. Embora ele tenha saído da casa de sua mãe por um tempo por ter furtado um estabelecimento comercial de seu bairro e, com isso, ter se desentendido com os traficantes do local, ele não pôde mais voltar para casa devido aos falecimentos de sua mãe e de seu pai. Atualmente, ele afirma que não existe nenhum lugar em que ele possa morar, pois seus irmãos e sua avó não têm como sustentá-lo. Percebe-se que ele é morador de rua pelo fato de não ter mais pais e devido à pobreza do restante de sua família, apesar de seu envolvimento com o tráfico de entorpecentes.

Em uma das matérias também é demonstrado que a situação de miséria em que a família vive pode “empurrar” a criança ou o adolescente para a rua, visto que não há dinheiro ou comida para sustentar todos os moradores da casa: “A miséria, associada à fome, também leva para a rua. A criança sai para que o irmão não passe fome – o que ela comeria, vai para o irmão. Perto do que essas crianças tem em casa, em algumas situações a rua é melhor” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Encontra-se a afirmação de que as casas em que estas crianças moravam apresentavam péssimas condições de vida e de convivência. A pobreza, a fragilidade dos laços afetivos estabelecidos e a violência constante que podem ser observadas nos textos denotam que enfrentar as dificuldades das ruas mostrou-se a única saída para estas crianças e adolescentes.

Em um dos trechos, a culpa pela existência de crianças na rua é atribuída à sociedade em geral, que fomentaria a desigualdade social. Nesta frase, permanece a noção de que a falta de condições financeiras leva os sujeitos a se tornarem moradores de rua: “M.A. é mais uma vítima da desigualdade social e da ignorância de uma sociedade que, hipocritamente, se diz culta e instruída” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Existe uma única fala, na edição nº 30 (outubro, novembro e dezembro de 2008), de uma pessoa que foi morar na rua já adulto. Este indivíduo sofreu amputações nas pernas e não pôde mais trabalhar. Recebendo uma ajuda financeira que não permitia que se sustentasse, tornou-se morador de rua. Novamente a vida nas ruas é apontada como alternativa à falta de dinheiro.

Além da família, da pobreza e da desigualdade social, foram identificadas referências às drogas como motivo para a vida nas ruas. Percebe-se que o envolvimento com traficantes e a influência dos amigos usuários tiram as crianças e os jovens de casa: “Traficantes, visando mais lucro, perceberam que suas riquezas podem ser aumentadas com a classe suburbana. Com isso, meninos e meninas que antes tinham casa foram parar na rua e trouxeram o crack para quem mora na rua, diz Alça” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

“[...] se envolveram com traficantes, ou o amigo levou [para a rua]” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

O vício em drogas, aliado a outros hábitos adquiridos na rua, impede que retornem a viver em casas, pois precisariam se adaptar a regras mais rígidas. As normas impostas pelos abrigos e albergues, por exemplo, apresentam-se como impeditivos para a permanência nestes espaços. Assim, o retorno à rua é freqüente, mesmo quando existe a possibilidade de abrigagem.

As drogas são a causa apontada pelo entrevistado Tiago para seu período como morador de rua. Entretanto, compreende-se que o uso de drogas causou desentendimentos em sua casa, em que morava com a avó, e também com seus vizinhos. Mais uma vez, portanto, o tornar-se morador de rua passa pela questão da família, como se percebe no seguinte trecho: “[O motivo foi] a droga. E eu ter aprontado na minha casa, aprontado. Ter feito coisas que me levaram a queimar o filme no meu prédio e eu não poder mais entrar no meu prédio” (TIAGO).

É notável que, embora os entrevistados tenham em algum momento se envolvido com drogas, todos se referem à impossibilidade ou à dificuldade de permanecer em casa por causa de seus familiares – ou pela falta de parentes que pudessem acolhê-los. Entretanto, quando questionados sobre por que algumas pessoas vivem nas ruas, todos afirmam que as drogas

estão entre os motivos mais relevantes para que os sujeitos se tornem moradores de rua. Encontra-se esta percepção nas seguintes falas:

*Tem pessoas que moram nas ruas porque gostam de usar droga, né, e na casa uma família tu não deve usar droga, né, na casa da tua família. Então preferem vir para a rua para poder usar droga, a gente enxerga isso aí. Todo mundo enxerga. Nós, que somos moradores de rua, e as pessoas, as família, também enxergam. A maioria do morador de rua vem pra rua por causa da droga (PAULO).*

*Ah, muitos saem de casa por causa das drogas, né. Muitos saem por causa das drogas, por causa do crack, na moral. Pior é que é muitos que saem de casa mesmo. A minha irmã é uma que saiu de casa por causa das drogas, também. E ela tem dois filhos.*

[...]

*Mas tem muitos aí que moram na rua porque não podem ir pra vila lá, porque chineleou, fez algo lá, daí os traficantes querem matar, assim como aconteceu comigo (SIDNEY).*

“Mas eu acho que 90% dessa juventude que ta na rua é por causa da droga” (CECO).

Tiago é o único entrevistado que apresenta variadas possibilidades para a causa da vida nas ruas, entre elas o vício em drogas:

*O morador de rua tem vários tipos, morador de rua por opcional, morador de rua que é posto pra fora de casa por ter feito algum delito em casa, ou usar drogas em casa, e também tem aquele morador de rua que não tem família, não tem casa, que mora na rua ou em albergues pela condição dele (TIAGO).*

A partir destas colocações, pode-se refletir sobre uma contradição existente nos discursos dos entrevistados. Ao mesmo tempo em que afirmam que se tornaram moradores de rua por causa de sua família – com exceção do caso de Tiago –, apontam que as demais pessoas em situação de rua abandonaram seus lares por serem viciadas em entorpecentes. O uso de drogas é reconhecido como presença constante na vida da população de rua, como poderá ser visto a seguir, mas nas falas encontra-se uma generalização das drogas como sendo responsáveis pela situação de rua. No entanto, as histórias pessoais de cada entrevistado, bem como os trechos enquadrados apontam um panorama diferente, em que as relações familiares adquirem maior importância na decisão do abandono do lar. Assim, ao falarem dos outros, os entrevistados não se questionam se a droga levou os sujeitos a viverem na rua, ou se a vida nas ruas os estimulou a usar drogas - como, por exemplo, foi o caso de Ceco. Pela identificação de que grande parte dos moradores de rua saiu de casa ainda na infância, pode-se interpretar que em muitos casos a vida nas ruas deva ter precedido o vício em drogas.

Considerando que a representação dos moradores de rua como drogados é dominante na sociedade, pode-se avaliar o quanto estes sujeitos adotam ou introjetam o discurso hegemônico difundido também pelos meios de comunicação. Embora relatem no jornal as histórias de diversos indivíduos que moram nas ruas e tenham consciência de suas próprias histórias de vida, enquadram os demais moradores de rua na imagem que atribui às drogas a responsabilidade pela condição de vulnerabilidade desta população. Assim, tomam como menos importante as questões familiares e a miséria que fazem parte da trajetória de muitos moradores de rua.

Enfim, nesta subcategoria encontra-se uma contradição entre o modo como os entrevistados se percebem como moradores de rua e a maneira com que eles enxergam os demais sujeitos que pertencem a esse grupo. Encontram-se, portanto, representações sociais distintas sobre os motivos que levam os sujeitos à vida nas ruas, mas pode-se afirmar que a família, a miséria e o uso de drogas são considerados por eles e pelas matérias do jornal como os pontos mais profundos que estimulam o indivíduo a deixar o lar e a permanecer nas ruas.

### **5.2.2 A sobrevivência**

Esta subcategoria concentra grande quantidade de trechos enquadrados. A única edição que não apresenta nenhuma temática que possa ser considerada como referente à sobrevivência nas ruas é a de nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009). Em quatro das oito edições analisadas, a sobrevivência aparece como assunto principal, visto que possui o maior número de referências dentre todas as subcategorias.

Sendo um ponto que abrange diferentes aspectos da vivência cotidiana nas ruas, pode-se encontrar variadas representações e idéias sobre como os moradores de rua se alimentam, enfrentam o frio, conseguem dinheiro, etc. A questão das drogas e a necessidade de trabalho aparecem com frequência neste ponto. Entretanto, estes assuntos serão abordados em outro tópico, por terem sido percebidos como temas que influenciam toda a vida das pessoas em situação de rua.

A fome é identificada como um dos mais significativos problemas enfrentados pelos moradores de rua, pois dificilmente existe a certeza de que conseguirão comer. A preocupação com a alimentação é recorrente em distintas matérias, mas o maior enfoque a este assunto encontra-se na edição de nº 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003). A fome é

responsabilizada por momentos de dor e de sofrimento, como se percebe nas seguintes partes do texto:

Só quem fica mais de um dia sem alimento sabe o que é fome. Quando uma pessoa fica muito tempo sem comer, a barriga ronca. O ronco é tão forte, que quem estiver do lado ouve.

“A fome faz com que todos os órgãos pareçam desligados do cérebro”, explica Alca. Ele teve sua primeira experiência com a fome com 11 anos, quando fugiu da Aldeia Infantil SOS, onde vivia. “Eu nem sabia que alguém podia sentir fome, porque fui criado em instituições. Mas também não sabia pedir. No terceiro dia, eu estava completamente tonto, com as pernas bambas, perdi a aptidão para fazer qualquer coisa”.

[...]

“Eu tinha um peso na mente, não queria levantar nem caminhar. Só queria comer”

[...]

Quando chegou do interior, procurando trabalho, Alexandre ficou oito dias sem comer. “Me deu uma dor tão forte que parecia que eu estava oco. Desmaiei e fui levado para o abrigo Bom Jesus” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Também o entrevistado Paulo revela a dificuldade causada pela fome. Para ele, a falta de alimentos é o pior problema da vida nas ruas.

Pode-se perceber que, comumente, os moradores de rua dependem da solidariedade dos outros para que consigam se alimentar. Conforme apontado no item 5.1.2 (páginas 93 e 94), os macaquinhos, sacos de comida que são pendurados em árvores, são uma das principais fontes de comida para a população de rua. Além disso, recebem as sobras de alguns restaurantes e outros estabelecimentos do ramo alimentício, bem como compram comida com dinheiro recebido através de esmolas. A solidariedade entre os próprios moradores de rua também é apontada como necessária para que consigam sobreviver, pois em alguns momentos é preciso que a comida obtida seja dividida entre várias pessoas:

Nos casos em que a fome de alimentos não tem hora para se manifestar, os guris, obedecendo ao princípio da solidariedade, se viram como podem: fazem vaquinhas e providenciam seu “rango” nos finais de semana (quando os sopões estão fechados), esmolam em padarias, fruteiras, bares e restaurantes, utilizam-se dos “macaquinhos” ou das sobras de alimentos (alguns estragados) encontrados nos lixos dos restaurantes, padarias e residências.

[...]

É mais fácil encontrar os “macaquinhos” entre quatro e seis da tarde, na segunda-feira. Quando se encontra um, é só fazer um furo e se esquecer da sociedade em volta. O único pensamento é matar a fome (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Tem também a questão da má alimentação, que é uma porta de entrada para a doença. Na rua se come o que se pode e quando se pode. Existem os macaquinhos (sacos de comida de boa qualidade deixados pela população pendurados nas árvores ou portões, mas eles já foram em maior número (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

A dependência das doações de alimentos é manifestada nas falas dos entrevistados:

*Ah, eu me alimento às vezes com os macaquinhos, tem uma padaria que dá coisa pra nós, tem o “seu homem de Deus” [...], ele dá feijão com polenta, o seu é tri legal, ele fala sobre Deus e tudo mais. E eu fico na sinaleira, vivo na sinaleira, às vezes eu ganho comida na sinaleira também. E tem aquelas comidas que dão de noite aí, ali na Epatur, lá na Excelsior, às vezes eles dão. E tem também a Sopa aqui, de 3 em 3 sábados, de 15 em 15 dias, eles vem entregar, com um carro, eles dão roupa, bolacha, eles param de carro e dão uns negócios pra nós. O cachorro-quente sábado, a galinha assada também que eles dão sábado [...]* (SIDNEY).

*Na rodoviária minha rotina era essa [...], pegar e me alimentar quando um padrinho passasse, me desse algo pra comer. Era mais fácil eu arrumar dinheiro pra minha droga que pra minha alimentação. A minha alimentação só vinha se algum padrinho, alguma madrinha pagasse pra eu comer alguma coisa* (CECO).

Os locais em que grupos de voluntários distribuem lanches para quem mora na rua, bem como os sopões e os restaurantes populares, são os pontos mais freqüentados em busca de comida. Entretanto, está presente nas matérias a afirmação de que a necessidade leva os moradores de rua a comerem tudo que encontram, até mesmo alimentos que já não estão em condições de serem consumidos, velhos ou estragados. As lixeiras são fonte de comida, mas nem todos que moram nas ruas têm coragem de vasculhá-las para procurar algo que sacie a fome. Além do que está disponível no lixo, algumas pessoas também comem o que encontram nos despachos - oferendas aos orixás que são deixadas em cruzamentos ou esquinas: “*Depois do ‘macaquinho’, as melhores opções são os despachos. ‘Achar um batuque é ótimo. Um dia eu estava louco de fome e achei um batuque que foi uma beleza: quindim, bolo de milho, tudo amarelo’, lembra Alça*” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Pelas frases aqui colocadas, identifica-se que o jornal apresenta a fome como uma relevante dificuldade dos moradores de rua, pois, apesar da existência dos locais de distribuição de refeições, parece não ser grande a oferta de alimentos pela cidade. Os integrantes ressaltam a importância das doações recebidas como uma das poucas formas existentes para sanar a fome – dessa forma, estimulam os leitores a deixar mais “macaquinhos” e a darem comida para os que pedem nas ruas e nas sinaleiras.

A única voz dissonante é a do entrevistado Ceco, que não considera uma tarefa árdua a obtenção de comida, como se percebe na seguinte frase: “*Ah, a fome eu digo, com todas as palavras, de boca cheia: na rua, passa fome quem quer*” (CECO).

A partir desta afirmação, pode-se refletir sobre a qualidade dos alimentos que estão disponíveis para todos, como defende o entrevistado. A população de rua contenta-se com o alimento que o restante das pessoas não quis mais ingerir: comem as sobras e os alimentos em

más condições, que já são considerados velhos para que os habitantes das casas os aproveitem. Então, mesmo que exista comida, nem todos estão dispostos a usufruí-la. Além disso, os textos indicam que os anos de vivência na rua propiciam experiência e conhecimento para sobreviver à fome. Com o tempo, os moradores de rua descobrem onde encontrar comida, quais as instituições e grupos que auxiliam a população de rua e quais as maneiras de amenizar a dor sentida após períodos sem alimentar-se.

Embora a sensação de fome do indivíduo seja causa de sofrimento, encontra-se em uma matéria a percepção de que é muito pior não conseguir alimentar os filhos ou irmãos. Alguns adultos mostram-se dispostos a suportar a necessidade para que os mais jovens não passem pela mesma situação:

Pior do que passar fome é ver o filho passar fome. “Quando é para dar de comer ao meu filho, eu faço qualquer coisa, menos roubar [...]. Deus me livre deixar ele sem comida”.

[...]

Alca tinha um irmão menor e sentia a mesma coisa. “Era eu que tinha que encontrar comida. Nunca dividi meio a meio, sempre dava mais pra ele. Alimentando o meu irmão eu me sentia realmente humano”.

[...]

Para os filhos, a lembrança fica. “Minha mãe ficou muitas vezes sem comer para nos dar comida”, lembra Patrícia (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

A fome está presente também na matéria que aborda a gravidez das moradoras de rua. Percebe-se que a condição de gestante facilita a obtenção de comida, pois as demais pessoas são mais solidárias com as grávidas. Conforme a matéria, a melhora da qualidade de vida da gestante, que recebe mais apoio na rua, é um dos motivos que levam às moradoras de rua a engravidar:

A gravidez ajuda em algumas coisas. “Se tu chega barriguda e diz que está com fome, as pessoas te ajudam. Sem barriga, não”, conta J., 21 anos.

[...]

Existem mulheres que se sentem melhor e são tratadas com mais respeito quando estão grávidas. Algumas param de apanhar, ganham comida e roupas (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Centrando-se na temática da gravidez, identifica-se que ela também ocorre por algumas mulheres encontrarem nas relações sexuais sua forma de sobrevivência: “Outro caso que resulta em gravidez é o das mulheres que fazem o ato sexual por necessidade de sobrevivência, para terem alimentação e se sentirem seguras. Elas trocam o sexo por dinheiro ou benefícios, mas não são prostitutas. É para poder viver” (APESAR..., 2004, p. 2-4).

A falta de informação, de orientação e o não-uso de métodos anticoncepcionais são as principais causas da gravidez na rua. A desinformação e a recusa em usar preservativos acarretam ainda problemas de saúde, pois além da gravidez, os sujeitos podem contrair doenças sexualmente transmissíveis, como se percebe nestes trechos:

Também falta orientação. Muitas crianças chegam às ruas com sete, oito anos e já fazem sexo. Mas no fundo, no fundo, têm preocupação com doenças. D., 17 anos, não tinha orientação nenhuma. Perdeu a mãe, conheceu uma guria na rua, se amarrou. Agora ele ta em estado crítico, no hospital, porque a guria tava com o HIV. Ela ta grávida dele.

[...]

Quando teve o nenê, [Fofa] descobriu que era portadora do vírus HIV. “Dos meus filhos, só o A. tem HIV e toma remédio”, explica.

[...]

D.C.S., 37 anos, cinco filhas, duas netas lembra: “A minha mãe nunca falava desses assuntos e não existia comprimido e camisinha no meu tempo. Pelo menos eu não sabia de nada”.

[...]

As pessoas não usam camisinha, porque dizem que não dá prazer.

[...]

Foi a minha segunda gravidez. As duas foram na rua. Não uso preservativo porque é apertado e machuca um pouco (APESAR..., 2004, p. 2-4).

As matérias indicam, portanto, que parte significativa das mulheres que ficam grávidas na rua não planejavam criar um filho, ao menos não no momento em que engravidaram. Assim, é comum que os pais não tenham condições de criar seus bebês e os entreguem a seus parentes ou para a adoção. Esta percepção já foi encontrada no item 5.1.1 (páginas 89 e 90), quando foi analisada a relação dos moradores de rua com determinados órgãos e instituições: no caso dos bebês que ficam na rua, estabelece-se um relacionamento tenso entre os pais e o Conselho Tutelar. É notório, porém, que na maioria dos casos relatados pela matéria os pais não detenham a guarda das crianças, preferindo deixar que outras pessoas as criem:

O filho do Guerreiro também não foi planejado. A mulher dele tava com 16 anos.

[...]

Fofa, 23 anos, tem cinco filhos [...]. A mais velha, R., tem cinco anos e mora com a mãe de Fofa. O outro filho, B., tem três anos e vive com um avô [...]. A., dois anos, mora com uma senhora que pediu pra ficar com o nenê quando viu Fofa debaixo da ponte. A mesma senhora também ficou com D. quando ele tinha apenas três dias e não permite que Fofa passeie com as crianças. G. é o mais novo. Ela doou o menino para uma instituição, há quatro meses [...].

[...]

Os filhos do Dentinho são as cunhadas que criam, porque ele não tem condições de criar (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Na mesma matéria, porém, existem relatos em que as moradoras de rua sonham com filhos para o futuro, quando poderão criá-los. Isso demonstra que, apesar da impossibilidade

de sustentá-los e da tendência a abandonar os filhos gerados nas ruas, estas mulheres apresentam o desejo de constituir família e conseguem se imaginar em outra situação, tendo um lar e não vivendo mais nas condições precárias das ruas.

A saúde é outra questão bastante presente nas matérias. A vivência nas ruas é atrelada à vulnerabilidade física, deixando os moradores de rua expostos a inúmeras doenças. Constrói-se uma representação de que o morador de rua é um sujeito com a saúde frágil e com acesso restrito aos tratamentos:

A rua é uma espécie de passaporte para o inferno. As pessoas morrem mais cedo e têm graves problemas de saúde.

[...]

Para piorar, para conseguir os medicamentos tem que andar de posto em posto e, quando finalmente se consegue, alguns tem que conservar no refrigerador e outros a gente precisa estar de barriga cheia para tomar ou faz mal (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

A ideia de que as pessoas em situação de rua convivem com problemas de saúde manifesta-se também nas falas dos entrevistados: *“Quando a gente ta na rua a gente não ta cuidando da saúde, porque a gente estando na rua não ta com uma meta de vida formada, uma meta de estar morando num lugar, uma meta de se cuidar”* (TIAGO).

*Ah, eu tive várias doenças: tive duas tuberculoses, três inflamações respiratórias, sou portador, desde os meus 16, 17 anos, sou portador do HIV, tive várias outras doenças. Fui operado com 14 anos de idade, fui operado do fígado, agora com 28 anos de idade fui operado da vesícula, tirei a vesícula fora. E mais toxoplasmose, tenho toxoplasmose também* (CECO).

Percebe-se que o vírus HIV é citado diversas vezes e parece possuir importância no cotidiano da população de rua, sendo apontado como causador de doenças e como o motivo da morte de alguns moradores de rua:

O primeiro CD4 (exame que mede a capacidade de defesa do organismo em relação ao HIV) do Luciano, quando ele deu entrada no hospital Vila Nova, foi de 10. Uma pessoa saudável tem um CD4 em torno de 1000 a 1500. Ele demonstrava assim que não tinha um tratamento prévio.

[...]

O atestado de óbito diz: *“Insuficiência respiratória aguda, broncopneumonia e Aids”* (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

Os moradores de rua geralmente convivem com várias doenças associadas especialmente HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, além de hepatite, problemas pulmonares, respiratórios, e agora, a tuberculose, que voltou forte.

[...]

Quais as doenças que ficam mais fáceis de encostar no soropositivo, ainda mais em pessoas em situação de rua? (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

Mesmo possuindo uma saúde frágil, é possível perceber que alguns moradores de rua têm resistência a se submeter aos tratamentos prescritos, ou então esperam que sua condição se agrave muito para procurar atendimento médico. As temporadas que precisam ser passadas no hospital parecem ser vistas como algo que atrapalha a vida dos moradores de rua, mesmo que, ao estarem internados, não precisem se preocupar com a alimentação, com o frio e com os lugares para pernoitar. Embora os trechos a seguir relatem a história de um único integrante, representam a atitude de outros que também evitam o tratamento, seja por problemas de auto-estima, como visto na subcategoria “Como os integrantes enxergam os moradores de rua”, seja pela fraqueza causada pelas drogas:

Luciano foi encaminhado pela Casa de Inverno. O estado de saúde ele estava bem comprometido. Ele tinha resistência para a abrigagem e a internação.

[...]

Luciano se negava a se alimentar e era uma dificuldade a questão da medicação [...]. Quando conseguiu uma vaga no Conceição, a equipe chamou a gerência, porque ele estava se negando a ir.

[...]

Luciano não parecia querer aderir ao tratamento. Queria sair do hospital (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

O entrevistado Ceco revela que só procura ajuda médica e familiar quando se sente extremamente fraco e percebe que não sobreviverá sem auxílio. Nestes momentos, interna-se no hospital ou retorna à casa da mãe, onde se fortalece para novas temporadas na rua: *“Quando eu fico muito fraco, quando eu não tenho vontade de sair atrás de uma moeda, de fazer um dinheiro, quando eu não consigo caminhar direito, quando eu me sinto fraco, entendeu, bastante fraco. Aí eu vejo que eu tenho que procurar um sistema de saúde”* (CECO).

A saúde debilitada é agravada pelas condições climáticas de Porto Alegre. O frio e as chuvas contribuem para que as doenças oportunistas se manifestem na população de rua, especialmente nos soropositivos. Tanto o frio quanto as chuvas aparecem nos textos como sendo problemas de quem vive na rua:

O inverno em Porto Alegre é frio e o clima muda muito. Uma hora chove, outra venta, outra faz calor. Isso afeta a saúde principalmente de quem mora na rua, dorme ao relento e não tem roupas quentes para se abrigar.

[...]

A pessoa fica com a roupa molhada o dia todo. E com frio, é claro.

[...]

Peguei o brabo do inverno dormindo em cima de papelão e minhas amputações abriram (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

A mesma percepção está presente nas falas dos entrevistados: “*As principais dificuldades de viver na rua é só uma: o frio*” (CECO).

*Ah, o mais difícil, bah, às vezes quando ta chovendo é ruim, o cara se molha, molha as cobertas, ainda mais quando o cara perde as cobertas pra SMAM [...]. [...] agora eu não to passando frio porque já começou o horário de verão, mas no inverno eu passei frio, sofri um pouco no inverno. No inverno eu sofri* (SIDNEY).

Apesar das dificuldades em cuidar da saúde expressas nos textos, os entrevistados Sidney e Paulo demonstram que, mesmo morando nas ruas, preocupavam-se em se manter saudáveis. Essa preocupação também se refere ao asseio pessoal, à limpeza de suas roupas e de seus corpos. Manter-se limpo, além de colaborar para que permaneçam sem doenças, é visto como uma questão de auto-estima e que melhora a interação com os demais habitantes da cidade. Estas idéias podem ser identificadas nos seguintes trechos:

*Eu sempre cuidei da minha saúde, sempre ia nessas casas, albergues, ia no médico. Agora, duas semanas atrás, fiz raio-X do pulmão, fiz exames de sangue, pra ver como é que ta. Eu gosto de andar limpo, não tenho roupa nova, mas gosto de andar limpo. Não é porque eu moro na rua que eu vou me atirar, né? É a última, acho isso aí a última, tu passa por um cara na rua e vê a situação do cara assim, não toma banho, não bota uma roupa limpa, não procura uma casa, uma casa de convivência, um albergue pra tomar banho, trocar uma roupa, pra ao menos andar limpo na rua* (PAULO).

“[...] agora quando eu to na sinaleira eu ando sempre limpo, antes eu não andava limpo, quando eu to no jornal, quando eu to vendendo o jornal. Todo o dia de manhã cedo eu vou ali no [parque] Marinha e tomo banho, faço as minhas caminhadas, lavo as minhas roupas” (SIDNEY).

A necessidade do banho está presente também na matéria da edição n° 22 (novembro e dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007), em um relato que afirma que nos finais de semana é preciso tomar banho gelado no Parque da Harmonia, pois a Casa de Convivência, local que oferece essa oportunidade, está fechada.

A sobrevivência nas ruas passa ainda pela preocupação em encontrar um local para dormir, sendo isto um obstáculo apontado pela fala de Paulo. O entrevistado Sidney revela que por vezes são obrigados a mudar de lugar, pois passam a ser importunados por traficantes, pela polícia ou pelos moradores de casas e prédios. A dificuldade de encontrar onde dormir relaciona-se, ainda, à possibilidade de que seus pertences sejam roubados por outros moradores de rua ou recolhidos pela Guarda Municipal ou pelas Secretarias da Prefeitura de Porto Alegre, que promovem com frequência ações para obrigar os moradores de rua a mudarem de região.

É preciso ressaltar que as temáticas do trabalho e das drogas apareceram diversas vezes nesta subcategoria, estando, juntamente com a saúde e com a fome, entre as maiores complicações indicadas pelos moradores de rua nas matérias. Nesta subcategoria, portanto, pode-se compreender a construção de uma representação da sobrevivência nas ruas como origem de sofrimento. É necessária a elaboração de estratégias para que consigam se alimentar, se manter saudáveis e resguardar seus pertences. Embora algumas falas dos entrevistados e trechos das matérias elaborem a ideia de que a rua oferece possibilidades de sobrevivência, a maior parte dos trechos enquadrados pretende demonstrar o contrário, ressaltando as situações que lhes causam os maiores dissabores.

### **5.2.3 As oportunidades e o tratamento recebido nas instituições**

Esta subcategoria compreende as partes das matérias que indicam quais as oportunidades e as possibilidades encontradas pelas pessoas em situação de rua. As reclamações sobre a falta de oportunidades e as reivindicações presentes nos textos foram enquadradas neste item, pois fornecem indícios dos desejos e das necessidades da população de rua. Além disso, analisa-se aqui os trechos que se referem ao tratamento recebido nas instituições que acessam, como os abrigos e albergues, os hospitais e postos de saúde e a FASC, entre outras. Como percebido pela tabela e pelo gráfico anteriormente expostos, esta subcategoria destaca-se por ser a que contem o maior número de referências enquadradas.

Pela divisão de termos feita nas tabelas, foi possível encontrar 45 termos relacionados aos *abrigos*, *albergues* e demais equipamentos públicos de abrigagem e atendimento à população de rua. Os locais mais citados são a *Casa de Convivência I*, a *Casa de Convivência II*, o *Ilê Mulher* – entidade vinculada à Casa de Convivência II e que permite que os moradores de rua passem os dias lá, lavem suas roupas e tomem banho –, o *Abrigo Bom Jesus*, o abrigo *Abrivivência* e o *Acolhimento Noturno*. O grande número de citações demonstra a relevância atribuída pelos moradores de rua a esses espaços, embora, conforme se verá a seguir as referências não tenham apenas caráter positivo. Os abrigos também são considerados como propiciadores de oportunidades a esta população, pois oferecem espaço para que cuidem da higiene pessoal e acessem alguns meios de comunicação, além de encaminhar o usuário quando ele necessita de outros cuidados, como atendimento médico: “No Acolhimento Noturno, as crianças e os adolescentes chegam, tomam banho, jantam,

depois olham um filme. A tevê fica ligada até mais ou menos onze e meia da noite. Às 7h tem que pegar a Kombi no outro dia para ir pro colégio” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

“O Ilê Mulher oferece a possibilidade de tomar banho e de lavar a roupa [...]. Conforme Claudinei Veber, coordenador do Ilê Mulher, eles querem criar uma casa para as mulheres vítimas de violência” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

Por reconhecerem que os abrigos auxiliam em variados assuntos do cotidiano, identifica-se uma reivindicação de mais vagas, pois não há espaço suficiente para todos os interessados. Esta demanda aparece principalmente na edição de n° 22 (novembro e dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007). As vagas deficitárias obrigam os interessados a enfrentar filas demoradas, correndo o risco de não conseguir entrar no local para pernoitar ou apenas tomar banho. Assim, a espera em frente aos abrigos prejudica outros aspectos da vida dos moradores de rua, que perdem a parte do dia em que estariam em busca de dinheiro ou de alimentos:

Se todas as pessoas quisessem sair das ruas, não teria onde botar todo mundo. No Demhab tem opção pra se inscrever pra ganhar casa, mas demora muito tempo.  
[...]  
[...] as vagas nos abrigos e albergues não são suficientes [...].  
[...]  
Entre outras coisas, constatou que as vagas são insuficientes e que é preciso repensar o conceito de abrigagem desses espaços (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

Em algumas matérias, identifica-se a reclamação dos moradores de rua sobre a rigidez das regras existentes nos locais de acolhida. Ao mesmo tempo, na edição de n° 3 (outubro de 2001) percebe-se que os usuários destas casas atribuem a estes estabelecimentos certa responsabilidade pela vida dos abrigados, principalmente nas questões ligadas à saúde. Quando um está doente, os demais esperam que os coordenadores do abrigo realizem o processo de encaminhamento ao médico e acompanhem o estado de saúde do usuário do abrigo. Nesta mesma edição, os integrantes questionam à gerente do abrigo a falta de cuidados com o integrante Mercedes, que precisou trabalhar no local mesmo estando debilitado.

A necessidade de trabalhar no abrigo, auxiliando na limpeza do local, é indicada como um problema também na edição n° 22 (novembro e dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007). Além das tarefas exigidas, as matérias criticam a existência de poucas vagas para atender a todos os interessados e os horários de funcionamento – nem todos os albergues funcionam durante os finais de semana e, nos outros dias, é preciso permanecer horas na fila para garantir a entrada:

As pessoas que moram no abrigo disseram que gostam de lá e acham o ambiente bom, mas pra quem morou na rua se adaptar às regras é difícil, e nos abrigos sempre tem horários pra cumprir.

[...]

Alguns também não gostam das tarefas organizadas pela monitoria e contam que isso impede de procurar trabalho.

[...]

O ruim da Casa de Convivência I é o horário de entrada, porque tem que chegar às seis da manhã e ficar na fila.

Também é chato ter que acordar cedo nos abrigos e ter que dormir cedo - só dá pra ficar acordado até tarde em dia de jogo ou quando tem filme (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

A ênfase atribuída à dificuldade de adaptação às regras conduz ao pensamento de Goffman (1988) que taxa os moradores de rua como desviantes sociais. Para o autor, alguns sujeitos negam as normas vigentes na sociedade ou recusam-se a aceitá-las, desperdiçando oportunidades de inserção nos grupos avaliados pelo sociólogo como *normais*. Os trechos das matérias aqui destacados demonstram que nem sempre os moradores de rua estão dispostos a aceitar os padrões de conduta impostos pelos locais de apoio à população de rua ou por seus próprios familiares. Entretanto, julga-se importante considerar que muitos dos integrantes vivem na rua desde a infância, de modo que não conseguem mais se adaptar a certas normas, ou sequer foram ensinados a segui-las.

Mesmo que os textos contenham reclamações, identifica-se a ideia de que os moradores de rua recebem um tratamento razoavelmente satisfatório quando conseguem entrar nestes locais. Além de indicarem um bom relacionamento, alguns dos trabalhadores destes espaços se posicionam a favor dos moradores de rua em suas reivindicações por respeito e também pela possibilidade de permanecer nas ruas: “O abrigo Bom Jesus tem coisas boas, porque encaminha para fazer documentos” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

A equipe atual da Casa de Convivência I é contra a retirada das pessoas e de seus pertences das praças e parques.

[...]

Jânio deu sua versão: “Saí por uma questão política, pois estava na luta contra a higienização das praças, pela manutenção da concepção de trabalho do Atendimento Social de Rua” (LUTA..., 2007, p. 2-3).

O bom relacionamento com os responsáveis pelos abrigos também é citado pelo entrevistado Paulo:

*Ah, pelas Casas de Convivência eu até digo que os moradores de rua são bem tratados, porque aquelas pessoas já são acostumadas a trabalhar com morador de rua, sabe. Já conhecem, já sabem todas as dificuldades, já sabem como é trabalhar com a pessoa do morador de rua (PAULO).*

Outro ponto que parece possuir importância na vida dos moradores de rua refere-se às oportunidades de aprendizagem e de aperfeiçoamento profissional. As palavras *oficinas*, *curso*s e *aulas* são repetidas 17 vezes em sete matérias, demonstrando que são chances valorizadas pelos integrantes. Identifica-se, portanto, que a população de rua é vista como um grupo que deseja aprender e se aprimorar, tanto no aspecto pessoal quanto no profissional. Nas seguintes frases, encontram-se chances de aprendizado e aperfeiçoamento que estão disponíveis para os moradores de rua de Porto Alegre: “Camelito e Mercedes participaram do coral da Igreja Nossa Senhora das Dores. E também tiveram aula com um músico. Mercedes aprendeu a tocar flauta” (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

Atualmente, R. estuda na Escola Porto Alegre (EPA), onde faz curso de computação, jardinagem e tenta aprender as primeiras lições.

[...]

A Legião da Boa Vontade, que oferece um curso de informática, tem propostas visando à implementação de um curso de alfabetização para jovens e adultos em situação de rua (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

D. já fez curso de jardinagem, de mecânica, de montagem de informática, de reciclagem de papel.

[...]

O Lar Dom Bosco é uma casa de convivência onde crianças e adolescentes participam de pequenas oficinas, como padaria e confeitaria, informática, e futuramente uma oficina de artesanato com argila (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

O Ilê Mulher oferece [...] além de oficinas de computação, papel artesanal, dança, corte e costura.

[...] faltam oficinas e cursos para os abrigados [no abrigo Bom Jesus]. A única oficina é de música (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

Por estes trechos, percebe-se que uma parcela dos moradores de rua tem acesso a variados cursos que podem lhes conceder uma profissão. Tais espaços são avaliados por estes sujeitos como uma ocupação de seu tempo ocioso e como uma chance de posicionamento no mercado de trabalho. Assim, a oferta de oficinas é vista como necessária nos abrigos e albergues.

Embora reconheçam as facilidades e as oportunidades proporcionadas por alguns abrigos, os textos também demonstram que os moradores de rua não mantêm uma relação harmoniosa com a FASC, responsável pela maior parte dos abrigos e por outros serviços de apoio à população de rua. A FASC promoveu diversas ações de retirada das pessoas em situação de rua das praças e parques em que elas estavam vivendo. Nestas ações, atuava em conjunto com a Guarda Municipal ou com a Brigada Militar, constringendo e agredindo os

moradores de rua. Além disso, os pertences de quem estava na rua eram recolhidos, sem direito à devolução, e estas pessoas não eram encaminhadas para outros locais – apenas eram obrigadas a sair de onde estavam. Ao ser convocada para uma reunião em que tal postura foi condenada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, “a FASC assumiu o compromisso de, a cada mutirão, verificar a situação das pessoas que vivem nas praças e encaminhá-las sem retirar seus pertences. Mas mantiveram a decisão de retirar os moradores de rua de praças e parques” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

“Tudo piora quando os pertences são recolhidos - inclusive os cobertores - por quem faz a ‘limpeza’ das ruas e praças da cidade” (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

Na edição nº 24, os integrantes enviaram perguntas para a então presidente da Fundação, Brizabel Rocha. Não obtiveram nenhuma resposta, mas publicaram as perguntas como forma de mostrar que os moradores de rua não são ouvidos. Eles salientam que a retirada das praças é feita sem qualquer diálogo com as pessoas em situação de rua e sem que se ofereça uma alternativa a estes sujeitos. No mesmo jornal, os integrantes reclamam sobre a demora na implementação do Programa de Reinserção à Atividade Produtiva (RAP), em que os moradores de rua participam de cursos profissionalizantes de pintura predial, hidráulica, servente de pedreiro ou serviços gerais. Ao fazerem parte deste programa, recebem uma bolsa-auxílio e ainda alimentação e vale-transporte. Além de conferir um certificado de capacitação, o programa auxilia no sustento destes moradores de rua. A edição anual do RAP é, portanto, muito aguardada.

A falta de outras atividades para quem está na rua é cobrada dos representantes da FASC. Os programas do governo federal são também considerados insuficientes ou ineficazes, conforme se percebe nestes trechos:

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) prometeu o RAP, mas o RAP não saiu este ano de novo. Disseram que saiu em janeiro de 2007. E tinha verba. [...]

O governo Lula tem o programa Primeiro Emprego, mas não é suficiente. O Conselho Tutelar devia atuar, até para que a Bolsa-Família fosse para quem realmente precisa. Tem que criar para as crianças módulos profissionalizantes em tempo integral, com microunidades do Conselho Tutelar dentro destes órgãos (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Na matéria do nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009), os integrantes reclamam ao governo a garantia de que os moradores de rua sejam incluídos nos programas de habitação e de interesse social que existam e que venham a ser criados pelos governos, bem como exigem do governo a oferta de moradia digna.

Identifica-se, então, que as oportunidades oferecidas são reconhecidas nos textos do jornal, ao mesmo tempo em que são reivindicadas novas chances de aprendizado, de participação em projetos sociais e de inserção no mercado de trabalho. Embora não apareça nas matérias o quanto estes cursos e oficinas cumprem seus objetivos, é notável a importância que lhes é dada como forma de melhorar a qualidade de vida. A participação nos projetos que oferecem chances de qualificação profissional pode ser percebida também como uma forma de diminuição do estigma que é atribuído aos moradores de rua. Através destas iniciativas, os sujeitos vislumbram a possibilidade de conseguirem uma colocação como trabalhadores e, conseqüentemente, se tornarem úteis para a sociedade. Como afirma Bauman (2005), a não-empregabilidade da mão-de-obra dos sujeitos os transforma em pessoas excedentes, demasiadas, que podem ser descartadas. Ressalta-se, portanto, que uma ocupação que os retire do coletivo dos refugos humanos é vista como uma chance de modificar a representação existente sobre tais indivíduos.

Na questão da alimentação, são apontadas variadas oportunidades. Na edição de nº 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003), o jornal traça um guia dos locais em que ocorre distribuição de comida em cada dia da semana, indicando os alimentos que são distribuídos e os grupos que organizam a oferta de alimentos. Como visto anteriormente, no item 5.2.2 (página 110), a doação de comida é uma das principais formas de alimentação da população de rua. Ao deixar claro que recebem refeições de distintas instituições, apontam a sociedade civil como principal responsável por esta possibilidade. Percebe-se que as instituições religiosas têm papel importante no auxílio aos moradores de rua, garantindo lanches em vários pontos da cidade:

No Sopão dos Pobres, são servidas de 300 a 350 refeições por dia. Na Igreja São José, são oferecidas entre 180 a 200 refeições diariamente. No Instituto Santa Cecília, almoçam entre 100 e 150 pessoas, três dias por semana.

[...]

Tem também as igrejas, que dão comida para o pessoal da rua.

[...]

O sopão é um serviço assistencial que ajuda a amenizar uma situação emergencial causada pela fome [...]. A presença da Renovação Cristã (integrada pelas voluntárias das igrejas São José, Nossa Senhora das Dores, Auxiliadora e Instituto Santa Cecília) no Comitê Gaúcho de Ação da Cidadania contribuiu bastante para a permanência e o aperfeiçoamento do trabalho realizado nos sopões (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Além das refeições, algumas destas instituições, como o Instituto Santa Cecília e o Sopão dos Pobres, buscam ampliar seus serviços, oferecendo uma rede de encaminhamento a vagas de trabalho ou atendimentos na área da saúde.

Sobre o tratamento de saúde que recebem, encontra-se a acusação de um olhar displicente dos hospitais e abrigos para a população de rua. Na edição de nº 30 (outubro, novembro e dezembro de 2008) é evidente a reivindicação de que os moradores de rua, após saírem do hospital, sejam encaminhados para completar o tratamento em um local de abrigagem. Na edição de nº 3 (outubro de 2001), existe a denúncia de que não há vagas para todos nas unidades de saúde, é necessário esperar longos períodos para receber atendimento e algumas vezes o tratamento hospitalar não pode ser finalizado por recomendação do Sistema Único de Saúde, que reserva vagas apenas durante um número determinado de dias. Há dificuldades para o transporte até os hospitais, pois aqueles que atendem à população de rua – como os hospitais Vila Nova e Conceição e a sede do Programa de Saúde Familiar Sem Domicílio – ficam localizados longe da zona central da cidade. Além disso, os integrantes denunciam que a SAMU não aceita suas chamadas e por vezes se nega a buscar um morador de rua.

Um médico consultado pelo jornal afirma:

Às vezes, a gente tem que dar alta por conta do SUS. Para o diagnóstico dele, a Autorização para Internação Hospitalar só permite ficar cinco dias. Ele ficou oito. [...] Quando a gente dá alta, encaminha o paciente para pegar remédio, para dar continuidade ao tratamento iniciado dentro do hospital [...]. Entretanto, uma parte da população fica à margem do sistema de saúde, que é burocrático para conseguir medicação e consulta médica (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

A mesma percepção de marginalização está presente ainda em matérias mais recentes: “A Secretaria de Saúde se nega a atender os moradores de rua, trata como outra categoria” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

As consultas médicas são uma dificuldade. Para começar, se não for emergência são marcadas com dois meses de antecedência [...]. Também a internação não é fácil. Falta de leitos nos hospitais e são pouquíssimos hospitais que aceitam moradores de rua. Coisa mais comum é ficar no corredor ou mandarem embora para tratamento “em casa”. Mas que casa, doutor?.

[...]

Por último: a SAMU não atende chamados de orelhão, então é a mesma coisa que não atender moradores de rua, porque quem não tem casa não tem telefone.

[...]

Para atender quem está ruim, ninguém vem. Os responsáveis pela saúde dão um jeito de sair fora, dizem que tu tem que ser encaminhado por um posto de saúde (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

É necessário que se considere, porém, que estas dificuldades de atendimento médico e hospitalar não são enfrentadas apenas pelos moradores de rua. Talvez a condição de morador de rua e o estigma que tal condição acarreta prejudiquem ainda mais o atendimento, mas a

precariedade do Sistema Único de Saúde impõe dificuldades a todos aqueles que dele dependem. Esta realidade, portanto, é compartilhada por milhões de brasileiros que não possuem um plano de saúde privado. Nos jornais, não se menciona que esta situação é vivenciada também por aqueles que não vivem nas ruas e que dependem do serviço público de saúde.

Ressalta-se, porém, que não são feitas apenas críticas às instituições de saúde. Quando são atendidos com qualidade, reconhecem a excelência do tratamento e a importância para sua sobrevivência. Os elogios estão presente nos trechos a seguir: “Fiz meu pré-natal no Hospital Fêmina e no ambulatório da Av. João Pessoa. Fui pra lá porque estava com ameaça de aborto. Graças a eles, ela sobreviveu e é saudável” (APESAR..., 2004, p. 2-4).

As refeições são ótimas [no Sanatório Partenon]. Seis por dia. [...] No pátio é super legal, dá para tomar sol, conversar, jogar bocha. [...] Tem uma sala de recreação, pingue-pongue, jogo de dama, cartas, dominó, oficinas semanais de beleza, reciclagem, etc. Tem também grupos semanais, todos com acompanhamento de psicólogos. Tem psiquiatra, médicos, terapeutas ocupacionais e muitos outros profissionais super atenciosos (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

Ainda sobre as questões de saúde, um dos textos apresenta a dificuldade de acesso aos métodos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, apontando que os cuidados só são possíveis com o auxílio de organizações não-governamentais, pois os órgãos do governo que seriam responsáveis não contemplam a população de rua: “E o morador de rua não tem acesso aos órgãos que fazem a prevenção [da gravidez e do HIV]. Se não existe uma organização não-governamental para dar camisinha, a pessoa fica sem, porque não tem dinheiro para comprar” (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Aparecem ainda demandas gerais sobre moradia, alimentação, auxílio governamental - e também reivindicações sobre oportunidades de trabalho. O apoio às moradoras de rua que estão grávidas e às crianças que vivem nas ruas são solicitações presentes, principalmente para o Conselho Tutelar:

Por que não criam um projeto especial para as mães e as crianças de rua, separado da Febem, para que elas tenham tempo de se organizar e dar uma vida melhor para os filhos depois que as crianças nascem?.

[...]

Por que os conselheiros tutelares não procuram as grávidas que estão nas ruas e, antes de elas terem os filhos, já não começam a dar assistência, para evitar que elas fiquem sem os filhos depois?.

[...]

Por que os conselheiros tutelares não ajudam as crianças que necessitam de ajuda, que usam drogas, que não têm o que comer, família com quem ficar? (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Partindo destas colocações, pode-se compreender que existem certas oportunidades para que os moradores de rua cuidem de sua saúde, alimentem-se e aumentem seu nível de escolaridade e sua qualificação profissional. Entretanto, são identificadas demandas básicas de atendimento governamental que não são oferecidas. As poucas vagas disponíveis nos serviços de abrigamento demonstram que os moradores de rua não são atendidos em reivindicações importantes para que consigam melhorar suas condições de vida. Encontra-se a denúncia de que são tratados com descaso e desrespeito por algumas entidades que deveriam prestar auxílio a toda população da cidade. Reforçam, portanto, o estigma que prejudica o morador de rua em atividades corriqueiras.

#### **5.2.4 As temáticas sobre violência**

A observação das reuniões de produção do jornal e as conversas com os integrantes constroem a imagem dos moradores de rua como sujeitos que vivem em constante problema com as forças policiais. As agressões e as ameaças são ouvidas e relatadas com frequência. Entretanto, a análise dos jornais apresenta poucas menções à violência existente nas ruas. Foram enquadrados apenas 22 trechos nesta subcategoria, que se referem a distintas formas de violência e indicam os moradores de rua como vítimas de agressão, mas também como agressores.

A polícia, em especial a Brigada Militar, é apresentada nos textos como sendo o principal alzo da população de rua. As matérias apontam que os moradores de rua apanham ou são humilhados simplesmente pelo fato de estar na rua, sem que tenham feito nada que, segundo eles, justificasse a abordagem violenta. Percebe-se que nem mesmo crianças e adolescentes são poupados deste tipo de tratamento: os trechos abaixo se baseiam em relatos de jovens que foram ameaçados e agredidos por integrantes da polícia:

Foram abordados por três policiais que mandaram eles sair. A mais nova devia ter uns seis anos de idade. O maio velho ia tomar uma concha na orelha quando Lóide apareceu.

[...]

Ele já escapou três vezes da morte. Tem um tiro no braço, foi atropelado um montão de vezes e no dia anterior à entrevista um policial atirou para o alto e não o atingiu: “nem gosto de falar disso - meu pai morreu com um montão de tiros” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Os integrantes denunciam ainda a violência policial nas abordagens realizadas em praças e parques da cidade. Em parceria com a SMAM, a Brigada Militar ou a Guarda Municipal expulsa os moradores de rua dos locais por eles escolhidos para pernoitar. Além do recolhimento dos pertences, como anteriormente explicitado, estas ações de retirada resultam em sujeitos machucados. Pode-se identificar a indignação com a violência policial, percebendo-se, inclusive, um sentimento de perseguição injusta por parte desta instituição:

Depois da audiência pública, em 22 de agosto de 2006, foram tiradas duas medidas. Uma era formar um grupo de trabalho para discutir a questão do morador de rua e o problema das abordagens violentas feitas nas praças promovidas pelo poder público municipal com o apoio da Brigada [...]. A violência nas abordagens é intolerável.  
[...]  
Por que, apesar da realização da audiência pública, as ações de limpeza e agressão aos moradores de rua nas praças prosseguem? (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Íamos falar que as pessoas que trabalham aqui defendem o bem-estar dos moradores de rua principalmente para os brigadianos não se encarnarem [...].  
[...]  
Houve início de bate-boca quando Reinaldo propôs que os jornalistas tivessem acesso a todos os processos envolvendo policiais que torturam, violentam ou matam (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

As falas dos integrantes entrevistados corroboram a visão da polícia como agressora e injusta:

*Ah, a polícia, mais a Brigada Militar, não a Civil, a Brigada Militar ta muito mal com os moradores de rua, eu não sei se é ordem que passam pra eles de dentro do quartel, que eles tem que represar o morador de rua, então isso é muito ruim, às vezes a gente ta fazendo uma comida, debaixo de uma árvore, ta um bolo de moradores de rua, eles chegam ali, viram tudo, não respeitam, não estão respeitando o ser humano (PAULO).*

*“[...] a polícia já vem maltratando o cara e tudo, não tratando o cara como gente, eles já vem maltratando e falando um monte de coisas pro cara sem necessidade, ofendendo o cara em palavras” (CECO).*

Pelas declarações das entrevistas, identifica-se que os integrantes consideram que recebem um tratamento desrespeitoso da polícia. Ambos afirmam que os policiais não os respeitam como seres humanos ao realizarem abordagens agressivas. Percebem, portanto, que são vistos como seres inferiores, que não merecem um tratamento digno. Sob tal aspecto, retoma-se a ideia de dessemelhança dos excluídos, defendida por Buarque (2003) e Bursztyn (2003). Como desiguais, afirma Wacquant (2001a) são culpados por sua condição de miséria

e por vezes são tomados como ameaças, como seres amedrontantes e perigosos, que devem ser reprimidos e retirados do convívio social.

Entretanto, cabe ressaltar que a violência não é atribuída somente à polícia. Na matéria da edição nº 22 (novembro e dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007) há uma fala que remete aos episódios protagonizados pelo tráfico, que exigem que famílias saiam de suas casas e necessitem dos abrigos, ou então passem a morar nas ruas.

Na edição de nº 30 (outubro, novembro e dezembro de 2008), o texto aponta que o restante da população por vezes possui atitudes hostis perante a população de rua. Afirma-se que, quando estão dormindo, correm o risco de receber jatos de água para que saiam do local em que estão.

Além da violência sofrida por outros grupos, os textos colocam que os próprios moradores de rua são agressivos com seus companheiros de vida nas ruas. Esta ideia está presente em três matérias e, a partir disto, pode-se retirar este grupo da posição de sujeitos violentados apenas pelos demais grupos sociais: a agressão e a hostilidade são também oriundas da coletividade a que pertencem. As seguintes falas mostram casos em que os moradores de rua reconhecem a si mesmos ou a seus semelhantes como agressivos:

Camelito chegou a se pegar feio com o amigo: “Uma vez, a gente brigou embaixo do viaduto. Eu estava com um revólver e até pensei em dar uns tiros nele, mas aí eu pensei: não, eu conheço ele há anos, desde pequeno, eu não vou fazer isso. Não vou matar o guri por causa de coisinha” (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

“Uma vez uma moça foi dar uma sacola de comida e foi assaltada. Como pegou trauma, ela agora coloca a sacolinha presa na árvore” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Quando eu soube [que ela havia abortado], dei uma “tunda de pau” nela. Depois conversei, pedi desculpas, mas o aborto foi um dos motivos da nossa separação.  
[...]  
Ele tinha recebido uma facada - ela ficou com ele (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Há ainda uma denúncia de que as mulheres seriam vítimas de estupro por parte de outros moradores de rua, sendo este mais um motivo para a gravidez nas ruas.

Pode-se observar que as reclamações sobre a violência entre os próprios moradores de rua concentradas nas primeiras matérias analisadas, enquanto as acusações aos policiais encontram-se nas edições seguintes. Tal fato pode indicar uma mudança de postura na polícia, que, pelo olhar dos integrantes, teria se tornado mais repressiva em relação à população de rua com o passar dos anos.

Embora sejam encontradas poucas referências a esta temática, é possível identificar um temor das pessoas em situação de rua em relação à polícia. Não há menção, em nenhum texto, que mostre os policiais como fonte de auxílio ou de segurança para quem vive na rua. Ao mesmo tempo, não é depositada neles toda a responsabilidade pelos eventos violentos que ocorrem com os moradores de rua: a população em geral é apresentada como capaz de atitudes agressivas, e os próprios indivíduos que vivem na rua são mostrados como capazes de roubar, agredir, ou até mesmo matar integrantes de seu grupo social.

Enfim, na categoria sobre a vida nas ruas pôde-se encontrar distintas representações sobre os modos de sobrevivência e as dificuldades dos moradores de rua. Percebendo que eles precisam conviver com a fome, as mudanças climáticas, os problemas de saúde, a precariedade do atendimento por vezes oferecido a esta população, suportando ainda a violência presente nas ruas, percebe-se que os textos do periódico e as falas dos integrantes elaboram a imagem de que a vida dos moradores de rua é uma vida de sofrimento. Através da análise, não parece haver uma perspectiva de melhoria nas condições destes sujeitos.

### 5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Esta categoria abrange as referências encontradas sobre os meios de comunicação. Nela, buscou-se encontrar indícios que demonstrassem o modo como os integrantes se relacionam com os meios de comunicação. Pelos textos, porém, o que se pode concluir é que os meios de comunicação não ocupam grande espaço nas reflexões propostas pelo jornal Boca de Rua, pois foram enquadradas apenas 33 referências sobre esta temática. Dos trechos enquadrados, 25 dizem respeito ao jornal Boca de Rua. As demais subcategorias foram citadas em apenas dois jornais: há somente três referências aos meios de comunicação em geral – no caso, ao jornal Correio do Povo – e cinco trechos que aparecem como um contraponto às representações sobre moradores de rua difundidas pela mídia.

Devido à pequena quantidade de trechos enquadrados nesta temática, optou-se por não dividir a análise em subcategorias, como feito nas duas categorias anteriores. Embora a quantificação tenha ocorrido baseando-se nos três pontos previamente estabelecidos, no processo de análise efetuou-se a junção de todos os pontos que abordavam os meios de comunicação.

A tabela abaixo aponta as referências, conforme a separação em subcategorias:

Tabela 3 - Categoria Meios de Comunicação

<i>SUBCATEGORIAS</i>	<i>REFERÊNCIAS</i>
1) Modo como reagem às representações sobre moradores de rua elaboradas pelos MCM.	5
2) Referências ao jornal Boca de Rua	25
3) Referências aos meios de comunicação em geral	3
<b>TOTAL DE REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>

Como se visualiza no gráfico abaixo exposto, o jornal Boca de Rua é responsável por 76% dos pontos enquadrados nesta categoria. A partir destes dados, é nítido que o periódico não concentra sua atenção na análise de outros veículos comunicacionais. Embora o Boca de Rua possa ser pensado como um projeto de comunicação comunitária que, ao disponibilizar espaço para a manifestação dos moradores de rua, contrapõe-se à mídia hegemônica, não parece ser uma preocupação dos integrantes desconstruir as representações citando os outros veículos.

Por conter menos referências, esta categoria apresentou também poucas palavras repetidas. O único termo que foi repetido em mais de uma análise foi *Boca de Rua*, que aparece 14 vezes nas análises.

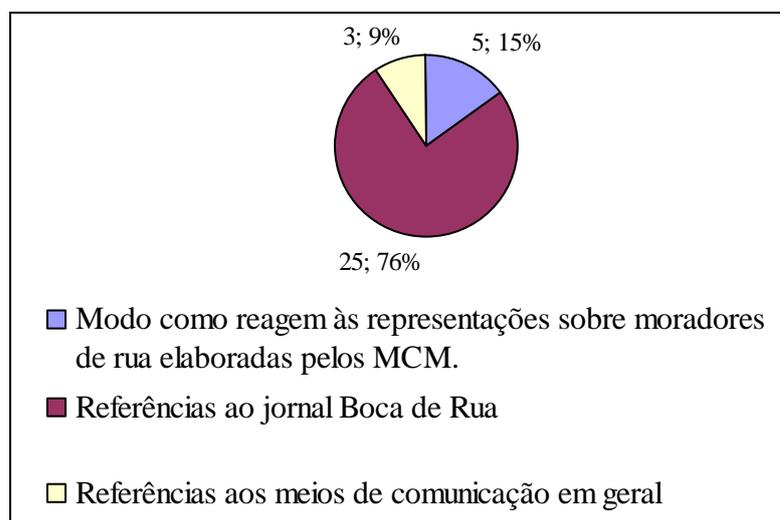


Figura 3 - Categoria Meios de Comunicação

As entrevistas são fontes mais reveladoras sobre o olhar dos integrantes em relação aos meios de comunicação. É necessário, entretanto, que se faça uma ressalva: os integrantes abordam a temática dos meios de comunicação porque são instigados pela entrevistadora. Eles

demonstram ter pouco contato com a mídia e conhecer somente de forma superficial o que é falado sobre a população de rua nos veículos de comunicação de massa, pois a permanência na rua dificulta o acesso às informações<sup>27</sup>. Também nas entrevistas o Boca de Rua merece maior atenção do que nos jornais analisados.

Somente na edição de nº 16 (março, abril, maio e junho de 2005) é apresentada uma reação a uma representação construída pelos meios de comunicação de massa, especificamente por uma matéria publicada pelo jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre:

O jornal *Correio do Povo* do dia 17 de janeiro de 2005 falava sobre os meninos nas sinaleiras e o título era “O ‘show’ vai terminar”. Os integrantes do Boca de Rua se sentiram incomodados com a reportagem e foram falar com Eugênio Bortolon, secretário de redação do *Correio do Povo* (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

O incômodo foi causado pelo uso da palavra *show* para descrever a atividade das crianças e adolescentes que fazem malabarismos nas sinaleiras. Embora não esteja explícito, infere-se que os integrantes do jornal se sentiram ofendidos por perceberem que havia ironia no tratamento do tema pelo jornal *Correio do Povo*. Para os moradores de rua, o malabarismo é uma forma de sobrevivência encontrada para se manter distante de atividades ilícitas. O trabalho nas ruas também é apontado como forma de sustento das famílias destes jovens. Assim, os integrantes reclamam que o jornal *Correio do Povo* mostra o olhar daqueles que se sentem incomodados pelas crianças na rua, mas não conversa com estas crianças para que sua visão seja colocada nas páginas do periódico. Essa unilateralidade é reconhecida pelo entrevistado Eugênio Bortolon, como se percebe na seguinte frase da entrevista com ele efetuada: “Realmente, a matéria só olhou um lado – estão atrapalhando, constrangendo as pessoas” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Os integrantes questionam-se sobre o interesse dos meios de comunicação em tornar conhecido o lado dos moradores de rua. A falta de espaço para que este grupo social se manifeste nos meios de comunicação de massa é abordada nas entrevistas com os participantes do Boca de Rua. Percebe-se que há uma preocupação com a generalização que é feita dos moradores de rua nos diferentes meios de comunicação, especialmente o uso das

<sup>27</sup> Em trabalho anteriormente realizado com integrantes do jornal *Boca de Rua* (ALLES, 2007), percebeu-se que os meios de comunicação são utilizados, principalmente, para o lazer. A televisão é utilizada para que sejam assistidos filmes - e isto ocorre nos abrigos e também nos momentos em que estão na casa de parentes. O rádio, por sua vez, é o meio de comunicação com maior abrangência dentre os entrevistados, embora freqüentemente se destine apenas à escuta de músicas. Foi possível notar que a emissora de rádio *Farroupilha* é a mais acessada para que tomem conhecimento de notícias, enquanto a rádio *Cidade* tem preferência devido ao seu repertório musical. Sobre mídia impressa, destaca-se o jornal *Diário Gaúcho* como referência para os entrevistados, visto que eles consideram tal veículo como mais próximo da realidade da população de rua. Ressalta-se que todos estes veículos pertencem ao grupo RBS.

características consideradas negativas na construção de estereótipos, como demonstra a fala de Tiago: “[Os meios de comunicação] *retratam como se fossem um todo o pessoal que mora na rua, onde um faz uma coisa errada e muitos pagam o pato por cima disso, dessa coisa errada que um fez*”.

Eles afirmam que os meios de comunicação não contemplam a experiência destes indivíduos quando abordam a vida nas ruas. Desta forma, avalia-se que estes sujeitos são desconsiderados como fontes da grande mídia – sua fala é considerada desimportante ou desinteressante na análise das questões relacionadas aos problemas sociais:

*Eles não mostram o nosso lado. Não vêm conversar com a gente pra gente explicar a nossa situação. Eles vêm e botam o que querem, na Zero Hora, na televisão, sobre o morador de rua, eles não vêm falar com a gente pra gente explicar o que a gente quer, o que a gente precisa, o apoio que a gente precisa do governo, da prefeitura de Porto Alegre, pra poder sair da rua. Se eles pudessem conversar com a gente sem repressão seria muito mais melhor (PAULO).*

“*Ah, os meios de comunicação eles mostram, quem vive na rua eles mostram de um jeito totalmente diferente, eles mostram de um jeito que é pra pegar e excluir aquele pessoal, eles falam muito mal, eles podendo humilhar eles humilham [...]*” (CECO).

Mesmo que não apareça nas matérias, as entrevistas levam à compreensão de que a mídia constrói representações equivocadas sobre os moradores de rua. Além da fala de Paulo sobre a Zero Hora, Ceco aponta o grupo RBS como principal estigmatizador dos moradores de rua dentre as redes de comunicação. Reclama ainda da campanha *Crack nem pensar*<sup>28</sup>, promovida por este grupo, considerando que a falta de reflexão sobre a temática do crack só piora a situação do usuário, contribuindo para sua criminalização:

*A RBS de todas as maneiras. Tanto rádio, como TV, como jornal. A RBS é da direita, então ela não gosta muito das pessoas que vivem na rua, eles não aceitam muito isso, então eles pegam e tentam difamar o máximo que podem o morador de rua.*

[...]

*Eu achei [a campanha Crack nem pensar] pessimamente, porque até então eu não consigo decifrar. Como crack nem pensar? Crack é um bagulho pra se pensar, pô! A sociedade ta entrando nesse meio, a sociedade ta se envolvendo com isso. Porque a maioria, se hoje em dia nós temos crack, foi porque eles inventaram (CECO).*

Ceco aponta ainda que os meios de comunicação tratam de formas distintas os cidadãos, dependendo de sua classe social. Os pobres são discriminados e rotulados como

<sup>28</sup> Lançada em 2009 pelo grupo RBS, a campanha *Crack nem pensar* pretende conscientizar a população sobre os malefícios provocados pelo uso de crack.

“bandidos”, enquanto as atividades ilícitas dos indivíduos de classes sociais economicamente favorecidas são atenuadas pela mídia:

*[...] por exemplo: prende o filho de um inspetor aí, com certa quantia de droga, aí eles já pegam e tentam botar mais declarado: ah, foi preso o fulano de tal portando tanta quantidade de droga. Agora, se é um Zé Ninguém eles já botam: ah, um bandido traficante foi preso com certa quantia de droga, com certa quantia de dinheiro. Se um Zé Ninguém pode ser chamado de traficante, porque um filho de um inspetor não pode ser chamado de traficante? Tem que ser “um jovem de 19 anos foi preso com certa quantia de droga”. Por que ele não pode ser considerado um traficante também? Se ele foi pego com a mesma quantia que o Zé Ninguém, entendeu? (CECO).*

Nesta fala existe a reivindicação de um olhar mais igualitário por parte dos meios de comunicação. Ao empregarem as palavras “bandido” e “traficante” para definir pessoas pertencentes a grupos excluídos, a mídia reforça a representação que marginaliza estes sujeitos e os torna amedrontantes para o restante da população. Ressalta-se, porém, que Ceco não parece reclamar que os moradores de rua sejam chamados de traficantes, mas sim que estes títulos sejam destinados apenas à população mais pobre.

Sobre os meios de comunicação em geral, a edição n° 16 (março, abril, maio e junho de 2005) traz uma entrevista com Eugênio Bortolon, secretário de redação do jornal Correio do Povo: “Os repórteres deturpam o texto, às vezes modificam as matérias, como sugeriu a representante do Lar Dom Bosco?” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

A esta pergunta, o secretário respondeu: “Alguns entrevistados gostam da visibilidade que a mídia dá, mas quando confrontados com a realidade costumam culpar a imprensa. Mas é óbvio que a imprensa toda não é inocente. Às vezes pode ser manipuladora ou agir por impulso” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Portanto, as escassas referências aos meios de comunicação de massa constroem uma representação negativa com a alegação de que os veículos não disponibilizam espaço para os discursos dos moradores de rua, conferem um tratamento discriminatório aos grupos marginalizados e são percebidos como possíveis manipuladores dos acontecimentos e das visões da população. Mesmo que não pareça um assunto relevante nas discussões propostas pelo Boca de Rua, percebe-se que a reflexão sobre a mídia leva a uma concepção da mesma como fator prejudicial à convivência pacífica das pessoas em situação de rua com o restante dos habitantes da cidade.

O jornal Boca de Rua é o centro da maioria dos trechos enquadrados na categoria que abrange os meios de comunicação. As referências a ele nas matérias, porém, são breves e se destinam a afirmar a participação dos integrantes na construção do periódico e a relatar suas

presenças em algumas etapas do processo de produção do jornal. As frases que demonstram a participação dos integrantes estão presentes em todas as edições, com exceção do nº 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003). Como exemplo, citam-se os seguintes trechos:

Numa tarde de segunda-feira, poucos dias depois de saberem da morte de Mercedes, os integrantes do *Boca de Rua* se reuniram como fazem toda a semana. Mas não falaram de fome, miséria, violência ou desamparo. Falaram do amigo que perderam sem mais nem menos, como já aconteceu com outros conhecidos deles. O grupo fez questão de recordar o que Mercedes tinha de bom e de ruim (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

“Os integrantes do *Boca de Rua* enviaram perguntas para o Conselho Tutelar, que foram respondidas por Gilberto Siqueira, coordenador da Microrregião 8 (centro). Depois de ler as respostas, eles concluíram: existe um jogo de empurra, e ninguém quer pegar a bomba” (APESAR..., 2004, p. 2-4); “A equipe do Boca foi bem recebida [no Lar Dom Bosco]” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3); “Em 18 de outubro, o JBR [jornal Boca de Rua] entrevistou o psicólogo Manoel Mayer Jr. e o professor de educação física Jânio Santos Silva” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3); “Em 21 de maio de 2007, o Boca de Rua enviou perguntas para a presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Brizabel Rocha” (LUTA..., 2007, p. 2-3); “Só neste inverno, morreram três integrantes do Boca de Rua. O último foi Marko Su Griá, conhecido como Chineza. Além de lamentar, o grupo se reuniu para analisar os reais motivos para que isto aconteça” (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

Esta percepção está presente ainda na fala do entrevistado Ceco:

*O que nós tentamos mostrar pra sociedade é o seguinte: nós podemos pegar e estar no meio deles, mesmo nós estando na situação em que a gente está. A gente tenta mostrar pra eles que a gente pode fazer coisas que eles não fazem, mesmo eles tendo faculdade, eles tendo o diabo a quatro, tendo carro, tendo moto, eles não têm capacidade de fazer o que a gente faz [...]. O jornal. Botar ali, letrinha por letrinha [...] A gente tenta mostrar pra eles que, mesmo a gente não tendo estudo, não tendo nada, a gente pode fazer algo que eles não têm capacidade.*

A necessidade de anunciar as atitudes tomadas pelo grupo – manifestadas pelos verbos *lamentar, analisar, enviar, entrevistar, ler, concluir, reunir* – pode ser indício de que os integrantes precisam reforçar sua participação, demonstrando a seus leitores certas atividades por eles executadas como componentes do grupo do Boca de Rua. Por estas afirmações, apresentam os moradores de rua como capazes de exercer funções que não são esperadas deles, como o trabalho de um repórter. É uma forma de valorizar os integrantes, ressaltando seu potencial e seu protagonismo: os integrantes do Boca de Rua, através destas falas, são apontados como sujeitos que entrevistam, refletem, elaboram perguntas, diferentemente de

outros moradores de rua e também de diversos grupos da sociedade. Novamente o trabalho é percebido como forma de diminuir os estigmas e de demonstrar que os moradores de rua não são sujeitos incapazes e desnecessários. Assim, baseando-se em Castel (2005), compreende-se que exercer as tarefas de um repórter do jornal Boca de Rua aparece como forma de participar da estrutura social e demarcar um lugar de menos dessemelhança a estas pessoas.

Na edição de nº 33 (julho, agosto e setembro de 2009) encontra-se um trecho que explicita a opinião dos integrantes sobre o jornal, o que não ocorre em nenhum outro texto. Percebe-se que há um orgulho de fazer parte do jornal, pois ele tem um reconhecimento em outros locais do país. A importância do projeto Boca de Rua é expressa pelo convite para participar do II Encontro Nacional sobre População de Rua, realizado em Brasília: “O Boca foi convidado por ser uma publicação de rua muito reconhecida pela sociedade e por ser um porta-voz das reivindicações dos moradores de rua do Rio Grande do Sul” (A FALTA..., 2009, p. 2-3).

O jornal é, sob o olhar de seus integrantes, um representante do grupo das pessoas em situação de rua, capaz de reunir os desejos e problemas da população de rua e apresentá-los àqueles que desconhecem esta realidade. Esta é a única parte, porém, em que expressam um julgamento sobre o projeto nas matérias.

As entrevistas revelam mais profundamente o olhar dos integrantes sobre o Boca de Rua. Para Tiago, o jornal difere de outros veículos de comunicação por não generalizar os moradores de rua como sendo todos idênticos e por não estereotipar a todos devido aos erros de algumas pessoas que vivem nas ruas:

*[O Boca de Rua] retrata os moradores de rua como é a realidade da rua [...]. O Boca fala a realidade de pessoas que fazem coisas boas e ruins, faz uma separação das coisas, não uma coisa inteira, uma coisa que um fez e os outros pagam o pato [...]. Participo do jornal porque a gente tá mostrando a realidade pra justamente fazer uma separação do joio do trigo. Não como um cara que faz uma coisa errada e quem tá na rua tem que pagar o que o outro fez, é uma visão falsa do pessoal que mora na rua como um todo. Essa separação aí que o jornal Boca de Rua faz.*

Paulo, por sua vez, acredita que o periódico poderia abordar mais temáticas sobre a vida nas ruas, concentrando-se menos em outros acontecimentos da cidade:

*[...] a gente tinha que entrar mais a fundo sobre o objetivo do Boca de Rua, que é o morador de rua, eu acho que tá fugindo muito dessa parte do morador de rua. Eu sei que tem que falar o que acontece, as coisas boas que tem em Porto Alegre, mas tinha que ter uma parte pra falar mais dos moradores de rua, porque tem pessoas que moram na rua, que tem crianças, que não usam drogas, que querem uma oportunidade pra sair da rua.*

Identifica-se na fala de Paulo a ideia de que as matérias publicadas no jornal podem auxiliar alguns indivíduos a deixarem as ruas. A concessão de espaço para que as pessoas se manifestem é vista, portanto, como uma oportunidade de mudança de vida. Esta mesma noção está expressa no seguinte trecho da entrevista de Ceco: *“O Boca retrata totalmente diferente, porque o Boca ele tenta dar uma porta de saída pros moradores de rua, uma porta pros moradores de rua poder sair da rua, entendeu?”*.

Percebe-se que os entrevistados compreendem o Boca de Rua como uma possibilidade para modificarem sua condição de estigmatizados, seja através do trabalho que se desenvolve no seu processo de produção e venda, seja através do espaço de expressão em que consiste o periódico. Paulo atribui à sua participação no jornal o fato de ter saído da rua, enquanto Sidney percebe o projeto como um local de ajuda: *“[...] é um jornal muito bom, me deu a situação de sair da rua, me dá um dinheiro pra mim comer, pra mim fazer uma janta de noite e comprar um cigarro que eu fumo”* (PAULO); *“Eles dão o jornal pra nós trabalhar na sinaleira. Eles faz de tudo pra ajudar nós, mesmo”* (SIDNEY).

As reuniões são encaradas como espaço para a difusão do conhecimento. Sidney acredita que a participação no jornal faz com que ele aprenda mais, pois permite que conheça e interaja com indivíduos que vivem em uma realidade distinta da dele. Os demais entrevistados também se referem à troca de informações e ao aprendizado proporcionado pelo Boca de Rua: *“Eu participo do jornal porque eu gosto [...] estou aprendendo muita coisa, vocês estão me ensinando muitas coisas boas e vocês também estão aprendendo com nós, muitas coisas boas”* (PAULO).

*E se hoje eu sei ler é graças ao jornal. Antes de eu entrar no jornal eu não sabia ler nem escrever e o jornal pegou e me incentivou bastante a ter esse conhecimento, entendeu [...]. Eu ficava pensando, bah, como eu vou pegar e mostrar uma notícia pruma pessoa sendo que eu não sei ler nem escrever? [...] Foi onde eu comecei a estudar, hoje estou na sexta série, quero ver se termino meu primeiro grau pelo menos. E foi isso que me incentivou bastante, o jornal me incentivou a estudar e hoje eu gosto de ler bastante também* (CECO).

As referências aos meios de comunicação, tanto nas entrevistas quanto nas matérias, permitem identificar a construção de representações distintas. Os meios de comunicação de massa são percebidos como espaços inacessíveis à população de rua e que não possuem qualquer preocupação em contemplar o olhar dos moradores de rua sobre questões pertinentes à sua realidade. As idéias apresentadas pela mídia sobre as pessoas em situação de rua são consideradas errôneas e estigmatizantes, visto que as matérias são produzidas por pessoas que não têm conhecimento sobre o cotidiano e os problemas das pessoas em situação de rua. Além

disso, encontra-se a reclamação de que os veículos comunicacionais generalizam os moradores de rua como sendo todos iguais, definindo características negativas para este grupo.

O Boca de Rua, por sua vez, é compreendido de distintas formas: como espaço de expressão dos moradores de rua, como projeto que demonstra a capacidade deles como “repórteres”, como local para a troca de conhecimento e como ponto de apoio e auxílio àqueles que desejam sair das ruas. Embora o objetivo do projeto não seja retirar as pessoas das ruas, parece que os entrevistados enxergam na participação no jornal uma oportunidade de remodelarem suas vidas. É notável, porém, que um dos integrantes apresenta críticas à linha editorial adotada pelo periódico, que procura abranger assuntos variados que não se detenham à temática das ruas. Assim, é possível pensar que o Boca de Rua, sob a visão de seus integrantes, deveria ser um espaço para publicar as denúncias e as reivindicações da população de rua, não precisando se adequar a certos preceitos jornalísticos que fazem parte da formação dos coordenadores, como a não-repetição de assuntos, por exemplo.

Neste capítulo foram apresentadas as percepções que se basearam nas categorias previamente delimitadas. Entretanto, a atenção dedicada ao corpus de pesquisa e a riqueza das entrevistas permitiram que outros pontos importantes fossem levantados. As compreensões extracategoriais serão apresentadas no próximo capítulo.

## 6 OUTROS ENQUADRAMENTOS

Apesar de as categorias terem norteado a análise de conteúdo dos jornais, faz-se necessário salientar que existem elementos que não foram enquadrados nas categorias, mas que merecem ser abordados por ampliarem a compreensão das representações sobre população de rua existentes no periódico. Durante a realização da análise através das categorias, notou-se que duas idéias destacavam-se, aparecendo em várias das subcategorias. Assim, verificou-se a presença de duas representações maiores ligadas aos moradores de rua, que dizem respeito ao seu relacionamento com as drogas e com o trabalho. Estas temáticas, portanto, não foram aprofundadas durante o capítulo anterior por considerar-se que seriam melhor analisadas separadas das categorias.

Além disso, este capítulo contempla outros elementos que permitem tecer considerações sobre o jornal e sua evolução, bem como sobre a interferência dos coordenadores e da ONG Alice, que se fazem claras em certas características do veículo. As características gerais que puderam ser identificadas nas fotografias publicadas nas matérias também foram alvo de análise.

Dividiu-se, portanto, o capítulo em duas partes. Primeiramente, aborda-se as duas representações mais amplas sobre a relação dos moradores de rua com as drogas e com o trabalho – são os assuntos que abrangem o conteúdo das matérias. Após, a análise se concentra nos aspectos de forma do veículo: as recorrências nas fotografias, a diagramação, o modo como se percebe a participação dos coordenadores.

### 6.1 ASPECTOS SOBRE O CONTEÚDO

Nos jornais analisados, encontram-se referências constantes às temáticas das drogas e do trabalho. A partir da separação e quantificação das palavras, afirma-se que ambos os assuntos aparecem em sete das oito matérias que compõem o corpus desta pesquisa. Assim, considera-se que a presença destas temáticas nos distintos textos demonstra a relevância destes assuntos no cotidiano das pessoas em situação de rua. Diferentemente de outros conteúdos, estes são encontrados em trechos que dizem respeito à sobrevivência, às oportunidades existentes, ao olhar do Outro, à percepção dos integrantes sobre os moradores

de rua. Constituem, portanto, representações abrangentes sobre a vida nas ruas, que se referem aos temas de variadas subcategorias da análise de conteúdo.

Este item destina-se, portanto, a compreender o papel que as drogas e o trabalho ocupam na vida dos moradores de rua. Através das referências nos textos e nas entrevistas, busca-se identificar a forma como os integrantes lidam com estes assuntos em seus discursos.

### **6.1.1 O morador de rua como viciado em drogas**

É nítido que as matérias publicadas no jornal constroem uma imagem do grupo dos moradores de rua como sendo composto, em sua maioria, por sujeitos viciados em drogas. Nas sete matérias em que existem referências ao uso de entorpecentes, foram encontradas 108 palavras relacionadas às drogas - além da palavra droga, repetem-se os termos *traficantes*, *loló*, *maconha*, *crack*, *cocaína*, *pó*, *usuário* e *viciado*.

As matérias apresentam diferentes aspectos da relação dos moradores de rua com as drogas. Percebe-se, inclusive, a mudança no que é geralmente consumido por estes indivíduos. Na edição nº 3 (outubro de 2001), não há menção ao crack: cita-se o uso de maconha, loló e cocaína, sendo esta também injetada. Por ser considerada uma droga mais nova, pode-se perceber que o crack ainda não estava difundido entre os integrantes do jornal. No ano seguinte, porém, na edição nº 7 (novembro e dezembro de 2002 e janeiro de 2003), o crack já é apontado como droga utilizada pelos moradores de rua. Nos jornais mais recentes, nota-se que não há mais referências à cocaína e que diminuíram a quantidade de menções ao loló. Esta mudança também pode ser percebida na entrevista do integrante Ceco (ver entrevistas nos apêndices), que, ao traçar seu histórico de envolvimento com as drogas, relata inicialmente o uso de loló, tendo depois passado para remédios que causam alucinações, como Benflogyn, Artane e Bentlyl, mudando então para o crack – droga da qual é usuário atualmente.

A condição de usuários de drogas é concebida como uma causa da permanência das pessoas nas ruas. Em alguns casos, percebe-se que as poucas oportunidades de modificar sua condição, de obter dinheiro ou de conseguir uma qualificação são desperdiçadas pela necessidade de satisfazer o vício. Tal ideia pode ser encontrada na fala do integrante Ceco, que afirma ter abandonado os estudos por causa do crack. No mesmo sentido, o uso de drogas, aliado às regras severas impostas por abrigos e albergues, afasta os moradores de rua dos locais de acolhida: “Voltar para casa? Buscar apoio num grupo de dependentes químicos?”

Nem pensar: quem comanda o cérebro é a fome da droga. Outros guris de rua consumidores de cocaína e crack padecem do mesmo mal” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

“As pessoas não ficam nos abrigos e albergues por causa das drogas e das regras. Acontece muito de alguém ser suspenso por não aceitar as regras. Aí a pessoa vai para a rua, fica com raiva e se atira nas drogas” (PARA ONDE..., 2006, p. 2-3).

O vício dificulta as relações com os familiares: nas entrevistas, encontra-se a ideia de que não se pode usar drogas dentro da casa da família. Ceco afirma ainda que o contato com a droga faz o conforto oferecido pela casa dos parentes perder seu atrativo devido à privação da liberdade que acarreta a vida em família:

*[...] dentro de uma casa, tem comida a hora que quer, tem uma TV pra olhar, tem rádio pra escutar, tem tudo o que quer dentro de uma casa, só que tem aquele problema, depois que conhece a droga, não quer mais ficar dentro daquele espaço, porque aquele espaço tu te sente preso.*

“[...] *na casa de uma família tu não deve usar droga, né, na casa da tua família*” (PAULO).

As matérias demonstram que os entorpecentes não fragilizam a interação somente com os familiares, mas também com os demais moradores de rua, causando desentendimentos, separações de casais e brigas. Ao se encontrarem sob o efeito da substância consumida, os moradores de rua são descritos como mais agressivos e também como menos dispostos a auxiliar seus companheiros. Com a necessidade de utilizar a droga, as pessoas gastam toda a renda que conseguem arrecadar, não restando dinheiro sequer para se alimentarem. É o que se vê nos trechos a seguir: “A primeira mulher do Mercedes foi a única. Hoje ela mora na Vila Cruzeiro. Ele tinha ordem do juiz para ver os filhos. Mercedes se separou por causa das drogas. Os dois usavam e não deu certo” (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

Se a pessoa tiver R\$ 5, pensa: “Posso arranjar comida depois”. E gasta tudo em droga.

[...]

Há casos em que o usuário rouba algo de altíssimo valor e vende por um preço 20 vezes menor, com o único desejo de saciar sua fissura. Vira escravo do crack (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

“A solidariedade na rua existe. Mas, quando as pessoas estão drogadas, se esquecem de ajudar os outros que estão mal” (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

Por não possuírem trabalho e, conseqüentemente, dinheiro para sustentar seu vício, quem vive nas ruas precisa encontrar outras formas para conseguir comprar a droga desejada.

As matérias apontam que, além de pedir aos transeuntes ou aos motoristas, os moradores de rua por vezes se prostituem ou cometem assaltos e furtos com o objetivo de adquirir entorpecentes: “Tem crianças na rua que se prostituem por dois ou três pilas (R\$ 2 ou R\$ 3) para cheirar pó ou fumar maconha, ou R\$ 5 para fumar crack” (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

“Quanto mais a gente usa [o crack], mais quer usar. Quando não tem, um monte de coisas passam pela cabeça, como roubar. O cara tem coragem. A gente pode arriscar a fazer qualquer coisa só na fissura de querer fumar” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Sem condições financeiras mínimas, com precários laços afetivos e sem vislumbrar possibilidades de mudanças na sua condição, alguns moradores de rua encontram como única perspectiva a manutenção do vício: “A pessoa que está na rua, que não tem emprego, que tem Aids (a maioria se contamina com drogas injetáveis), pensa: ‘Vou morrer mesmo’, e aí se atira na droga” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

A frase acima demonstra também que a condição de usuários de drogas relaciona-se com a debilidade da saúde do morador de rua. A questão da saúde está presente em distintos textos, de modo que foi possível identificar uma representação em que os moradores de rua se apresentam como pessoas com dificuldades em se manter saudáveis e em tratar suas doenças. Neste momento, interessa salientar que as drogas são apontadas como responsáveis por algumas enfermidades dos componentes deste grupo, especialmente o vírus HIV, por gerarem comportamentos que facilitam o adoecimento, por enfraquecerem o sistema imunológico dos indivíduos – propiciando o contágio por doenças oportunistas – e por resultarem em uma falta de ânimo para cuidar da sua saúde. Isto pode ser percebido na fala do entrevistado Tiago: *“Quando a gente tá na rua a gente não tá cuidando da saúde [...]. A pessoa só tá pensando em fazer a bobagem que fez com que a pessoa fosse pra essa situação, como no meu caso foi tirar coisas de dentro da minha casa e me drogar na minha casa”*.

Destaca-se ainda que a drogadição é afirmada como uma questão de saúde pública e pensada como uma doença que precisaria de tratamento adequado para ser curada. As drogas são apontadas como responsáveis pela diminuição da auto-estima e por levarem o sujeito a um processo destrutivo do qual ele dificilmente consegue sair sozinho. Percebe-se nas matérias uma noção de que raramente o morador de rua abandona completamente as drogas, mas alcança um melhor convívio com seu vício quando encontra auxílio ou uma ocupação que o faça se sentir valorizado: “A droga também é uma doença e das piores. Na rua tem tudo que é tipo de droga, como loló, maconha, crack (pedra) e álcool” (A SAÚDE..., 2008, p. 2-3).

O efeito desta droga não é somente o vício. Leva a pessoa a cometer loucuras que quebram a auto-estima, como conta um usuário de crack: “É uma droga ruim que ninguém deveria usar”.

[...]

“Há cinco anos, quando eu conheci minha madrinha, Mariléia, eu estava no fundo do poço, segurando na ponta da corda. Café da manhã, almoço e janta para mim era loló. Eu comia loló. Mas ela me mostrou que eu tinha valor e fui subindo”, recorda Alca (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

Identifica-se a idéia de que o envolvimento com as drogas resulta no desperdício de oportunidades que melhorariam as condições de vida dos moradores de rua. Pode-se perceber que, por vezes, eles desistem do estudo e do trabalho por causa do vício. Ao mesmo tempo, encontra-se uma visão de que se houvessem mais oportunidades de valorização do morador de rua, as drogas poderiam ser abandonadas, ou seu consumo diminuído. Na entrevista com o integrante Ceco, podem ser selecionados exemplos dessa contradição: quando ele afirma que já teve muitas oportunidades e atirou todas para cima, largando o colégio por causa do crack, e quando ele coloca que pretende terminar o Ensino Fundamental, tendo diminuído o consumo do crack por almejar este objetivo.

Mesmo que as drogas sejam apontadas como um fator que prejudica a vida dos usuários, debilitando sua saúde e diminuindo ainda mais suas possibilidades de acolhimento e de mudança de situação, percebe-se também a ideia de que, em alguns aspectos, fazer uso de loló, maconha, crack, cocaína, álcool ou outras substâncias ajuda a tornar mais suportáveis alguns problemas da convivência nas ruas, principalmente a falta de comida. Na edição nº 7 (novembro e dezembro de 2002 e janeiro de 2003), foi construído um quadro, intitulado *A dieta de quem não come*, em que são relatados os efeitos das drogas sobre a sensação de fome. Por este quadro, identifica-se que, com exceção da maconha, todas as outras substâncias usadas pelos moradores de rua inibem a necessidade de alimentos. No caso da loló, afirma-se ainda que acaba temporariamente com o frio.

Convém salientar que, embora os textos e as entrevistas permitam compreender que os moradores de rua, em sua maioria, convivem com o problema do uso de drogas, encontram-se trechos que procuram não generalizar, afirmando que nem todas as pessoas em situação de rua são viciadas em drogas. Cita-se que estes não-viciados são de fácil reconhecimento, visto que são mais gordos (A HISTÓRIA..., 2001). Na fala do integrante Paulo, percebe-se a ideia de que algumas famílias vivem nas ruas sem usar drogas, por dificuldades financeiras e falta de oportunidade, sendo merecedoras de ajuda. No discurso deste integrante, identifica-se uma certa culpabilização dos moradores de rua por sua situação, sendo os drogaditos vistos como menos dignos de ajuda. Embora esta noção possa se restringir à fala de Paulo, acredita-se que

seja relevante explicitá-la, pois contrapõe a concepção de que o uso de drogas deva ser tratado como doença.

De qualquer modo, a afirmação de que o uso de drogas não é conduta de todas as pessoas em situação de rua supõe uma tentativa de não generalizar os componentes deste grupo como sendo todos iguais. Mesmo que algumas das afirmações anteriormente transcritas contenham um caráter generalista e reforcem a ideia de que os moradores de rua envolvem-se com drogas, existe espaço – embora pequeno – para que a singularidade dos sujeitos seja propagada.

Enfim, mesmo que exista a afirmação de que a dependência química não é unânime entre esta população, a análise dos jornais leva a perceber a importância que a questão das drogas assume na vida de quem vive nas ruas. O uso de substâncias entorpecentes afeta diferentes áreas do cotidiano destas pessoas: influencia e deteriora relacionamentos afetivos, prejudica as ações do sujeito quando este conquista uma oportunidade de melhorar suas condições de existência, influi na sua adesão aos serviços públicos de abrigagem, ocasiona problemas físicos e psicológicos, não permite que os indivíduos reservem dinheiro para sanar outras necessidades básicas de sobrevivência, entre outras idéias postas até aqui. Compreende-se, portanto, o uso de droga sob um viés negativo, que só traz malefícios aos moradores de rua: não foram encontradas passagens que apresentem o prazer gerado por alguma droga específica ou alguma possível vantagem acarretada pelo vício. Tanto no jornal quanto nas entrevistas, a representação do morador de rua como usuário de drogas é relacionada aos problemas causados por essa condição.

### **6.1.2 O morador de rua e sua relação com o trabalho**

Outro ponto constantemente abordado nas matérias analisadas diz respeito ao trabalho. Embora nenhum dos textos tematize centralmente a questão do trabalho, referências a este assunto estão presentes em sete das oito matérias selecionadas como corpus de pesquisa. Porém, diferentemente dos trechos relacionados à temática das drogas, não há o uso de variados termos. As palavras que se repetem neste assunto são o verbo *trabalhar* e os substantivos *trabalho*, *trabalhadores* e *emprego*.

A falta de trabalho é identificada como um dos principais problemas dos moradores de rua. Entretanto, não se resume ao aspecto financeiro, pois o desemprego e a não-ocupação

influem na sociabilidade e nos relacionamentos estabelecidos por estes sujeitos. Neste sentido, compartilha-se a visão de Tania Tosta (2003) que, ao realizar pesquisa com os sem-teto de Brasília, constata que não estar integrado ao mundo do trabalho pode significar a não-inserção social. O trabalho, portanto, ocupa lugar relevante na estruturação da sociedade e atua como fator de coesão e integração.

A fragilidade das relações de trabalho é notória entre esta população e as poucas referências a empregos anteriores à vida nas ruas podem indicar uma relação desde sempre precária com os vínculos empregatícios formais. Dentre os entrevistados, apenas o mais novo, Sidney, comenta um trabalho anterior em uma padaria. Porém, mesmo sendo possuidor desta experiência, ele não conseguiu outra colocação na área. Considerando que cerca de 60% da população de rua de Porto Alegre não concluiu o Ensino Fundamental (SCHUCH; MAGNI; KUNDEL, 2008), tem-se a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional como fatores que dificultam que tais pessoas encontrem vagas. Não obstante estas características, o estigma que cerca os moradores de rua – e os outros estigmas que uma parcela dessa população carrega, como o de ex-presidiário, negro, portador do vírus HIV, entre outros – inviabilizam a participação destes sujeitos no mundo do trabalho.

O fato de não possuírem um emprego formal, contudo, não significa que estas pessoas estejam completamente ociosas, pois os textos e as entrevistas deixam claro que muitos moradores de rua realizam tarefas que lhes propiciam pagamento em dinheiro. Estes poucos serviços, porém, podem ser caracterizados como de menor valor na sociedade, não sendo considerados como trabalho. Pelas frases abaixo selecionadas, pode-se identificar que as atividades mais comuns resumem-se à coleta de material reciclável, à limpeza de jardins, a guardar de carros, a fazer malabarismos nas sinaleiras ou outros biscates: “Para sobreviver na rua, guarda carros na avenida Getúlio Vargas todos os fins de semana” (VOCÊ..., 2002-2003, p. 2-4).

“Durante a gravidez, fraca, L. pedia ao companheiro para cuidar carro, puxar carrinho ou catar latinhas para sustentá-la [...]” (APESAR..., 2004, p. 2-4).

Na fala de Ceco, percebe-se que os biscates são considerados como semelhantes a pedir dinheiro na sinaleira, sem que exista uma valorização da força de trabalho. Ele afirma ainda que a rua oferece variadas opções de serviços para os moradores de rua, o que também pode ser notado na fala de Paulo. Nestas afirmações constata-se que estas oportunidades são somente as atividades já citadas, ou seja, são modos precários de sustento, que não permitem vislumbrar outras perspectivas: “[...] *durante a noite eu pego, eu cuido um carro, eu vendo um jornal na sinaleira, eu peço uma moeda na sinaleira [...]*” (CECO).

*“Eu sempre juntei material, sempre fiz uma correria, fazia um biscatezinho ali, limpava um pátio, sempre tive um carrinho de papel, fazia minha correria” (PAULO).*

A coleta de material reciclável está entre as principais atividades dos moradores de rua. Na perspectiva de Bursztyn (2003a), resta aos rejeitados humanos – os excluídos – sobreviver a partir dos objetos rejeitados pela sociedade. Existe uma conexão entre a produção cada vez maior de elementos descartáveis e a produção crescente de desempregados. Neste processo econômico, a reciclagem de materiais é valorizada por sua possibilidade de lucro, enquanto o trabalho dos excluídos é desvalorizado e afirma sua permanência no meio da rua.

A importância dos direitos trabalhistas associados aos vínculos empregatícios está presente nas matérias. Porém, identifica-se a ideia de que alguns integrantes deste grupo não têm interesse em se adequar às regras impostas por um emprego formal, talvez por terem consciência da quase impossibilidade de encontrar este tipo de atividade. A submissão a uma hierarquia aparece como uma dificuldade que leva os moradores de rua a realizarem atividades remuneradas mais esporádicas e que não exijam tamanho comprometimento com horários e responsabilidades. A participação no jornal Boca de Rua, outra atividade que possibilita a sobrevivência, tem a vantagem de oferecer uma pequena renda sem que exista a cobrança de trabalho diário: os integrantes precisam participar das reuniões semanais, mas o momento da venda dos jornais é administrado totalmente por eles, sem interferência dos coordenadores - como se percebe nesta frase: “A diferença do trabalho deles para um serviço de carteira assinada é que eles mesmos fazem o serviço, sem ter ninguém para mandar fazer isso ou aquilo. O ideal seria as pessoas trabalharem assim, sem patrão, mas com os direitos da carteira assinada” (LUTA..., 2007, p. 2-3).

Ceco, em sua entrevista, enaltece a liberdade que os integrantes possuem para organizar seu tempo e decidir seu horário de trabalho:

*Se hoje eu to no Boca, o Boca me dá uma renda onde eu não preciso cumprir horário, eu não preciso bater ponto, eu não preciso de nada disso. Eu faço o meu horário. O único horário que eu tenho que cumprir, o único ponto que eu tenho que bater é uma vez por semana, da uma e meia às três, às quatro, o resto eu faço por mim.*

Embora exerçam atividades que podem ser consideradas trabalho, por vezes elas são confundidas com o ato de esmolar, não atribuindo ao morador de rua uma maior valoração ou uma mudança em sua qualidade de vida. Os serviços realizados nas ruas têm a função do sustento imediato, diário, e não inserem as pessoas em situação de rua no mundo do trabalho.

Este ponto corrobora o que foi abordado por Bursztyn (2003b), ao afirmar que os moradores de rua possuem a peculiaridade de não serem aceitos pelo mundo oficial, tendo a entrada nas casas dos incluídos negada. A realidade dos moradores de rua, coloca o autor, resume-se à rua, e o trabalho só pode ocorrer neste local. Suas atividades, portanto, concentram-se na obtenção do que é necessário para suprir suas carências básicas.

A desvalorização do morador de rua enquanto trabalhador permite pensar, sob a perspectiva de Castel (2005), que esta população é mais excluída por sua inutilidade para o mundo. O não-enquadramento em nenhum tipo de emprego faz com que esses sujeitos sejam considerados supérfluos, pois sequer podem ser explorados como mão-de-obra. Para o autor, o desemprego destas pessoas os impede de participar de setores centrais da vida em sociedade e, conseqüentemente, de exercer qualquer forma de pressão para garantir melhores condições de existência.

Neste sentido, destaca-se a percepção do trabalho como possibilidade de alteração no projeto de vida, relacionando-se sempre com a saída das ruas. Essa mudança não se resumiria ao aspecto financeiro, mas influiria também nos relacionamentos familiares, significando o resgate de vínculos perdidos, e na alteração dos hábitos, como o abandono do uso de drogas.

Além disso, o desemprego dos pais é apontado como motivo para que as crianças necessitem trabalhar nas ruas, de modo que a oferta de vagas para os adultos poderia modificar a realidade do trabalho infantil, da evasão escolar e da permanência destas crianças e adolescentes nas ruas, vindo a se tornar adultos que vivem nas ruas por não conseguirem mais se adaptar a outro estilo de vida. Os textos a seguir exemplificam esta percepção:

Ultimamente ele [Mercedes] queria muito trabalhar e parar de usar droga.  
[...]  
[...] não podia ir para o hospital porque queria trabalhar (A HISTÓRIA..., 2001, p. 2-3).

Três guris e uma guria, todos irmãos, saíram do colégio e estavam pedindo uma ajuda, vendendo balas e o lanche deles que guardaram do recreio, para tentar ajudar a mãe, que está desempregada.  
[...]  
Eles deviam estar em casa, estudando, mas se os pais tivessem emprego as crianças não iam ter que trabalhar (MALABARISMO..., 2005, p. 2-3).

Grasi disse: “Meu maior sonho é ter meu próprio lar, um emprego decente e poder recuperar meus filhos. Eu quero é ser feliz” (LUTA..., 2007, p. 2-3).

Este ponto também é abordado na entrevista com Sidney: “*Se eu tivesse casa eu ia estar em casa, eu ia ta trabalhando, porque lá onde eu morava eu trabalhava numa padaria,*

*com eles, só que daí a padaria faliu e eu não consegui outro negócio pra trabalhar em padaria”.*

Quando conseguem um trabalho que lhes permita sair da rua, este consiste em algo sem vínculos empregatícios ou direitos trabalhistas. É o caso de Tiago, que vive em uma propriedade rural para protegê-la dos assaltos, sendo uma espécie de caseiro, e de Paulo, que faz parte de uma cooperativa de limpeza das ruas da cidade e recebe um salário mínimo por mês, sem carteira assinada ou direito a férias. Com uma remuneração baixa e sem garantias, estas colocações não acarretam uma separação total da vida das ruas, pois mantêm os sujeitos em situação de pobreza e com dificuldades de sustento. Além de conservar seus problemas financeiros, estas ocupações mantêm a invisibilidade pública dos sujeitos, no sentido abordado por Costa (2004): estes homens desaparecem no meio dos outros, ocupando um lugar politicamente desigual que não lhes proporciona acesso à palavra e acaba os tornando pessoas humilhadas ou que são vistas como objetos.

Tais atividades precárias acarretam ainda na manutenção dos relacionamentos e de alguns hábitos estabelecidos enquanto eram moradores de rua. Isto pode ser constatado pela permanência dos dois entrevistados no projeto Boca de Rua, mesmo que tenham outras ocupações e outras formas de obtenção de renda. Assim, cria-se uma linha tênue que separa os indivíduos com trabalho da vida nas ruas, mas que pode ser cruzada, resultando na volta às ruas, tão logo esta relação trabalhista se desfça. Para alguns integrantes, o vínculo com a rua não é facilmente rompido por uma frágil ligação a um emprego. Isso pode ser comprovado na fala de Paulo: *“É, não to morando na rua, mas eu me acho um morador de rua, né, [...] não é porque eu esteja morando em um lugarzinho aí, mais ou menos, que eu deixo de ser morador de rua”.*

Enfim, pela análise identifica-se que os integrantes consideram a falta de empregos um problema para quem vive nas ruas. É dada importância ao trabalho pela necessidade de sustentar-se, mas sua relevância vai além disto, visto que os moradores de rua conseguem dinheiro e alimento por outras vias. Os biscates, mesmo que provenham um retorno financeiro, são atividades menos valorizadas e que não exigem a dedicação constante dos sujeitos, e estão atrelados à vida nas ruas – o trabalho, formal ou informal, relaciona-se com o abandono da vida nas ruas. Concretamente, porém, as oportunidades de trabalho encontradas pelos moradores de rua são poucas, em ocupações também desvalorizadas e que oferecem baixos salários. Desta forma, dificilmente as pessoas empregadas conseguem organizar-se para que tenham melhor qualidade de vida e acabam mantendo seus contatos na rua. A esperança de que o trabalho seja a forma encontrada para mudar de vida, portanto, não parece se concretizar.

## 6.2 ASPECTOS DE FORMA

Como anteriormente explicado, a análise dos jornais resultou na identificação de algumas características que não puderam ser enquadradas nas categorias pré-estabelecidas. Assim, este item visa a apresentar tais aspectos que auxiliam na compreensão das representações sobre população de rua elaboradas nos jornais. Foram analisadas as fotografias, bem como alguns elementos que não fazem parte das matérias. Além disso, marca-se alguns pontos em que se pode perceber a influência dos coordenadores no projeto.

### 6.2.1 As fotografias

Ao longo dos anos, é evidente que ocorre uma mudança nas fotografias publicadas no jornal. Até a edição n° 16, as capas só apresentam rostos que não podem ser identificados: os fotografados estão de cabeça baixa, os rostos são cortados da foto e, no caso das crianças e adolescentes, existe uma tarja em cima dos olhos que não permite que se visualize a face da pessoa. Na parte interior do jornal, as fotos são escuras e percebe-se que não há um cuidado com o enquadramento e com a qualidade da imagem. Entretanto, pode-se identificar que algumas fotos são montadas para as matérias como, por exemplo, na edição n° 7, em que quatro crianças aparecem usando (ou fingindo usar) drogas: seguram a lata que utilizam como cachimbo para fumar crack e os pedaços de pano que servem para o uso de loló. Nesta matéria, a única foto em que não existem as tarjas sobre os olhos apresenta os adolescentes comendo, em um ambiente fechado.

Nas edições mais recentes, os rostos tornaram-se mais nítidos, sendo possível enxergar quem aparece nas fotografias. Também nestas edições passam a aparecer imagens dos entrevistados: nas edições n° 22 (novembro e dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007) e n° 24 (junho, julho e agosto de 2007), as fontes estão falando para o gravador, o que reforça a ideia de atividade dos integrantes, mostrando que eles agem como repórteres durante uma entrevista.

Destaca-se que a maioria das imagens publicadas apresenta a rua e algo que nela acontece: pessoas dormindo, usando drogas, protestando, ou então simplesmente paradas em algum local. Ao relatar a vivência dos moradores de rua, retratam também seus locais de permanência.

As duas últimas edições analisadas, n° 30 (outubro, novembro e dezembro de 2008) e n° 33 (julho, agosto e setembro de 2009) foram impressas totalmente em cores. As fotografias estão mais claras e percebe-se maior rigor no enquadramento. Isto se deve a uma oficina realizada em 2008 pelos fotógrafos Luiz Abreu, Paulino Menezes e Eduardo Seibl, em que foram ensinadas aos integrantes interessados algumas noções de fotografia. A partir de 2009, Luiz Abreu passou a participar das reuniões do Boca de Rua, compondo uma espécie de editoria de fotografia: as fotos para cada matéria são pensadas antes das saídas para captura de imagens. Além disto, o profissional acompanha estes momentos para auxiliar os integrantes. Antes do fechamento da edição, os interessados podem decidir quais fotos são mais adequadas para serem publicadas no periódico.

A partir de 2008 as fotos passaram a ser creditadas, aparecendo ao lado de cada imagem o nome do integrante que a produziu. Até então, todas as imagens eram creditadas como de autoria do Boca de Rua e da Agência Alice. Identifica-se, assim, uma tentativa de aprimoramento das imagens publicadas no jornal, ao mesmo tempo em que os integrantes que se interessam por esta área são valorizados e auxiliados por um profissional com conhecimento específico. Antes da participação de Abreu, a produção das fotografias era acompanhada pelos coordenadores das reuniões.

Parece, portanto, que as fotografias não possuíam grande importância para os integrantes e coordenadores do jornal, visto que não se apreende um zelo em relação à produção e à qualidade das imagens. Ao mesmo tempo, verifica-se um cuidado em não identificar os sujeitos que aparecem nas fotos, provavelmente por proteção a estas pessoas, pois em algumas imagens elas estavam envolvidas em atividades consideradas ilícitas ou que poderiam gerar alguma represália. Ao longo dos anos, porém, ocorreu uma mudança na valoração atribuída às fotografias, especialmente após a mudança da impressão, que passou a ser colorida.

### **6.2.2 A despersonalização dos moradores de rua**

Embora a análise categorial realizada demonstre que os textos do jornal procuram não generalizar e estereotipar os moradores de rua, alguns elementos presentes no periódico apontam para uma tentativa de torná-los não identificáveis enquanto indivíduos. Nas edições iniciais, não há assinatura dos integrantes nas matérias por eles elaboradas. Do mesmo modo,

como visto no item anterior, as fotografias não são creditadas a seus autores. Os integrantes, ao aparecerem nas matérias, são nomeados por seu apelido. Até a edição de nº 24 (junho, julho e agosto de 2007), o único integrante cujo nome e sobrenome está nas matérias é Luciano Felipe da Luz – seu nome completo só é publicado devido ao seu falecimento.

Em algumas edições, grande parte dos nomes está abreviada apenas por uma letra, escondendo totalmente a identidade dos sujeitos que falam. Não é possível perceber, porém, se esta é uma iniciativa dos integrantes, que desejam preservar seus nomes, ou da coordenação do jornal e da ONG. Até a edição de nº 30 (outubro, novembro e dezembro de 2008), encontra-se no expediente o aviso de que “alguns nomes foram trocados para preservar suas identidades”.

A partir da edição nº 16 (março, abril, maio e junho de 2005) são publicados os nomes de todos os participantes das matérias. Entretanto, utilizam-se apenas os primeiros nomes para identificá-los, ou então seus apelidos. Os sobrenomes só são utilizados quando existem dois integrantes com o mesmo nome. O mesmo ocorre com os créditos das fotografias. Os entrevistados que não estão em situação de rua, contudo, são apresentados através de seus nomes completos. Da mesma forma, o expediente é composto pelos nomes e sobrenomes dos profissionais responsáveis pela publicação.

A não utilização de seus nomes completos e a preocupação em não mostrar o rosto dos moradores de rua parecem ser maneiras de proteger os integrantes e seus entrevistados que vivem nas ruas de possíveis represálias por parte da polícia ou do restante da sociedade - ou mesmo para evitar que sejam encontrados por pessoas que não desejam. Esta necessidade de preservar os participantes parece estar ligada aos primórdios do grupo, não sendo mais fortemente percebida na atualidade. Entretanto, mesmo que nas edições mais recentes não sejam utilizadas as iniciais para referir-se aos moradores de rua e que as fotografias permitam que suas faces sejam vistas pelos leitores, os sobrenomes continuam sendo omitidos.

Ao omitirem a identidade dos moradores de rua que aparecem no jornal, estes são generalizados: até mesmo suas histórias pessoais podem servir a outros sujeitos. Ao publicar o relato de alguém sem nome ou sem sobrenome, talvez se esteja falando sobre todas as pessoas que vivem nas ruas. O mesmo acontece com o emprego apenas do primeiro nome ou do apelido. Como exemplo, pode-se citar que, nos últimos anos, participaram do Boca de Rua sujeitos com os mesmos nomes e apelidos, como Bocão, Vovô, André, Tiago, Luiz, Jéferson, Fabiano, Rafael, entre outros. Questiona-se, enfim, se esta desnecessidade de marcar-se como ser singular é uma vontade dos integrantes ou uma postura dos coordenadores, que não levam ao grupo a ideia de assinar algumas matérias - como fazem os jornalistas nos veículos midiáticos.

### 6.2.3 A influência dos coordenadores

As marcas da participação dos coordenadores podem ser encontradas em variados aspectos dos textos produzidos. Embora sejam os integrantes que escrevam ou ditem os textos, o texto final é editado e são efetuadas algumas mudanças. Mantém-se o estilo informal da escrita, semelhante a um relato oral, mas são corrigidos os erros de ortografia e gramática e, por vezes, modificados alguns trechos que são considerados confusos.

Em algumas edições, os coordenadores precisam cortar os textos para que caibam no espaço existente para cada matéria. Os títulos e intertítulos também costumam ser decididos pelos editores, ou mesmo durante o processo de diagramação. O mesmo ocorre com a seleção das fotografias que serão utilizadas – nas últimas edições, porém, os integrantes têm a possibilidade de selecionar as imagens que ilustrarão o periódico. Portanto, não há uma autonomia total dos moradores de rua nas decisões de cada edição.

A influência dos coordenadores, entretanto, é vista de forma positiva pelos integrantes entrevistados. Para Tiago, o objetivo destes profissionais é orientar o trabalho para que ele seja otimizado. Para Ceco, o papel dos facilitadores é organizar as reuniões para que elas transcorram tranqüilamente e os integrantes não desrespeitem as regras. Em sua fala, ele reconhece que existe uma interferência no processo de produção:

*[...] muitas vezes dá branco, né meu. O pessoal, naquela abstinência toda, às vezes fica só com um pensamento, de pegar o jornal e querer ir embora, muitas vezes a abstinência dá um branco na gente, e se não tem essas pessoas pra dar ma clareada na mente do cara, acho que não funciona (CECO).*

No mesmo sentido, Paulo considera importante a participação da equipe coordenadora para que seja mantida a ordem no momento da reunião. Entretanto, ele e Sidney afirmam que, por possuírem maior nível de escolaridade, os coordenadores auxiliam também na construção das idéias colocadas nas matérias:

*[...] se não é vocês estarem com nós aqui, acho que a gente não conseguiria montar um jornal, porque acho que pro morador de rua falta um pouco de atenção, sobre ele mesmo, de estar ali junto, sentado, sem ter zoeira.*

*[...]*

*A maioria dos moradores de rua que estão aqui, é poucos que sabem escrever um texto, um jornal, então vocês têm estudo, tão estudando ainda, então é nessa parte aí que eu acho (PAULO).*

*“É bom pro jornal, porque não é só nós que fizemos, vocês ajudam nós, vocês têm bastante estudo, porque eu sou um que não tem estudo, estudei só até a terceira série”* (SIDNEY).

É provável que a equipe facilitadora interfira em outras questões que não se tornam claras pela fala dos entrevistados. Ressalta-se aqui que estas interferências resultam na afirmação de que o jornal não é totalmente produzido pela população de rua, pois não lhes é dada a autonomia suficiente para que se encarreguem de algumas decisões. O grupo ligado ao projeto depende da equipe de profissionais para que o periódico se concretize a cada edição e não há sinais de que estejam se preparando para se tornarem mais autônomos.

Neste capítulo buscou-se identificar as principais idéias presentes sobre a população de rua nas páginas do jornal e nas falas dos integrantes que foram entrevistados. Objetivou-se ainda compreender sua relação com os meios de comunicação e com o jornal Boca de Rua, bem como perceber alguns pontos que não estão explícitos nas matérias ou que não fazem parte delas, mas sim do periódico como um todo.

## 7 CONCLUSÃO

Após a extensa análise efetuada no capítulo anterior, cabe retomar o objetivo da presente dissertação para que possam ser traçadas as considerações finais. A meta deste trabalho se constituiu na identificação das representações sociais sobre moradores de rua elaboradas no jornal Boca de Rua e nas falas de seus integrantes, mas as representações encontradas, bem como sua interpretação, não podem ser afastadas do olhar particular da pesquisadora sobre este grupo nem de seu prévio relacionamento com ele. Assim, embora as técnicas de pesquisa tenham sido empregadas nas matérias publicadas e nas entrevistas concedidas pelos integrantes buscando um mínimo distanciamento, procurou-se deixar claro durante todo o trabalho que o papel da pesquisadora no grupo do Boca de Rua não se restringe à mera observação.

A quantidade de material submetida à análise resultou no discernimento de distintos pontos que constroem as representações sociais sobre a população de rua dentro do projeto aqui abordado. Há que se ressaltar, porém, que foram alvo de análise oito edições, restando outras 26 nas quais não nos detivemos. Do mesmo modo, foram entrevistados apenas quatro integrantes, que não necessariamente representam o discurso do grupo como um todo. Tem-se consciência que as representações aqui demarcadas podem ser reforçadas ou desconstruídas nos outros jornais ou nas falas de outros participantes. É necessário considerar, ainda, que possivelmente alguns aspectos tenham sido tocados apenas superficialmente. Foram aprofundados os tópicos mais discutidos ou que pareçam de maior relevância no cotidiano dos integrantes do jornal e dos moradores de rua em geral, embora um outro olhar sobre os mesmos jornais pudesse encontrar outras idéias, ou diferentes maneiras de enxergar as percepções aqui expostas.

Nestas reflexões finais, destacam-se algumas considerações sobre as representações identificadas. As categorias e as entrevistas abordam assuntos variados, mas a maioria deles tem em comum a exposição das dificuldades que são vivenciadas pelas pessoas em situação de rua. A análise de conteúdo apresentada no capítulo 5 permitiu compreender que a vida nas ruas é, na maioria das vezes, enxergada como uma condição social que produz sofrimento. Alguns problemas apontados dizem respeito à sobrevivência física: recebem importante espaço os relatos sobre o frio, a fome, as doenças. Entretanto, percebe-se que não são apenas estes os aspectos que incomodam os moradores de rua. As dificuldades de relacionamento com o restante da população, o desrespeito e o olhar estigmatizante a eles dedicado merecem

atenção nas matérias e, principalmente, nas entrevistas. Neste sentido, as representações construídas corroboram a identificação da população de rua como sendo um grupo excluído, *outsider*, dessemelhante, desnecessário. Em alguns momentos, é notório que não são considerados como seres humanos, cidadãos e portadores de direitos.

Revela-se também que os moradores de rua mantêm relações de dependência com os sujeitos que não comungam de sua situação de rua, bem como com instituições e organizações não-governamentais. A população de rua necessita da solidariedade alheia para se alimentar, para encontrar trabalho e para obter dinheiro – inclusive para a manutenção do vício em drogas. Depende de auxílio e encaminhamento para cuidar de sua saúde, conseguir espaço nos locais de abrigagem e encontrar vagas nos programas e projetos que possibilitam um aprimoramento profissional e garantem alguma renda. Apesar de se mostrarem dependentes em alguns aspectos, também procuram se apresentar como um grupo com capacidade de organização, de conscientização de sua situação de vulnerabilidade e de mobilização na luta por melhores condições de vida.

Como evidenciado no capítulo 6, existem duas representações mais evidentes: uma constrói a imagem dos moradores de rua como sujeitos desejosos de inserção no mercado de trabalho, buscando o retorno financeiro e a valorização que um emprego acarreta. Assumindo a identidade de indivíduo trabalhador, o morador de rua torna-se um ser considerado capaz e produtivo. A outra representação elabora a ideia de que a vida nas ruas, na maioria das vezes, pressupõe um contato profundo com as drogas. A drogadição é elaborada nos discursos analisados como uma constante e como um fator prejudicial aos que vivem nas ruas.

Evidencia-se que foram encontradas opiniões distintas, tanto nos jornais quanto nas entrevistas. A diversidade contemplada leva a uma reflexão sobre a tentativa de não generalizar o grupo dos moradores de rua como sendo constituído por sujeitos idênticos. Embora o estereótipo e a generalização estejam presentes, em certos pontos são publicizadas representações dicotômicas. É o caso do trecho em que alguns integrantes afirmam que o grupo da população de rua é desunido e preguiçoso, noção que contrapõe a posição vitimizada elaborada em outros pontos.

Tais considerações permitem pensar sobre como os integrantes do projeto Boca de Rua utilizam as páginas do jornal para construírem representações que os distanciam da condição de desumanos e supérfluos que lhes é atribuída em outros veículos comunicacionais ou pela sociedade em geral. Ao relatarem suas dores, seus sentimentos, seus problemas, seus motivos para a vida nas ruas e suas aspirações, expondo inclusive suas fraquezas, pretendem se mostrar como seres humanos comuns que, mesmo vivendo em uma situação de extrema

miséria, conservam a capacidade de reflexão. O espaço propiciado a estes sujeitos pela comunicação comunitária adquire um caráter de possível modificador dos olhares alheios sobre a população de rua: ao tornarem evidente sua humanidade, podem ser mais respeitados, menos estigmatizados e menos marginalizados.

É notório, contudo, que a comunicação social é parcamente tematizada nas matérias do jornal. Embora o Boca de Rua atue por vezes como um contraponto à mídia, pouco se percebe uma criticidade em relação ao que é veiculado pelos meios de comunicação de massa. As observações sobre a comunicação estão presentes nas entrevistas, mas são suscitadas pela pesquisadora. As respostas recebidas demonstram que os integrantes possuem acesso escasso aos meios de comunicação e que raramente pensam sobre o modo como seu grupo é retratado por outros veículos. Assim, embora se perceba que as representações construídas comumente tenham como objetivo modificar as representações hegemônicas sobre os moradores de rua que circulam na sociedade, tais representações são pouco citadas no jornal, especialmente as distribuídas pelos meios de comunicação.

As idéias expostas nos jornais foram, em sua maioria, confirmadas pelas entrevistas. Não foi encontrado nenhum ponto de discórdia entre o discurso dos integrantes entrevistados e as matérias publicadas. Contudo, como colocado acima, alguns tópicos foram mais abordados ou aprofundados no veículo, enquanto outros receberam maior destaque nas falas de Ceco, Paulo, Tiago ou Sidney.

Salienta-se que, durante toda a análise, as idéias sobre a população de rua apresentadas pelo jornal relacionam-se com as representações hegemônicas que estigmatizam os moradores de rua em uma tentativa de transformá-las. No presente trabalho não são abordadas as representações sobre os moradores de rua que circulam no restante da sociedade. Não foi encontrado nenhum estudo aprofundado que pudesse tornar claras tais imagens existentes sobre este grupo social – algumas colocações presentes no texto se baseiam em uma análise breve das representações sobre população de rua em Zero Hora, realizada pela pesquisadora desta dissertação. Portanto, acredita-se que uma continuação do presente estudo poderia se dedicar a identificar as representações sociais sobre a população de rua distribuídas pela mídia. A partir disto, seria interessante traçar uma comparação entre as representações construídas pelos dois tipos de meios de comunicação, tornando mais claro se as representações até aqui explicitadas opõem-se de fato às idéias sobre as pessoas em situação de rua que são divulgadas pela mídia.

Repensando a trajetória desenvolvida durante este trabalho, torna-se claro que a participação no projeto durante os últimos quatro anos não foi suficiente para que a

pesquisadora percebesse certos olhares que os moradores de rua dedicam à sua vida, ao comportamento de seus companheiros e à percepção dos integrantes sobre o jornal Boca de Rua. A atenção dedicada aos textos revelou aspectos sobre a população de rua antes desconhecidos e que contribuíram, inclusive, para que a própria pesquisadora conseguisse modificar algumas das representações por ela construídas sobre a população de rua. Além disso, foi possível observar no projeto alguns problemas que, pelo papel desempenhado, não se faziam nítidos: é o caso da despersonalização do morador de rua, e também da ausência de discussão sobre os meios de comunicação – percebida como de grande relevância para a desconstrução dos estigmas que cercam os moradores de rua.

Do mesmo modo, as entrevistas com os integrantes foram esclarecedoras sobre aspectos da trajetória e do cotidiano dos mesmos, bem como sobre a percepção deles sobre o veículo comunicacional que auxiliam a produzir. Considerando a opinião de Paulo, que gostaria que o jornal publicasse mais textos sobre a vida e as dificuldades dos moradores de rua e não se preocupasse tanto em variar as temáticas, é possível refletir sobre o objetivo dos moradores de rua ao participarem do projeto. Os coordenadores atentam na produção um veículo utilizando as técnicas jornalísticas e observando certas características do jornalismo, como a novidade do assunto abordado, mas não parece que este cuidado seja visto como necessário por todos os integrantes. Pode-se, portanto, pensar que os integrantes encontram no Boca de Rua um espaço de denúncia e humanização através da comunicação, mas que não possuem o intuito de gerar uma publicação estritamente baseada em normas jornalísticas.

Enfim, acredita-se que este trabalho possa tornar mais conhecidas as representações sociais sobre moradores de rua que circulam no discurso de alguns destes indivíduos. Por serem pouco contemplados pelos meios de comunicação e dificilmente considerados como fontes, as pessoas em situação de rua também não fazem parte dos estudos na área da Comunicação. Espera-se que a presente dissertação possa contribuir para a reflexão sobre este grupo excluído e dessemelhante e sua relação com os meios de comunicação e com o restante da sociedade. E que, a partir da sua leitura, possa-se construir um olhar mais humanizado sobre estes sujeitos.

## REFERÊNCIAS

A FALTA que o Boca fez no II Encontro Nacional sobre População de Rua. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano VIII, n. 33, p. 2-3, jul./set. 2009.

A HISTÓRIA de uma boca de rua - capítulo final. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano I, n. 3, capa, p. 2-3, out. 2001.

A SAÚDE anda mal. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano VII, n. 30, capa, p. 2-3, out./dez. 2008.

ALLES, Natália Ledur. **A voz dos integrantes do jornal Boca de Rua: uma prática de comunicação comunitária**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Monografia (Graduação em Jornalismo), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

\_\_\_\_\_. As representações sociais sobre pessoas em situação de rua no jornal Zero Hora (RS). 2009. **Anais de Jornadas Internacionales de Estúdio sobre Políticas de Comunicación**, Mendoza, 2009.

APESAR de tudo, a vida. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano III, n. 13, capa, p. 2-4, jun./ago. 2004.

ASSOCIAÇÃO REDE RUA. Disponível em: <<http://www.rederua.org.br>>. Acesso em: 25 maio 2009.

AURORA da Rua. Disponível em: <<http://www.auroradarua.org.br>>. Acesso em: 22 maio 2009.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação popular e alternativa. In: PERUZZO, Cícilia (Org). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BETTO, Frei. Comunicação Popular e Igreja. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BLOG da Ocas. Disponível em: <<http://www.blogdaocas.blogspot.com>>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação**: o *apartheid* social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003b.

\_\_\_\_\_. Introdução: no meio da rua - nômades, excluídos e viradores. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003a.

CÁCERES, Luis Jesús Galindo. **Sabor a ti**: Metodología cualitativa em investigación social. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1997.

CARNICEL, Amarildo. O jornal comunitário e a educação não-formal: experiências e reflexões. In: FUSER, Bruno. **Comunicação alternativa**: cenários e perspectivas. Campinas: PUC-Campinas/Centro de Memória da Unicamp, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 2005.

CECONI, Érika. Moradores de rua são Mortos em Vitória. **Rede Rua**, 7 maio 2008. Disponível em: <[http://www.rederua.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=103&Itemid=1](http://www.rederua.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=103&Itemid=1)>. Acesso em: 16 nov. 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

COGO, Denise. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

\_\_\_\_\_. Repensando a ciência participativa na pesquisa em comunicação. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1991.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FARR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GLOCK, Clarinha; DUARTE, Rosina. As vozes dos invisíveis. In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (Orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HERSCOVITZ, Heloísa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

INTERNATIONAL NETWORK OF STREET PAPERS (INSP). **About it**. Disponível em: <<http://www.street-papers.org>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

JODELET, Denise. **Loucuras e Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2006.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: representações sociais transculturais da Aids. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KAPLUN, Mario. **El comunicador popular**. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

LUTA e mobilização são esperança de moradia. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano VI, n. 24, capa, p. 2-3, jun./ago. 2007.

MADEIRA, Manoel (Org.). **Histórias de mim**: escrituras do povo da rua. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

MADEIRA, Manoel. **Journaux de rue**: de l'insertion des écrits aux écrits d'insertion. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009. (Mémoire de Master 2).

MADEIRA, Manoel; RICKES, Simone. A terceira margem da rua. In: GUIMARÃES, Beatriz (Org.). **Interfaces em psicanálise e escrita**. Florianópolis: Casa do Psicólogo, 2008.

MADEIRA, Margot. Representações sociais e processo discursivo. In: MOREIRA, Antônia; CAMARGO, Brígido; JESUÍNO, Jorge; NÓBREGA, Sheva (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2005.

MALABARISMO da sobrevivência. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano V, n. 16, capa, p. 2-3, mar./jun. 2005.

MATTOS, Ricardo; FERREIRA, Ricardo. Quem você pensa que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 2, n. 16, maio/ago. 2004.

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

O MASSACRE dos sem-nada. **Revista Isto É**, n. 1821, 1 set. 2004.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PARA ONDE ir? **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano VI, n. 22, capa, p. 2-3, nov./dez. 2006, jan./fev. 2007.

PERUZZO, Cicília M. K. **A participação na comunicação popular**. São Paulo: ECA/USP, 1991. 231f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 3, n. 1, set. 2001.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. Comunicação Popular em seus aspectos teóricos. In: PERUZZO, Cicília (org). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995.

\_\_\_\_\_. Mídia comunitária. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 30, p. 141-156, jun. 1998b.

\_\_\_\_\_. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

PERUZZO, Cicília M. K. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANCHEZ-VILELA, Rosário. Técnica, método e teoria. A entrevista em profundidade na investigação da recepção. In: JACKS, Nilda; PIEDRAS, Elisa; VILELA, Rosário Sanchez (Orgs.) **O que sabemos sobre audiências?** Estudos latino-americanos. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006a.

\_\_\_\_\_. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006b.

SCHUCH, Patrice; MAGNI, Cláudia; KUNDEL, Iara. **Cadastro e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Nov/dez. 2007. Disponível em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/pesquisapoprua.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/pesquisapoprua.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2009.

SIERRA, Francisco. Función y sentido de La entrevista cualitativa em investigación social. In: CÁCERES, Luis Jesús Galindo (Org.). **Técnicas de investigación em sociedad, cultura y comunicación**. Cidade do México: Addison Wesley Longman, 1998.

SOARES, Ismail de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, Brasil, v. 8, n. 23, 2007. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/view/4172/3911>>. Acesso em: 21 maio 2009.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

TOSTA, Tania Dias. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VOCÊ não sabe o que é fome. **Boca de Rua**, Porto Alegre, ano II, n. 7, capa, p. 2-4, nov./dez. 2002, jan. 2003.

WACQUANT, Löïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2001a.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2006.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Entrevistas

**Entrevista com Tiago Deixheimer Boehl, integrante novo, realizada em 05 de outubro de 2009.**

Natália - Me diz teu nome inteiro e tua idade.

Tiago - Eu sou o Tiago Dexheimer Boehl, tenho 32 anos.

N - E há quanto tempo tu ta na rua ou quanto tempo tu ficou na rua?

T - Eu sou morador de rua há um ano e meio.

N - E como tu vê o morador de rua?

T - O morador de rua tem vários tipos, moradores de rua por opcional, morador de rua que é posto pra fora de casa, por ter feito algum delito em casa, ou usar drogas em casa, e também tem aquele morador de rua que não tem família, não tem casa, que mora na rua ou em albergues pela condição dele.

N - E como tu te vê como morador de rua, ou no teu caso, como ex-morador de rua?

T - Eu me vejo, no caso, como ex-morador de rua, é uma maravilha, porque pessoa que mora na rua está exposta a várias discriminações, vários tipos de coisa, ser espancado pelos brigadianos, sujeito a pegar doenças, sujeito a muitas coisas ruins para a pessoa.

N - Como tu acha que as outras pessoas vêem quem mora na rua?

T - Tem sempre uma discriminação, porque as pessoas já fizeram uma má impressão das pessoas que moram na rua. nem todos são ladrões, nem todos são drogados, mas sim tem uma má impressão da sociedade com as pessoas que moram na rua.

N - E tu sentia isso em relação a ti?

T - Sentia sim, por isso que eu estou comentando.

N - Tem algum exemplo, alguma coisa que acontecia?

T - Tipo, a gente vai num supermercado comprar alguma coisa e tem sempre um segurança atrás de ti, porque tem sempre um que já queimou o filme antes, né, aí isso influencia as outras pessoas.

N - E como tu enxerga as outras pessoas, que moram em casa, e essas que tinham essas atitudes discriminatórias?

T - Eu acho que elas estão plantando uma coisa pra elas. Discriminação não foi posta na lei de Deus, né, nem de Jesus, porque Jesus andava no meio dos mendigos. E até o próprio Jesus Cristo foi discriminado pela sociedade.

N - E como quem mora na rua é tratado pelas instituições que precisa acessar? Pelo hospital, pelo abrigo, até mesmo pela polícia?

T - Tem muita pouca informação pras pessoas irem pro abrigo, pras pessoas se cuidarem mais, tem pouca informação e poucas unidades que possam levar as pessoas pra esses abrigos.

N - E aí quando chega no abrigo, como é o tratamento lá, e em posto de saúde, hospital, escola?

T - Olha, a pessoa vai fazer a visão dela nos lugares, né, não quer dizer que se você for um morador de rua você não vai ser uma pessoa merecedora de estar no meio da sociedade e tal, em escolas, em hospitais e tal.

N - E quais foram os motivos que te levaram a viver na rua?

T - A droga. E eu ter aprontado na minha casa, aprontado. Ter feito coisas que me levaram a queimar o filme no meu prédio e eu não poder entrar mais no meu prédio.

N - Tu morava com quem?

T - Com a minha vó.

N - E agora tu mora no sítio. Como é morar lá?

T - Morar lá é bem melhor que ta morando na rua, to trabalhando, to cuidando dum lugar que não é meu, mas que é meu também, né, to cuidando, to lá morando e to muito contente com isso.

N - E como é teu trabalho lá?

T - Eu cuido da casa, em geral, porque é um lugar afastado do movimento e possa ocorrer assaltos, né. E se tiver pessoas fora de lá, tenho que estar sempre lá, para não ocorrer assaltos na residência, pra não levar as coisas que tem dentro de casa.

N - E tu gosta do teu trabalho?

T - Gosto.

N - E como era a tua vida nas ruas, do que tu sobrevivia, como cuidava da saúde?

T - Quando a gente ta na rua a gente não ta cuidando da saúde, porque a gente tando na rua não ta com uma meta de vida formada, uma meta de estar morando num lugar, uma meta de se cuidar. A pessoa só ta pensando em fazer a bobagem que fez com que a pessoa fosse pra essa situação, como no meu caso foi tirar coisa de dentro da minha casa e me drogar na minha casa. Esse é o maior motivo que as pessoas saem das suas famílias, por causa da droga e das coisas aprontadas nas suas casas.

N - E como tu sobrevivias, como tu conseguia dinheiro, como tu te alimentava?

T - Eu entrei pro jornal Boca de Rua faz um ano, né, e como eu disse fazia um ano e meio que eu tava na rua, e nesse meio ano antes de entrar pro jornal Boca de Rua eu pedia dinheiro pra me alimentar nas paradas de ônibus, mas nunca roubei ou trafiquei.

N - E depois que tu entrou no jornal tu conseguia sobreviver com o dinheiro que tu ganhava do jornal?

T - Sim.

N - E quais eram as principais dificuldades em morar na rua, o que era o mais difícil?

T - No começo foi como eu ia dormir, eu não conseguia dormir porque eu estava acostumado com aquela situação. Depois de um mês, um mês e pouco, eu comecei a dormir mais.

N - Tinha alguma outra coisa que era difícil?

T - A chuva. O tempo mal, o frio.

N - E quais eram as partes boas?

T - As partes boas foi passar a cultura que eu aprendi durante a minha vida, a minha experiência de vida, de leitura, de conviver com pessoas evoluídas, espiritualmente, dentro do... Allan Kardec, no caso, que trouxe o amor de Jesus, incontestável. Tem que passar o amor pro pessoal, a comunhão.

N - E tu falava disso pras pessoas que viviam contigo na rua?

T - Falava da irmandade. Fazer pro próximo que você queira que o próximo faça, e amar o próximo como a si mesmo.

N - E como, na tua opinião, os mc retratam quem mora na rua?

T - Retratam como se fossem um todo o pessoal que mora na rua, onde um faz uma coisa errada e muitos pagam o pato por cima disso, dessa coisa errada que um fez.

N - Tu já viu alguma matéria, em algum jornal, tv, que fale sobre morador de rua? e como era?

T - Já, já ouvi falar que já viram, mas não que eu já tenha visto. Eu já apareci na televisão dando entrevista na república, no teledomingo, falando como é a situação de quem mora na rua. assim como você ta me perguntando aí eu também já fui entrevistado na televisão.

N - E como, na tua opinião, o boca retrata os moradores de rua?

T - Retrata os moradores de rua como é a realidade da rua.

N - Mas tu acha que tem alguma diferença entre o boca e os outros mc?

T - Sim, porque o boca fala a realidade de pessoas que fazem coisas boas e coisas ruins, faz uma separação das coisas, não uma coisa inteira, uma coisa que um fez e os outros pagam o pato, como eu te falei.

N - E tu concorda com todas as visões que são expostas nas matérias do boca?

T - Sim.

N - E por que tu participa do jornal?

T - Participo do jornal porque a gente ta mostrando a realidade pra justamente fazer uma separação do joio do trigo. Não como um cara que faz uma coisa errada e quem ta na rua tem que pagar o que o outro fez, é uma visão falsa do pessoal que mora na rua como um todo, essa separação aí que o jornal boca de rua faz.

N - E qual é a melhor parte de participar do jornal?

T - De fazer as matérias.

N - O que tu mais gosta de fazer na produção é fazer as matérias?

T - É.

N - Escrever...

T - Isso. Mostrar a realidade pra poder mudar o pensamento das pessoas.

N - E qual é a função dos coordenadores no projeto?

T - Eles deixam a nosso critério trabalhar e fazer as leis do jornal, a função deles é patrocinar mais o nosso trabalho, né.

N - E a função minha, da rosina, do Luciano, o que a gente faz?

T - Eles nos orientam a fazer o nosso trabalho do melhor jeito possível.

N - E tu acha que eles têm muita influência na construção das matérias?

T - Não.

N - Tu acha que a gente não tem muita influência?

T - Não.

N - E o que tu acha que os leitores pensam do jornal? Tu tem algum retorno das pessoas que compram?

T - Sim, eles acham que esse jornal é muito bom e as matérias muito educativas, culturais.

N - Tem alguma matéria em especial que tu lembre que gostou muito de fazer, e alguma matéria que as pessoas tenham te dito que gostaram.

T - Da minha viagem pra Brasília, que eu era pra ter feito.

N - E essa foi a que tu mais gostou, ou foi a que as pessoas mais comentaram?

T - Foi a que eu gostei bastante, do Chocolatão também, da copa também.

N - Por que tu acha que as pessoas comprar o Boca?

T - Elas comprar o Boca de Rua para ajudar nós, e também para ver o que a gente escreve.

N - E o que tu acha que é mais importante?

T - Ler o que a gente escreve. Pra também mostrar que não é todo mundo igual, que as pessoas fazem algumas coisas erradas na rua e outras não tem que pagar o pato por isso, tem que separar o joio do trigo.

N - E a participação no boca mudou alguma coisa na tua vida?

T - Mudou o meu pensamento de querer meu bem, por causa que eu estou querendo o bem dos outros e mostrando coisas pra instruir a própria cultura deles e também para não pensar que todas as pessoas que moram na rua estão erradas. Eu acho que isso faz muito bem pra mim, ajudar as pessoas a saírem do erro.

N - Quando tu começou a participar tu modificou alguma coisa no teu modo de pensar a vida na rua, na sociedade? Aprendeu alguma coisa com as matérias?

T - Eu aprendi só a tirar fotos, porque essas coisas aí já veio comigo. Porque as matérias que a gente faz a gente faz com o pensamento que a gente sabe já, não com as coisas que a gente não sabe.

### **Entrevista com José Nedir Malta Ramires, o Ceco, realizada em 14 de outubro de 2009.**

N - Ceco, me diz teu nome inteiro e tua idade.

C - Meu nome é José Nedir Malta Ramires, tenho 28 anos.

N - Há quanto tempo tu ta na rua?

C - Desde os meus 10.

N - Não foi o tempo inteiro na rua?

C - Não, é período, entendeu, quando eu to bem do meu sistema de saúde, aí eu to na rua, quando eu vejo que eu to mal do meu sistema de saúde, eu corro pros braços da mamãe.

N - Como tu vê o morador de rua? O que tu pensa sobre quem mora na rua?

C - Tudo depende, né. Eu tenho uma visão ampla, ta ligado, tem aquele morador de rua, tem aquele que necessita da rua pra sobreviver, e tem aquele que fica na rua por ficar, entendeu.

N - Como é esse por ficar?

C - É mais por causa da droga, entendeu. Porque tem família, tem tudo, aí vem pra rua, fica um tempo na rua, se drogando, porque não pode se drogar em casa, por causa da mãe, do pai, da família, entendeu, aí fica um tempo na rua, consumindo droga, aí quando ta ajojado da droga, volta pra casa.

N - E esses que tu acha que precisa... tu acha que tem gente que precisa morar na rua?

C - precisa morar na rua não, necessita da rua pra sobreviver, entendeu. Aí ele tem que ficar na rua, porque ele não tem onde trabalhar, e a rua dá várias oportunidades pro cara, basta o cara saber aproveitar.

N - Que oportunidades tu acha que a rua dá?

C - Tu reciclar material é uma, só que eu nunca reciclei não, fiquei um tempo já reciclando, só que o preço que ta o material hoje em dia não vale mais a pena reciclar. Mas tem gente que depende disso, entendeu. Tem gente que vem pra rua pra cuidar um carro, pra trabalhar na sinaleira, como a gente trabalha, mais ou menos assim.

N - Como tu te vê enquanto morador de rua?

C - Eu me vejo assim, eu tento mostrar pra sociedade que se nós, moradores de rua, somos lixo, nós podemos ser reciclados, assim como todo o lixo ele é reciclado. Nós somos lixo porque a sociedade nos tornou um lixo.

N - Explica melhor isso...

C - a sociedade ela não dá visão nenhuma para um morador de rua, se a sociedade vê o morador de rua sentado na frente de um prédio eles já chamam a polícia, já chamam os guardas, e a polícia já vem maltratando o cara e tudo, não tratando o cara como gente, eles já vem maltratando e falando um monte de coisa pro cara sem necessidade, ofendendo o cara em palavras. Ai, a gente que é um morador de rua, eles podem pegar e chamar a gente de chinelo, de ladrão, de bandido, de traficante, um monte de coisa. Agora nós, que tamo em situação de rua, falamos alguma coisa pra qualquer um deles, aí a gente leva processo, leva um monte de coisa a troco de nada.

N - Tu acha que essa é a visão de todas as pessoas que não moram na rua?

C - A maioria.

N - E como tu enxerga as pessoas que moram em casas?

C - Ah, eu chamo de sociedade. Como eu vejo eles? Eu vejo eles com uma vida totalmente diferente da nossa, porque até então eles tem uma vida saudável, uma vida sadia, e não usam drogas.

N - Tu acha que quem mora em casa não usa drogas?

C - Ah, eu creio que seguinte, a maioria não, mas a minoria sim, porque até então eu várias vezes eu já fumei maconha, já fumei até pedra, não tenho vergonha de dizer, com pessoa que mora em apartamento, que tem carro, tudo. Agora o último playboy que eu fumei vendeu até o apartamento dele, tinha 2 carros, uma moto, fumou tudo. Agora taí, debaixo da ponte junto com nós.

N - Tu chama essas pessoas de sociedade, então tu acha que quem mora na rua não faz parte da sociedade?

C - não, porque a sociedade discrimina muito.

N - O que tu chama de sociedade então? As pessoas que moram em casa são a sociedade? E quem mora na rua é o que na cidade?

C - Quem mora na rua, bem dizer, é o que a sociedade fala: quem mora na rua é um estorvo pra cidade.

N - E o que tu acha?

C - Eu acho que todo mundo é igual, não é só porque a gente não tem endereço fixo, que nem a sociedade pede pra todo mundo, só porque a gente não tem endereço fixo que a gente não é ser humano. A gente é ser humano, a gente come, a gente bebe, a gente faz tudo que eles fazem.

N - E como quem mora na rua é tratado no hospital, no abrigo, quando precisa de alguma ajuda da polícia.... todas essas coisas. Ou mesmo nas organizações, no Gapa...

C - Tudo depende da forma como a gente ta vestido, entendeu. Se a gente estiver bem vestido e procurar um órgão pra ser atendido, a gente vai ser bem recebido, entendeu, da forma como a gente ta vestido. Agora se a gente estiver mal-vestido, maltrapilho, aí os órgãos já não tratam a gente do mesmo jeito.

N - E me conta por que tu foi morar na rua?

C - Com 10 anos eu saí de casa por causa, minha mãe era casada com meu padrasto, ele era um negão e ele não ia muito com a minha cara, então ele bebia e batia muito na minha mãe. Aí a primeira vez eu fugi de casa por causa disso, aí com 12 anos de idade eu conheci a droga e passei a vir pra rua por causa da droga.

N - E dos 10 aos 12 tu morou o tempo todo na rua?

C - Não, até os meus 12 anos a minha mãe ia atrás de mim, buscava pra levar pra casa e tudo. Só que daí depois dos 12 eu conheci a maldita droga, que foi a loló a primeira droga que eu usei, aí depois da loló eu comecei a vir pra rua por causa da droga.

N - E tu acha que a maioria das pessoas vai pra rua pelo mesmo motivo?

C - Alguns menores sim, não a maioria. Mas eu acho que 90% dessa juventude que ta na rua é por causa da droga.

N - E quais são as drogas que levam as pessoas pra rua ou que fazem elas ficar na rua? Tu acha que a droga leva a pessoa pra rua, ou a pessoa usa droga porque ela ta na rua?

C - Eu acho que a droga leva a pessoa pra rua.

N - Mas no teu caso não foi assim.

C - No meu caso não foi assim, mas eu acho que a droga leva a pessoa pra rua porque até então, dentro de uma casa, tem comida a hora que quer, tem uma TV pra olhar, tem rádio pra escutar, tem tudo o que quer dentro de uma casa, só que tem aquele problema, depois que conhece a droga, não quer mais ficar dentro daquele espaço, porque aquele espaço tu te sente preso. Aí o que quer? Quer liberdade, quer dormir tarde, dentro de uma casa não pode dormir muito tarde, tem horário pra tudo, na rua não, é mais liberal, não tem horário pra nada.

N - Tu acha que na rua tem mais liberdade?

C - Tem bem mais liberdade.

N - Em todos os sentidos?

C - Em todos os sentidos.

N - Me conta um pouco como é tua vida nas ruas, como tu te sustenta, sobrevive, que tu faz durante os dias, de noite.

C - Ultimamente eu to mais pra Cidade Baixa, porque eu já tive em vários lugares. Fiquei um tempo, assim que saí de casa fiquei na rodoviária, na rodoviária minha rotina era essa, era pegar e arrumar um dinheiro pra mim cheirar minha loló, e pegar e me alimentar, quando um padrinho passasse, me desse algo pra comer. Era mais fácil eu arrumar dinheiro pra minha droga que pra minha alimentação. A minha alimentação só vinha se algum padrinho, alguma madrinha pagasse pra eu comer alguma coisa.

N - Todo o teu dinheiro tu usava pra comprar droga?

C - Todo o meu dinheiro. Era loló naquela época. Depois de um tempo eu comecei a usar boletas, drogas de farmácia, daí era bem mais caro. A gente pegava um real, dois, comprava loló e passava o dia todo cheirando. Daí quando eu comecei a usar as drogas de farmácia, aí já era mais caro.

N - Que drogas são essas?

C - Ah, são os comprimidos tarja preta, Artane, Bently, Benflogin.

N - Que efeito que dá isso?

C - Como eu posso te dizer...

N - Benflogin dá alucinação, né?

C - Dá alucinação. As outras também, são tudo alucinógenos. Então bah, pegava e durante o dia ficava arrumando dinheiro pra certa hora da noite, quando começava a escurecer, comprava as boletas, tomava as boletas e durante a noite ficava só naquela alucinação.

N - E hoje, como é teu dia?

C - Hoje eu já to aqui pra Cidade Baixa. Durante o dia eu faço o máximo possível pra me alimentar tudo o que eu puder, pra durante a noite eu pego, eu cuido um carro, eu vendo um jornal na sinaleira, eu peço uma moeda na sinaleira, pra pegar e ficar me drogando até de manhã.

N - E onde tu faz isso?

C - Eu faço aqui pela Lima e Silva, durante a noite o movimento é mais por aqui, então eu peguei e larguei da Cachorro Sentado, porque lá era difícil o cara arrumar alimentação. O cara se acordava de manhã, ia direto pra sinaleira arrumar uma moeda e ia direto pra vila, entendeu. Isso era a rotina na Cachorro Sentado. Eu consegui largar de lá e vim pra cá, aqui ao menos eu consigo me alimentar, porque durante o dia eu não fumo, é raro eu fumar durante o dia. Eu fumo mais durante o dia é segunda, que eu pego o material, daí eu tenho o material e fica mais fácil. Segunda eu largo da reunião que eu faço, aí eu vou direto pra sinaleira e daí começa cedo, entendeu. Agora o resto da semana, depois que escurecer que eu começo a fumar.

N - E como é que tu cuida da saúde?

C - Quando eu vejo que eu to mal do meu sistema de saúde, aí o primeiro lugar que eu vou é pro Postão 3, na Vila Cruzeiro. Às vezes eu vou de a pé, às vezes eu vou de ônibus, conforme o meu sistema de saúde. Vou pra lá, sou bem atendido lá, aí eu fico no mínimo, se for grave o meu caso eu fico uns dois dias ali e eles me mandam pro Vila Nova onde eu me recupero legal. Aí eu fico uma semana, uns 15 dias no Vila Nova, aí eu vejo que eu não to muito bem recuperado e eu corro pros braços da mamãe.

N - Quando tu percebe que tu não ta muito bem?

C - Quando eu fico muito fraco, quando eu não tenho vontade de sair atrás de uma moeda, de fazer um dinheiro, quando eu não consigo caminhar direito, quando eu me sinto fraco, entendeu, bastante fraco. Aí eu vejo que eu tenho que procurar um sistema de saúde.

N - Quais foram as doenças que tu já teve?

C - Ah, eu tive várias doenças: tive 2 tuberculoses, 3 inflamações respiratórias, sou portador, desde os meus 16, 17 anos, sou portador do HIV, tive várias outras doenças. Fui

operado com 14 anos de idade fui operado do fígado, agora com 28 anos de idade fui operado da vesícula, tirei a vesícula fora. E mais toxoplasmose, tenho toxoplasmose também.

N - E essa operação do fígado foi por quê?

C - Foi com 14 anos de idade, cheirava muita loló, aí eu andava mal do fígado porque a loló vai destruindo o fígado, entendeu. Meu fígado tava se desmanchando, aí eu sofri um acidente de carro, acho que com a batida do carro, o carro bateu aqui assim, acho que perfurou o fígado, aí eu tirei 75% do fígado, fiquei com 25%, mas isso eu tinha 14 anos de idade.

N - E o fígado regenera.

C - É o único órgão.

N - E pra ti, quais são as principais dificuldades de viver na rua?

C - As principais dificuldades de viver na rua é uma só: é só o frio.

N - E a fome não?

C - Ah, a fome eu digo, com todas as palavras, de boca cheia: na rua, passa fome quem quer.

N - E quais são pra ti as partes boas?

C - As partes boas de viver na rua é a fartura, que comida tem bastante. É a fartura e o conhecimento da rua.

N - Que conhecimento a rua dá?

C - Ah, o conhecimento. Basta tu ter coragem também, de conversar com as pessoas, tu conversa com vários tipos de pessoas, vários tipos de assuntos, várias coisas interessantes que tu não sabe, tu conversa com várias classes sociais também. Não é como em casa, em casa tu conversa só com um tipo de pessoa, só aquela classe ali, na rua não, tu vê aquela classe alta, a classe baixa, tu vê aquela classe média, tu escuta vários assuntos, tu entra em vários assuntos.

N - Como, na tua opinião, os meios de comunicação mostram quem mora na rua?

C - Ah, os meios de comunicação eles mostram, quem vive na rua eles mostram de um jeito totalmente diferente, eles mostram de um jeito que é pra pegar e excluir aquele pessoal, eles falam muito mal, eles podendo humilhar eles humilham, eles já não falam de um modo como, por exemplo: prende o filho de um inspetor aí, com certa quantia de droga, aí eles já pegam e tentam botar um pouco mais declarado: ah, foi preso fulano de tal portando tanta quantidade de droga. Agora, se é um Zé ninguém, eles já botam: ah, um bandido traficante foi preso com certa quantia de droga, certa quantia de dinheiro. Se um Zé ninguém pode ser chamado de traficante, porque o filho de um inspetor não pode ser chamado de traficante?

Tem que ser “um jovem de 19 anos foi preso com certa quantia de droga”. Por que ele não pode ser considerado um traficante também? Se ele foi pego com a mesma quantia que o Zé ninguém, entendeu?

N - Tu te lembra de alguma matéria sobre quem mora na rua que te chamou a atenção?

C - Não tem nenhuma, assim, recentemente, não me recordo de nenhuma.

N - Tu não sabe um meio de comunicação específico que bata bastante no morador de rua?

C - RBS.

N - e tem algum veículo específico: rádio, TV, jornal?

C - Ah, a RBS, de todas as maneiras. Tanto rádio, como TV, como jornal. A RBS é da direita, então ela não gosta muito de pessoas que vivem na rua, eles não aceitam muito isso, então eles pegam e tentam difamar o máximo que eles podem o morador de rua.

N - E essa campanha sobre o crack, o que tu achou?

C - Eu achei pessimamente, porque até então eu ainda não consigo decifrar. Como “crack, nem pensar”? Crack é um bagulho pra se pensar, pó! A sociedade ta entrando nesse meio, a sociedade ta se envolvendo com isso. Porque a maioria, se hoje em dia nós, moradores de rua ou pessoas vivendo em situação de rua, nós temos crack, foi porque eles inventaram. E isso veio de uma planta. Como uma planta, nós, que não temos estudo, que não temos cabeça, que não temos ciência, que não temo porcaria nenhuma, como é que nós vamos pegar uma planta e transformar numa pedra? Não tem como. Isso precisa ter estudo, em primeiro lugar, precisa ter material, precisa ter dinheiro pra pegar e fazer toda essa química. Nós não temos condição disso. Quem é que tem? É a sociedade.

N - E como tu acha que o Boca retrata o morador de rua?

C - ah, o Boca retrata totalmente diferente, porque o Boca ele tenta dar uma porta de saída pros moradores de rua, uma porta pros moradores de rua poder sair da rua, entendeu? Só que a maioria do pessoal já não vê isso.

N - Tu acha que esse é o objetivo do jornal?

C - Não é o objetivo do jornal, mas é o objetivo que toda a sociedade pensa que o jornal faz.

N - E tu acha que ele faz?

C - Ah, eu acho que o seguinte, pelo grupo que ta trabalhando no jornal hoje, é totalmente diferente.

N - Diferente em que?

C - O público, os compositores do jornal hoje em dia, depois que veio essa era do crack, eles só pensam em seguinte, retratar a matéria, trabalhar a matéria, pra pegar o material e ir direto pro sinal pra pegar e fumar. Antigamente, quando não tinha essa era do crack, quando o crack não tava tão devastado, já era totalmente diferente. Então a gente saía da reunião e pensava, temo o material, vamos fazer uma coisa diferente, vamos fazer uma moeda, vamos pro hotel, alguma coisa assim.

N - E tu acha que hoje todo mundo usa o jornal pra comprar crack?

C - Eu acho que sim. Eu acho que é uma fonte de renda aonde não é necessário, porque a maioria do pessoal que ta no jornal não é de furtar, não é de roubar, não é de cometer nenhum ato fora da lei, entendeu, então é a única fonte de renda que eles tem pra poder consumir.

N - E tu acha que nas matérias, qual é a imagem que traz do morador de rua?

C - No trabalho, acho que o pessoal trabalha profissionalmente, acho que o pessoal não trabalha com aquela cabeça de criança, de querer fumar, fumar, fumar. Nessa parte o pessoal ta de parabéns porque o bagulho é bem profissional.

N - O que eu queria saber é como que, quando vocês constroem uma matéria, quando um leitor lê uma matéria, qual é a imagem do morador de rua que ta naquela matéria?

C - O que nos tentamos mostrar pra sociedade é o seguinte: nós podemos pegar e estar no meio deles, mesmo nós estando na situação em que a gente está. A gente tenta mostrar pra eles que a gente pode fazer coisas que eles não fazem, mesmo eles tendo faculdade, eles tendo o diabo a quatro, tendo carro, tendo moto, eles não têm capacidade de fazer o que a gente faz.

N - O jornal?

C - O jornal. Botar ali, letrinha por letrinha, misturar, fazer aquela sopa toda e montar aquela sopa toda. A gente tenta mostrar pra eles que, mesmo a gente não tendo estudo, não tendo nada, a gente pode fazer algo que eles não têm capacidade.

N - E tu concorda com todas as visões que são publicadas no Boca, de todas as matérias?

C - Ah, algumas coisas sim, algumas coisas não.

N - Tu lembra alguma coisa que tu não concordou?

C - Ah, isso foi há muito tempo atrás, foi da droga, uma matéria que teve sobre a droga, “você não sabe o que é fome”, teve algo ali que eu não gostei, mas teve algo ali que eu gostei também. O jornal é isso, a gente nunca consegue agradar todo mundo.

N - E por que tu participa do Boca de Rua?

C - Eu participo do Boca de Rua porque bah, me deixou bastante visado, se hoje eu sou bem conhecido foi graças ao Boca, faz 8 anos que eu faço parte do Boca. Ele me deu várias oportunidades, até então eu não soube aproveitar, era pra mim ta bem hoje, eu não soube aproveitar, toquei tudo pra cima. Eu faço parte do Boca porque eu gosto de sair, conversar com as pessoas, fazer as matérias, gosto de fazer a minha parte. Porque desde que eu entrei no Boca, até hoje é só isso que eu sei fazer, gosto bastante de ler, todo mundo diz que eu falo bem e tudo, eu gosto disso, gosto de ser prestigiado e homenageado, então eu busco isso. Se hoje eu to no Boca, o Boca me dá uma renda onde eu não preciso cumprir horário, eu não preciso bater ponto, eu não preciso nada disso. Eu faço o meu horário. O único horário que eu tenho que cumprir, o único ponto que eu tenho que bater é uma vez por semana, da uma e meia às três, às quatro, o resto eu faço por mim.

N - Qual a melhor parte de fazer parte do Boca?

C - A melhor parte que eu acho é quando a gente sai pra fazer as entrevistas. E quando eu pego um grupo, porque agora a gente ta sendo dividido em grupos, então eu pego um grupo que tem aquele escalado, que não gosta de falar nada, então eu tenho que pegar e desempenhar tudo. Quando a gente tava com o Cabeleira, o Cabeleira é o Manoel, é um cara que ta agora na França, fazendo o mestrado dele lá na França. Daí quando eu tava com o Manoel, às vezes eu pegava um grupinho todo careta, aí eu que tinha que pegar os textos e transformar pergunta e resposta num texto só. Isso aí eu aprendi com ele e até hoje, no colégio, no começo do ano eu tava estudando, tava tentando terminar minha sexta série, daí eu larguei de mão por causa da droga, confesso. Então no meu colégio perguntas e respostas as professoras tocavam tudo pra mim.

N - E qual é a função que tu vê dos coordenadores, Rosina,

C - Natália,

N - eu, Luciano, Rafael, qual é a função que a gente tem no grupo?

C - A função que eles têm no grupo acho que é o seguinte. A função deles mesmo deve ser coordenar o grupo, porque o resto eu acho que o grupo sabe fazer.

N - Coordenar em que sentido?

C - Coordenar a bagunça, a drogadição, agora não ta tendo mais, o pessoal ta respeitando mais, mas antes tinha. Coordenar o grupo, pra não bagunçar, não se pegar no pau, porque quase deu morte aí dentro já.

N - E essas pessoas influenciam na construção das matérias, nas opiniões que estão ali expressas ou não?

C - Eu acho que sim, porque muitas vezes dá branco, né meu. O pessoal, naquela abstinência toda, às vezes fica só com um pensamento, só de pegar o jornal e querer ir embora, muitas vezes a abstinência dá um branco na gente, e se não tem essas pessoas pra dar uma clareada na mente do cara, acho que não funciona.

N - Tu acha que isso é bom?

C - Eu acho que sim.

N - Tu não lembra de nenhum momento em que tu achou “ai, eles querem dizer alguma coisa que a gente não quer”, ou fizeram alguma coisa que vocês não concordassem?

C - Não, da minha parte não.

N - E tu tem alguma resposta dos teus compradores, sobre o que eles acham do jornal?

C - Eu tenho, bastante. Eu digo pra eles sinceramente, mas agora eu to trabalhando mais na sinaleira e não dá tempo, mas muitas vezes eu pecho neles e eles dão parabéns pelo trabalho e tudo. Quando eu trabalhava mais na cidade baixa, que eu trabalhava com jornais nas mesas, muitas vezes a gente até debatia sobre os assuntos. Mas agora tá mais difícil porque eu trabalho mais é na sinaleira.

N - e por que tu acha que as pessoas compram o jornal?

C - eu acho o seguinte: uns compram pra ajudar o morador de rua, outros comprar por interesse da matéria já.

N - Que tu acha que acontece mais, pra ler ou pra ajudar?

C - Na sinaleira, eu acho que mais é pra ajudar.

N - E em que lugares as pessoas comprar mais pra ler?

C - As pessoas comprar mais pra ler nos barzinhos, aqui na Cidade Baixa. Mas na sinaleira o cara vende jornal pra eles e vê que eles se interessam pelo trabalho.

N - E tu acha que participar do Boca mudou alguma coisa na tua vida?

C - pra mim mudou bastante. Mudou a minha visão, porque antes eu não era visto pela sociedade, eu era excluído, depois que eu comecei a fazer parte do Boca a sociedade passou a me ver com olhos diferentes, até a polícia, a polícia passa e o cara tá com o crachá, com o material, eles até param pra conversar com o cara, não conversam arrogantemente, conversam com o cara mais suave, tratam o cara normal.

N - E na tua forma de pensar, mudou alguma coisa?

C - Ah, depois que eu entrei no jornal até parei de cheirar loló (risos). Ah, mudou bastante, hoje em dia, qualquer sinaleira que eu passo, na rua mesmo, eles me vêem, e aí,

ceco, já saiu a nova edição do jornal, sobre o que vocês estão falando, posso dar uma sugestão de pauta? E assim por diante. Param o cara na esquina, conversam com o cara. Antigamente não tinha isso, antes de eu fazer parte do jornal, passava por eles de cabeça baixa e eles nem bola, hoje eu tento passar de cabeça baixa e eles tão me chamando, “E aí, Ceco, como ta o jornal? Sobre o que vocês tão falando?”, Ah, esse mês nós estamos falando, nossas 3 matérias principais são o crack, a gripe A, que estamos falando, porque perdemos uma colega, essas coisas.

N - E tem alguma coisa que tu aprendeu, alguma matéria especial?

C - Ah, matéria especial, a única que eu fiz foi quando o meu irmão faleceu. Mas quando o Manoel tava com nós, eu gostava muito de pegar as entrevistas e tirar perguntas e respostas, transformar em um texto só, foi o que eu aprendi a fazer e gosto de fazer isso. E se hoje eu sei ler é graças ao jornal. Antes de eu entrar no jornal eu não sabia ler nem escrever e o jornal pegou e me incentivou bastante a eu ter esse conhecimento, entendeu. Hoje eu quero terminar o meu primeiro grau... eu ficava pensando, bah, como eu vou pegar e mostrar uma notícia pra uma pessoa sendo que eu não sei ler nem escrever. Calma aí, a gente tem que mudar isso, eu tenho que saber ler e escrever pra passar algo pra eles. Foi onde eu comecei a estudar, hoje estou na sexta série, quero ver se termino meu primeiro grau pelo menos. E foi isso que me incentivou bastante, o jornal me incentivou a estudar e hoje eu gosto de ler bastante também.

**Entrevista com Sidney da Rosa de Souza, integrante novo, realizada em 21 de outubro de 2009.**

Natália - Qual é teu nome todo e tua idade?

Sidney - Sidney da Rosa de Souza, tenho 17 anos.

N - E há quanto tempo tu ta na rua?

S - To quase dois anos, já.

N - Por que tu foi parar na rua?

S - Ah, fui parar na rua porque lá onde eu morava eu tinha guerra com os traficantes, eu tomei um tiro na perna, daí eu saí de lá antes que eu morria.

N - Quantos anos tu tinha quando tomou um tiro na perna?

S - Tinha 16.

N - E morava com os teus familiares?

S - Aham, morava com o meu pai. Com a minha mãe, quer dizer. O meu pai era separado da minha mãe.

N - E onde é que tu morava?

S - Lá na Lomba do Pinheiro, na Quinta do Portal, na Parada 4 ali na MAPA.

N - E tu volta pra casa de vez em quando?

S - Não, eu não tenho mais casa. Lá onde nós morava os meus irmãos eram traficantes e nós perdemos as casas que nós tinha. Tudo lá. Nós tinha 4 casas. Nós perdemos tudo lá pros traficantes e agora a gente não tem mais casa.

N - E a tua mãe, ta morando onde?

S - Minha mãe morreu, faleceu.

N - E quantos irmãos tu tem?

S - 12.

N - E ta tudo espalhado?

S - Não, não, tenho 4 irmãos mais velhos, que um é casado, trabalha no DEP e mora lá na Lomba do Pinheiro, lá na Parada 21. E tenho outro irmão meu que era casado também, que cuidava duma irmãzinha minha pequeninha que era deficiente dumas pernas e agora ele ta de cadeira de rodas, tomou uns tiros nas costelas, e eu tenho um outro irmão meu que ta no Central (Presídio), também.

N - E eles eram traficantes?

S - Não, um só.

N - O que ta preso?

S - Isso. O outro era trabalhador, eu morava com ele, morei uns 4 anos com ele, nós trabalhava guardando carro ali na Cristóvão com a Benjamin Constant.

N - E ele tomou um tiro na Lomba do Pinheiro?

S - Não, foi lá em Guáíba.

N - E Sidney, como tu enxerga as pessoas que moram na rua?

S - Ah, eu enxergo legal, né, porque eles tão sempre comigo, né.

N - Mas o morador de rua em geral, tu tem uma visão sobre essas pessoas?

S - Não tenho.

N - E como tu te vê sendo morador de rua?

S - às vezes quando eu vejo a minha família eu me sinto mal, né.

N - Por quê?

S - Ah, porque não puderam ajudar. Quando eu vejo o meu tio... meu tio me vê todo dia aí, trabalha na Cootravipa e varre aqui a Getúlio, eu vejo ele todo dia, eu vejo que ele não me sente bem, porque ele não me enxerga legal. Era o que morava junto com os meus pais, morava do lado do meu pai, meu pai era traficante, meu pai fazia de tudo pra deixar nós tudo bem, e no fim nada deu certo. Meu pai foi preso e no fim acabou perdendo tudo. Casa, nós tinha 4 casas, tinha uma casa na praia, meu pai tinha carro, tinha tudo, tinha dinheiro no banco e tudo mais, perdemos tudo.

N - teu pai era traficante?

S - Aham, traficante. Ia até pro Paraguai!

N - E como é que tu acha que as outras pessoas vêem quem mora na rua? As pessoas que tem casa...

S - Ah, esses aí que tem casa eles não querem ir pra casa porque não querem mesmo, porque eles gostam de ficar sofrendo que nem o cara ta sofrendo, aí, dormindo na rua, dormindo na pedra, sem cobertor, às vezes.

N - Tu acha que quem mora na rua sofre?

S - Claro, sofre um monte. Por isso que muita gente que mora na rua, a maioria do dia, da noite, eles passam drogados, porque ficam deprimido, né. Mas tem muitos aí que moram na rua porque não podem ir pra vila lá, porque chineleou, fez algo lá, daí os traficantes querem matar, assim como aconteceu comigo, teve um tempo que eu tava na rua porque os traficantes queriam me matar, por causa de uma treta que eu fiz lá, peguei num mercado. Por isso, depois fui pra lá de novo e depois me quietei.

N - E se tu tivesse casa tu não ia estar na rua?

S - Se eu tivesse casa eu ia estar em casa, eu ia ta trabalhando, porque lá onde morava eu trabalhava numa padaria, eu sei trabalhar em padaria, trabalhei um ano e cinco meses na padaria, com eles, só que daí a padaria faliu, daí não consegui outro negócio pra trabalhar em padaria.

N - E tu não pensa em procurar emprego em outra padaria?

S - Eu já tentei já, mas nunca consegui, daí acabei desistindo.

N - E tu ainda é menor. Quando tu faz 18 anos?

S - Agora em 28 de dezembro.

N - E como tu acha que as pessoas, não essas que tem casa e moram na rua, mas essas que passam na sinaleira, que te vêem, que vêem os moradores de rua, que moram em apartamento, como elas enxergam os moradores de rua?

S - Ah, tem muitas que, quando o cara chega na sinaleira, vai vender o jornal, eles até fecham o vidro. Parece que ficam com medo do cara, mas não é medo. Eles não gostam de falar com o cara porque eles acham que quando o cara ta na sinaleira ele ta sujo, ta fedendo, então eles fecham o vidro.

N - Tu acha que eles não querem falar por causa da sujeira?

S - É, por isso mesmo que eles não querem falar, mas agora quando eu to na sinaleira eu ando sempre limpo, antes eu não andava limpo, quando eu to no jornal, quando u to vendendo jornal. Todo dia de manhã cedo eu vou ali no Marinha e tomo banho, faço as minhas caminhadas, lavo as minhas roupas. Até tava com umas roupas pra secar ali e emprestei pro louco, pro louco sair ali.

N - então tu sempre toma banho...

S - Claro, de manhã cedo, eu me acordo às vezes 8h da manhã e vou ali.

N - E ali te chuveiro?

S - Tem, chuveiro gelado, né dona!

N - E na Casa de Convivência?

S - Não, mas ali eu não entro, porque eu sou de menor.

N - Ah, é só maior que pode?

S - Ali é só maior de 18. pra mim tomar banho é só no Bom Gosto, lá na Farrapos, e eu não gosto de ir lá.

N - E lá é de adolescentes?

S - De menor, e pra maior também.

N - E como tu enxerga as pessoas que moram em casas?

S - Bah, pior que eu nem sei, dona, eu não converso com muitas pessoas.

N - Tu só conversa com quem mora na rua?

S - Eu converso mais é com os guris, que moram na rua aí. E tem uns 3, 4 que eu falo aí, dos apartamentos.

N - E essas pessoas te tratam bem?

S - Me tratam bem, tudo me tratam bem, tem uns padrinhos legais que me tratam bem.

N - E como tu acha que quem mora na rua é tratado quando precisa ir no hospital, precisa fazer um documento ...

S - Bah, isso daí é ruim. O dona, agora esses tempos aí era pra mim fazer meus documentos que eu ia entregar prum cara aí, mas não consegui fazer meus documentos, não consegui mesmo.

N - Por quê?

S - Ah, tinha que correr o registro e logo quando eu saí da Febem eu fui arranjar uma cópia do registro que eu ia arranjar um serviço pra mim, bah, não consegui, muito caro o negócio. E eu não tinha corre ainda pra conseguir o dinheiro e tirar a cópia do meu registro.

N - mas tu tem algum documento?

S - Não tenho nada.

N - Nem carteira de identidade?

S - Perdi, já dei parte já. Carteira de identidade eu já fiz a primeira.

N - Então é só ir fazer uma segunda via, ali no centro.

S - É, eu vou ali na Casa de Convivência ver se eu consigo tirar um atestado de pobreza pra ver se eu consigo tirar o, como é que é, aquele, ..., o registro.

N - Que registro é esse?

S - O registro de nascimento. Claro, com isso aí eu consigo fazer tudo.

N - É, se tu não tem carteira de identidade precisa ter isso.

S - E eu até sei onde ta a cópia do meu registro, eu vou ver se eu consigo um dinheiro. Agora essa semana tem um padrinho que vai receber e vai me dar um dinheiro ai de Natal, eu vou ver se eu consigo fazer essas caminhadas. Um tio aqui do prédio.

N - Bom, tu já me contou os motivos que te levaram a viver na rua. Mas tu acha que todo mundo que viva na rua tem os mesmos motivos? Por que as pessoas vão morar na rua?

S - Ah, muitos saem de casa por causa das drogas, né. Muitos saem por causa das drogas, por causa do crack, na moral. Pior é que é muitos que saem de casa mesmo. A minha irmã é uma que saiu de casa por causa das drogas, também. E ela tem dois filhos.

N - E quem cuida dos filhos?

S - Tão no abrigo.

N - Ela levou pra rua e foi pro abrigo?

S - Não, não, quando nós morava com a minha mãe, minha mãe tava quase mal, minha mãe tava quase falecendo, minha mãe tava mal já, ela tava com problema de HIV, ela morreu por causa de HIV, e a minha vó fez os oficiais de justiça recolher nós tudo, e foi a minha irmã perdeu os filhos dela.

N - E tu também foi pro abrigo?

S - Aham, mas eu fugi no mesmo dia, eu não gosto de ficar em abrigo. Agora por último, quando eu fui preso agora, eles me largaram no abrigo e eu fugi do abrigo. Não sei se a senhora conhece o do Quero-Quero, ali na Silva Só?

N - Não... mas aí tu foi preso e te mandaram pra lá? Agora tu ta foragido?

S - Não! Eu não to foragido, não foi em flagrante que me pegaram, daí a juíza me deu banho e mandou me recolher só pro abrigo. Daí mandou me recolher, eu fui pro abrigo e fiquei um dia só. Eu não gosto de ficar nesses negócio aí.

N - por que tu não gosta?

S - porque eu me sinto muito trancado. Eu passei muito tempo na Febem. Eu fiquei 6 meses.

N - Quando tu foi pra Febem?

S - Em outubro de 2008.

N - E tu saiu quando?

S - Dia 1º de abril.

N - E desde quando tu ta no Boca, Sidney?

S - Acho que faz uns dois meses.

N - E... me conta como é tua vida na rua, como tu sobrevive, como tu cuida da tua saúde...

S - Ah, eu vivo na rua, eu me cuido, né dona, pior que eu me cuido mesmo. Até agora, quando eu tava ali no tráfico, fazendo essas trapalhadas, eu até saí, aí os caras vem me convidar, eu até já nem durmo mais aí pro causa disso, porque eles vem, me acordam pra eu traficar pra eles e eu não quero traficar, não quero mesmo, to sereno, não quero passar o Natal preso, ta louco. Passei o Natal e o Ano Novo preso ano passado, aniversário, tudo mais.

N - E como foi isso? Como são essas datas na Febem?

S - Bah, ta louco, essas data é muito ruim. Ainda mais que eu perdi minha mãe quando eu tava preso.

N - Ah, ela morreu quando tu tava preso...

S - Aham, perdi minha mãe e meu pai, não pude ir no enterro de nenhum dos dois.

N - O teu pai também faleceu?

S - Meu pai morreu também, faz 6 meses que o meu pai morreu. A minha mãe faz um ano já, quase um ano.

N - E eles não deixam ir no enterro?

S - Não deixam quando o cara tá preso. Não deixam, foi até avisado e eles não deixaram, a juíza não liberou.

N - E como é que tu sobrevive, Sidney, como tu arranja dinheiro, como tu te alimenta?

S - Ah, eu me alimento às vezes com os macaquinhos, tem uma padaria que dá coisa pra nós, tem o “seu homem de Deus” ali também, “seu homem de Deus”, aqui na Marcílio Dias, num apartamento, ele dá feijão com polenta, o seu é tri legal, ele fala sobre Deus e tudo mais. E eu fico na sinaleira, vivo na sinaleira, às vezes eu ganho comida na sinaleira também. E tem aquelas comidas que dão de noite aí, ali na Epatur, lá na Excelsior, às vezes eles dão. E tem também a Sopa aqui, de 3 em 3 sábados, de 15 em 15 dias, eles vem entregar, com um carro, eles dão roupa, bolacha, eles param de carro e dão uns negócios pra nós. O cachorro-quente sábado, a galinha assada também que eles dão sábado, numa Belina verde, eles dão, uns seus.

N - Pra ti, quais são as coisas mais difíceis de viver na rua?

S - Ah, o mais difícil, bah, às vezes quando tá chovendo é ruim, o cara se molha, molha as cobertas, ainda mais quando o cara perde as cobertas pra SMAM, eles vem aí, eles vem toda hora de caminhão, os Guarda Municipal, parece que são polícia, eles acham que são polícia, querem chegar dando no cara. Semana passada eu perdi meus cobertor e os cara queriam dar em mim, só porque eu não consegui me acordar, bah, eu tava tri mal, fui dormir as cinco horas da manhã, daí eles vieram aí e queriam me dar cacetada, aí eu não aceitei, me botei no guardinha municipal e me levaram até pra delegacia.

N - queriam te bater porque queriam tirar tua coberta?

S - Claro, pegaram minhas cobertas, to sem coberta.

N - Tiram as cobertas por quê? Que eles dizem?

S - Eles tiram as cobertas, dizem que não dá pra dormir ali, mas nós dormimos, antes eu dormia ali, agora eu já to com trauma, não durmo mais ali, porque eu ando com uma mochila com roupa, meus jornal. Te lembra aquela bolsa do Boca que deram, eles pegaram também, eu fui pra pegar a bolsa e eles não deixaram, levaram até com os jornal dentro. Bah, eu fiquei louco com eles, fui até os negócio deles e eles não me devolveram.

N - E tu passa frio também na rua?

S - Não, agora eu não to passando frio porque já começou o horário de verão, mas no inverno eu passei frio, sofri um pouco no inverno. No inverno eu sofri.

N - Ta, isso é a maior dificuldade. E tem alguma coisa que tu ache bom de morar na rua?

S - Não, não tem nada bom do cara morar na rua, nada bom mesmo. Tudo ruim. Mas eu só moro na rua porque não tenho casa. Só tenho a casa da minha vó lá, mas é muito pequena.

N - E mora bastante gente?

S - Não, mora só ela. Mas né, é o espacinho dela, é o único espaço dela, pra não atrapalhar ela eu não moro com ela, né dona.

N - E onde é que a tua vó mora?

S - Lá no Partenon.

N - E tu visita ela?

S - às vezes eu vou lá... eu tenho o telefone dela, faz tempo que eu não ligo pra ela, faz uns cinco mês, seis mês.

N - E Sidney, como tu vê que os meios de comunicação, rádio, TV, jornal, falam dos moradores de rua? Tu sabe alguma coisa sobre isso?

S - Não, disso daí eu não sei nada, porque eu não vejo televisão, nem escuto rádio.

N - E como, pra ti, o Boca de Rua fala dos moradores de rua?

S - Ah, pra mim o Boca fala legal. Eles dão o jornal pra nós trabalhar na sinaleira. Eles faz de tudo pra ajudar nós, mesmo.

N - E qual foi a matéria que tu fez na última edição?

S - Foi a da Copa.

N - e o que falaram sobre morador de rua nessa matéria?

S - Ah, falaram que os moradores de rua vão ser barrados na Copa de 2014 aqui no Brasil, que vai ter a Copa aqui no Brasil, Brasil contra os estrangeiros que vão vir de todos os países e não vão deixar vender o jornal, os moradores de rua, não vão deixar nós vender os jornais pros estrangeiros, porque eles vão achar que nós vamos querer roubar os estrangeiros, porque no Brasil muito roubo, esses negócios. Vão nos barrar, não vai dá pra nós ver os jogos, nada.

N - Tu sabe o que mais que o Boca fala sobre os moradores de rua?

S - Ah, fala um monte de coisa, né dona.

N - E tu concorda com essas coisas que são colocadas no jornal?... Tu lê o jornal?

S - Ah, eu li só um pouco, não li todo ele.

N - e o que tu leu tu concorda?

S - Uhum.

N - E por que tu participa do Boca?

S - ah, eu participo pra passar o tempo, daí o cara aprende mais, o cara sai mais dessa volta aqui.

N - Tu acha que o cara aprende mais?

S - É, o cara aprende mais, o cara fala com bastante pessoas. Teve uma tia que parou de carro pra falar comigo, pra falar sobre o jornal e pá. Parou com o carro ali na rua pra falar sobre o jornal, ela comprou o jornal de mim.

N - E tu conversa com mais pessoas?

S - Isso, converso com mais pessoas mesmo.

N - E tu lembra alguma coisa que tu aprendeu no jornal?

S - Ah, é porque eu li no primeiro dia que eu peguei, eu até me esqueci né dona, eu tenho a mente muito fraca.

N - Mas não precisa ser lendo, pode ser nas reuniões...

S - Claro, pior que, bah, eu não consigo lembrar na cabeça, eu fumo muita maconha, daí eu viajo às vezes.

N - Ta, e o que tu mais gosta de fazer no jornal?

S - Ah, eu gosto quando nós tamo fazendo a outra, como é que é, a outra...

N - edição?

S - Isso, a outra edição, tomara que a outra seja boa que nem essa daqui que nos fizemos.

N - Tu gostou de fazer essa daqui?

S - Aham, essa daqui fui eu que tirei as fotos, ficou legal, né dona.

N - Ficou. Tem teu nome na capa, tu já viu? Ó, foto Sidney.

S - Aham.

N - E o que tu mais gosta de fazer, gosta mais de fazer entrevista, de escrever, de tirar foto...

S - Ah, eu gosto de fazer entrevista, e tirar foto.

N - E quem é que vocês entrevistaram nessa matéria?

S - Nós entrevistemo? Nessa aqui acho que nós entrevistemo, como é o nome daquele cara?

N - Cristiano.

S - isso mesmo. Foi só esse que nós entrevistemo, porque o Fortunati não quis vim...

N - E qual é a função dos coordenadores do jornal, a Rosina, o Luciano, eu, que pra ti essas pessoas fazem no jornal?

S - Ah, acho que eles tão aí pra ajudar nós, né, pra fazer a nova edição, esses negócios. É né?

N - E mais alguma coisa tu acha que eles fazem?

S - Ah, pra ajudar nós. Tem um que vai dar aula, vai fazer curso não sei de que, vão fazer ali, ajudar os moradores de rua a escrever, é tu né dona?

N - É, uma vez por mês tem, né. E tu acha que essas pessoas influenciam muito na hora de construir o texto? Tu acha que a gente ajuda muito?

S - Ajuda, pior que ajuda mesmo.

N - E tu acha que isso é bom pro jornal?

S - É bom pro jornal mesmo, porque não é só nós que fizemos, vocês ajudam nós, vocês tem bastante estudo, porque eu sou um que não tenho estudo, estudei só até a terceira série.

N - E o que tu acha que as pessoas que lêem o jornal pensam sobre? Tem alguma pessoa que compra o jornal e falou sobre isso?

S - Tem, tem um senhor que comprou o jornal e falou que essa nova edição que fizeram foi boa também. Achou legal.

N - E por que tu acha que as pessoas compram o jornal?

S - Ah, acho que elas comprar mais é pra ajudar nós, e também pra ler sobre os moradores de rua, que fala bastante sobre os moradores de rua aqui no jornal.

N - E tu acha que é mais pra ajudar ou mais pra ler?

S - Mais é pra ler também, pra ajudar.

N - E desde que tu começou a participar do Boca, mudou alguma coisa na tua vida?

S - Mudou, mudou muito, porque né dona, quando eu não tava no jornal eu roubava. Fazia um bolo, pegava a vítima, fazia um bolo. E agora eu parei com isso daí.

N - Parou de roubar?

S - Parei, parei.

N - Mas tu roubava assim, na rua?

S - Roubava, pegava as pessoas caminhando e roubava.

N - E só mais uma pergunta, esqueci de perguntar antes: como tu cuida da tua saúde? Se tu fica doente, tu vai no médico?

S - Claro, dona, se eu fico doente eu vou no médico. Às vezes me dá umas dor de dente e pá, eu sou obrigado a ir no médico, eu choro de dor, sinto raiva. Eu tenho uma panela aqui no dente, obturei tudo na Febem, mas não adianta, às vezes ele dói ainda. Agora ele parou. E qualquer coisinha que acontece comigo eu já vou no médico.

N - E onde é que tu vai?

S - Eu vou no Pronto-Socorro aqui direto, senão vou pra Cruzeiro.

N - E eles te atendem no HPS?

S - Atendem, ali eles atendem legal.

N - E na Cruzeiro?

S - Ah, na Cruzeiro o bagulho é louco, ali eles carneiam o cara.

N - Ah é? Carneiam como?

S - Bah, ali se o cara ta com um machucado eles já enfiam a agulha e fazem um bolo, já querem cortar.

N - E tu falou que tu fuma muita maconha, tu usa outras drogas também, Sidney?

S - Ah, às vezes eu uso crack.

N - Às vezes, ou bastante?

S - Não, só às vezes, não uso toda hora.

**Entrevista com Paulo Ricardo da Silva, integrante antigo, realizada em 16 de novembro de 2009.**

Natália - Paulo, me diz teu nome e tua idade.

Paulo - Meu nome é Paulo Ricardo da Silva, nasci dia 27/05/66, tenho 43 anos, vou fazer 44 agora.

N - E quanto tempo tu viveu na rua?

P - Ah, desde os 9 anos.

N - Mas algum tempo desses tu não ficou na rua?

P - Não, eu tive preso, na penitenciária, fiquei 15 anos, saí em 2004, dia 27/07/2004, to até hoje na rua ainda.

N - Mas agora tu não ta mais morando na rua, né?

P - É, não to morando na rua, mas eu me acho um morador de rua, né, porque eu me criei na rua, desde menor, então não é porque eu esteja morando em um lugarzinho aí, mais ou menos, que eu deixo de ser um morador de rua.

N - E como tu vê o morador de rua? O que tu pensa sobre o morador de rua?

P - Como é que eu vou te explicar... ah, eu vejo uma pessoa que teve possibilidade de ter tudo, de sair da rua, faltando uma oportunidade, um apoio, um incentivo praquela pessoa sair da rua.

N - Tu achas que as pessoas estão na rua porque elas não tem chance de sair?

P - É, algumas pessoas estão na rua porque não tem oportunidade, não tem chance, não tem uma pessoa pra incentivar pra ela sair da rua, então ela prefere ficar na rua, atirada, não tem horário pra comer, não tem horário pra dormir, não tem horário pra arrumar um dinheiro. Então parece que as pessoas vão desgostando da vida, sabe? E aí é o momento da gente procurar um apoio aí, Casa de Convivência, onde dá pra tomar um banho, falar com a assistente social, psicóloga pra conversar com a gente, é um pouco do incentivo que a gente tem pra poder sair da rua.

N - Como tu te vê como morador de rua?]

P - Ah, eu não sou melhor que os outros moradores de rua, mas eu sou um pouquinho melhor porque eu não quero ficar na rua pra sempre, eu quero sair da rua, então eu to procurando minhas oportunidades, to ganhando, não é muita coisa, mas tem pessoas que vivem de um salário mínimo, por que eu não posso viver com um salário mínimo?

N - E me conta como é teu trabalho.

P - Ah, meu trabalho, eu trabalho na Cootravipa, não é um grande serviço, mas para mim é um grande serviço, porque é uma oportunidade que eu tive, uma oportunidade de sair da rua. Eu levanto sete horas da manhã, pego sete e meia, trabalho até quinze pro meio-dia, pego uma e meia, e quinze pras cinco eu solto. Aí dias que tem o jornal Boca de Rua eu peço lá pra eles me liberarem, me liberam, eu venho no jornal, depois eu pago aquela falta que eu faltei naquele dia, pago no domingo ou no sábado, a falta, pra eu não ser descontado.

N - E como tu acha que as outras pessoas, as pessoas que moram em casa, como elas enxergam o morador de rua?

P - Nem todas as pessoas são iguais, tem pessoas boas de coração e tem pessoas ruins também. Então tem pessoas que ajudam, se tu ta sempre dormindo em um lugar, de madrugada, te dão comida, dão cobertor, mas tem pessoas que não gostem que o morador de rua fique na frente do apartamento, ou numa esquina, pensam que é ladrão, alguma coisa, vai fazer algum mal para alguém. As pessoas que moram em apartamento, em casa, estão sempre com um pé atrás com o morador de rua, estão sempre pensando que o morador de rua vai fazer alguma maldade pra uma pessoa na rua, até pra família dele. Então tem pessoas que não gostam do morador de rua.

N - Tu acha que elas não gostam porque acham que a pessoa vai fazer mal?

P - É, vai fazer mal, mas agora com esse negócio de droga na rua, usar droga na frente dos apartamentos, cheirando loló, a gente vê por aí, né? As pessoas não gostam disso aí, se sentem mal.

N - E como tu enxerga essas pessoas que moram em casas?

P - Ah, eu acho que até um pouco eu não tiro a razão deles, de cuidar a família deles, de se cuidar dos moradores de rua, mas às vezes o cara não pode levar tudo na ponta da faca. Tem que respeitar, né, se a pessoa ta na rua é porque ela tem necessidade de estar na rua, né meu.

N - E como tu acha que quem mora na rua é tratado quando precisa acessar algumas instituições, tipo hospital, polícia, precisa fazer um documento, pela Casa de Convivência, abrigo?

P - Ah, pelas Casas de Convivência eu até digo que os moradores de rua são bem tratados porque aquelas pessoas já são acostumadas a trabalhar com morador de rua, sabe. Já conhecem, já sabem todas as dificuldades, já sabem como é trabalhar com a pessoa do morador de rua. Pode dar as costas, pode sentar e conversar, a pessoa vai sempre tratar a outra pessoa bem porque ela está te tratando bem. No momento em que tu tratar uma pessoa bem ela vai te tratar bem. No momento em que tu tratar uma pessoa mal, ela vai te tratar mal. Essa é a dificuldade.

N - E nos outros lugares, quando tem que fazer documento, ir no hospital?

P - Pra documento é difícil. Até por exemplo, assim, se eu perder todos os meus documentos hoje, e eu quero dormir num albergue, eu tenho que ir na delegacia tirar o B.O. Então que eu já tive muitas vezes, 5, 6 vezes naquela delegacia tirando o B.O., então eu vou fazer a sexta vez o B.O., o delegado não vai querer tirar o B.O. pra mim porque eu já estive outras vezes, e eles pensam que o cara já está abusando, então é uma dificuldade pra fazer. A gente ta na rua, ta chovendo, não tem onde ficar, a gente molha tudo, os documentos, aí a gente tem que ir numa delegacia fazer o B.O., e aí o guarda não quer fazer o B.O. porque tu é morador de rua.

N - E como é a relação com a polícia?

P - Ah, a polícia, mais a Brigada Militar, não a Civil, a Brigada Militar ta muito mal com os moradores de rua, eu não sei se é ordem, que passam pra eles de dentro do quartel, que eles tem que represar o morador de rua, então isso é muito ruim, às vezes a gente ta fazendo uma comida, debaixo de uma árvore, ta um bolo de moradores de rua, eles chegam ali, viram tudo, não respeitam, não estão respeitando o ser humano.

N - E eles agridem?

P - Agridem. Dependendo da palavra que tu vai dirigir a ele, ele te trata muito mal.

N - E quais foram os motivos que te levaram a viver na rua?

P - Ah, meu motivo de ir pra rua foi a minha família. Eu sou natural de Santa Maria, e a minha mãe quando deu à luz, ela morreu no hospital. Então fui trazido pra Porto Alegre por outra família. Fui adotado, na moral, e com o tempo fui crescendo com essa família, tinha mais 3 filhos, dois homens e uma mulher, e fui vendo que eles me tratavam muito mal, e com 9, 10 anos eu saí de casa, pensei “não quero mais ficar nessa família, não é minha família de sangue”. Eu ajudava eles, trabalhava na oficina mecânica, levava o dinheiro, dava o dinheiro pra eles, ajudava. Se trabalha, tem que ajudar, ta morando dentro de uma casa, dar uma verba pra comprar, pra poder comer, uma comida pro serviço. Então eu saí de casa.

N - E tu acha que todas as pessoas que moram na rua têm o mesmo motivo?

P - Não, não, tem pessoas que moram na rua porque gostam de usar droga, né, e na casa de uma família tu não deve usar droga, né, na casa da tua família. Então preferem vir pra rua pra poder usar droga, a gente enxerga isso aí. Todo mundo enxerga. Nós, que somos moradores de rua, e as pessoas, as famílias, também enxergam. A maioria do morador de rua vem pra rua por causa da droga.

N - E como é, era, na verdade, tua vida na rua? Como tu te sustentava, como cuidava da saúde?

P - eu sempre cuidei da minha saúde, sempre ia nessas casas, albergues, ia no médico. Agora, duas semanas atrás, fiz raio-X do pulmão, fiz exames de sangue, pra ver como é que ta. Eu gosto de andar limpo, não tenho roupa nova, mas gosto de andar limpo. Não é porque eu moro na rua que eu vou me atirar, né. É a última, acho isso aí a última, tu passa por um cara na rua e vê a situação do cara assim, não toma banho, não bota uma roupa limpa, não procura uma casa, uma casa de convivência, um albergue pra tomar um banho, trocar uma roupa, pra ao menos andar limpo na rua. Aí as pessoas vão te ver, não vão te ver de uma boa maneira, mas vão te ver com uns olhos diferentes, sabe?

N - E como tu conseguia comer, ganhar dinheiro?

P - Eu sempre juntei material, sempre fiz uma correria, fazia um biscatezinho ali, limpava um pátio, sempre tive um carrinho de papel, fazia minha correria.

N - E como tu conseguiu o emprego na Cootravipa?

P - Eu tava na Casa de Convivência e eles passavam todo dia ali na João Alfredo, eu trocava uma ideia com um cara que trabalhava ali, ele sempre me dizia que tinha vaga, aí eu fui eu mesmo tirar meu documento, fazer minha correria, nem pedi pra assistente social, nada. Fiquei quieto, fiz o que tinha que fazer, fui lá e me apresentei, fiz a minha inscrição, peguei serviço, depois que eu fiz a minha inscrição e peguei o serviço eu falei pra assistente social que eu tinha pegado na Cootravipa. E foi onde eu ganhei esse apoio de ir morar num hotel.

N - Como é esse hotel? Tu paga aluguel?

P - Não, é a prefeitura, sabe. Eles dão prazo pra ti. Tu mostra o teu plano de vida pra eles, explica pra eles o que tu quer, se tu quer mudar, eles te dão uma chance. Eu expliquei pra assistente social o que eu quero e ela me deu uns 5, 6 meses no hotel aí, pra eu juntar um dinheiro, alugar uma peça e comprar um fogão, uma cama, eles vão até me ajudar em algumas coisas, rancho, esses negócios.

N - E tu conseguiu juntar algum dinheiro?

P - To, to com dinheiro já, vou alugar aqui na João Alfredo, tem umas peças, 250 por mês, eu vou alugar uma pecinha. Ganhei fogão, televisão, tenho tudo guardadinho.

N - e tu tem também o Bolsa Família?

P - Tenho.

N - Também já é uma ajuda...

P - É uma ajuda a mais.

N - E Paulo, pra ti quais são as principais dificuldades de morar na rua?

P - Quando eu tava na rua ainda, a maior dificuldade é comer e lugar pra tomar banho, sabe? Essas são as dificuldades: o alimento e o lugar para dormir.

N - E quais eram as partes boas?

P - Nunca vou dizer pra ti que teve parte boa, mas passei momentos bons, to vivo, graças a Deus, minha saúde ta boa ainda, mas acho que na rua não tem momento bom.

N - E na tua opinião, como os meios de comunicação tratam os moradores de rua? Como eles falam dos moradores de rua?

P - Ah, é muita repressão. Acho que agora com esse negócio da Olimpíada, da Copa, que eles querem trazer pro Brasil em 2014, não sei o que eles vão fazer com os moradores de rua, onde eles vão botar, mas eles querem tirar os moradores de rua.

N - E tu acha que isso aparece nos meios de comunicação?

P - Isso aparece, eles não mostram o nosso lado. Não vem conversar com a gente pra gente explicar a nossa situação. Eles vêm e botam o que eles querem, na Zero Hora, na televisão, sobre o morador de rua, eles não vem falar com a gente pra gente explicar o que a gente quer, o que a gente precisa, o apoio que a gente precisa do governo, da prefeitura de Porto Alegre, pra poder sair da rua. Se eles pudessem conversar com a gente sem repressão seria muito mais melhor.

N - tu lembra de alguma matéria que saiu em algum veículo de comunicação que te marcou sobre o que eles falaram?

P - Acho que eu não me lembro nenhuma, mas algumas que nós morava ali na praça Garibaldi que eles vieram com a BM e a Zero Hora e recolheram todo o nosso material, mochila, roupa, documentos, roupa de cama, e não deram nenhuma chance de a gente falar alguma coisa pra poder se defender, a Brigada chegou empurrando todo mundo, botou todo mundo na parede...

N - A Zero Hora estava junto?

P - Tava junto filmando. Foi uma coisa que marcou muito.

N - E como, na tua opinião, o Boca fala dos moradores de rua?

P - Eu sou participante do Boca, mas acho que ele deveria falar mais da vida real dos moradores de rua, ver a situação do morador de rua, botar naquele jornal.

N - Tu acha que tem que falar mais dos moradores de rua? Tu acha que o jornal não fala o suficiente?

P - Não, é um jornal muito bom, me deu a situação de sair da rua, me dá um dinheiro pra mim comer, pra mim fazer uma janta de noite e comprar um cigarro que eu fumo, mas a gente tinha que entrar mais a fundo sobre o objetivo do Boca, que é sobre o morador de rua, eu acho que ta fugindo muito dessa parte do morador de rua. Eu sei que tem que falar o que acontece, as coisas boas que tem em Porto Alegre, mas tinha que ter uma parte pra falar mais dos moradores de rua, porque tem pessoas que moram na rua, que tem crianças, que não usam drogas, que quer uma oportunidade pra sair da rua. a gente tinha que fazer umas entrevistas com essas pessoas que a gente vê aí na rua. A gente vê pessoas com crianças, não usam drogas, precisando arrumar um espaço pra eles.

N - Tu tem mais sugestões de matérias?

P - No momento em que a gente pensar em falar mais sobre isso aí, eu acho que as coisas vão surgindo na cabeça da gente, vai multiplicar, vai encaixando as coisas melhor, porque a gente vai vendo o que se passa na rua. Eu acho que seria bom.

N - E por que tu participa do jornal?

P - Eu participo do jornal porque eu gosto, de estar aqui com vocês, estou aprendendo muita coisa, vocês estão me ensinando muitas coisas boas e vocês também estão aprendendo com nós, muitas coisas boas. Então acho que é muito bom a gente passar esse momento juntos.

N - Qual é pra ti a melhor parte de participar do jornal?

P - É a parte de fazer as entrevistas, tirar fotos.

N - Qual é, na tua opinião, a função dos coordenadores do projeto? Rosina, Luciano, Rafael, eu? Qual é nosso papel?

P - Ah, eu acho que vocês estão, se não é vocês estarem com nós aqui, acho que a gente não conseguiria montar um jornal, porque acho que pro morador de rua falta um pouco de atenção, sobre ele mesmo, de estar ali junto, sentado, sem ter zoeira, a gente ta com vocês, sem vocês não teria aí essas edições que estão saindo e já saíram.

N - Tu acha, Paulo, que a gente influencia muito no texto?

P - Influencia.

N - Por que tu acha?

P - A maioria dos moradores de rua que estão aqui, é poucos que sabem escrever um texto, um jornal, então vocês têm estudo, tão estudando ainda, então é nessa parte aí que eu acho.

N - E tu acha que essa influência é boa?

P - É boa, ajuda.

N - E o que tu acha que os leitores pensam do jornal? Tu tem algum retorno das pessoas que compram?

P - Eu tenho, às vezes eu estou na sinaleira, vendo nas mesas da Lima e Silva e converso muito com as pessoas, gosto muito de conversar, e as pessoas até incentivam, dizem “que bom que vocês estão aí, fazendo esse jornal, não tão fazendo coisa errada”. É isso aí mesmo, muito dos que tão aí no jornal, outros que já vieram, retornaram, é porque, se retornaram de novo, é porque o projeto é bom, sabe? As pessoas na rua gostam muito do jornal. Tem pessoas que a gente ta passando, nem ta vendendo o jornal, chamam o cara pra comprar o jornal, conversar, dizer que é muito bom as matérias do jornal.

N - E por que tu acha que as pessoas compram o Boca?

P - Ah, compram o Boca porque é um jornal que ta há quase oito anos, 9 anos na praça, então as pessoas tão acostumadas. A maioria que compra esse jornal já são leitores do Boca.

N - E participar do Boca mudou alguma coisa na tua vida?

P - Mudou um pouco. Acho que foi onde eu comecei a procurar um trabalho, onde eu comecei a cuidar um pouco de mim. E me incentivaram a sair da rua.

N - E mudou alguma coisa na tua forma de pensar?

P - Nas reuniões do jornal foi onde eu to participando do OP, é lá no Mercado Público, na sala 10, então eu comecei a pensar mais por mim e pelos moradores de rua, então to lá, participando do OP, pra nós ter um lugar, pra eles colocar umas casas pra nós, com mais uns outros guris, só que eu não me fecho muito com o Reinaldo (outro integrante do Boca que participa do OP), ele ta muito pro lado dele, mas eu to com umas pessoas aqui da Cidade Baixa e to no OP também.

APÊNDICE B - Análise Edição 7 (novembro e dezembro de 2002, janeiro de 2003)

Capa da edição: **VOCÊ NÃO SABE O QUE É FOME**

Matéria analisada: **VOCÊ NÃO SABE O QUE É FOME ( Duas fomes, uma só dor; A dieta de quem não come; Pratos que não enchem barriga; O peso da indiferença; Uma viagem pelos sopões; Guia para matar a fome do alimento)**

**CATEGORIA A: PONTOS DE VISTA E RELACIONAMENTOS**

<b>SUBCATEGORIA</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
1) Como os moradores de rua são vistos pelos integrantes do jornal	11
2) Como os demais habitantes da cidade são enxergados pelos moradores de rua e como os moradores de rua são enxergados pelos outros	13
3) Como são enxergados pelos entrevistados do jornal	0
4) Como os participantes se enxergam enquanto componentes do Boca de Rua	0
<b>TOTAL DE REFERÊNCIAS</b>	<b>24</b>

## PRINCIPAIS PALAVRAS

SUBCATEGORIA	TERMOS
1) Como os moradores de rua são vistos pelos integrantes do jornal	Substantivos: fome, lixeiras, comida, restos, Tales, comida, lixo, vergonha, medo, rua, vergonha, fome, droga, fome, comida, pessoa, comida, tudo, droga, pessoa, rua, emprego, Aids, maioria, droga, rua, maconha, cocaína, loló, tempos, crack, danos, fome, droga, droga, luz, fim, túnel, pessoa, cabeça, loló, Porto Alegre, casos, usuário, valor, preço, desejo, fissura, escravo, crack, casa, apoio, grupo, cérebro, fome, droga, consumidores, cocaína, crack, mal, males, fome, droga, organismo, M., vida, outubro, casa, irmãozinho, irmãs, drogas, crianças, adolescentes, ruas, lar, rotinas, entes, maioria, escola, comodidades, estabilidades, campeã.
	Advérbios: --
	Locuções adjetivas: dois grupos, “xis latão”, moradores de rua, 14 anos, R\$ 5, drogas injetáveis, moradores de rua, 20 vezes, dependentes químicos, guris de rua, dois anos, mesma situação.
	Adjetivos: desinibidos, azeda, envergonhados, cruel, parecidos, diferentes, gordinhos, difícil, altíssimo, menor, único, mal, bem, queridos, familiar.
2) Como os demais habitantes da cidade são enxergados pelos moradores de rua e como os moradores de rua são enxergados pelos demais	Verbos: passar, existir, existir, (não) importar, revirar, comer, chamar, lembrar, ter, (não) comer, (não) saber, fazer, chegar, ter, ser, vencer, ter, pensar, poder, arranjar, gastar, estar, (não) ter, ter, pensar, ir, morrer, atirar, ter, ser, existir, (não) consumir, ser, ser, recuperar, ver, (nem) levantar, enxergar, usar, haver, roubar, vender, saciar, virar, voltar, buscar, (nem) pensar, comandar, padecer, conscientizar, causar, querer, abandonar, ir, estar, fazer, esperar, cair, (não) usar, chegar (mais tarde), vir, ter, morar, freqüentar, ter.
	Substantivos: pessoas, fome, fome, pessoas, (mais) idade, solidariedade, André, vovó, comida, sacolas, bolo, pão, quindim, café, bala, arroz, massa, feijão, carne, churrasco, pacotes, pessoa, comida, pensamentos, pessoa, comida, freguesas, Porto Alegre, (muita) gente, sociedade, bem-estar, M.A., ruas, sociedade, mãos, olhos, consciência, todos, existência, sopões, fruto, trabalho, dificuldades, risco, iniciativas, pessoas, prato, comida, discriminação, gente, medo, fome, peso, indiferença.
	Advérbios: egoisticamente.
	Locuções adjetivas: bolacha recheada, flagelo social, moradoras das casas, milhões de crianças e adolescentes, sociedade civil organizada.
3) como são enxergados pelos entrevistados do jornal	Adjetivos: novas, grato, limpa, bons, culpada, culpados, boas, cruel.
	Verbos: costumar, dizer, estar, (não) saber, ser, ir, passar, dizer, ter, ter, separar (tudo), sentir, lembrar, deixar, desejar, iluminar, dizer, dar, ser, chamar, ajudar, agir, visar, chegar, poder, sobreviver, dever, acordar, tirar, pôr, aceitar, ser, ser, passar, pôr, haver, (não) negar, existir, ter, ter.
	Substantivos: --
	Advérbios: --
4) como os participantes se enxergam enquanto componentes do Boca de Rua	Locuções adjetivas: --
	Adjetivos: --
	Verbos: --
	Substantivos: --
<b>TOTAL REFERÊNCIAS DE</b>	<b>Substantivos: 136</b>
	<b>Advérbios: 1</b>
	<b>Locuções adjetivas: 18</b>
	<b>Adjetivos: 23</b>
	<b>Verbos: 107</b>

**Palavras repetidas:** fome, lixeiras/lixo, comida, vergonha, droga, pessoa, rua, emprego/trabalho, loló, moradores de rua, crack, cocaína, casa, irmão/irmãs, crianças, adolescentes, medo, igrejas, sopão, culpada, boa, existir, comer, ter, estar, ser, usar, pensar/ (nem) pensar, ir, fazer, chegar, saber/ (não) saber, passar, dizer, ter, chamar, pôr, poder, ajudar, cruel.

#### **CATEGORIA B: VIDA NAS RUAS**

<b>SUBCATEGORIAS</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
1) Motivos que levam à vida nas ruas	5
2) Sobrevivência	30
3) Oportunidades para quem está em situação de rua e reivindicações	21
4) Temáticas sobre violência	1
<b>Total de referências</b>	<b>57</b>

## PRINCIPAIS PALAVRAS

SUBCATEGORIAS	TERMOS
1) motivos que levam à vida nas ruas	Substantivos: Bocão, fome, briga, padrasto, traficantes, lucro, riquezas, classe suburbana, meninos, meninas, casa, rua, crack, rua, Alca, casa, pai, M.A, vítima, ignorância, sociedade, Cláudia, experiência, Pelotas, pai, casa, Alberto Bins, religiosa.
	Advérbios: hipocritamente.
	Locuções adjetivas: desigualdade social, moradora de rua, 11 anos, Praça da Matriz.
	Adjetivos: desprezado, humilhado, culta, suburbana.
2) sobrevivência	Verbos: visar, perceber, aumentar, ter, ir, parar, trazer, morar, sair, sentir, agredir, ser, dizer, falar, vir, violentar, sair, passar, dormir.
	Substantivos: fome, pessoas, sinaleira, restos, dia, fome, batuque, beleza, fome, droga, fome, comida, cérebro, fome, droga, fome, fomes, dor, fome, alimento, fome, dor, agonia, cabeça, duas, fome, droga, droga, comida, “fissura”, momento, (sem) alimento, fome, pessoa, tempo, barriga, ronco, lado, fome, órgãos, cérebro, Alca, primeira, experiência, fome, Aldeia Infantil SOS, alguém, fome, instituições, pernas, aptidão, coisa, peso, mente, pessoa, rua, vergonha, lixo, interior, trabalho, Alexandre, dor, abrigo, Bom Jesus, macaquinhos, segunda-feira, furo, sociedade, pensamento, fome, macaquinho, opção, despachos, batuque, dia, fome, batuque, beleza, quindim, Alca, fome, filho, fome, filho, coisa, comida, rua, coisas, necessidade, André, Alca, irmão, coisa, comida, irmão, filhos, lembrança, mãe, comida, Patrícia, madrinha, Mariléia, almoço, janta, loló, loló, valor, Alca, dieta, falta, comida, drogas, estômago, mente, fome, fome, droga, droga, crack, cocaína, bicarbonato, relação, Porto Alegre, droga, tempo, efeito, vício, pessoa, loucuras, auto-estima, usuário, crack, droga, cabeça, cara, coragem, fissura, R., rua, crack, latinha, guris, contato, maconha, cocaína, loló, R., casa, família, rua, rua, fome, freqüente, fome, droga, pedra, fome, droga, consumidores, álcool, maconha, crack, usuário, apetite, casos, fome, alimentos, hora, guris, princípio, solidariedade, vaquinhas, rango, sopões, padarias, fruteiras, bares, restaurantes, macaquinhos, lixos, padarias, restaurantes, residências, M., loló, ruas, fome, tontura, sono, cansaço, loló, sono, M., supletivo, colégio, rua, carros, Av. Getúlio Vargas, presença, fome, alimento, M., correria, esmolos, “banda”, sopões, rango, macaquinhos, alimentos, cara, cara, sol, certa.
	Advérbios: tudo, antes, tudo, antes, hoje, juntas, realmente.
	Locuções adjetivas: porta em porta, “xis latão”, um dia, 11 anos, terceiro dia, oito dias, quatro e seis da tarde, bolo de milho, Deus me livre, meio a meio, cinco anos, fundo do poço, ponta da corda, café da manhã, moradores de rua, outros países, outros estados, poder aquisitivo, monte de coisas, 14 anos, sete anos, sete meses, outras drogas, guris da rua, finais de semana, sobras de alimentos, 17 anos, oito anos, meio do ano, quinta série, fins de semana, Sopão dos Pobres, Casa de Acolhimento Noturno, ações extremas, dor de cabeça.
Adjetivos: louco, cruel, parecidas, zonza, forte, tonto, bambas, forte, oco, fácil, único, ótimo, louco, amarelo, pior, brabo, menor, nova, nova, maior, ruim, viciado, estragado, incomum, viciado, estragado, tonto, doente, vazio, humano, contrário, empedrada, melhor.	

2) sobrevivência	<p>Verbos: saciar, fazer, roubar, pedir, pedir, chamar, estar, achar, ser, ser, vencer, comandar, (não) saber, ser, ser, dar, ficar, andar, vencer, fazer, faltar, ser, fazer, esquecer, querer, viver, ficar, saber, ficar, (sem) comer, roncar, ser, estiver, ouvir, fazer, parecer, desligar, ficar, desnortear, explicar, ter, fugir, viver, (nem) saber, sentir, ser, criar, (não) saber, pedir, estar, perder, fazer, ter, (não) querer, levantar, caminhar, querer, comer, (não) estar, acostumar, viver, ter, pedir, catar, chegar, procurar, ficar, (sem) comer, dar, desmaiar, ser, levar, ser, encontrar, encontrar, fazer, esquecer, ser, matar, ser, achar, ser, estar, achar, ser, lembrar, passar, ver, passar, dar, comer, fazer, (menos) roubar, (não) entender, (não) querer, saber, ficar, deixar, estar, acostumar, saber, conseguir, (não) haver, roubar, comer, dizer, ter, sentir, ter, encontrar, (nunca) dividir, (sempre) dar (mais), alimentar, sentir, ficar, ficar, (sem) comer, dar, haver, conhecer, estar, segurar, ser, comer, mostrar, ter, ir, subir, recordar, (não) comer, ajudar, preencher, haver, saber, vir, ser, consumir, haver, usar, (não) ser, (não) ser, levar, cometer, quebrar, contar, ser, (ninguém) dever, usar, usar, querer, usar, (não) ter, passar, roubar, ter, poder, arriscar, fazer, querer, fumar, começar, fumar, emprestar, ter, ter, (não) sair, matar, ter, emagrecer, existir, despertar, (não) ter, manifestar, obedecer, virar, poder, fazer, providenciar, esmolar, utilizar, encontrar, passar, sentir, terminar, (não) estar, estudar, parar, querer, fazer, pretender, matricular, sobreviver, guardar, (não) estar, cheirar, pernoitar, aumentar, fazer, fazer, pedir, dar, receber, oferecer, (não) ser, roubar, pegar, ficar, ficar.</p>
3) oportunidades para quem está em situação de rua e reivindicações	<p>Substantivos: fila, sopões, alimentos, pontos, cidade, R., escola, Porto Alegre, (EPA), curso, computação, argila, jardinagem, conhecidos, sopões, lugares, sopa, comida, arroz, feijão, guisado, dia, Igreja São José, Instituto Santa Cecília, três dias, semana, alimentação, locais, roupas, calçados, óculos, remédios, cobertores, ranchos, necessidade, doações, solidariedade, projetos, atendimento, Instituto Santa Cecília, exemplo, local, sopão, infra-estrutura, monitoramento, pessoas, empregos, escolas, LBV, propostas, jovens, adultos, refeitório, sopa, frequentadores, funcionamento, doações, custeio, material, dentistas, guia, fome, alimento, segundas-feiras, Igreja Espírita, grupo, cachorro-quente, roupas, sapatos, Venâncio Aires, sopa, latinha, pão, voluntários, voluntários, terça-feira, voluntários, alimentos, Igreja Católica, turma, pão, sanduíche, fatia, bolo, voluntários, marmitas, copo, prato, arroz, feijão, verduras, massa, Venâncio Aires, marmitas, quartas-feiras, turma, Av. Alberto Bins, praça, motoboys, sanduíches, cobertores, roupas, sapatos, turma, café, café, Venâncio Aires, massa, pão, café, suco, quintas-feiras, turma, panelão, recipiente, feijão, arroz, guisado, sextas-feiras, voluntários, cachorro-quente, sábados, sopa, pãozinho, dominós, sanduíche, refrigerante, salgadinhos, doces, Voluntários da Pátria, posto, distribuição, distribuição, igrejas, comida, abusos, brigadianos, dinheiro, droga, meninada, sopão, serviço, situação, fome, presença, Renovação Cristã, voluntárias, igrejas, São José, Nossa Senhora das Dores, Auxiliadora, Instituto Santa Cecília, Comitê Gaúcho de Ação da Cidadania, permanência, aperfeiçoamento, trabalho, sopões.</p> <p>Advérbios: atualmente, diariamente, arbitrariamente.</p> <p>Locuções adjetivas: água de graça, primeiras lições, Sopão dos Pobres, 300 a 350 refeições, 180 a 200 refeições, 100 a 150 pessoas, três dias, corte de cabelo, artigos de higiene, cursos profissionalizantes, cursos de informática, situação de rua, Sopão dos Pobres, consultório dentário, “Turma da Xuxa”, achocolatado com leite, Turma da Rua, achocolatado com leite, sete grupos, “amigos da Rua”, suco de laranja, Praça da Matriz, Amigos da Rua, leite com achocolatado, pão com manteiga, Amigos da Rua, irmandade da Igreja Matriz, garrafa de água, Praça da Matriz, bolachas recheadas, voluntário Lúcio, Praça da Matriz, pessoal de rua.</p>

3) oportunidades para quem está em situação de rua e reivindicações	Adjetivos: seca, completo, espíritas, preto, moída, assistencial, emergencial.
	Verbos: precisar, enfrentar, oferecer, estudar, fazer, tentar, aprender, ser, (não) oferecer, ter, ser, servir, ser, oferecer, almoçar, oferecer, encaminhar, obter, haver, ampliar, buscar, fazer, poder, ser, encaminhar, oferecer, ter, visar, implementar, servir, idealizar, montar, atender, depender, dispor, realizar, atender, matar, chamar, levar, servir, distribuir, fazer, entregar, distribuir, distribuir, conter, distribuir, distribuir, ficar, oferecer, levar, servir, receber, distribuir, ter, dar, denunciar, cometer, agredir, ameaçar, retirar, usurpar, ser, ajudar, amenizar, causar, integrar, contribuir, realizar.
4) temáticas sobre violência	Substantivos: moça, sacola, comida, trauma.
	Advérbios: --
	Locuções adjetivas: --
	Adjetivos: --
<b>Total de referências</b>	Verbos: ir, dar, ser, assaltar.
	<b>Substantivos: 398</b>
	<b>Advérbios: 11</b>
	<b>Locuções adjetivas: 73</b>
	<b>Adjetivos: 45</b>
	<b>Verbos: 276</b>

**Repetições:** fome, casa, rua, pai, droga, dor, comida, dia, alimento, pessoa, cérebro, Alca, experiência, macaquinhos, sociedade, batuque, beleza, filho, coisas, irmão, loló, mente, cabeça, fissura, crack, usuário, padarias, restaurantes, lixos, sono, fins de semana, sopões, guris de rua, cara, Sopão dos Pobres, refeições, solidariedade, necessidade, local, cursos, sopa, doações, achocolatado com leite, roupas, sapatos, voluntários, turma, pão, arroz, feijão, Praça da Matriz, Venâncio Aires, marmitas, Turma da Rua, Amigos da Rua, sanduíches, cobertores, café, massa, suco, igreja, guisado, água, cachorro-quente, distribuição, sair, pedir, ser, fazer, ficar, saber, viver, sentir, querer, comer, encontrar, esquecer, passar, acostumar, roubar, comer, dizer, dar, vir, usar, fumar, aumentar, oferecer, estudar, haver, encaminhar, oferecer, visar, servir, atender, matar, chamar, levar, distribuir, forte, louco, nova, viciado, estragado, tonto.

### CATEGORIA C: MEIOS DE COMUNICAÇÃO

SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS
1) Modo como reagem às representações sobre moradores de rua elaboradas pelos MCM.	0
2) Referências ao jornal Boca de Rua	0
3) Referências aos meios de comunicação em geral	0
<b>Total de referências</b>	<b>0</b>

## Apêndice C – Resumo das tabelas de análise

**EDIÇÃO Nº 3****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>48</b>
Adjetivos	<b>8</b>
Locuções adjetivas	<b>6</b>
Advérbios	<b>2</b>
Verbos	<b>44</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>293</b>
Adjetivos	<b>32</b>
Locuções adjetivas	<b>26</b>
Advérbios	<b>10</b>
Verbos	<b>323</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>51</b>
Adjetivos	<b>-</b>
Locuções adjetivas	<b>5</b>
Advérbios	<b>3</b>
Verbos	<b>32</b>

**EDIÇÃO Nº 13****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>85</b>
Adjetivos	<b>13</b>
Locuções adjetivas	<b>15</b>
Advérbios	<b>3</b>
Verbos	<b>80</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>373</b>
Adjetivos	<b>42</b>
Locuções adjetivas	<b>54</b>
Advérbios	<b>21</b>
Verbos	<b>416</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>11</b>
Adjetivos	<b>2</b>
Locuções adjetivas	<b>-</b>
Advérbios	<b>-</b>
Verbos	<b>12</b>

**EDIÇÃO Nº 16****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>172</b>
Adjetivos	<b>16</b>
Locuções adjetivas	<b>4</b>
Advérbios	<b>9</b>
Verbos	<b>131</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>193</b>
Adjetivos	<b>11</b>
Locuções adjetivas	<b>20</b>
Advérbios	<b>5</b>
Verbos	<b>157</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>42</b>
Adjetivos	<b>3</b>
Locuções adjetivas	<b>4</b>
Advérbios	<b>2</b>
Verbos	<b>32</b>

**EDIÇÃO Nº 22****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>47</b>
Adjetivos	<b>3</b>
Locuções adjetivas	<b>5</b>
Advérbios	<b>-</b>
Verbos	<b>46</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>245</b>
Adjetivos	<b>17</b>
Locuções adjetivas	<b>27</b>
Advérbios	<b>13</b>
Verbos	<b>177</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>16</b>
Adjetivos	<b>-</b>
Locuções adjetivas	<b>4</b>
Advérbios	<b>1</b>
Verbos	<b>6</b>

**EDIÇÃO Nº 24****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>72</b>
Adjetivos	<b>3</b>
Locuções adjetivas	<b>5</b>
Advérbios	<b>8</b>
Verbos	<b>55</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>150</b>
Adjetivos	<b>13</b>
Locuções adjetivas	<b>11</b>
Advérbios	<b>6</b>
Verbos	<b>109</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>28</b>
Adjetivos	<b>2</b>
Locuções adjetivas	<b>8</b>
Advérbios	<b>-</b>
Verbos	<b>19</b>

**EDIÇÃO Nº 30****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>23</b>
Adjetivos	<b>4</b>
Locuções adjetivas	<b>3</b>
Advérbios	<b>4</b>
Verbos	<b>21</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>152</b>
Adjetivos	<b>18</b>
Locuções adjetivas	<b>16</b>
Advérbios	<b>7</b>
Verbos	<b>90</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>11</b>
Adjetivos	<b>2</b>
Locuções adjetivas	<b>1</b>
Advérbios	<b>-</b>
Verbos	<b>8</b>

**EDIÇÃO Nº 33****Categoria A: Pontos de vista e relacionamento**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>27</b>
Adjetivos	<b>10</b>
Locuções adjetivas	<b>3</b>
Advérbios	<b>-</b>
Verbos	<b>11</b>

**Categoria B: Vida nas ruas**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>28</b>
Adjetivos	<b>3</b>
Locuções adjetivas	<b>8</b>
Advérbios	<b>-</b>
Verbos	<b>10</b>

**Categoria C: Meios de comunicação**

	<b>REFERÊNCIAS</b>
Substantivos	<b>10</b>
Adjetivos	<b>3</b>
Locuções adjetivas	<b>3</b>
Advérbios	<b>1</b>
Verbos	<b>3</b>

## **ANEXO**

## **ANEXO A - Capas das Edições Analisadas**

**BOCA DE RUA nº 3, ano I, outubro de 2001**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO

Ano I, número 3, outubro de 2001 - Contribuição: R\$ 1,00

## A HISTÓRIA DE UMA BOCA DE RUA

### CAPÍTULO FINAL

"Meu nome é Luciano Felipe da Luz e nasci no dia 25 de dezembro. Por isso alguém me disse que eu sou Filho da Luz. Devo ser mesmo, porque sou um sobrevivente. Tenho HIV, já levei um na cabeça, facada e fui atropelado 12 vezes. Numa delas, por um cativinho Mercedes-Benz. Foi isso meu apelido e Mercedes-Benz aqui neste livro eu não quero colocar minha história. Quero contar a história que eu e a rua podem ser a história de alguém."

Quando eu me lembro do Mercedes-Benz, eu lembro de uma época que sempre esteve formal, mas eu lembro de uma época que eu não lembro de colocar minha história. Quero contar a história que eu e a rua podem ser a história de alguém."



**BOCA DE RUA, nº 7, ano II, novembro e dezembro de 2002,  
janeiro de 2003**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO

Ano II, número 7, nov/dez 2002 e jan 2003 – Contribuição: R\$ 1,00



PARA SACIAR A FOME, AS PESSOAS FAZEM DE TUDO, COMO ROUBAR, PEDIR NA SINALEIRA OU PEDIR DE PORTA EM PORTA.

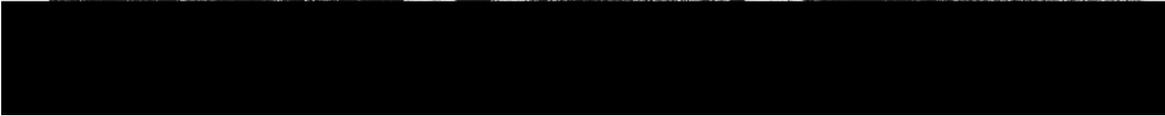
"A GENTE CHAMA OS RESTOS DE 'MIS LATAO'".

UM DIA EU ESTAVA LOUCO DE FOME E ACHEI UM BATUQUE QUE FOI UMA BELEZA.

VOCÊ NÃO SABE O QUE É

# FOME

A FOME DA DROGA É MAIS CRUEL, ELA SEMPRE VENCE A FOME DA COMIDA.



**BOCA DE RUA, nº 13, ano III, junho, julho e agosto de 2004**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO

Ano III, número 13, junho, julho e agosto 2004 - Contribuição: R\$ 1,00

Não compre de crianças e adolescentes



## APESAR DE TUDO, A VIDA

Criança tem história

... e não é só um nome. Ela tem um nome e uma história. Ela tem um nome e uma história. Ela tem um nome e uma história.

# BOQUINHAS

**BOCA DE RUA, nº 16, ano V, março, abril, maio e junho de 2005**

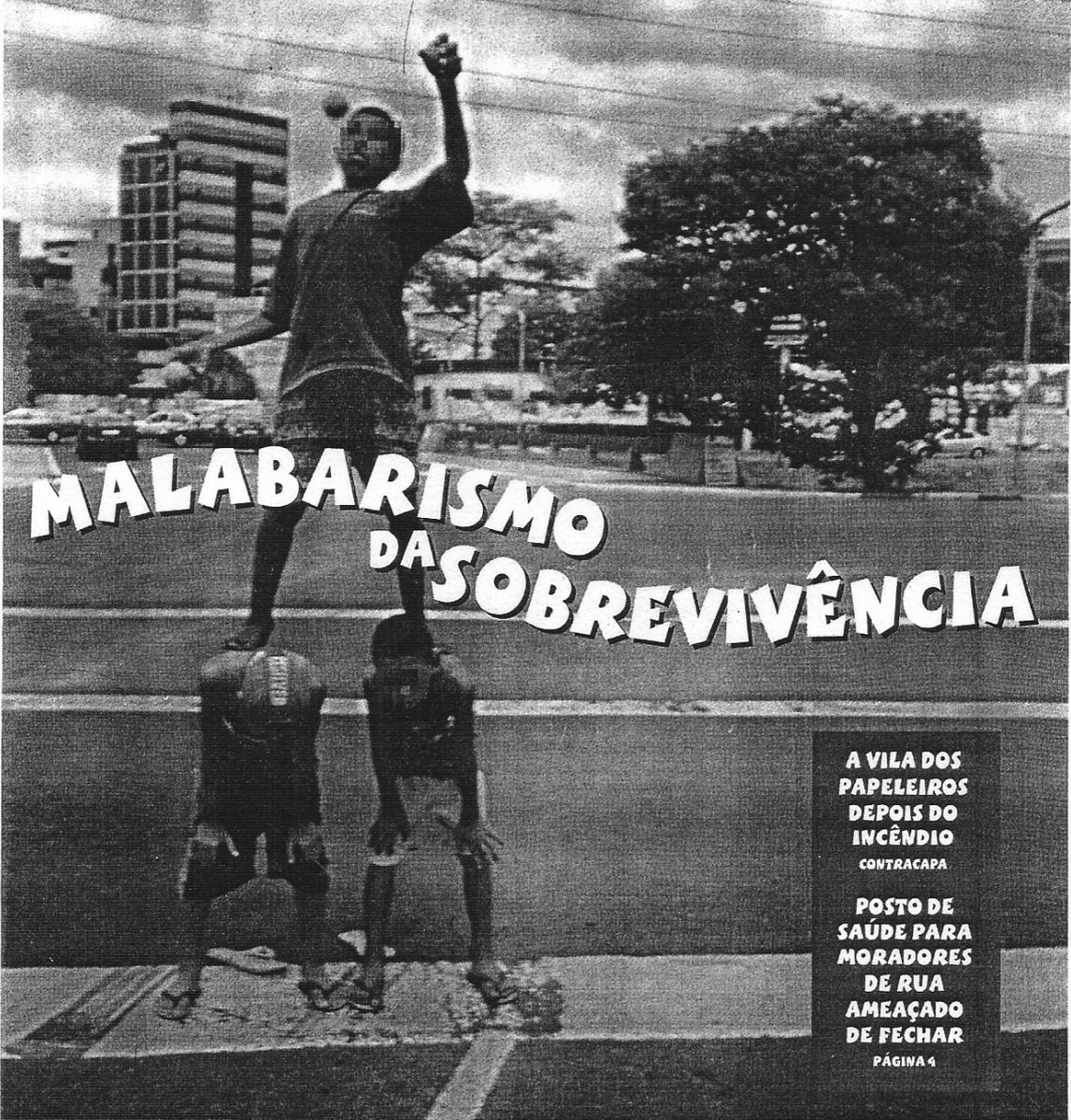
# =BOCA DE RUA=

> Criança Sem Risco.

IMPRESSO

Ano V, número 16, março, abril, maio e junho 2005 - Contribuição: R\$ 1,00

Não compre de crianças e adolescentes



## MALABARISMO DA SOBREVIVÊNCIA

**A VILA DOS  
PAPELEIROS  
DEPOIS DO  
INCÊNDIO**  
CONTRACAPA

**POSTO DE  
SAÚDE PARA  
MORADORES  
DE RUA  
AMEAÇADO  
DE FECHAR**

PÁGINA 4

**Criança tem história**

Nesta edição, elas abrem e comentam seu álbum de fotografias

BOCA DE RUA

**BOCA DE RUA, N° 22, ano VI, novembro e dezembro de 2006,  
janeiro e fevereiro de 2007**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO Ano VI, número 22, novembro, dezembro 06, janeiro e fevereiro 07 - Preço: R\$ 1,00 Não compre de crianças e adolescentes



Este jornal é vendido por:  
*Natália*

## PARA ONDE IR?

título:  
B3

*BONINHO*

Criança tem história  
Nesta edição, elas falam sobre

**BOCA DE RUA, nº 24, ano VI, junho, julho e agosto de 2007**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO

Ano VI, número 24, junho, julho e agosto 07 – Preço: R\$ 1,00

Não compre de crianças e adolescentes

Este jornal é vendido por:

Nanda



Foto: Boca de Rua/Alcides Aze

## CANTO

**E DANÇA  
NA  
CULTURA  
DAS RUAS**



## LUTA

**E MOBILIZAÇÃO  
SÃO  
ESPERANÇA  
DE MORADIA**

BOQUINHAS

**Criança tem história**

Nesta edição, elas conversam com os sem-terrinhas e com o próprio estômago

**BOCA DE RUA, nº 30, ano VII, outubro, novembro e dezembro  
de 2008**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO Ano VII, número 30, outubro, novembro e dezembro 08 - Preço: R\$ 1,00 Não compre de crianças e adolescentes

Este jornal é vendido por:

## A SAÚDE ANDA MAL



Foto: AIC Dom Bosco de Fátima, Agência AIC

BOCOSA

**Criança tem história**

Nesta edição, elas falam da Guerra e da Paz

**BOCA DE RUA, nº 33, ano VIII, julho, agosto e setembro de 2009**

# =BOCA DE RUA=

IMPRESSO

Ano VIII, número 33, julho, agosto, setembro 09 - Preço: R\$ 1,00

Não compre de crianças e adolescentes

Este jornal é vendido por:

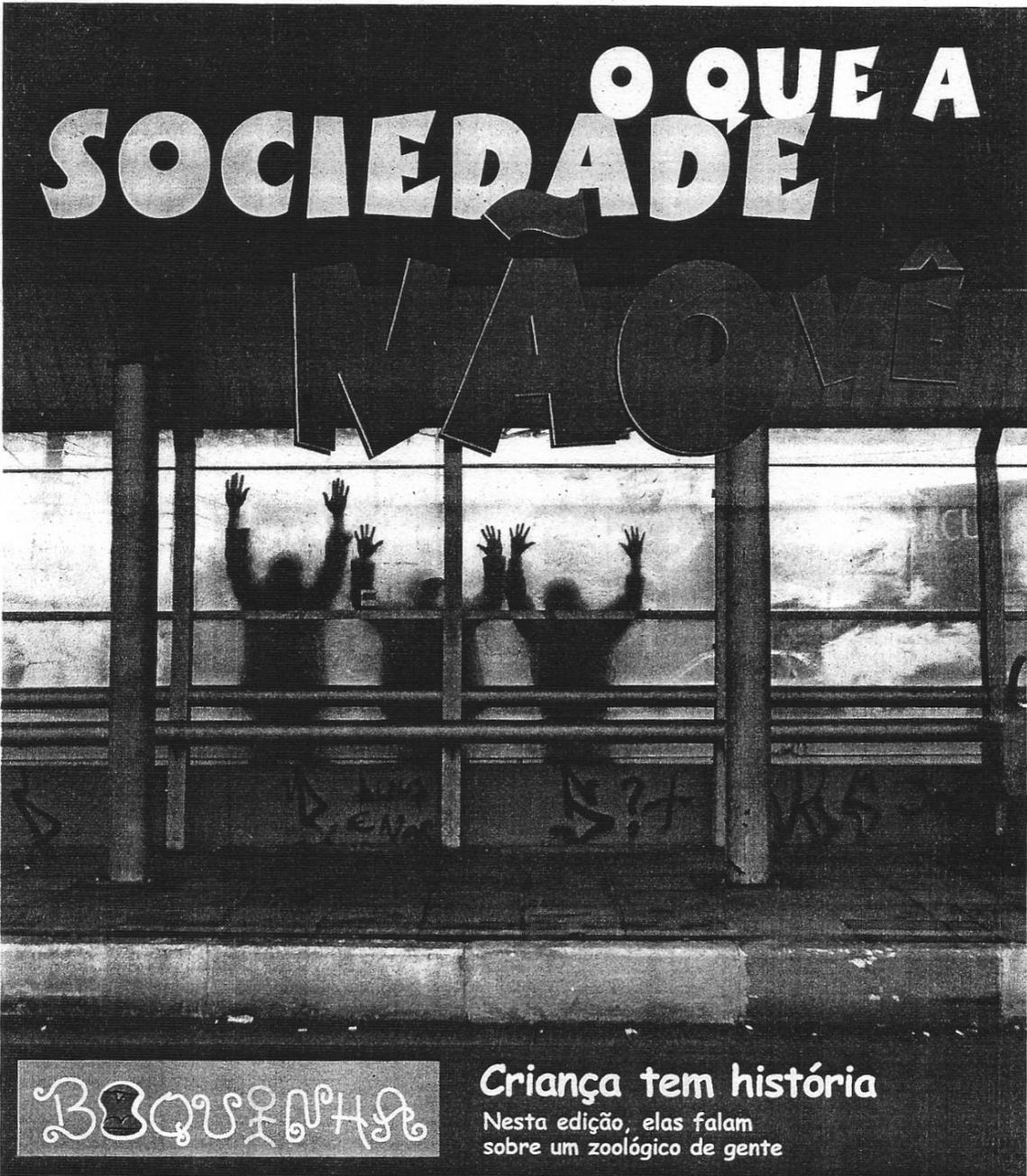


Foto: Michael Bocca de Faria/Agência Albo

BOCA DE RUA

### Criança tem história

Nesta edição, elas falam sobre um zoológico de gente